

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA FACULDADE DE CIÊNCIAS  
E TECNOLOGIA CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**IVANILDO DIAS RODRIGUES**

**A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA CAMELOTAGEM: A  
TERRITORIALIDADE DO TRABALHO PRECARIZADO**

**PRESIDENTE PRUDENTE, 2008**

**IVANILDO DIAS RODRIGUES**

**A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA CAMELOTAGEM: A  
TERRITORIALIDADE DO TRABALHO PRECARIZADO**

**MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**Dissertação de Mestrado Apresentada  
junto ao Programa de Pós-Graduação  
em Geografia da Universidade Estadual  
Paulista Júlio de Mesquita Filho, com  
apoio da FAPESP.**

**Orientador:** Antonio Thomaz Júnior

**PRESIDENTE PRUDENTE, 2008**

Rodrigues, Ivanildo Dias.

R613 Dinâmica geográfica da camelotagem : um estudo do trabalho precarizado / Ivanildo Dias Rodrigues. - Presidente Prudente : [s.n], 2008

xiv, 185 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Orientador: Antonio Thomas Junior

Banca: Arthur Magon Whitacker, Marcelino Andrade Gonçalves

Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Trabalho. 3. Informalidade. 4. Camelôs. I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CDD(18. ed.)910

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
Em Busca de um Entendimento da Atividade do Camelô	4
1.1    Os Motivos do Ingresso em Atividades Informais	6
1.1.1    A Articulação dos Camelôs com as Atividades Conexas	11
1.2    O Circuito da Circulação das Mercadorias e as Atividades Conexas	19
1.3    A Lógica da Mercadoria Superando as Fronteiras	27
1.4    Os Camelôs, as Atividades Conexas e a “Classe Trabalhadora”	31
CAPÍTULO II	
A Diferença Entre o Discurso Oficial do Estado e a Realidade do Circuito de Circulação das Mercadorias	34
2.1    Os Trabalhadores Camelôs no Município de Presidente Prudente (SP)	36
2.2    Os Trabalhadores Camelôs no Município de Marília (SP)	42
2.3 <i>A Camelotagem e o Território</i>	46
CAPÍTULO III	
Os Impactos da Informalidade do Trabalho para as Tradicionais Formas de Organização da Classe Trabalhadora	60
3.1    Análise Preliminar da Movimentação no Emprego Formal no Comércio Varejista	62
3.1.2    Análise Preliminar da Movimentação do Emprego Formal na Construção Civil	71
3.1.3    Análise Preliminar da Movimentação do Emprego Formal no Setor Bancário	75
3.1.4    Análise Preliminar da Movimentação do Emprego Formal na Indústria de Alimentos	79
3.2    A Fragilidade do Movimento Sindical Diante da Informalidade do Trabalho	80
3.2.1    Formas Incipientes de Organização Política dos Camelôs	83
3.2.2    O Papel das Associações Comerciais Contra os Camelôs	89

3.2.3	O Papel dos “Sindicatos de Camelôs” Enquanto Formas de Resistência	95
3.2.4	Os “Sindicatos” de Camelôs em Busca de Representatividade e Legalidade	100

#### CAPÍTULO IV

	O Papel do Estado na Manutenção do Circuito da Circulação das Mercadorias	122
4.1	Produção, Transporte e Destinação Final das Mercadorias	124
4.2	Três Passos no Interior da Complexa Trama do Capital	129
4.3	A Fiscalização como “Solução” para o Fim do Contrabando	131
4.3.1	A Fiscalização como Meio de Aquecer o Contrabando	136
4.3.2	A Reafirmação das Atividades Informais	143
4.4	A Finalidade da Nova Aduana Brasileira	146
4.5	Os Impactos da Fiscalização e a Busca por Alternativas Clandestinas	157
4.5.1	A Fiscalização Volante no Combate ao Contrabando	159
4.5.2	O Papel da (ANTT) na Fiscalização Volante	162
5.	Considerações Finais	173
6.	Bibliografia	181
7	Sites Consultados	186

#### LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Principais Meios de Transporte Utilizado por Camelôs e Atividades Conexas no Cruzamento da Ponte da Amizade em Ciudad del Este (PY)	13
Figura 2	Lojas de Auto-Serviço, Cajeros e Mesiteros em Ciudad del Este (PY)	16
Figura 3	Tecitura da Camelotagem: Camelôs e Atividades Conexas	19
Figura 4	Trajeto dos Camelôs de Marília e Presidente Prudente ao Paraguai (PY)	21
Figura 5	Comércio em Pedro Juan Caballero (PY)	24
Figura 6	Possíveis Canais de Contrabando, Fronteiriços e Portuários	26

Figura 7	Croqui do Camelódromo de Presidente Prudente SP	37
Figura 8	Croqui do Camelódromo de Marília (SP)	42
Figura 9	Boxes Conjugados no Camelódromo de Marília	50
Figura 10	Corredor Principal do Camelódromo de Marília	55
Figura 11	Túnel Entre os Carrinhos de Pipoqueiros e a Grade de Separação	57
Figura 12	Vista Externa e Interna dos Pipoqueiros no Terminal Rodoviário de Marília	58
Figura 13	Camelôs em Greve de Fome na Cidade de São Paulo, 1998	97
Figura 14	Repórter Entrevistando Camelôs em Greve de Fome, São Paulo, 1998	98
Figura 15	Camelôs Instalados na Praça do Largo da Concórdia	101
Figura 16	Feirinha da Madrugada no Brás SP	104
Figura 17	Croqui das Ruas do Brás Onde se Encontrava os Camelôs em Maio de 2008	106
Figura 18	Manifestação Pública do SINDICISP na Cidade de São Paulo, 2003	107
Figura 19	Manifestação Pública de Camelôs, São Paulo, 2003	111
Figura 20	Veículo de Transporte do “Sindicato” de Camelôs	112
Figura 21	Croqui do Camelódromo e da Área de Expurgo em Presidente Prudente	117
Figura 22	Antiga Área de Expurgo em Presidente Prudente (SP)	119
Figura 23	Fábrica de Produtos Pirateados, na China	127
Figura 24	Interface Entre Foz do Iguaçu (PR) e Ciudad del Este (PY)	147
Figura 25	Região da Tríplice Fronteira	156
Quadro 1	Movimentação de Trabalhadores Formais para a Informalidade	61
Quadro 2	Movimentação do Emprego no Comércio Varejista dos Municípios de Marília e Presidente Prudente em Relação a Micro Região	63
Quadro 3	Movimentação do Emprego no Comércio Varejista dos Municípios de Marília e Presidente Prudente em Relação a Unidade Federal (SP).	66

Quadro 4	Movimentação do Emprego na Construção Civil nos Municípios de Marília e Presidente Prudente em Relação a Micro Região.	73
Quadro 5	Movimentação do Emprego na Construção Civil do Município de Marília e Presidente Prudente em Relação à Unidade Federal (SP).	74
Quadro 6	Movimentação do Emprego nas Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização de Marília e Presidente Prudente em Relação à Micro Região.	76
Quadro 7	Movimentação do Emprego nas Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização de Marília e Presidente Prudente em Relação à Unidade Federal (SP).	77
Quadro 8	Movimentação do Emprego na Indústria da Alimentação do Município de Marília e Presidente Prudente em relação a Micro Região.	79
ANEXO 1	Modelo de Formulário Aplicado nos Representantes de Sindicatos de Trabalhadores Formais em Presidente Prudente em 2004	60
ANEXO 2	Modelo de Formulário Aplicado nos Representantes de Sindicatos de Trabalhadores Formais de Marília em 2008	60
ANEXO 3	Listagem dos Sindicatos e das Respectivas Respostas dos Sindicalistas	71
ANEXO 4	Notícia Sobre o “Sindicato” de Camelôs	85
ANEXO 5	Reunião dos Proprietários de Vídeo Locadoras de Presidente Prudente	92
ANEXO 6	Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana	110
ANEXO 7	Ficha Cadastral do SINDICISP	110
ANEXO 8	Ficha de Controle do SINDICISP	110
ANEXO 9	Carnê de Contribuição Sindical do SINDICISP	110
ANEXO 10	Matérias Sobre Apreensão de Cigarros	141
Gráfico 1	Variação Absoluta de Admissões/Demissões do Emprego Formal no Comércio Varejista	64
Gráfico 2	Dimensão da Informalidade no Sindicato	72
Tabela 1	Preço de Boxes nos Camelódromos de Presidente Prudente e Marília	51
Tabela 2	Mercadorias Destruídas pela RF	135

Tabela 3	Mercadorias Incorporadas a Entidades Benéficas Doadas pela RF	136
Tabela 4	Mercadorias Incorporadas a Órgãos Públicos Doadas pela RF	137
Tabela 5	Valores arrecadados na Venda de Mercadorias	138
Tabela 6	Valores Arrecadados na Venda de Mercadorias na 9ª Região Fiscal	139
ABES	Associação Brasileira de Empresas de Software	
ABPD	Associação Brasileira de Produtores de Discos	
ABPI	Associação Brasileira de Propriedade Intelectual	
ACIM	Associação Comercial Industrial de Marília	
ACIP	Associação Comercial Industrial de P. Prudente	
ADEPI	Associação de Defesa da Propriedade Intelectual	
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres	
APEDIF	Associação Protetora dos Direitos Intelectuais e Fonográficos	
CAGED	Cadastro Geral de Emprego e Desemprego	
CEGeT	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho	
CEMOSi	Centro de estudos, memória sindical “Florestan Fernandes”	
CICP	Comitê Interministerial de Combate à Pirataria	
CNCP	Conselho Nacional de Combate a Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual	
CPA	Comissão Permanente de Ambulantes	
CPI	Comissão Permanente de Investigação	
DBA	Declaração de Bagagem Acompanhada	
GAECO	Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado	
GNCOC	Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas	
SRF	Secretaria da Receita Federal	
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública	
SENARP	Sistema Nacional de Dados Estatísticos e Repressão à Pirataria	

SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
SINDICISP	Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo
SINPESP	Sindicato dos Permissionários (em pontos fixos nas vias e logradouros públicos) do Município de São Paulo
SINPRECOESP	Sindicato dos Prestamistas e Camelôs do Oeste do Estado de São Paulo
UF	Unidade da Federação

“Dois palhaços se olham através da moldura vazia de um grande espelho.  
Um é exatamente a réplica do outro pelo tamanho, pela roupa e pela maquiagem.  
O primeiro está bêbado e o segundo imita com cuidado todos os seus gestos [...] O primeiro palhaço é o Capital, na embriaguez e na cegueira de seu crescimento;  
O palhaço imitador e lúcido é o Estado”

(RAFFESTIN, 1993 p. 176).

## RESUMO

Entre o período de 2005 a 2008, ocorreram várias investidas do governo federal brasileiro articulando ações nas diferentes instâncias do poder do aparelho de Estado (federal, estadual, municipal), na busca de impor o crivo da tributação sobre uma imensa quantidade de mercadorias. Dentre as estratégias governamentais a inauguração da nova Aduana brasileira no final de outubro de 2006, foi sem dúvida, a de maior impacto no circuito espacial de circulação das mercadorias. Este circuito é movimentado por uma grande quantidade de trabalhadores com diferentes funções no transporte, no traslado, na comercialização e no consumo das mercadorias. No entanto, um estudo mais aprofundado destas relações de controle e poder aponta para uma profunda articulação entre a economia do crime e a economia burguesa, entre o mercado “negro” e o mercado legalizado, e finalmente, entre o poder do Estado e a absurda lógica da produção exacerbada do desperdício.

**Palavras chave:** trabalho, território, mercadorias.

## ABSTRACT

Whitin the period of 2005 to 2008, there were several massive measures from the Brazilian government linking actions from different instances of the state establishment (federal, state, municipal) in order to assess a tax on a huge number of articles. Among those government strategies, the Brazilian Custom-house opened in October 2006 was, without any doubt, the measure with the greatest impact on the spatial circuit of merchandise circulation. This circuit is actioned by a large number of workers with different functions for transportation, transfer, merchandising and consumption of goods. However, a further study of these relations of control and power shows a deep articulation between the illegal economy and the bourgeois economy, between the “black” market and the legal market, and at the end, between the State power and the nonsense production logic that guides huge wastefulness.

**Key words:** work; territory; articles.

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dessa pesquisa nos estimulou a admitir que o trabalho é um tema extremamente complexo. Para compreender as múltiplas determinações do mundo do trabalho, assim como a plasticidade e a capilaridade<sup>1</sup> existentes, estão sendo exigidos instrumentos precisos das ciências sociais e humanas, pois a precariedade, a intensidade e a amplitude das transformações são tão expressivas que atingem as mais diversas instâncias dos espaços produtivos e reprodutivos. Daí ser imprescindível considerarmos a dimensão do fenômeno do trabalho, no caso particular a *camelotagem* em meio às dimensões espaciais e territoriais.

A *camelotagem* envolve uma das principais atividades informais na atualidade e está vinculada à Reestruturação Produtiva engendrada a partir da década de 1970, e que possibilitou a substituição da produção em massa voltada para o consumo em massa pela produção flexível vinculada à demanda.

[...] o processo de reestruturação produtiva no Brasil, enunciado nas políticas neoliberais está, de forma crescente, induzindo o crescimento e o alargamento do setor informal [...] diferentemente das atividades autônomas que anteriormente recebiam essa caracterização. Isto é, o setor informal não é mais um simples depositário de força-de-trabalho que atua autonomamente. Ao contrário, essa autonomia é quebrada e gradualmente cede ao comando do capital que faz com que seu circuito se realize dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, diretamente ligado e subordinado ao setor formal. As atividades informais não são apenas permitidas, mas vêm sendo incentivadas, visto que conduzidas mais de perto pelo capital, podem ser até mais lucrativas que as atividades formais, tendo em vista os diferentes nexos (integração/subordinação) que mantêm com a expansão e acumulação de capital, uma vez que também liberam os empresários das relações de assalariamento e em decorrência, dos custos sociais fundados no vínculo empregatício. (THOMAZ JR., 2002b, p. 10).

Ao conduzir as atividades informais, o capital impõe a lógica da concorrência em diversos níveis e atividades, e passa a prevalecer o individualismo dos trabalhadores envolvidos aumentando a precariedade daqueles que não tem outra opção de ganho.

Nossa intenção de proceder uma “leitura” geográfica do trabalho é o mesmo que entender “*o trabalho sob o enfoque geográfico, sendo possível este, compreendido por nós,*

---

<sup>1</sup> Cf. THOMAZ JR., 2002.

como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza” (THOMAZ JR., 2002b, p.5). Assim, podemos compreender a dinâmica territorial da sociedade e as diversas formas de expressão do trabalho e para isso, procuramos estudar de forma articulada a atividade dos *camelôs* com outras formas de trabalho que se inscrevem como atividades conexas e de suporte, tais como: *sacoleiros, laranjas, carrinheiros, paseros*<sup>2</sup>, *condutores de Vãs, motos, ônibus, barcos, cajeros e mesiteros*<sup>3</sup>. Consideramos que estes fazem parte da classe trabalhadora e que muitos deles foram, tempos atrás, trabalhadores da economia formal, mas ao serem inscritos na economia informal, saíram do campo de visão, em parte, dos órgãos oficiais do governo e das formas tradicionais de representação dos trabalhadores inscritas como sindicatos.

O fenômeno do desemprego e da precarização das condições de trabalho na nova era do capital, podem facilmente ser observados na maior parte das cidades brasileiras. É nesse cenário que se tornam mais visíveis a partir do ano de 1990<sup>4</sup>.

Foi neste período também que se intensificou o processo de crescimento do número de camelôs nas grandes e médias cidades brasileiras, articulados a outras franjas de trabalhadores informais.

Os locais escolhidos, geralmente as praças públicas e as calçadas, próximos aos centros comerciais, ou a lugares de grande fluxo de pessoas, que reúnem os potenciais compradores, são alvos de disputa entre os próprios trabalhadores, destes com os comerciantes legalmente estabelecidos e não raras vezes, entre os trabalhadores e o Poder Público.

Para Yázigi (2000, p. 383), o que fazer com os ambulantes, tornou-se uma das principais questões do espaço público.

[...] Em lugares onde eram costumeiramente inexpressivos, os aparecimentos de algumas centenas deles, por questão de escala gera polêmicas. A globalização com sua divisão internacional do trabalho, suas tecnologias e

---

<sup>2</sup> De acordo com Rabossi (2004, p. 10), os ‘paseros’ paraguaios são trabalhadores “*que durante o dia vão e vem de uma cidade à outra*”, Foz do Iguaçu à Ciudad del Este, cruzando as mercadorias na Ponte da Amizade.

<sup>3</sup> Os *cajeros* e *mesiteros* correspondem a uma atividade parecida com a dos camelôs, porém com uma nomenclatura própria do Paraguai.

<sup>4</sup> Para Malaguti (2000), o ano de 1990 marca a abertura da economia brasileira, sob o comando de Fernando Collor de Mello, e é quando se inicia um processo de liberalização mercantil, uma abertura comercial que levou a várias falências e incentivou uma crescente monopolização do parque produtivo instalado no país. O processo de abertura da economia chega ao auge com Fernando Henrique, eleito em 1994, apoiado no Plano Real e em nome deste se reelege em 1998.

outras formas de dominância entendem que não há trabalho para todos com essas premissas: poucos vêm além de ações paliativas.

Tavares (2004), ao focar as indústrias de calçados e confecções e os nexos do trabalho informal com a produção capitalista confirma que o trabalho informal engendrado pela terceirização é uma forma adequada à lei do valor neste momento histórico, e embora o trabalho informal não constitua um fenômeno novo, a reestruturação produtiva impõe transformações à economia que ampliam as possibilidades de uso dessa forma de trabalho mediante estratégias que dissimulam a relação compra e venda da força de trabalho.

Em nossa pesquisa abordamos apenas as atividades dos camelôs e as atividades conexas e de suporte que compõem o que denominamos circuito de circulação das mercadorias, mas privilegiamos principalmente a rota de circulação via Paraguai (PY), dessa forma foi possível ampliar nossa compreensão sobre a importância do trabalho dos camelôs, na dinâmica do capital, percebendo algumas das diversas faces do mundo do trabalho, com suas diferentes territorialidades e impactos na esfera sindical, tomando como ponto de partida, os camelôs nos municípios de Presidente Prudente no oeste do estado de São Paulo e Marília, no centro-oeste do mesmo estado.

## CAPÍTULO I

### Em Busca de um Entendimento da Atividade do Camelô

Em nossos estudos definimos o trabalhador camelô como aquele que possui ponto fixo independente de estar em um camelódromo ou nas ruas e calçadas, sendo o que o diferencia do vendedor ambulante é exatamente a posse do ponto fixo. Pois, o camelô possui o boxe ou barraca, os quais são mantidos, via de regra, como território conquistado, enquanto um vendedor ambulante ao perambular pelas ruas e calçadas sem um ponto fixo, não possui um território com as mesmas características.

No decorrer da década de 1990, nas capitais, nas grandes e nas médias cidades, a disputa por um ponto fixo era realizada através do embate entre camelôs e o Poder Público de cada município. Hoje, o aumento da concorrência pode levar os trabalhadores camelôs à migração para outras atividades informais, por não conseguir manter o ponto fixo, como mostra o extrato do relato a seguir.

Eu fiz um curso de salgadeira logo que perdi meu emprego na Casa Sol de Materiais de Construção. Eu era salgadeira, mas não tinha clientes e meu marido trabalhava na Sasazaki. Quando fiquei desempregada há 6 anos com os direitos trabalhistas comprei um boxe no camelódromo de Marília em parceria com uma amiga, depois não arrumei emprego e tive que ficar fazendo salgados, mas no início eu não tinha clientela formada, sem dinheiro para comprar as mercadorias eu vendi minha parte para ela, ela ficou dois anos e disse que não compensava então vendeu o boxe também. Hoje não sei o que ela faz, mas eu vendo salgados como vendedora ambulante há 4 anos e agora que tenho minha clientela ganho mais do que ganhava como empregada de firma, meu marido hoje me ajuda a fazer e vender salgados porque faz um ano que saiu da empresa. (informação verbal)<sup>5</sup>.

No extrato acima destacamos o fato de um trabalhador não conseguir manter seu boxe, já que a mediação da mercadoria a ser comercializada depende da posse de capital de giro. Portanto, ter acesso a um boxe é apenas uma etapa para ingressar na atividade de camelô. Pois, é necessário também ter dinheiro para comprar as mercadorias e se manter sem revendê-

---

<sup>5</sup> Depoimento de Vanda Ferreira Campos (40 anos), vendedora ambulante de salgados, trabalhadora egressa do setor formal, ou seja, ex-vendedora da Casa Sol materiais de construção. A vendedora ambulante tem como clientela os camelôs de Marília, os funcionários do seu antigo emprego e bares da cidade. Alegou que não pretende mais possuir um ponto fixo no camelódromo devido à concorrência.

las nos períodos de declínio da procura. Este é um dos motivos que leva muitos camelôs a vender seu ponto fixo, tendo normalmente como comprador, um trabalhador ou comerciante egresso do comércio formal.

A posse do ponto fixo também diferencia o camelô do sacoleiro. Este normalmente prefere abrir mão de possuir um ponto fixo, para viajar mais vezes aos grandes centros de compra, principalmente ao Paraguai, e assim se especializar nesta atividade cuja a eficiência requer ampla experiência, pois é a função chave de ligação Paraguai/Brasil mediante o elo da mercadoria. Nesta atividade, especificamente, existe uma via de mão dupla, porém é mais fácil um trabalhador ou comerciante formal se tornar sacoleiro do que um sacoleiro se tornar um comerciante formal, apesar de haver os dois casos. O depoimento de um sindicalista no extrato a seguir exemplifica esta situação e ao mesmo tempo em que reafirma a importância e os limites do uso do capital de giro para a manutenção de um trabalhador em uma atividade informal.

Hoje eu sou sindicalista e defendo interesses dos trabalhadores do comércio. Minha primeira atividade foi de empregado como vendedor. Mas já fui sacoleiro, viajava para o Paraguai e comprava mercadorias há uns 15 anos atrás. Naquele tempo dava dinheiro e não existia CDs e DVDs como tem hoje. Então resolvi me tornar um comerciante formal, daí abri uma loja de R\$ 1,99, hoje é outro valor, mas se trata do mesmo tipo de loja. Eu vendia desde baldes de plástico a tudo que você puder imaginar que existe nesta forma de comércio. Eu abri a loja no mês de novembro, em dezembro foi bem, mas em janeiro veio as águas e as vendas caíram muito. Eu havia dado 5 cheques para a empresa fornecedora, pré-datados para 5 meses, eu precisava vender 200 peças de mercadoria por mês para cobrir os cheques, mas em janeiro não vendi quase nada e o que entrou eu consumi. Ou seja, eu quebrei em três meses. É como você deixar uma cabra cuidando de uma horta e quando volta ela comeu a horta. Foi o que eu fiz, comi o dinheiro, fechei a loja e voltei a trabalhar como vendedor empregado em várias lojas, até me tornar sindicalista. Mas, não posso culpar o governo, nem os funcionários, eu já entrei quebrado, não tinha visão empresarial nenhuma, nem capital de reserva (Informação verbal).<sup>6</sup>

Normalmente os sacoleiros são trabalhadores egressos de empresas formais que fizeram do fundo de garantia ou poupança uma espécie de capital inicial ou capital de giro ou também pessoas que possuíam um comércio ou micro empresa no setor formal, mas por motivos maiores, vendeu e utilizou o dinheiro para comprar e revender mercadorias oriundas principalmente do Paraguai, sendo que pode haver outros casos.

---

<sup>6</sup> Depoimento de Antonio Patrício Barros, vice- presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio Varejista de Marília, 01 de fevereiro de 2008.

A trajetória que se resume em ser empregado no setor formal e em seguida estar na informalidade como sacoleiro ou camelô, e no outro caso ser um comerciante do mercado formal e depois partir para a informalidade, não nos obriga a admitir a impossibilidade do caminho inverso. Portanto, é possível um sacoleiro ou camelô retornar ao trabalho formal como empregado, assim como o comerciante informal pode retornar ao comércio formal. No entanto, o momento atual do modo de produção vigente, faz com que o caminho para a informalidade se dê no sentido da correnteza enquanto o caminho de volta para a formalidade parece ir contra a correnteza. Se pensarmos que não basta se inserir na economia formal, mas também se manter nela, daí a declividade da correnteza aumenta. Tendo em vista que a competitividade aumentou muito até mesmo na informalidade.

Por estes motivos, cercamos nosso fenômeno em torno do que denominamos de circuito da *camelotagem*. Ou seja, a relação articulada do trabalho efetuado pelos camelôs com as atividades conexas, sendo estas realizadas por outros trabalhadores, mas que em alguns casos podem exercer mais de uma atividade. Em outras palavras, um trabalhador camelô pode ser ao mesmo tempo camelô e sacoleiro, ou camelô e ambulante, ou camelô e “laranja”, ou até mesmo possuir um boxe e trabalhar no setor formal sob relação de assalariamento, ou mesmo ser proprietário de comércio legalizado. Neste caso, é possível garantir o abastecimento dos estoques de mercadorias, via comercialização e apresentação parcial de notas fiscais, mesclando mercadorias de procedência duvidosa com as mercadorias declaradas, assim como adicionar uma marca registrada a uma imitação ou falsificação de mercadoria.

Mas, o que define o trabalhador camelô enquanto tal é exatamente a posse do ponto fixo cuja disputa, conquista e controle, entendida aqui como território, é fator fundamental dos inúmeros conflitos que permeiam esta atividade, em que no jogo de forças estabelecido, comparecem como seus principais protagonistas os trabalhadores camelôs, as Associações Comerciais, o Poder Público Municipal, os lojistas e o Sindicato do Comércio Varejista.

## **1.1 – Os Motivos do Ingresso em Atividades Informais**

Na bibliografia consultada, no que se refere aos motivos que levam um trabalhador a exercer a atividade de camelô, encontramos diferentes posicionamentos. De acordo com Tomé (2003), conquistar melhores condições de vida é o que impulsiona um trabalhador

informal a mudar de atividade, pois são as primeiras vítimas dos efeitos da crise de acumulação e reprodução do capital por se encontrarem nas bordas do sistema.

Para Gonçalves (2000), o comércio informal se ajusta à grande quantidade de mercadorias e a rapidez de sua circulação, favorecida pelo baixo custo e pouco tempo de vida útil auxiliado pela prática de apreensão e destruição das mesmas, que ao invés de inibir sua produção em larga escala e diminuir a comercialização ilegal, acaba provocando o efeito inverso, ou seja, estimulando tal prática.

Todos concordam que ser camelô é estar à margem do mercado formal de trabalho, independente das discordâncias quanto à opção, se por livre e espontânea vontade ou por necessidade. Por exemplo, para Vasconcellos (1994), os motivos pelos quais muitos preferem trabalhar na informalidade, a origem e a continuidade do trabalho informal passa pelas escolhas feitas pelos próprios indivíduos. Assim, as atividades informais são resultado tanto de avaliações e experiências prévias de trabalho, quanto de gostos ou vínculos pessoais com uma dada atividade. E ao lado das preferências pessoais há também a avaliação de adequação entre o exercício profissional dessa atividade e as condições mais favoráveis de produção e venda no mercado.

De acordo com Harvey (1992), existe uma combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis, artesanais e tradicionais. O autor chama atenção para a mobilidade e transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos. Toda esta mobilidade gera um intenso jogo concorrencial onde vale tudo, inclusive a prática do comércio ilegal das mercadorias oriundas do contrabando que por sua vez “alimenta” a produção, imitação/reprodução de mercadorias piratas.

No dia 06 de maio de 2008, entrevistei o atual presidente da Associação do Comércio e Indústria de Presidente Prudente (ACIPP), senhor Ricardo Anderson Ribeiro. Neste mesmo dia estava acontecendo uma reunião na sede da Associação envolvendo os donos de vídeo locadoras de Presidente Prudente, uma representante do SEBRAE e representantes da Associação.

Um dos participantes da reunião lembrou em tom de decepção que havia 38 vídeo locadoras no município de Presidente Prudente e no ano de 2008 existia apenas 8 e todas querendo fechar as portas. No entanto, outro participante em tom esperançoso, lembrou que a prática da fiscalização contínua imposta pelo Poder Público levou a um verdadeiro *boom* de aluguel de filmes nas 8 vídeos locadoras restantes, por motivos do público consumidor não encontrar filmes piratas para comprar. Os proprietários celebraram o momento se referindo

aos velhos tempos quando não havia a concorrência desenfreada dos comerciantes de filmes piratas.

Tal iniciativa do Poder Público Municipal em Presidente Prudente reacendeu momentaneamente nestes proprietários a velha esperança de continuar a lucrar com o aluguel de filmes originais em vídeo locadoras legalizadas e, por isso estavam tão entusiasmados na reunião exigindo urgente atitude do presidente da associação comercial no sentido de realizar pressão política para a continuidade da fiscalização.

Um dos participantes era estrangeiro (provavelmente chileno), e se dizia enternecido pela situação da pirataria mesmo não sendo brasileiro. *“Tenho pena do seu país (BRASIL) porque essa prática da pirataria vai arruinar a todos, mas aqui em Presidente Prudente é mais grave porque o Poder Público organiza e libera a bagunça”* e mencionou o fato de existirem camelôs em todas as grandes e médias cidades, mas a prática da pirataria era coibida enquanto em Presidente Prudente isso parecia ter se legalizado.

Segundo o presidente da ACIP, o problema que não dá para explicar para estes comerciantes, é que muita gente hoje está preferindo atuar na informalidade, pois se não tem firma aberta, não tem CGC, nem CNPJ, não tem como a Receita Federal fiscalizar. *“Este é o clima, esta é a situação, é pressão o tempo todo, quando não são eles são outros e os temas do contrabando e da pirataria estão sempre presente. Mas, como vou pedir para fiscalizar o tempo todo? É impossível”*. Por outro lado, o mesmo presidente afirmou que hoje em dia muitos comerciantes e empresários compram mercadorias em leilões realizados pela Receita Federal, não pelo preço das mercadorias, e sim pelo comprovante de compra das mesmas, com o objetivo de realizar a comercialização de produtos não tributados.

Em outra entrevista, quando questionamos o representante da ACIM, sobre o fato de comerciantes inscritos no setor formal comercializarem mercadorias possivelmente oriundas de contrabando, adquiridas por intermédio de sacoleiros, da mesma forma como o faz os camelôs, ou de redes de contrabando de grande escala, o que seria mais grave, e também mercadorias adquiridas em leilões da Receita Federal, o que é mais contraditório, obtivemos uma resposta cautelosa, como demonstra o seguinte relato.

Há rumores, mas nada oficial. Não posso dizer que existe nem que não existe, pois a associação não leva em conta o tipo de mercadoria comercializada como requisito para se associar. O que fazemos é puxar o histórico do interessado. Se detectarmos na “capivara” do comerciante que ele tem problemas com a Receita Federal, nós não aceitamos como associado. Fora isso, nós partimos do princípio de que se um comerciante conseguiu abrir firma, os órgãos competentes estão fiscalizando (informação

verbal)<sup>7</sup>.

Segundo Harvey (1992), há certo ecletismo nas práticas de trabalho em nosso tempo, semelhante aos gostos pós-modernos. No nosso entendimento, todos os rearranjos na esfera produtiva que o autor chama atenção ao discutir a condição pós – moderna, gerou um cenário onde os países que detêm tecnologia de ponta, informação privilegiada, tendo inclusive maiores privilégios para patentear “suas” invenções, saem na frente ao lançar uma grande quantidade de mercadorias, sempre com um toque de novidade no mercado mundial, ou seja, quem pode produzir e patenteia.

Mas, há também os países que não podem, por não possuir os mesmo privilégios, porém estão há muito tempo na corrida por fatias cada vez mais significativas do mercado mundial, como é o caso de alguns países asiáticos, onde vale tudo, desde a exploração do trabalho levada ao limite, para produzir mercadorias com baixo preço, até as práticas de falsificação e pirataria, ou seja, quem não pode produzir e criar a patente parte para a imitação e em casos extremos para a prática da cópia.

E finalmente para aqueles países que não podem produzir e não conseguem imitar ou copiar, só resta comercializar e consumir. Acreditamos que o Paraguai e o Brasil se inserem neste último caso, e justamente por isso o ecletismo das práticas de trabalho é mais visível nestes países, assim como a diversidade de mercadorias originais e falsificadas, que movem multidões de trabalhadores formais e informais, tanto na movimentação destes produtos no comércio enquanto trabalhadores, mas também como consumidores.

Curiosamente o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho, que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. O que talvez seja mais inesperado é o modo como as novas tecnologias de produção e novas formas coordenantes de organização permitiram o retorno de sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que saíam do negócio ou seriam reduzidas as condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado. [...] o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas alternativos de trabalho podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo

---

<sup>7</sup> Depoimento dado por Marcio Medeiros assessor de imprensa da ACIM no dia 31/01/2008.

da “Terceira Itália”, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong. (HARVEY, p. 175, 1992).

Podemos tomar aqui alguns exemplos, somente a título de comparação, após detectarmos nos discursos patronais e estatais, tanto a intenção deliberada de apagar os camelôs e vendedores ambulantes, do rascunho da planta das áreas comerciais, assim como a intenção de mantê-los trabalhando de alguma forma para evitar efervescência social devido ao desemprego.

- a) A construção de camelódromos como forma de organização estética do local de trabalho dos camelôs;
- b) A padronização das cores das lonas das barracas de camelôs dispostos nas calçadas;
- c) As tentativas de criação de bolsões de comércio, com prazo determinado de três dias de permanência de um vendedor ambulante;
- d) Projetos de construção de shoppings populares, o que seria um camelódromo mais sofisticado.

Em seguida podemos comparar com a reflexão de David Harvey sobre o pós-modernismo como o espelho dos espelhos.

Uma das condições principais da pós-modernidade é o fato de ninguém poder ou dever discuti-la como condição histórico-geográfica. [...] Uma retórica que justifica [...] o desemprego, o empobrecimento crescente, a perda de poder etc. apelando a valores supostamente tradicionais de autoconfiança e capacidade de empreender também vai saudar com a mesma liberdade a passagem da ética para a estética como sistema de valores dominante. [...] “Uma vez que os pobres ficam estetizados, a própria pobreza sai do nosso campo de visão social” (HARVEY, p. 301, 1992)

De acordo com Antunes (1999), a economia informal está vinculada com a terceirização, subcontratação, trabalho temporário, parcial, precário e o desemprego estrutural. Ou seja, há todo um processo de fragmentação da classe trabalhadora em diversos seguimentos o que prejudica o entendimento de pertencimento de classe já que a desenvoltura do modo de produção de se reorganizar na busca constante da lucratividade desnorteia os trabalhadores numa realidade que é muito movediça.

A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do

exército industrial de reservam, do número de desempregados. [...] O que dizer de uma forma de sociabilidade que, conforme dados recentes da OIT para o ano de 1999, desemprega ou precariza mais de 1 bilhão de pessoas, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha? (ANTUNES, 1999, p. 16).

Diante do cenário desenhado por Antunes, tentaremos contribuir modestamente com nosso estudo, demonstrando a existência de uma ampla gama de atividades que se complementam e possuem formas particulares de comunicação e transporte, além de estratégias de sobrevivência por possuírem muitos adversários. Como escreveu Harvey (1992) “produzir espaço é produzir transporte e comunicação” (p. 233). No fenômeno por nós estudado há formas de comunicação e transporte improvisados por trabalhadores que afrontam o poder instituído.

## **1.2 - A Articulação dos Camelôs com as Atividades Conexas**

Com o objetivo de visualizar a complexidade que abarca os camelôs articulados com as atividades conexas e de suporte, começamos focar a *camelotagem* na sua convergência com a atividade exercida pelos *sacoleiros*, que em alguns momentos também exercem a função de camelô com ponto fixo, assim como em outros momentos, o camelô também exerce a função de *sacoleiro* ao viajar para buscar mercadorias nos grandes centros de compras. Quando isso ocorre, na maioria das vezes, o camelô deixa o boxe na responsabilidade de um funcionário, caracterizando uma relação de trabalho assalariado, em outros casos o boxe fica sob responsabilidade de alguém da própria família.

Ao se lançar no trajeto de compra das mercadorias, tanto um sacoleiro como um camelô, pode abastecer numa mesma relação de compra e venda os consumidores diretos, os próprios camelôs e até mesmo lojas e grandes supermercados do comércio formal, que são historicamente os principais adversários políticos dos comerciantes da economia informal. Ao convergirem, camelôs e sacoleiros fazem a ligação da mercadoria existente no Paraguai com o seu consumo no Brasil, acionando de forma intensa toda rede de transporte clandestino e também o transporte legalizado, tendo, pois, como momento de maior tensão a travessia da

Ponte da Amizade<sup>8</sup> (Figura 1), embora existam outros canais de entrada de mercadoria que não passam necessariamente pelo Paraguai.

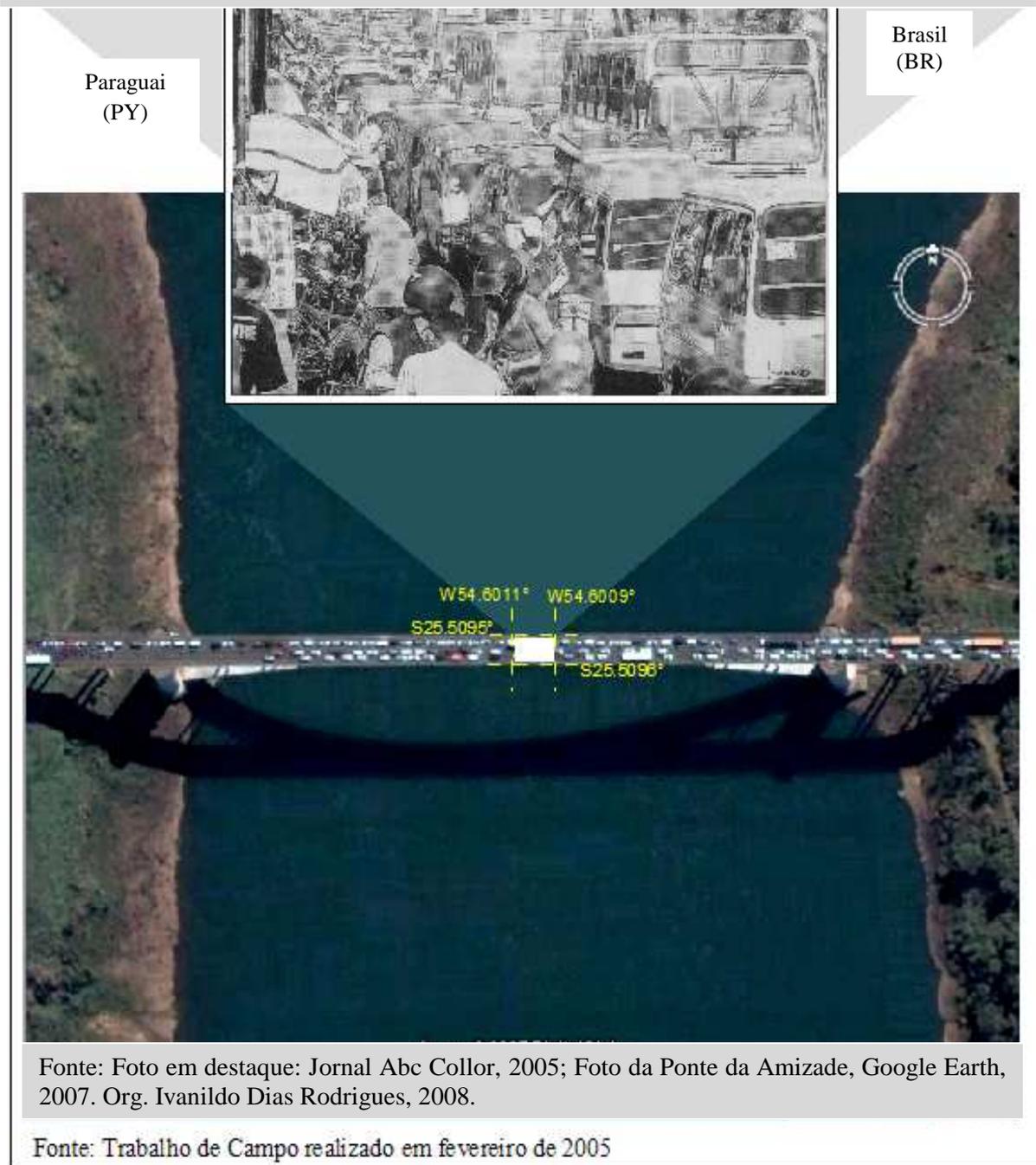
A título de esclarecimento, a (Figura 1) a seguir resulta de uma montagem por nós realizada para melhor representar a Ponte da Amizade como canal de transporte de mercadorias, sabendo que há outros recursos utilizados para o traslado de mercadorias, agora via barcos, como podemos observar após a vigência da nova Aduana brasileira.

Para a organização da (Figura 1), o software por nós utilizado foi o (Surfer 8), a foto em preto e branco no destaque foi escaneada do jornal paraguaio *Abc Collor*, do dia 25 de fevereiro de 2005 e a foto de satélite foi retirada do Google Earth das imagens Terra Metrics do ano de 2007. Portanto, o momento registrado na fotografia do jornal não corresponde ao momento da fotografia do satélite, é apenas uma montagem com a intenção de ilustrar a realidade que presenciamos em nossas inserções no Paraguai para realização de trabalho de campo.

---

<sup>8</sup> A Ponte da Amizade faz parte da BR-277 (antiga BR-35) e está situada sobre o Rio Paraná. Na margem esquerda está a cidade brasileira de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná (BR), e na margem direita está Ciudad del Este (PY).

**Figura 1: Principais Meios de Transporte Utilizado por Camelôs e Atividades Conexas no Cruzamento da Ponte da Amizade em Ciudad del Este (PY)**



Nossa intenção através da (Figura 1) é mostrar a intensa movimentação que ocorre durante a travessia, por ser a Ponte da Amizade o local onde há a convergência de todas as

modalidades de atividades que compõem o circuito da camelotagem. A travessia é realizada por perueiros e dentro das peruas ou vãs se encontram os camelôs com os laranjas paraguaios, os sacoleiros e os laranjas levados do Brasil, e ainda, os motoqueiros, os taxistas e os paseros. Todos trazendo as mercadorias para serem comercializadas e consumidas em território brasileiro.

Ao mesmo tempo, no sentido inverso, há inúmeras carretas levando outras mercadorias recebidas nos portos brasileiros para o Paraguai, realimentando o circuito. Os ônibus que aparecem na foto, geralmente transportam trabalhadores paraguaios e brasileiros que atuam no comércio de fronteira ou turistas, mas os ônibus que transportam sacoleiros normalmente não realizam a travessia da ponte, ficando estacionados em Foz do Iguaçu.

A travessia representa o local e o momento em que grande parte dos indivíduos envolvidos no circuito se relacionam, dessa forma cada um segue executando a sua função, sendo que a dinâmica desta convergência de atividades, em que a mercadoria é trazida de diferentes países onde são produzidas e movimentadas por trabalhadores vindos de diversas regiões, somado a atuação do Estado na fiscalização aduaneira e controle de fronteiras e finalmente com as tentativas de resistência impostas pelos trabalhadores, nos remetem a imaginar um entrelaçamento de escalas geográficas para observar uma realidade conflitante, extremamente movediça e impossível de ser descrita na sua plenitude.

[...] capitalist globalization as an intensely contradictory integration, fragmentation, polarization and redifferentiation of superimposed social spaces [...] this tension between global integration and territorial differentiation leads to a ‘generalized explosion of spaces’ in which the relations among all geographical scales are continuously rearranged and reterritorialized. (BRENNER, 2000: 361)<sup>9</sup>.

A segunda articulação importante se dá quando os camelôs e sacoleiros acionam o condutor do ônibus, ainda no local de origem, pois nesse momento se discute o valor da passagem, o horário da volta e os possíveis acertos com a fiscalização durante o retorno. A principal preocupação do condutor do ônibus é com a fiscalização realizada pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).

---

<sup>9</sup> [...] o capitalismo globalizado é uma intensa e contraditória integração, fragmentação, polarização e re-diferenciação super impostas aos espaços sociais [...] essa tensão entre integração global e re-diferenciação territorial conduz a uma “explosão generalizada dos espaços” em que as relações entre todas as escalas geográficas são continuamente rearranjadas e reterritorializadas (BRENNER, 2000, p. 361).

A terceira articulação dá-se é logo na chegada em Foz do Iguaçu (PR) quando centenas de ônibus transportando camelôs e sacoleiros de diversos lugares do Brasil são aguardados pelos condutores de vãs a partir das três horas da madrugada. Estabelece-se uma logística de transporte, fundamentada via rádio de comunicação e telefone celular, onde se misturam trabalhadores de nacionalidade brasileira e paraguaia. O mesmo ocorre do lado paraguaio, em Ciudad del Este, cujo objetivo principal é cruzar a Ponte da Amizade.

A impressão que tivemos durante o primeiro Trabalho de Campo realizado no Paraguai no ano de 2005, foi o de se tratar de uma rede de transporte clandestino. No entanto, a informação dada pelo Fiscal da ANTT no ano de 2007 se contrapõe ao nosso entendimento.

Por motivos da região da tríplice fronteira conter as características de rota de contrabando e clandestinidade que lhe é peculiar, houve ofensiva do governo federal no sentido de fiscalizar e manter um controle rigoroso sobre todo tipo de transporte do modal rodoviário que trafega naquela região. O resultado destas medidas é que hoje o transporte em Foz do Iguaçu e nas proximidades é totalmente controlado pela ANTT. Há registros de todos os veículos e condutores, o problema maior é com relação ao Paraguai, fora do território brasileiro. Porém, não há um controle tão rigoroso em outras regiões por não oferecerem o mesmo risco. Posso te dizer com segurança que na tríplice fronteira tudo está controlado. Mas, o rigor da fiscalização não impede que com o tempo outras regiões venham a desempenhar o papel de canal de entrada das mercadorias, já que os limites fronteiriços do território nacional são muito extensos e os países vizinhos muito vulneráveis à circulação mundial das mercadorias. (Informação verbal)<sup>10</sup>.

A quarta articulação também se dá na Ponte da Amizade quando são acionados no circuito de circulação de mercadorias, ao mesmo tempo, os condutores de motos (motoqueiros) e os *paseros*<sup>11</sup>. Esta articulação ocorre em duas frentes, ou seja, os motoqueiros e os paseros são acionados tanto no sentido Brasil/Paraguai como no sentido inverso, pois não dependem somente dos sacoleiros e camelôs, mas sim de todo o comércio de fronteira, transportando mercadorias também legalizadas dos comerciantes dos dois lados da Ponte da Amizade. Nesta mesma articulação se encontra o barqueiro, que apesar de no dia-a-dia se ocupar da pesca ou do transporte legalizado, vem sendo cada vez mais atraído para o circuito da *camelotagem* na medida em que é acionado por camelôs e sacoleiros para cruzar mercadorias.

---

<sup>10</sup> Depoimento dado em setembro de 2007. Por motivos de respeito à cláusula do contrato de trabalho, o fiscal da ANTT é impedido de dar informações em nome da Agência, portanto não pode ter seu nome divulgado.

<sup>11</sup> Optamos por diferenciar o pasero (denominação paraguaia) do motoqueiro porque existem paseros que cruzam a Ponte da Amizade a pé levando as mercadorias em mochilas, em carrinhos de mão ou de bicicletas.

A quinta articulação se expressa por meio da atividade dos carrinheiros<sup>12</sup>. Estes atuam somente no Paraguai e podem ser acionados pelos camelôs e sacoleiros do Brasil, pelos cajeros ou mesiteros<sup>13</sup> paraguaios (Figura 2) e também pelos proprietários de lojas de Auto-serviço<sup>14</sup>.

Figura 2: Lojas de Auto-Serviço, Cajeros e Mesiteros em Ciudad del Este (PY)



Fonte: Ivanildo Dias Rodrigues, Trabalho de Campo, fevereiro de 2005.

A (Figura 2) serve para ilustrar o que estamos chamando de cajeros e mesiteros. Trata-se das Barracas com lonas de cores diversas nas ruas e calçadas, também pode ser uma banca (mesita), no Paraguai, ou um pequeno trailer ou casinha de metal (caja ou casilha) no Paraguai. Paralelo às barracas, na extremidade direita na foto podemos observar as lojas de auto-serviço.

---

<sup>12</sup> Os carrinheiros são trabalhadores geralmente do sexo masculino, mas de diferentes idades (idosos, em idade ativa e adolescentes) que transportam mercadorias no Paraguai mediante uso de um carrinho de almojarifado que possibilita transportar cargas com peso elevado, podem ser de nacionalidade paraguaia ou brasileira, apesar de existirem em maior número no Paraguai. É importante diferenciar o carrinheiro que atua no Paraguai com carrinho de almojarifado, daquele que atua em Foz do Iguaçu levando mercadorias escondidas nos guarda volumes com carrinhos de mão, principalmente porque o carrinheiro atua somente nesta atividade enquanto o outro, em Foz, pode ser qualquer pessoa, inclusive o dono do estabelecimento usado como guarda volumes.

<sup>13</sup> Os cajeros e mesiteros correspondem ao que entendemos no Brasil como camelôs com ponto fixo.

<sup>14</sup> Lojas e estandes de compra de mercadorias diversas no Paraguai parecido com uma galeria ou um pequeno *shopping*.

A sexta articulação também é mais perceptível quando focamos diretamente o Paraguai, local onde os camelôs e sacoleiros, diante do interesse de levar o máximo de mercadoria possível, fazem uso do laranja que aluga seu direito de adentrar a fronteira de outro país com uma cota legal de mercadorias, quando na verdade a mercadoria pertence a terceiros. Estes podem trabalhar para simples camelôs, sacoleiros, consumidores comuns, consumidores de grandes lojas do comércio formal e até mesmo grandes redes de contrabando. Existem muitos laranjas no Paraguai somente para realizar esta atividade, mas há casos em que os camelôs levam um funcionário, parente, amigo ou uma pessoa contratada especificamente para atuar como laranja.

Aquele que atua somente como sacoleiro, (sem ponto fixo) é quem mais utiliza o laranja do Paraguai, pois, na maioria das vezes compra uma grande quantidade de mercadorias diversas, (já que atua na compra por encomenda), diferentemente do camelô (com ponto fixo) que costuma comprar apenas os itens de mercadorias que ele revende em seu boxe ou barraca.

Um detalhe curioso que nos chamou atenção se refere à grande necessidade de mobilidade que o laranja possui, já que são os principais alvos das medidas de controle e repressão do governo brasileiro, diante do entendimento de que a eliminação do laranja seria a forma mais eficiente de combater a pirataria e o contrabando na região da tríplice fronteira. Essa mobilidade garantiu a insistência na atividade mesmo após a sofisticação da fiscalização na nova Aduana. Existe recentemente outra análise de perspectiva que aponta o fim do circuito de circulação das mercadorias na Ponte da Amizade<sup>15</sup>.

Em todas estas atividades relacionadas até agora, os trabalhadores estão articulados de forma conexa e interdependente, e como é possível perceber, nesta complexa trama existe uma mobilidade muito grande por parte dos trabalhadores diretamente envolvidos. Há um movimento contínuo que é conectado pelo elo da mercadoria, e isso compõe apenas uma fração do que podemos entender como “nova informalidade” do trabalho.

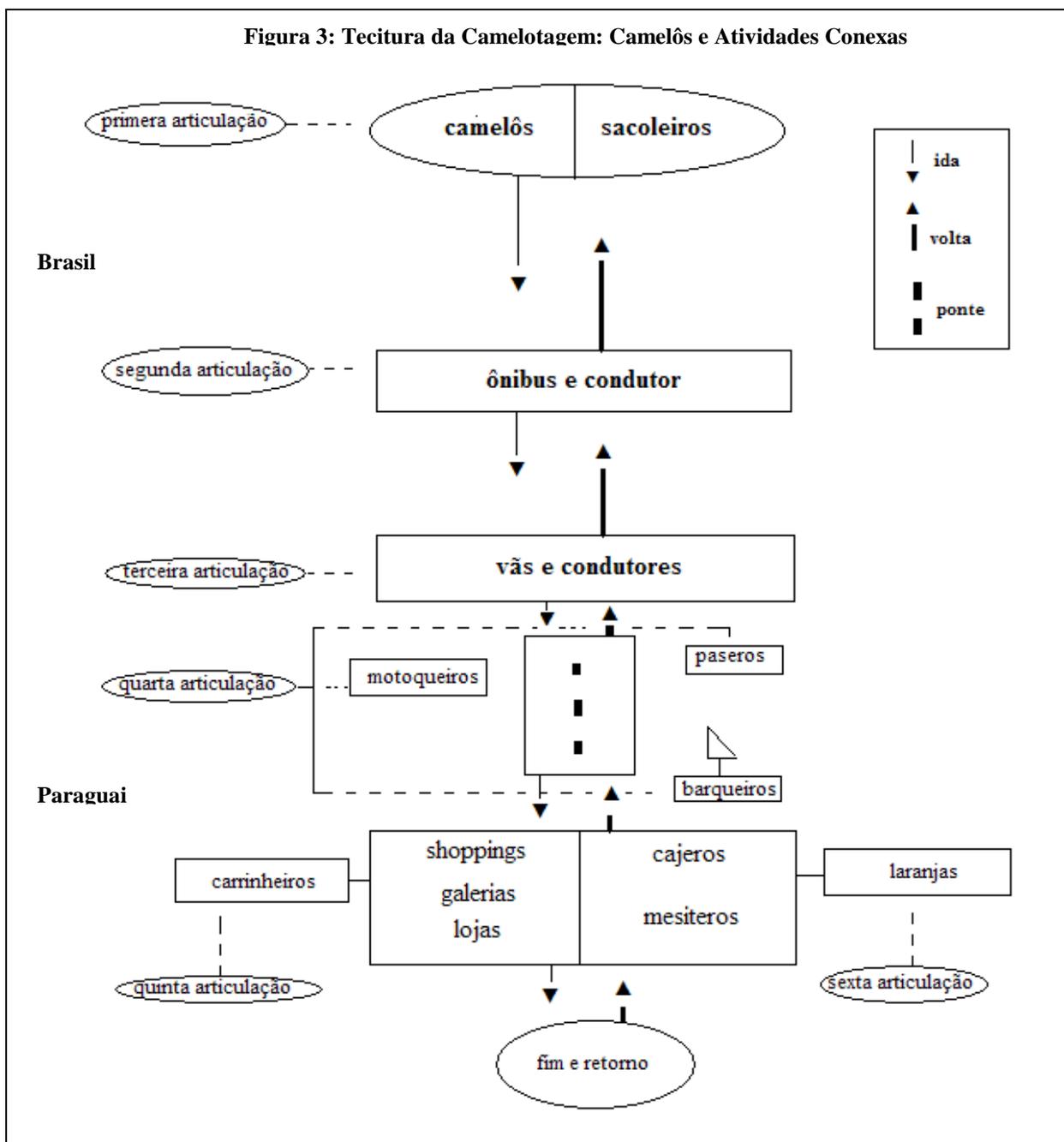
---

<sup>15</sup> Em artigo publicado no dia 25 de março de 2007 o jornal paraguaio ABC Color avalia que o modelo comercial de Ciudad del Este, baseado na importação de produtos vindos da Ásia e dos Estados Unidos e sua posterior revenda a brasileiros, argentinos e bolivianos, está com os dias contados, pois em 2010 ou 2011, os países do Mercosul devem necessariamente chegar a uma base tarifária comum, com alíquota de importação fixada em 20%, tornando o mesmo, em tese, o custo para importação de mercadorias em Ciudad del Este, São Paulo ou Buenos Aires. Nessa perspectiva, o jornal analisa que a grande vantagem do comércio paraguaio, historicamente, esteve nas reduzidas alíquotas cobradas dos importadores, aliada aos grandes percentuais de sonegação, que tornavam os produtos até 70% mais baratos que nos países vizinhos. Este tema foi motivo de um trabalho apresentado pelo economista Fernando Massi, na Universidade de Paris (França). Na opinião de Massi, apesar dos lucros imediatos, a manutenção do modelo comercial de Ciudad del Este por mais tempo é um erro. (WOJCIECHOWSKI, 2007, p. 1) Disponível em: <<http://sopabrasiguai.blogspot.com/2007/03/comrcio-de-ciudad-del-este-est-com-os.html>> Acesso em: 14 de novembro de 2007.

Em suma, camelôs, sacoleiros, laranjas, carrinheiros, cajeros, mesiteros, paseros, condutores de vãs, peruas e ônibus, e por fim o barqueiro constroem o que estamos denominando de tecitura, no sentido de que tecem uma “teia” de atividades, que elegemos em nossa pesquisa para explicar o fenômeno da *camelotagem* e sua dinâmica territorial como um circuito espacial (de circulação) de mercadorias que articula a atividade dos camelôs com as atividades conexas e as de suporte.

### 1.1.2 – O Circuito da Circulação das Mercadorias e as Atividades Conexas

Intentamos por meio da (Figura 3) tornar mais claro o funcionamento da trama de relações que compõe o circuito da *camelotagem*, ou da circulação de mercadorias que descrevemos até agora.



Apesar de apresentarmos a trama de atividades que compõem o circuito de circulação das mercadorias se faz importante ressaltar, mais uma vez, que nosso recorte territorial são os municípios de Presidente Prudente e Marília, ou seja, focamos especificamente a atividade dos camelôs destas duas cidades. Porém, por se tratar de um estudo de Geografia do trabalho<sup>16</sup>, no qual o foco de interpretação não é necessariamente o ambiente urbano e sim as relações que dão sentido e significado espacial às formas de expressão do trabalho na *camelotagem*, entendemos a articulação de atividades e escalas geográficas imprescindível para compreendermos toda a dinâmica cuja movimentação constante somente é perceptível no trajeto de compra, ou viagem ao Paraguai.

Em fevereiro de 2007 realizamos Trabalho de Campo no Paraguai no qual verificamos que os camelôs e atividades conexas estavam aos poucos transferindo o local de compra de Ciudad del Este, fronteira com Foz do Iguaçu (PR), para Pedro Juan Caballero, fronteira com Ponta Porã (MS), devido ao maior rigor imposto pela fiscalização na Ponte da Amizade. Isto se justifica principalmente após a construção da nova Aduana brasileira, conforme relatos dos próprios camelôs, sacoleiros e o proprietário do ônibus, que os transportavam de Presidente Prudente ao Paraguai.

Há que se destacar que o preço cobrado pela passagem é de R\$ 100,00, porém, a estratégia de desviar de postos de comando e pontos de fiscalização, pode aumentar o preço da viagem, obrigando-os a perder até dois dias de trabalho no repasse das mercadorias, bem como a contabilizar o pagamento de altos valores em propina. No entanto, não é preciso nenhum trabalhador inserido no circuito de circulação das mercadorias dizer que é necessário driblar a fiscalização, seja na aduana, no trajeto, ou nos pontos fixo, pois este entendimento já existe e é homogêneo e vale não somente para Ciudad del Este, mas para todos os centros de compra no Paraguai.

O preço das mercadorias encontradas em Pedro Juan Caballero (PY) é praticamente o mesmo, porém a variedade é bem menor se comparada com o comércio local de Ciudad del Este (PY). Além disso, a rede de cumplicidade e confiança estabelecida entre camelôs e

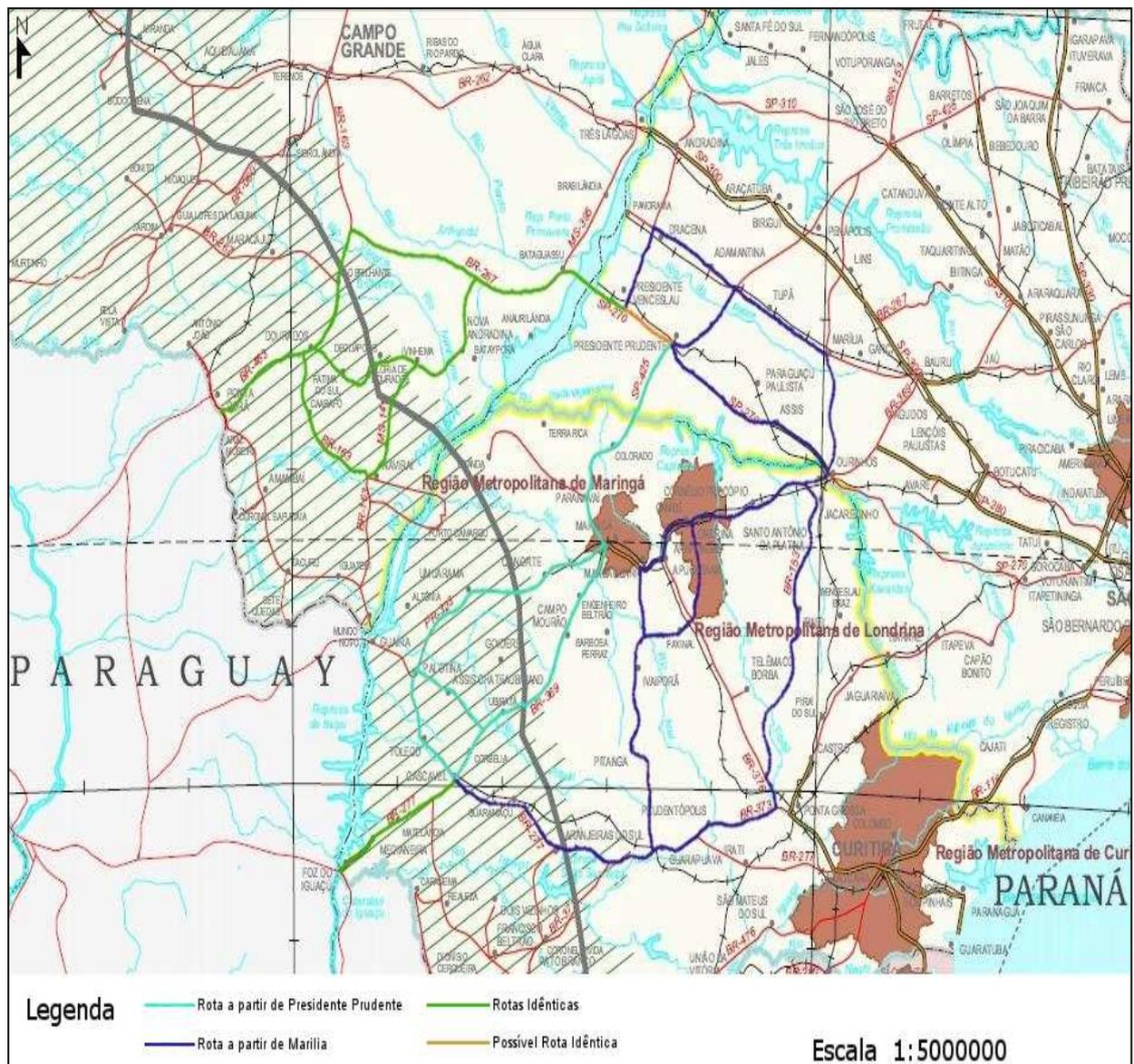
---

<sup>16</sup> “Denomina-se geografia do trabalho ao tratamento analítico do tema a partir das categorias geográficas. [...] o modo como o tema do trabalho pode ser investigado pelas categorias da paisagem, do território e do espaço, as categorias de base da geografia”. (MOREIRA, 2002, p. 20). “[...] ora mais ênfase na relação homem – meio, ora a organização espacial, a tecitura da sociedade vai sendo construída, sendo que o trabalho enquanto ato teleológico redefine constante e contraditoriamente o processo social e o espaço geográfico. Entendemos que a Geografia do Trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações. (THOMAZ JR., 2002, p.8)

atividades conexas, com os comerciantes paraguaios é bem mais intensa, na Ponte da Amizade, pois foram historicamente construídas.

Na (Figura 4), destacamos o trajeto realizado pelos camelôs e sacoleiros de Presidente Prudente e Marília à Foz do Iguaçu (PR), para em seguida atravessar a Ponte da Amizade e realizar suas compras em Ciudad del Este (PY). Destacamos também o trajeto á Ponta Porã (MS), para em seguida realizar a compras em Pedro Juan Caballero (PY).

Figura 4: Trajeto dos Camelôs de Marília e Presidente Prudente ao Paraguai (PY).



Fonte: IBGE, 2008. Org. Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.

Para melhor compreensão do trajeto deve-se considerar principalmente a rota traçada na cor “ciân” representando o caminho de Presidente Prudente no sentido Paraguai e a rota

traçada na cor “violeta” indicando o mesmo sentido, porém partindo de Marília. Em seguida, deve-se considerar a cor “verde” indicando rotas idênticas, ou seja, que pode ser seguida, tanto pelos camelôs e sacoleiros de Marília, como de Presidente Prudente, indo no sentido Paraguai, mas especificamente para Ponta Porã no Mato Grosso do Sul, conforme mostra a (Figura 4). A cor “abóbora” mostra uma possível rota idêntica que pode ser seguida pelos mesmos camelôs e sacoleiros dos mesmos municípios e é vista na (Figura 4), próxima da cidade de Presidente Prudente. As outras inúmeras rotas possíveis de serem usadas de forma improvisada são improváveis do ponto de vista do custo da viagem e dos riscos, por isso, não as consideramos em nossa pesquisa.

Indo ou voltando de Foz do Iguaçu (PR) este é o caminho mais viável. No entanto se o ônibus for clandestino ele tem como fazer outros caminhos para proceder os desvios. Na ida não há muito problema, pois a fiscalização vai olhar apenas a documentação, autorização de viagem e as condições técnicas do ônibus, na volta é que entra em ação a prática de desvio dos postos de fiscalização previamente “mapeados”. Em alguns casos se faz o uso de um “batedor” que vai à frente do ônibus observando os postos de fiscalização e pronto a voltar ou entrar em contato por rádio com o condutor do ônibus se for necessário. Houve épocas em que eram realizados os comboios, vários ônibus clandestinos, sem logotipo de empresas, se juntavam para passar pelos postos policiais em grupo, desobedecendo a ordem de parada dada por policiais rodoviários. Esta prática teve fim quando foram postas em ação medidas mais rigorosas de fiscalização pontual, volante e surpresa, a partir do ano de 2003, quando os policiais tiveram ordens para atirar nos pneus dos ônibus, se fosse necessário, para obrigar a parada.

Estes casos envolviam principalmente ônibus de outras regiões do país (Norte, Nordeste etc.) que devido à distância e o alto custo das viagens, lotavam os ônibus de mercadorias no bagageiro e no interior junto aos passageiros e tentava a qualquer custo completar o trajeto. Foi nesse mesmo período, nos momentos de conflitos mais intensos, que surgiram por parte dos próprios sacoleiros e condutores, as práticas de incendiar os ônibus lotados de mercadorias em sinal de protesto. As justificativas comumente apresentadas por camelôs e sacoleiros eram a necessidade de trabalhar e o alto índice de desemprego.

A viagem de Presidente Prudente (SP) à Pedro Juan Caballero (PY) dura 9 horas. Não existe possibilidade de fixar o horário da volta, pois tudo depende do possível “acordo

sagrado” estabelecido entre o proprietário do veículo de transporte e a fiscalização<sup>17</sup>. Por sua vez, para fixar acordos, a fiscalização não pode ser “fiscalizada” por seus superiores, assim é comum ocorrer atraso nas negociações, portanto, um ônibus que chega às 06h30min, pode ser obrigado a retornar apenas às 2h30min, da madrugada seguinte. Mesmo assim, permanece o risco de se deparar com a fiscalização volante. Ou seja, não há garantia de retorno sem o risco de apreensão das mercadorias independente do fechamento do acordo (R\$ 900,00 na base e R\$ 300,00 depois<sup>18</sup>) e a viagem de volta pode durar por tempo indeterminado, variando de 12 até 16 horas de volta para Presidente Prudente.

De acordo com os relatos existem duas situações de risco. A primeira situação se refere à possibilidade do ônibus ser interceptado por fiscais da Receita Federal ou pela Polícia Federal na Ponte da Amizade, obrigando as pessoas portadoras de mercadorias acima do valor da cota, a pagar os impostos de 25% sobre o valor das mesmas, estipulado pela Receita Federal. Mas, na segunda situação de risco, caso o ônibus seja barrado no trajeto Paraguai/Brasil, o pagamento passaria para 50% sobre o valor das mercadorias, quando isso ocorre, de acordo com os camelôs, torna-se inviável tentar uma recuperação das mercadorias, pois o pagamento dos impostos inviabiliza a obtenção de ganho na revenda.

Mas, há também a possibilidade do ônibus ser barrado por fiscais da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para averiguação da situação do veículo, neste caso os funcionários da ANTT atuam com apoio da polícia rodoviária, mas sem a preocupação com as mercadorias.

Verificamos que na viagem até Ponta Porã (MS) mesmo em território brasileiro, a fiscalização não é tão rigorosa como em Ciudad Del Este, por que Pero Juan Caballero (PY) não é um centro de compra de proporções preocupantes para a Receita Federal brasileira

---

<sup>17</sup> Não entramos em detalhes sobre os fiscais porque viajamos junto aos trabalhadores que atuam no circuito de circulação das mercadorias, no interior do ônibus existiam camelôs, sacoleiros, empregados de camelôs e o motorista do ônibus com um ajudante. Portanto, não nos identificamos como pesquisadores e sim como alguém que estava viajando para conhecer o centro de compras no Paraguai. No entanto, às vezes, tanto o motorista do ônibus como os trabalhadores (passageiros) se referiam ao acerto com policiais rodoviários, com fiscais da Receita Federal, mas sempre com a preocupação maior com relação à fiscalização brasileira, tendo em vista que no Paraguai a fiscalização não possui o mesmo rigor. Em suma não possuímos a identificação dos fiscais, até porque somente o motorista se desloca pra fazer tais negociações enquanto os trabalhadores seguem para realizar suas compras.

<sup>18</sup> Estas afirmações estão embasadas nos diálogos que presenciamos no interior do ônibus, no decorrer da viagem realizada ao Paraguai no Trabalho de Campo de fevereiro de 2007. São afirmações do proprietário do veículo de transporte, de sacoleiros responsáveis pela organização da viagem e dos camelôs presentes. Como envolve todos os interessados, optamos por excluir a hipótese de ser uma estratégia de extorquir dinheiro dos viajantes por parte do proprietário do ônibus.

(Figura 5). Já em Cidade del Este (PY), a presença dos camelôs e sacoleiros foi fator de alteração total da dinâmica do comércio local.

[...] até a década de 1980, o perfil majoritário dos que iam fazer compras em Puerto Presidente Stroessner<sup>19</sup> era o daquele que compra produtos para consumo não comercial. Os esquemas de introdução de mercadorias para a revenda no Brasil não estavam associados a pessoas que viajavam ao lugar. A partir dos anos 80, começa a crescer o número daqueles que compram com o fim de revenda, passando a ocupar ao final dessa década o lugar central entre aqueles que chegam à cidade (RABOSSI, 2004, p. 55).

Ou seja, se a maioria dos trabalhadores envolvidos no circuito da *camelotagem* buscarem estes novos centros de compra, pode haver mudanças significativas do ponto de vista da dinâmica do comércio local.

Figura 5: Comércio em Pedro Juan Caballero (PY)



Fonte: Ivanildo Dias Rodrigues, Trabalho de Campo, 2007.

Na (Figura 5), a fotografia foi tirada em horário comercial, e este é o cenário em Pedro Juan Caballero (PY) onde a movimentação de camelôs, sacoleiros e atividades conexas é bem inferior a Ciudad del Este. Há grande diferença entre as duas cidades paraguaias como centros de compra, com relação à grande movimentação de trabalhadores e também o que estamos denominando circuito da circulação das mercadorias em que os camelôs e as atividades

---

<sup>19</sup> Porto Presidente Stroessner é o antigo nome de Cidade del Este (PY).

conexas comparecem como agentes responsáveis pela transformação da dinâmica econômica local.

Em julho de 2007, durante entrevistas realizadas junto aos camelôs de Presidente Prudente, nos foi afirmado que a fiscalização está se intensificando nas novas rotas de circulação, conforme o relato do camelô Antônio, em 30 de julho de 2007.

Depois da aduana nova tinha gente até descendo mercadoria por cordas na ponte para fugir da federal, você deve ter visto isso nos jornais. Mas isso acabou. Agente parou de ir para Foz do Iguaçu porque declarar tudo não compensa. Veja bem, se é bazar ou brinquedo só posso trazer 3 peças de cada. Se é CD ou DVD posso trazer 5 unidades, mas no geral não pode passar de 15 peças, isso agora na nova lei. Para levar laranja tem que pagar tudo para ele, aí encarece muito. Por isso, fomos pra Pedro Juan, mas agora acabou também, teve gente abusando e trazendo muita coisa, a federal já fechou o trecho, não dá mais. É melhor voltar pra Ciudad del Este e apelar pros barcos. (informação verbal)<sup>20</sup>.

A questão principal que se coloca é se vai predominar ou não a lógica de produção e circulação das mercadorias articulada ao desemprego. No nosso entendimento, estes são os dois pilares de sustentação da rota de contrabando de mercadorias, porque aumenta o número de trabalhadores antes inscritos no trabalho formal e agora dispostos a atuar em tais atividades, junto aos trabalhadores que por opção própria já se encontravam neste circuito.

No lastro das mudanças na economia formal e informal composta por trabalhadores formais e informais, é comum existir casos de lojas da economia formal que comercializam produtos contrabandeados do Paraguai, adicionando-os no seu estoque e nas vitrines, mesclando dessa forma mercadorias declaradas com mercadorias não declaradas, tornando assim mais obscuro o entendimento com relação ao circuito das mercadorias. Afinal qual é o grande problema, que se coloca hoje? É a procedência, a não tributação, a má qualidade ou a pouca durabilidade das mercadorias? Ou a legalidade e ilegalidade da transação? Moralismos e discursos legalistas por parte dos comerciantes, de seus órgãos de representação e seus associados, não mais comovem, pois o argumento da ilegalidade e da tributação das mercadorias está fragilizado porque parte dos associados também está utilizando desse expediente.

Existem inúmeros pontos de fronteira por onde podem circular mercadorias, no caso de Ciudad del Este (PY) deixar de ser viável como grande centro de compra. Em Trabalho de

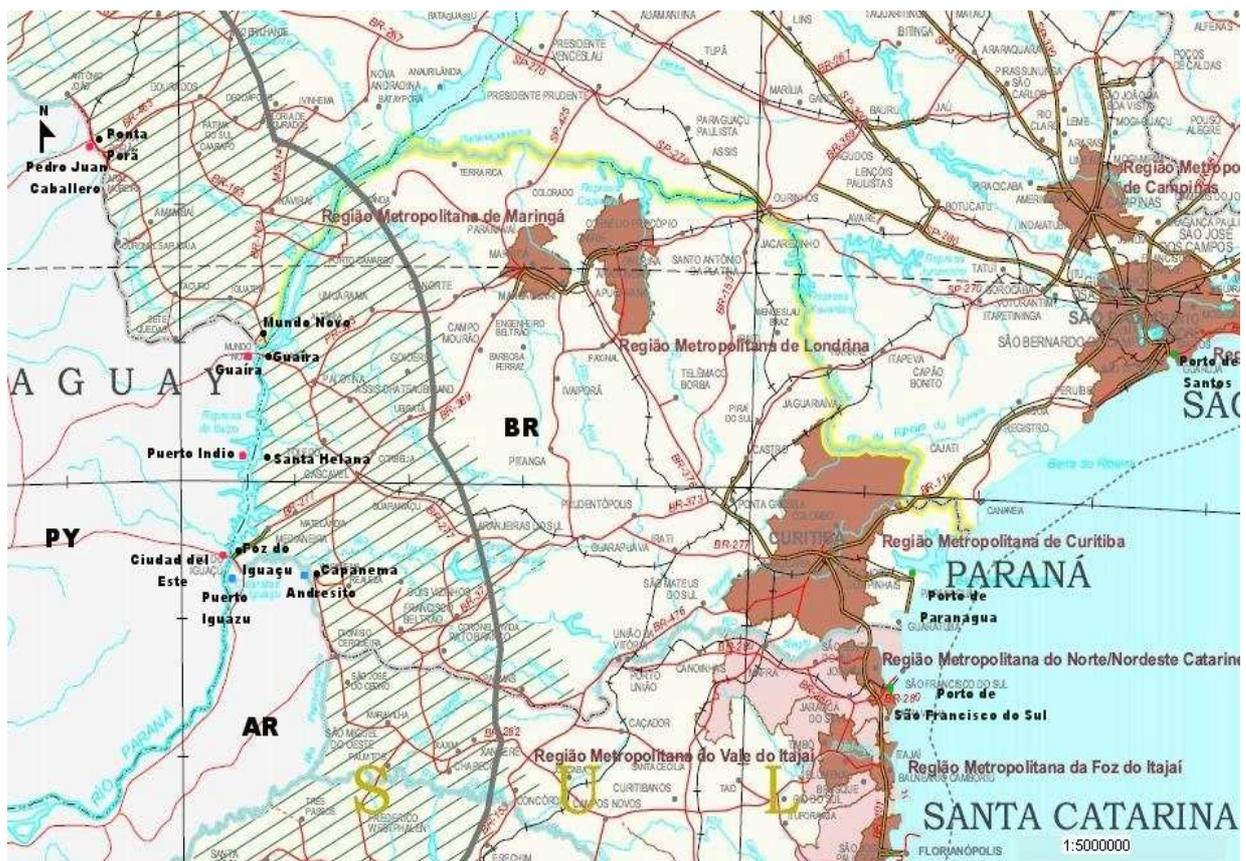
---

<sup>20</sup> Depoimento do camelô Antonio no dia 30 de Julho de 2007.

Campo realizado em março de 2007, percebemos que os primeiros pontos que comparecem como alternativa, são respectivamente Pedro Juan Caballero (PY) e Salto del Guaira. No entanto, em Trabalho de Campo realizado em outubro de 2007, verificamos um gradual retorno a Ciudad del Este. Constatamos que uma grande quantidade de mercadorias entra pelos portos brasileiros e vão direto para São Paulo, sem passar necessariamente pelo Paraguai, movimentando grandes redes de contrabando.

Na (Figura 6), na interface da linha de fronteira que separa o Paraguai do Brasil estão representados na cor vermelha os pontos de fronteira onde circulam as mercadorias que entram em território brasileiro. Considerando a quantidade de mercadorias e a importância da cidade escolhida por camelôs e sacoleiros comparece respectivamente: Ciudad del Este, Pedro Juan Caballero, Guairá e Porto Índio.

Figura 6: Possíveis Canais de Contrabando, Fronteiriços e Portuários



Fonte: IBGE, 2008. Org. Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.

Os pontos de cor verde apontam os principais portos por onde pode entrar as mercadorias que são comercializadas entre camelôs e sacoleiros no território brasileiro. De acordo com a importância e quantidade de mercadorias comparece respectivamente o Porto

de Santos, o Porto de Paranaguá e em seguida o Porto de São Francisco do Sul. Há outros portos brasileiros por onde podem entrar mercadorias semelhantes e abastecer outros estados brasileiros, mas no caso dos camelôs e sacoleiros do estado de São Paulo e também as grandes redes de contrabando e comerciantes formais que comercializam tais mercadorias, os portos em destaque na (Figura 6) tem maior representatividade.

Em suma, Ciudad del Este comparece como grande centro de compra, mas não o único, assim como a Ponte da Amizade representa o principal canal de circulação das mercadorias, mas existem vários pontos na fronteira Paraguai/Brasil que podem vir a exercer essa função além da entrada pelos sistema portuário.

### **1.3 A Lógica da Mercadoria Superando as Fronteiras**

A lógica de produção ampliada do capital não respeita fronteiras nem delimitações territoriais.

[...] a medida do progresso do “capitalismo avançado” tornou-se a eficácia com que o desperdício pode ser gerado e dissipado em escala monumental. A tendência a geração de desperdício não é um “desvio” ao “espírito do capitalismo” e em relação aos idealizados “sensatos princípios econômicos”. (MÉSZÁROS, 2002 p. 637).

Em sua tendência geral, de acordo com Mézáros (2002, p. 636-7), o modo capitalista de produção é inimigo da durabilidade, pois “*no decorrer de seu desdobramento histórico, deve minar de toda maneira possível as práticas produtivas orientadas-para-a-durabilidade, inclusive solapando deliberadamente a qualidade*”. Neste sentido, com relação às mercadorias que privilegiamos em nossos estudos, ou seja, aquelas comercializadas no circuito da *camelotagem*, cada vez mais a característica de pouca durabilidade e baixa qualidade está sendo desprezada pelos consumidores. Por exemplo, no caso de DVDs com filmes piratas, o preço irrisório supera a relativa falta de qualidade comparada ao filme original, o que estimula a compra, permutação e descarte entre os consumidores, ao invés da antiga opção de alugar um filme original nas locadoras.

Ressaltamos que atualmente existe nos países menos desenvolvidos uma grande quantidade de trabalhadores dispostos a atuar na compra, transporte e revenda dessas mercadorias por falta de alternativas no mercado formal de trabalho e mesmo por opção como complementação de renda, ainda que sob o risco de ser criminalizado.

Neste caso, a *camelotagem* analisada junto às atividades conexas, nos aproxima do entendimento das transformações ocorridas no mundo do trabalho, enquanto a observação dos camelôs de forma isolada nos mostra de forma parcial o fenômeno, ao esconder a fluidez do universo do trabalho e seus vínculos com a tecitura da informalidade. Não podemos desconsiderar as franjas de trabalhadores informais que o movimento sindical não consegue abranger, que o Estado tenta tributar, mas os desconhece e a Previdência Social não contempla, apesar destes trabalhadores atuarem no limite da legalidade, compondo um cenário conflituoso, tenso e de intensas disputas territoriais.

A existência da atividade dos camelôs articuladas as atividades conexas e de suporte, que compõem o circuito de circulação das mercadorias nos remete à dificuldade de compreensão do que é produtivo e improdutivo hoje para o capital. Pois, não nos parece se tratar de circuitos paralelos, ou economias distintas, tampouco de mercadorias diferentes em sua essência. No entanto, existe uma particularidade deste circuito em que a fiscalização não inibe a presença de homens e mulheres no interior do mesmo, apenas força um processo de troca de atividades, predominantemente informais e com marcas de precariedade, pois são trabalhadores que não são absorvidos pelo mercado de trabalho que cada vez mais exige mão de obra especializada para executar as atividades de trabalho presente nos centros dinâmicos da economia, a exemplo de São Paulo.

O trabalho manual direto está sendo substituído crescentemente pelo trabalho de maior componente intelectual, complexificando o universo do trabalho e aumentando a interação entre as atividades e os trabalhos produtivos que representam o processo de criação de mais-valia e valorização do capital. Todavia, não se restringem à espacialidade da fábrica se considerarmos a expansão do trabalho improdutivo<sup>21</sup>. Acrescentamos o trabalho realizado pelos camelôs e atividades conexas que não se encaixam nesses conceitos, pois realizam um conjunto de atividades laborativas que não são nem produtivas nem improdutivas.

Para Tavares (2004), a função produtiva ou improdutiva das diferentes formas de trabalho informal não é facilmente perceptível porque causa a impressão de se realizar livremente, ou seja, fora do comando capitalista, no momento em que a produção é transferida para fora do ambiente das fábricas, sendo espalhadas para unidades familiares ou fábricas de fundo de quintal e até mesmo para trabalhadores (as) autônomos (as). Mesmo assim, a autora defende que uma forma eficiente de compreender a “nova informalidade do trabalho” é

---

<sup>21</sup> De acordo com Thomaz Jr (2007), o trabalho improdutivo em vários países, já expressa mais da metade da população ativa, ou seja, 55% nos EUA, com taxas semelhantes no Brasil.

analisá-la mediante o uso das categorias marxianas de trabalho produtivo e improdutivo, porque mesmo com a produção de diversas mercadorias se realizando fora das fábricas, ainda continuam sob o comando do capital e dentro do sistema de produção capitalista.

Segundo Marx (1978) o trabalho produtivo é aquele utilizado no processo imediato de produção de mercadorias não importando, no entanto que tipo de mercadorias o trabalhador produz, sendo produtivo o trabalhador que se troca por capital e cujo resultado de sua atividade pertence a quem o contratou. Os trabalhadores improdutivos entram neste circuito atuando na venda das mercadorias produzidas pelos trabalhadores produtivos, atuam na esfera da circulação tanto do capital dinheiro como do capital mercadoria<sup>22</sup>.

Concordamos em parte com a abordagem de Tavares (2004), mas ao tomarmos como ponto de partida os camelôs, articulados às atividades conexas e de suporte respectivamente, compreendemos que as disputas territoriais expressas em diversas escalas, tornam a percepção do que é produtivo ou improdutivo, no sentido apontado por Marx, uma zona cinzenta de difícil percepção.

Por isso, buscamos observar na Ponte da Amizade, a circulação das mercadorias comercializadas numa ponta do circuito da *camelotagem*, ou sua tecitura para fortalecer o que intentamos apresentar como uma ampla e complexa trama de relações informais, considerando que há comerciantes legalizados que se abastecem também dessa informalidade ou de produtos contrabandeados. No entanto, se considerarmos todo o circuito de produção e circulação das mercadorias, os diferentes países envolvidos, principalmente China/Brasil/Paraguai, daí sim, concordamos que há “‘*fronteiras*’ *tênues, ligadas por ‘fios invisíveis*’ da produção capitalista que constituem partes de uma mesma organização produtiva” (TAVARES, 2004, p. 18-20).

Segundo Antunes (2000), no capitalismo tardio, a partir do momento em que o capital mundializou-se ficou cada vez mais difícil detectar o que é produtivo ou improdutivo, como fazia Marx. Neste sentido, entendemos como afirma Thomaz Jr (2007), a diminuição crescente e marcante do proletariado estável, especialmente nos países centrais do sistema, o aumento expressivo da degradação do trabalho, bem como o aumento das formas imateriais de trabalho, com o avanço do complexo informacional para as plantas fabris, as atividades de serviços e todos os setores laborativos nos indicam que o valor trabalho se metamorfoseia. Todavia, materializa sua existência na própria centralidade do trabalho abstrato, que, ao

---

<sup>22</sup> Esta idéia de trabalho produtivo e improdutivo partindo de uma interpretação de Marx se encontra no prefácio do livro “Os fios ‘invisíveis’ da produção capitalista” de autoria de Maria Augusta Tavares.

mesmo tempo, produz sua não centralidade, principalmente quando consideramos os altos índices de desemprego e a massa de excluídos do trabalho vivo. Isto é, existe uma dialética entre a centralidade e o descentramento do trabalho, como parte constitutiva do processo contraditório da sociedade do capital.

De acordo com Comim (2001), a cisão do mercado de trabalho brasileiro entre formal e informal, com este último passando a responder por um volume cada vez mais expressivo das formas de ocupações no Brasil, a partir da década de 1990, está ancorada em uma das heranças que nos foram legadas pela CLT. A Consolidação das Leis Trabalhistas data de 1943, e foi elaborada sob regime ditatorial de inspiração fascista. Portanto, trata-se de um modelo de regulação das relações trabalhistas extremamente *corporativo* devido à intensa presença do Estado na estruturação das relações de uso e remuneração da força de trabalho. Ou seja, é neste modelo que a legislação trabalhista brasileira tem seu enraizamento.

Paralelo ao antigo modelo da CLT, as leis previdenciárias também encontram dificuldade em reunir os trabalhadores informais, especialmente os camelôs, no que diz respeito à contribuição com a Previdência Social. Assim, os sindicatos de trabalhadores formais no modelo tradicional, não exercem influência sobre os postos de trabalho informal, pelo fato dessas ocupações não serem traduzíveis no formato clássico da representação sindical e dependentes do assalariamento e registro em carteira de trabalho. Apesar da dinâmica dos salários nos setores formais e informais serem atrelados, existe um conjunto de mecanismos que regem este vínculo e que ainda estão distantes da capacidade de influência e compreensão dos sindicatos, permitindo que as formas incipientes de organização do trabalho se apresentem como alternativas, enquanto as leis trabalhistas não forem adaptadas a nova realidade do mundo do trabalho.

Segundo Bihl (1991), desde o final da década de 1970, devido a fragmentação crescente há uma “paralisia” do proletariado ocidental enquanto força social. Os trabalhadores inscritos no que o autor denomina *economia subterrânea* que tentam escapar ao desemprego, trabalhando clandestinamente, se submetem constantemente a situações de subcontratação em relação à economia oficial, o que os leva a um isolamento que prejudica a organização política na defesa de interesses comuns.

Em nossa pesquisa não convergimos com o entendimento de *economia subterrânea*. No entanto, detectamos que o fato de trabalhar clandestinamente submete o trabalhador a uma avaliação negativa e preconceituosa por parte dos meios de comunicação, das autoridades e da sociedade em geral. Em Ciudad del Este (PY) os comerciantes locais evitam os termos muambeiros, contrabandistas e sacoleiros, pois os termos carregam implícito uma carga de

preconceito muito grande, assim se dirigem aos compradores como compristas ou turistas, evitando a relação compra/contrabando, sabendo de antemão o desconforto que pode causar. Com relação a organização política, nossos estudos tem demonstrado que há experiências significativas de trabalhadores camelôs na busca de organização política, mesmo estando afastados dos trabalhadores e representantes do trabalho formal.

#### **1.4 - Os Camelôs, as Atividades Conexas e a “Classe Trabalhadora”**

Ao defender a categoria camelô e aquelas que exercem atividades conexas como parte integrante da classe trabalhadora que aumentou e se complexificou, partimos do pressuposto de que a categoria trabalho, enquanto “trabalho concreto”, no sentido proposto por Marx, é uma chave analítica para compreender o mundo do trabalho hoje, com isso assumimos um posicionamento teórico que nos leva a uma “leitura” geográfica do fenômeno.

Comprendemos que o conceito de classe trabalhadora no sentido clássico (marxista) não contempla as atividades até aqui descritas e, neste caso, concordamos com a idéia de que o conceito de classe trabalhadora necessita ser ampliado.

Os desafios estão postos, e para nós o mais importante é assumir que há limitações teóricas de elevada monta para entendermos o que está se passando no interior da classe trabalhadora, especialmente no Brasil [...] tendo em vista que a verticalização dos pressupostos eminentemente capitalistas da reprodução do capital, dissolve e refaz relações não capitalistas no interior do trabalho, entendemos que se faz necessário ampliar os horizontes dos significados, tanto de trabalho (como categoria marxiana) quanto da classe trabalhadora (THOMAZ JR, 2007, p. 8).

Nossa pesquisa evidencia a existência de uma ampla gama de atividades informais. Porém, entendemos que o estudo dos camelôs, de forma isolada, impede a compreensão desta atividade no interior das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, por tratar-se de uma articulação de atividades, expressão da divisão técnica e territorial do trabalho, que envolve não somente o camelô, enquanto aquele trabalhador que atua na venda das mercadorias para o consumidor final, mas também as atividades conexas.

Aquela velha economia informal já não é a mesma, e hoje cada vez mais a economia do crime se articula à economia burguesa como parte do mesmo todo. A economia do crime tem suas especificidades, porém como parte intrínseca à economia burguesa, por isso o papel

do Estado é hora proibir, hora mediar outra hora permitir certos expedientes, que do ponto de vista legal deveriam ser proibidos. No entanto, sempre se privilegiam a comercialização de um tipo de mercadoria que deve ser produzida e vendida para abastecer uma parcela da população, que não tem acesso as mercadorias mais caras. E no geral, em outros países como a China, Índia, Coréia etc. parece haver cada vez mais, no atual momento do modo de produção vigente no mundo, uma busca da diminuição do preço das mercadorias, já que não é possível aumentar o ganho dos trabalhadores, estes independente do local onde se encontram, e da cultura que possuem, ao serem submetidos à lógica capitalista de exploração do trabalho, passam todos a vivenciar a característica de precariedade do trabalho, pois em qualquer situação, o trabalho sob exploração para a valorização do capital, torna-se sempre precário.

De acordo com Thomaz Jr (2007), a bagagem cultural dos trabalhadores, assim com os elementos que estão na base das suas identidades de classe devem ser considerados, na exata dimensão da plasticidade que reflete suas diferentes formas de externalização. Pois, existe uma constante migração de atividades laborativas, condições de trabalho e vínculos territoriais no seu exercício cotidiano que exige a compreensão dos elementos que compõem o trabalhador no nível material e subjetivo.

Para isso, é necessário nos atermos às formas geográficas de externalização do trabalho, por meio de um movimento duplo, a um só tempo: a plasticidade existente entre as diferentes formas do trabalho (assalariados, camponeses, sem-terras, seringueiros, informais, desempregados, etc.), e as capilaridades entre as esferas da convivência em sociedade (social, política, econômica, cultural, etc). (THOMAZ JR., 2007, p. 09)

Os representantes do Estado nas diferentes instâncias reconhecem a importância quantitativa do grande número de trabalhadores que atuam na informalidade, por isso em certa medida admitem a existência de um problema social.

No entanto, as políticas governamentais conjuntas quase sempre são no sentido de tributar os trabalhadores informais.

A informalidade é freqüentemente tratada como um fenômeno uniforme, objetivo e mensurável por imposição do planejamento governamental e das políticas públicas, que exigem formas de mensuração objetivas e de fácil aplicação, muitas vezes padronizadas para comparações internacionais, reforçando a simplificação conceitual binária formal/informal. (NORONHA, 2003, p. 02)

Elegemos aquele trabalhador hora empregado no mercado formal, hora desempregado, hora na informalidade ou mesmo engrossando as fileiras de trabalhadores na luta pela terra, considerando que as alternativas existentes nestas determinadas condições já estão postas, independente de suas vontades ou preferências individuais.

No caso dos trabalhadores informais que vão para a *camelotagem*, sensíveis às adversidades, sem ter em quem se apoiar financeiramente para planejar uma carreira profissional, precisam dar respostas rápidas às demandas geradas pelo complexo social. Tudo isso aumenta a mobilidade na informalidade e, em conseqüência, sua transformação, tornando obsoletos os conceitos criados para compreendê-la na sua plenitude.

Entender a classe trabalhadora hoje, diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva, a polissemia do trabalho, requer que consideremos como parte integrante [...] também aqueles que mesmo se garantindo com certa autonomia em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores proprietários ou não dos meios de produção e inclusos na informalidade [...] (THOMAZ JR., 2002b, p. 12).

Neste contexto de espalhamento de realizações da apropriação do trabalho elegemos o circuito de circulação das mercadorias, para contribuir com o entendimento e ampliação do conceito de classe trabalhadora, pois consideramos que ele é composto por trabalhadores.

## CAPÍTULO II

### **A Diferença Entre o Discurso Oficial do Estado e a Realidade do Circuito de Circulação das Mercadorias**

Ao iniciar esta pesquisa, nossa principal dúvida era saber por que o número de camelôs havia se multiplicado em Presidente Prudente. Ao iniciar as primeiras leituras e tomar conhecimento da manifestação deste fenômeno na maioria das grandes e médias cidades brasileiras, acreditávamos que o motivo da existência destes trabalhadores estava estritamente ancorado à situação geográfica e a centralidade que o município de Presidente Prudente exercia em termos regionais com relação às cidades próximas.

Ao incluirmos o município de Marília em nosso recorte a intenção foi encontrar parâmetros que diferenciasse a expressão do fenômeno nas duas cidades, pois as semelhanças já eram previstas. O município de Marília também exerce centralidade econômica em sua região, assim como sua situação geográfica tem implicações do ponto de vista da geração de empregos.

Posteriormente, tomamos conhecimento de como o fenômeno da espacialização dos camelôs se manifestou com maior intensidade na cidade de São Paulo, não somente pela quantidade, mas também pela necessidade de adaptação à dinâmica de um grande centro econômico. Começamos então a assumir uma posição mais cautelosa ao detectar a existência de camelôs em várias cidades de pequeno porte, sobretudo por estes camelôs possuírem características diferentes, quando comparados aos mais antigos que ingressavam nessa atividade por incapacidade física ou educacional de inserção no mercado de trabalho formal. Também houve mudanças significativas do ponto de vista das mercadorias comercializadas, dos consumidores e dos próprios trabalhadores envolvidos.

Com o aprofundamento das investigações ficou evidente a impossibilidade de considerar a atividade dos camelôs isoladamente. A partir de então, procuramos direcionar nossos estudos considerando a função exercida pelos camelôs em seu movimento de interação com outras atividades, por isso veio à tona o circuito que reúne um conjunto de trabalhadores realizando funções complementares.

A pirataria, não faz parte de nossa abordagem, mas somos obrigados a considerar a convergência da atividade dos camelôs com a comercialização de produtos piratas por tal prática se materializar em grande parte das mercadorias comercializadas.

Para avançar, buscamos respaldo no conceito de fetichização das mercadorias, o que possibilitou compreender a não tributação de determinados produtos, como primeiro fator importante para o preço irrisório, porém ancorado a um segundo fator fundamental que é ser fruto da exploração de um trabalho que é socialmente combinado.

Investimos, então, na busca da percepção das marcas territoriais do trabalho, conservando a *camelotagem* como ponto de partida, e entendendo o conceito de território como base para a apreensão do fenômeno em estudo e, conseqüente ampliação do conhecimento. Pois, estão presentes no cotidiano destes trabalhadores, contradições e conflitos que os desafiam num movimento contínuo de criação, destruição e recriação, envolvendo disputas por poder e controle no âmbito do capital e do Estado em suas diferentes instâncias.

Quando conseguimos cercar de forma mais ou menos satisfatória nosso objeto de pesquisa deu-se à inauguração da nova Aduana, em outubro do ano de 2006, com impactos e mudanças significativas na atividade exercida pelos camelôs, nos obrigando a rever vários posicionamentos, principalmente após detectar as diferentes formas de destinação das mercadorias apreendidas.

Até então, acreditávamos que as formas de sofisticação da fiscalização implantadas pelo governo federal tinham como objetivo inibir e combater o contrabando. Nos discursos de vários representantes do governo através do Ministério da Fazenda, da Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Agências Reguladoras, era defendida a estratégia de sofisticação da fiscalização aduaneira, pontual e volante como meio eficiente de causar o estrangulamento do circuito da mercadoria pirata e de procedência duvidosa, o que levaria ao aumento do preço, na medida em que os camelôs, ao perderem suas mercadorias começariam a tomar seguidos prejuízos abandonando aos poucos esta atividade, não acionando outras atividades o que finalmente poderia estrangular o circuito.

A primeira questão que nos ocorreu foi: Como estes trabalhadores seriam absorvidos pelo mercado de trabalho? Para comprovar ou refutar algumas hipóteses, planejamos realizar um trabalho de campo seguindo a seguinte metodologia. Primeiro, realizamos uma viagem à Ciudad del Este (PY), e logo em seguida, retornamos direto para a cidade de Marília, guardando como chave de entendimento a data do dia 12 de outubro dia das crianças, data em que o comércio formal e informal é aquecido ao mesmo tempo.

Então refutamos a primeira hipótese e em nossa análise a sofisticação da fiscalização não diminui o número de trabalhadores que compõem o circuito da circulação das mercadorias, apenas os obriga acionar expedientes clandestinos. No dia 12 de outubro a venda

de brinquedos e outras mercadorias foi intensa em Ciudad del Este, assim como o movimento na nova Aduana, conseqüentemente, as vendas no camelódromo do município de Marília “diminuiu” no geral mas aumentou pontualmente.

Devemos ressaltar, no entanto, que as formas de fiscalização, assim como as delimitações institucionais e discursos moralistas voltados ao caráter de clandestinidade da atividade dos camelôs, e a natureza da mercadoria que comercializam, não fornecem sustentação para afirmar que esta atividade está diminuindo, pelo contrário, esta e muitas outras atividades conexas e de suporte parecem estar aumentando.

## **2.1. Os Trabalhadores Camelôs no Município de Presidente Prudente (SP)**

Conforme constatamos durante pesquisa realizada ainda no âmbito da iniciação científica, os primeiros camelôs comparecem em Presidente Prudente no ano de 1991. Depois disso, paulatinamente o fenômeno foi tomando proporções consideráveis, ganhando expressividade com a construção do camelódromo, inaugurado em 16 de maio de 1995. O mesmo encontra-se até hoje na Praça da Bandeira<sup>23</sup>, área central da cidade e local de grande fluxo de consumidores, contendo 250 boxes.

A construção do camelódromo de Presidente Prudente justifica-se pela necessidade de retirar os camelôs que se multiplicavam nas ruas e calçadas do centro da cidade. Na ocasião a então secretária do planejamento municipal, Cidene Miranda, elaborou uma lista contemplando os camelôs que se encontravam a mais tempo na atividade ou incapacitados fisicamente de exercer uma atividade no setor formal. O fiscal da prefeitura Adriano<sup>24</sup>, responsável pela elaboração da lista, afirmou em entrevista em junho de 2005, que o número de camelôs existentes nas ruas e calçadas não correspondia nem à metade da quantidade de boxes construídos. Desse modo, os camelôs que conseguiram um boxe no camelódromo, nem sempre correspondiam aos camelôs que constavam na lista. Esta informação nos deixou atentos a um possível processo nebuloso de seleção, com o favorecimento de alguns em detrimento de outros.

---

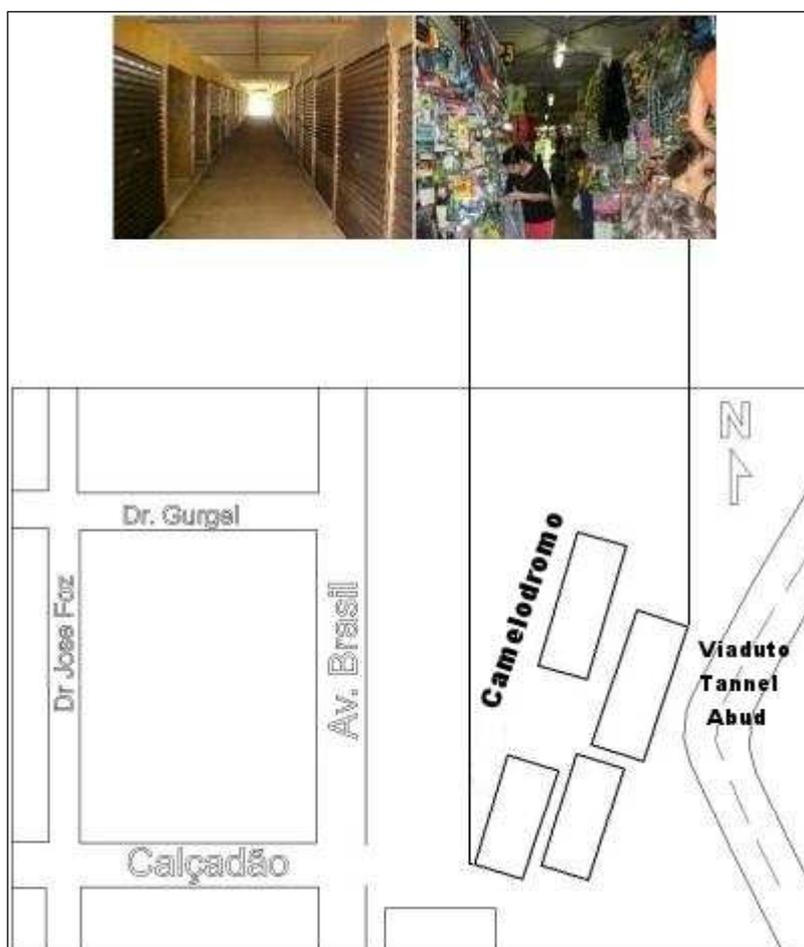
<sup>23</sup> Cf. GONÇALVES (2000).

<sup>24</sup> Não informou o sobrenome.

No entanto, a questão principal é que aparentemente, a construção do camelódromo acabou com o clima de tensão entre os representantes dos comerciantes legalizados e os comerciantes informais ou camelôs. Esta impressão é reforçada por motivos de não comparecerem mais notícias diárias na imprensa local relacionadas ao camelódromo. No entanto, podemos garantir a partir de uma pesquisa mais aprofundada, que a pressão dos comerciantes legalizados sobre seus representantes, para acionar o Poder Público Municipal no sentido de coibir a venda de produtos no camelódromo continuou e se intensificou no ano de 2008, assim como as disputas e os dramas entre os próprios camelôs no interior do camelódromo para a realização das vendas dos mesmos tipos de mercadorias em um mesmo espaço.

A (Figura 7) é um croqui ilustrando a área do camelódromo de Presidente Prudente.

Figura 7: Croqui do Camelódromo de Presidente Prudente SP



Fonte: Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.

Na (Figura 7) na foto da esquerda tirada no ano de 1995<sup>25</sup>, é possível notar o camelódromo após a construção, mas ainda sem as mercadorias, o que faz parecer que o espaço era suficientemente amplo. A foto da direita tirada no ano de 2007 mostra o mesmo espaço, porém com as mercadorias dispostas, demonstrando que o espaço é pequeno. Quando foi construído não havia iluminação, pintura e outras melhorias como ventiladores pisos etc.

O problema foi que o número de camelôs continuou a se multiplicar nas ruas obrigando a construção de novos pavilhões no camelódromo, até atingir a estrutura atual. No ano de 2005, alguns camelôs ignorando o fato de ocupar um espaço público de uso comum começaram a comercializar seus boxes por valores que variavam de R\$ 4.000,00 a R\$ 8.000,00. Uma prática expressamente ilegal e proibida, pois de acordo com as normas, quando um camelô se desinteressa pela atividade, ele deve comunicar a Secretaria do Comércio e Indústria, que irá destinar o boxe a uma pessoa que necessite e queira entrar neste ramo, sendo que deve haver licitação e publicada no Diário Oficial. Mas, na prática não é isso o que ocorre, e no nosso entendimento, a comercialização dos boxes se dá por motivos do Poder Público ter deixado os camelôs arcarem com as despesas do acabamento e melhorias e também por entrar pessoas logo na inauguração, em 1995, que não estavam nas ruas e calçadas.

Por que este fator justificou a “corretagem<sup>26</sup>?”. Porque os camelôs ao terem arcado com as despesas das melhorias realizadas nos boxes, com o passar dos anos começaram a entender que eram donos do espaço público, que este espaço não havia sido cedido provisoriamente ou por tempo indeterminado, mas para sempre.

Houve ainda casos de camelôs que alegaram ter comprado o boxe logo no início, e sem acusar diretamente funcionários do Poder Público Municipal, apresentavam notas promissórias e exigiam o direito de permanecer no boxe e de vendê-lo pelo preço que foi pago na compra, caso precisassem sair.

Mas, a solidariedade do trabalho existente quando os camelôs ainda se encontravam nas ruas e calçadas, começou desaparecer logo na inauguração do camelódromo, pois muitos entenderam que haveria locais específicos com maior fluxo de consumidores, assim se formou uma intensa disputa pelos melhores pontos de venda dentro dos pavilhões provocando um clima de individualismo que se estende até os dias atuais. Motivo este que leva, por exemplo,

---

<sup>25</sup> A fotografia da esquerda foi tirada no ano de 1995 por ocasião da pesquisa de Marcelino Andrade Gonçalves para elaboração de sua dissertação de mestrado. A foto da direita foi tirada por Ivanildo Dias Rodrigues no ano de 2007.

<sup>26</sup> A “corretagem” é o termo que se refere à venda, aluguel e posse de mais de um boxe pela mesma pessoa.

os idealizadores de “sindicatos de camelôs” na cidade de São Paulo a recusar a idéia de construção de camelódromos lançada pela Associação Viva Centro, por saberem que este formato de organização espacial leva ao acirramento da concorrência e posteriormente ao individualismo.

Com relação à “corretagem”, no ano de 2007 temos o relato do camelô João<sup>27</sup>. Este possui dois boxes no interior do camelódromo, um em frente ao outro. Em um vende brinquedos e eletro-eletrônicos, no outro apenas DVDs com filmes “piratas”. No início, o mesmo afirmou trabalhar apenas com brinquedos, mas ao longo da aplicação do questionário encontramos um ponto em comum entre nós, ou seja, sua antiga profissão era de pintor automotivo e a minha também. A partir desse diálogo se estabeleceu uma relação de confiança, então abandonamos momentaneamente o questionário e passamos para uma entrevista, através da qual obtivemos as informações expressas no extrato a seguir.

Estou no ramo há três anos, comprei este box e paguei R\$ 8.000,00, trabalhei junto com minha esposa que já trabalhava antes nas duas bancas de revistas que meu sogro possuía aqui próximo ao camelódromo. Há poucos meses comprei este outro box por R\$ 10.000,00, aí da frente, que hoje deveria estar fechado, pois é minha esposa que cuida dele, eu não entendo muito de filmes. Minha esposa não está aqui porque foi viajar para o Paraguai para comprar mercadorias. Eu inventei de abrir os dois boxes ao mesmo tempo e só tive dor de cabeça hoje. Tem gente que vem compra 4 filmes por R\$ 10,00, leva embora e assiste e depois vem querendo trocar por outros alegando estar com defeitos, se der mole o carinha fica o ano inteiro assistindo seus filmes só na base da troca. Só não fecho ele agora, porque é o que dá mais dinheiro. Eu vendi de brinquedo até agora (08h00min às 15h00min) R\$ 15,00. Já neste box só de filme já vendi R\$ 200,00. Quando está bom vende R\$ 400,00 por isso que todo mundo quer vender essa mercadoria, mas quem veio para cá no começo, logo que surgiu o DVD ficou rico (informação verbal)<sup>28</sup>.

Além da corretagem é comum atualmente na atividade de camelô a relação de assalariamento, na qual o dono de um Box emprega um ou mais funcionários. Isto foi constatado em nossa pesquisa de campo tanto em Marília como em Presidente Prudente e também na cidade de São Paulo, onde não existem camelódromos com boxes padronizados,

---

<sup>27</sup> Não informou o sobrenome.

<sup>28</sup> Depoimento dado pelo camelô senhor João no dia 30 de Julho de 2007.

mas sim pontos fixos nas ruas e calçadas. Portanto, trata-se de uma realidade da atividade e não apenas dos camelódromos padronizados.

Esta mesma relação foi encontrada por nós entre camelôs nas capitais de Fortaleza (CE), São Luiz do Maranhão (MA), Belém (PA), cidades que visitamos nos meses de junho e julho de 2007 em oportunidades que participamos de eventos científicos, e também nas cidades de Pedro Juan Caballero e Ciudad del Este, ambas no Paraguai.

Nota-se entre os camelôs em geral, a predominância do entendimento da sua atividade como permanente e não mais como provisória. Este talvez seja o principal atrativo para pessoas egressas do mercado de trabalho formal, bem como do comércio formal para fugir do desemprego e do regramento tributário.

Verifica-se atualmente que os camelôs mais antigos, que conseguiram relativo sucesso na atividade foram aos poucos adquirindo mais boxes. Outros, sem sucesso, foram vendendo seus boxes para seus próprios pares ou para pessoas egressas do comércio formal e foram migrando para outras atividades informais. Desse modo, no seio da corretagem existente no camelódromo de Presidente Prudente, houve a articulação de vários boxes por um mesmo proprietário. Construíram ainda uma espécie de rádio comunitária que faz propagandas sobre o comércio dos camelôs.

Há que se destacar que por trás do individualismo que permeia essa atividade atualmente, se esconde a história que antecede a construção do camelódromo, fruto de embates e disputas travadas pelos camelôs enquanto estavam nas ruas e calçadas.

Quando os camelôs estavam nas ruas de Presidente Prudente e recebiam pressão por parte dos fiscais do Poder Público Municipal, para retirarem suas barracas das calçadas a pedido dos comerciantes legalizados, por intermédio do Sindicato do Comércio Varejista, eles se juntavam em grupos e insistiam em permanecer nas ruas. O mesmo ocorria quando eram forçados a se mudarem para locais distante do fluxo de consumidores. Por trás dessa união e insistência em permanecer nas ruas estava levantada a bandeira do direito de trabalhar e garantir o sustento dos filhos etc. Essa união foi se desfazendo aos poucos após a construção do camelódromo, houve duas tentativas frustradas de formação de associação e vários projetos de construção de um sindicato que mal saiu do papel e no ano de 2007, constatamos que não há nenhum tipo de organização política.

Em relação à extinção da associação dos camelôs, entrevistamos o seu ex-presidente no ano de 2007. *“Acabou porque estava dando muita confusão. O Brito, me parece que vai*

*retomar a idéia de criar o sindicato, mas até agora não posso te dizer nada. Eu não participo mais, chega de dor de cabeça”* (informação verbal)<sup>29</sup>.

Os defensores ou participantes da extinta associação alegam que as divergências foram motivadas pelo fracasso em relação a uma contribuição de R\$ 5,00 estipulada pelo presidente. Porém, há outras explicações como relatou o camelô Antônio.

Não pode ser ingênuo. Você sabe que nessas coisas de associação e sindicato existe política. Uma associação se não tem arrecadação tem gasto e o dinheiro vai ter que sair do bolso de alguém. Mas, o racha foi porque outro grupo lá de baixo (extremidade do camelódromo) tinha a idéia de através da associação transformar isso aqui em uma micro empresa, do tipo de uma gigantesca loja de bazar, do tipo R\$ 1,99. Daí, o presidente da associação não topou. Entenderam, e espalharam que a recusa foi porque aqueles que já estavam na diretoria, sabiam que se fosse cobrada a taxa, ia poder desviar uma parte. Depois, vai aumentando a taxa aos poucos. Você sabe como funciona não é? A questão é que o Baraneck saiu, a outra chapa ameaçou assumir, mas recuou daí a associação faliu. (informação verbal)<sup>30</sup>.

Do exposto até aqui, devemos reter os seguintes aspectos. Existia uma associação formada no próprio âmbito do trabalho dos camelôs, no entanto foi fechada sob pressão do Poder Público, sob a alegação de ocorrência de corretagem no camelódromo de Presidente Prudente, prática esta, em tese, expressamente proibida. Uma nova associação foi formada, contendo um estatuto legal redigido pelo Poder Público e um quadro de diretores formado por camelôs bem localizados no interior do camelódromo e imposto para o conjunto de trabalhadores camelôs. A formação do sindicato não foi aceita nem pelos camelôs nem pelo Poder Público e o fato é que hoje não existe mais a associação nem o sindicato.

Na cidade de Marília até o momento não conseguimos detectar nenhuma iniciativa neste sentido e os camelôs se reúnem em grupos apenas quando é necessário participar de reuniões com representantes do Poder Público Municipal.

---

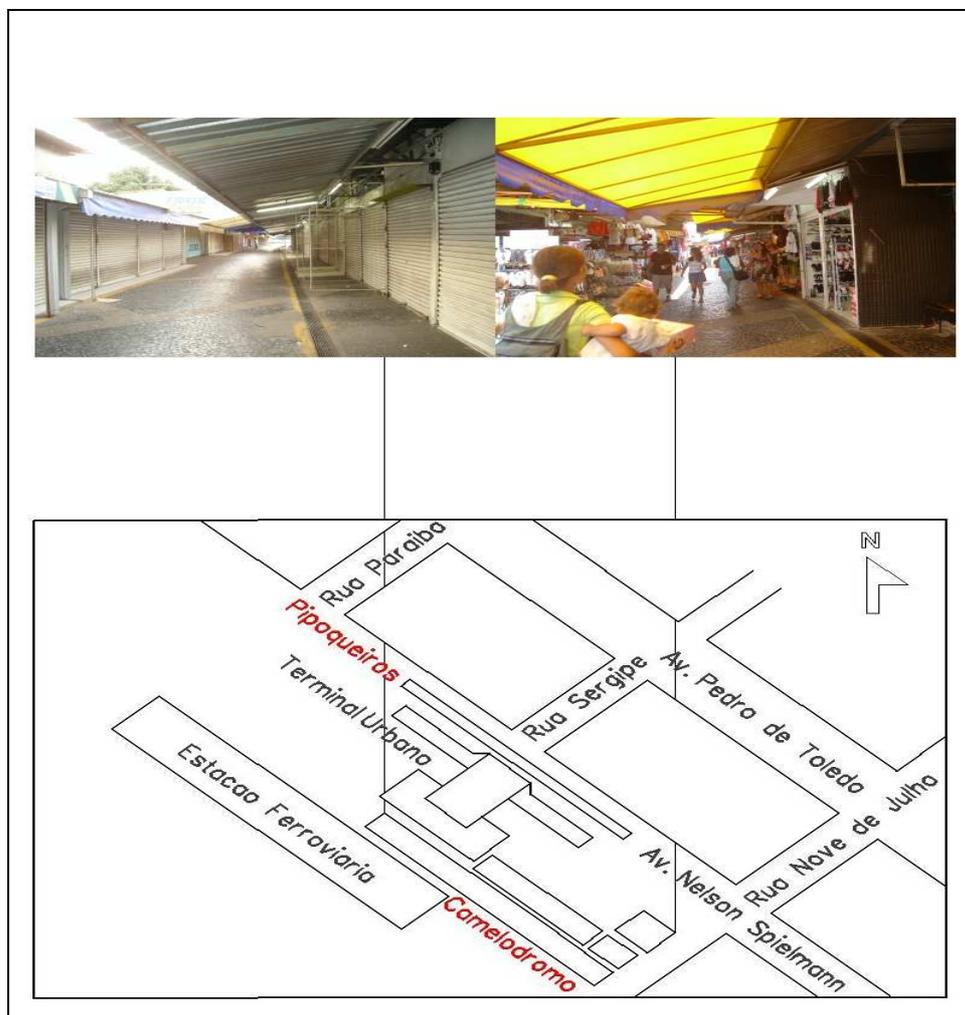
<sup>29</sup> Depoimento dado pelo senhor Ataíde Baraneck em Trabalho de Campo realizado no dia 29 de Julho de 2007.

<sup>30</sup> Depoimento dado pelo camelô senhor Antônio no dia 30 de julho de 2007.

## 2. 2. Os Trabalhadores Camelôs no Município de Marília (SP)

No município de Marília<sup>31</sup> o camelódromo foi inaugurado em 1994, mas desde o ano de 1989 já havia camelôs, ou ambulantes, nas calçadas, principalmente na Rua Nove de Julho, uma das vias comerciais mais movimentadas na época. Atualmente, conforme mostra a (Figura 8), o camelódromo do município de Marília se encontra próximo ao Terminal Rodoviário, local de grande fluxo de potenciais compradores e próximo a antiga Rua Nove de Julho, atingindo ao todo 180 boxes.

Figura 8 : Croqui do Camelódromo de Marília (SP)



Fonte: Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.

<sup>31</sup> Marília está localizada a oeste do estado de São Paulo, Área da unidade territorial: 1170 Km<sup>2</sup>, Latitude do distrito sede do município: - 22,21389° - Longitude do distrito sede do município: - 49,94583° - Altitude: 675 m. Segundo Tomé (2003), a cidade de Marília obteve no ano de 1999 o maior índice de desenvolvimento do estado. Na estimativa populacional do IBGE-2006 possuía 224.093 habitantes.

No município de Marília, da mesma forma como em Presidente Prudente, os conflitos entre economia formal e informal tiveram como protagonistas os comerciantes legalizados acionando seus representantes sob a alegação de pagar tributos e encargos trabalhistas e os camelôs alegando a necessidade de trabalhar. Houve uma diferença de expressão do fenômeno de dois anos entre os dois municípios, porém ambos eram influenciados pelos intensos embates entre camelôs e comerciantes legalizados que ocorriam diariamente na cidade de São Paulo e eram noticiados nos jornais impressos e televisivos a partir da metade da década de 1980.

Segundo Tomé (2003), Marília é considerada pólo industrial da região, com mais de 400 indústrias instaladas, o que lhe sustenta o título de “Pólo Nacional do Alimento”, e atraindo uma intensa população flutuante advinda da região. Acrescenta-se a isso a existência das universidades UNESP e UNIMAR, da Faculdade de Medicina (FAMEMA) e o Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM), como fatores que tornam ainda mais dinâmico o mercado de trabalho e a economia da cidade.

Para a mesma autora, a exemplo de grandes centros com a economia mais estruturada, na cidade de Marília a informalidade do trabalho é visível e possui características de precariedade, composta por catadores de material reciclável, ambulantes e camelôs.

Em Marília, os motivos que levaram a construção do camelódromo pelo Poder Público Municipal, foram parecidos com os detectados em nossa pesquisa em Presidente Prudente. Ou seja, a busca de um local no centro da cidade, onde houvesse fluxo de consumidores, e fosse ponto de consenso entre camelôs, comerciantes do comércio legalizado e Prefeitura.

Esta semelhança já tinha sido verificada no final dos nossos estudos de Iniciação Científica, antes de ampliar o recorte territorial, outrora restrito a Presidente Prudente<sup>32</sup>. Deduzimos que estas características são parecidas em todas as cidades onde o fenômeno da *camelotagem* se expressa de forma significativa.

Uma diferença fundamental detectada entre os camelôs dos dois municípios é com relação ao local de compra das mercadorias. Na cidade de Marília, de 30 camelôs inquiridos, 27 responderam que não compram suas mercadorias no Paraguai, em compensação o número de viagens à feirinha da madrugada em São Paulo é significativa, ocorrendo cerca de 3 viagens de ônibus por semana, além dos camelôs que viajam em carros particulares.

---

<sup>32</sup> A cidade de Marília foi incorporada apenas no projeto de mestrado.

Antes de incluir o município de Marília em nossos estudos, havíamos detectado que desde o ano de 2003, as apreensões de ônibus advindos do Paraguai transportando mercadorias de procedência duvidosa, se multiplicaram em diversos pontos do país, devido à intensificação das medidas de combate à pirataria exercida pelo governo federal.

No levantamento junto ao Jornal da Manhã, em Marília, no mês de abril de 2007, constatamos que a maioria das apreensões de ônibus com camelôs e sacoleiros aconteceu em Ourinhos, a 99 km de Marília na Rodovia Transbrasiliana, BR 153. Cabe destacar, que o maior número de publicações noticiando apreensões de ônibus neste local, ocorreu em 2006.

No período estipulado para levantamento das notícias de jornal (2005/2007), foi no ano de 2006 o maior número de publicações destacando apreensões de ônibus neste local.

Visando acompanhar a construção da nova Aduana brasileira, no ano de 2006, efetuamos levantamento no *site* “sopa brasiguai”, no qual constatamos que diante do atraso na inauguração, o governo exigiu a intensificação de medidas de combate e apreensão nas rodovias.

Comparando as notícias deste *site* com as do Jornal da Manhã, constatamos a existência de uma base da Polícia Rodoviária Federal na Transbrasiliana (BR - 153). Por ser próxima a outras rodovias como a Raposo Tavares (SP - 270), na divisa com o estado do Paraná, isso torna a região de Ourinhos uma rota de contrabando (Vide Figura 4, p. 21).

Contudo, deduzimos que as várias operações pontuais deflagradas constantemente pela Polícia Rodoviária Federal, e seu conseqüente aumento no referido período, tem relação com as eleições presidenciais no Brasil e com as diversas atividades informais dependentes do comércio paraguaio.

A relevância da quantidade desses trabalhadores se torna explícita, ao verificarmos que a inauguração da nova Aduana brasileira na Ponte da Amizade, inicialmente prevista para 15 de agosto de 2006, foi postergada devido ao período das eleições presidenciais no Brasil. O atraso já era previsto no jornal paraguaio “ABC Color”, em junho de 2006, quando já afirmava que no caso de haver segundo turno em 29 de outubro, as novas instalações seriam entregues apenas no mês de novembro, como de fato aconteceu.

O governo brasileiro ao contabilizar os trabalhadores camelôs, assim como as atividades conexas (sacoleiros, laranjas, carrinheiros, condutores de veículos, paseros, barqueiros), como eleitores, sabia que estava sob um “teto de vidro”, e a iniciativa de construir a nova aduana para sofisticar a tributação das mercadorias oriundas do Paraguai teria efeitos negativos, considerando a repercussão na mídia, em face de milhares de trabalhadores

dependem desta rota de comércio informal (Paraguai/Brasil). Decorre daí a estratégia de adiar a inauguração/entrega da nova Aduana.

A maioria das notícias levantadas no Jornal da Manhã, em Marília, destacou além das fiscalizações de rotina, as operações surpresas e em conjunto entre Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal. As blitz eram realizadas regularmente, como parte de um cronograma mensal elaborado pela superintendência em São Paulo.

Em trabalho de campo realizado na cidade de Presidente Prudente em abril de 2007, já foi possível sentir os reflexos da nova Aduana. De um total de 30 trabalhadores inquiridos, 28 camelôs, ou seja, 93% do total de formulários aplicados, responderam que a partir da inauguração da nova Aduana brasileira, em novembro de 2006, o número de viagens ao Paraguai diminuiu, o ganho na revenda das mercadorias diminuiu e o número de perda das mercadorias aumentou. Isto se deve às apreensões realizadas pela fiscalização aduaneira, fiscalização pontual nas rodovias ou pela fiscalização volante durante o trajeto de volta das viagens para compra das mercadorias. Os camelôs destacaram a necessidade de buscar outros locais de compras como o Brás e Santa Efigênia em São Paulo ou Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá no Paraguai, fronteira com Sete Quedas (PR).

Se a sobrevivência na *camelotagem* já era difícil antes e piorou com a construção da Aduana, a questão que se põe é: Por que tantos trabalhadores insistem em permanecer nesta atividade?

Segundo Tomé (2003) as atividades exercidas no setor informal como um todo, em alguns casos, são estratégias de sobrevivência, em outros, oportunidades de negócio. Mas pondera que isso depende da posição na estrutura de classe a qual o trabalhador pertence (p.11) e ao concordar com a afirmação de Engels de que os homens não podem explicar seus atos pelos seus pensamentos, devendo explicá-los pelas suas necessidades que, refletidas no seu cérebro, faz com que eles tomem consciência delas, defende ser a atividade exercida pelos trabalhadores camelôs uma estratégia de sobrevivência.

Em nossa pesquisa percebemos no circuito da *camelotagem* atualmente que prevalece a lógica de produção e circulação de mercadorias fetichizadas, fruto do trabalho estranhado, direcionadas a um público consumidor cada vez mais diversificado do ponto de vista do poder aquisitivo. Portanto, atuar neste circuito envolve principalmente a necessidade de trabalhar, e a perspectiva de circulação rápida das mercadorias que possibilita o ingresso de muitos trabalhadores. Estes ao serem pressionados por todos os lados, pelo desemprego, pela tributação, pela concorrência ou corrupção, conseguem permanecer no circuito migrando de atividades, ora como camelô, ora como sacoleiro, ora como laranja. Seja abastecendo

consumidores diretos, ou outros camelôs ou lojas do setor formal, que cada vez mais compram estas mercadorias.

Para Tomé (2003), trabalhar como camelô é dar uma resposta real e concreta aos limites impostos pela totalidade das relações sociais e mais diretamente, aos limites impostos pela própria condição de classe. No nível ontológico isso significa prioridades impossíveis de serem eliminadas da reprodução do ser humano enquanto ser social. Ou seja, a satisfação das necessidades puramente biológicas ou a luta pela existência, sem as quais não há reprodução da vida do ser social. Em suma, trabalhar para viver e os camelôs estão inseridos no interior de relações econômicas capitalistas, com o grande capital ditando as regras do jogo.

Neste sentido, cabe ao Estado tributar as mercadorias, e controlar as atividades que compõem o circuito de circulação das mesmas, o que gera os conflitos e disputas territoriais, pois de acordo com Gonçalves (2000) a não tributação das mercadorias é um fator determinante para a realização das vendas, e o pagamento dos devidos tributos, ao encarecer o produto, impossibilita a obtenção de um ganho minimamente necessário para os trabalhadores camelôs se manterem na atividade. Decorre daí a busca por expedientes clandestinos e as tentativas de burlar a fiscalização para revender as mercadorias, e de preferência aquelas com grande circulação, no caso hoje em dia, os equipamentos de informática com seus acessórios, e os eletro-eletrônicos.

Percebemos por meio do levantamento em jornais, realizado em Marília, uma grande preocupação das autoridades em combater a venda de cigarros contrabandeados, mas não presenciamos a venda de cigarros de forma significativa e o que há em comum nos dois camelódromos, das duas cidades, é a preferência por trabalhar com CDs, DVDs, equipamentos de informática e eletro-eletrônicos, ratificando a constante convergência com a “pirataria”, considerada atividade criminosa.

### **2.3. A Camelotagem e o Território**

Com relação à venda de mercadorias piratas ou fruto de contrabando na *camelotagem* existe consenso por parte de todos os agentes envolvidos (camelôs, lideranças, e Poder Público) de que o correto é a declaração das mercadorias. Entre os líderes dos sindicatos de camelôs, apesar das divergências de postura política, o único ponto de convergência é a opinião contrária à pirataria e ao contrabando. No entanto, este tipo de mercadoria motiva

conflitos em diferentes escalas geográficas e encontra entre os camelôs terreno fértil de comercialização.

Neste sentido conforme destaca Thomaz Jr.:

[...] os rearranjos do metabolismo do capital em escala mundial, e seus efeitos se espalham e os reordenamentos daí decorrentes, desde o final dos anos 1980, orientam novas linhas de expressão do conflito social, não se restringindo ao formato clássico capital x trabalho, porém envolvendo outras formas de configuração da dominação de classe, que implica novos olhares sobre as delimitações clássicas do que é trabalhar sob distintas relações sociais de produção e de trabalho (2007, p. 2).

Desse modo, os diferentes discursos contrários à comercialização de determinadas mercadorias, que não coincidem com a prática, assim como o discurso político de tributar as mercadorias para formalizar os trabalhadores informais e as promessas não cumpridas de geração de milhares de empregos com carteira registrada, comparecem como estratégias de disputa de território.

Há que se destacar aqui que apreendemos a tentativa de criação de “sindicatos de camelôs” também como disputas territoriais, considerando a seguinte afirmação:

Os territórios são países, Estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento, enfim o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder é concedido pela receptividade. O território é ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (FERNANDES, 2005, p. 3).

No nosso entendimento, tanto em Marília como em Presidente Prudente, do ponto de vista dos conflitos, a exemplo do que Souza (2003)<sup>33</sup> entende como formação de territórios, os embates se deram quando os camelôs se encontravam nas ruas e calçadas, mas articulando esse entendimento de território com a afirmação “*porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades*” (FERNANDES, 2005, p. 3), compreendemos

---

<sup>33</sup> Marcelo José Lopes de Souza focando os camelôs na cidade do Rio de Janeiro defende que a ocupação de calçadas e logradouros públicos gera uma situação em que se dá a formação de territórios com uma temporalidade bem definida e possuindo uma dimensão de conflitos entre os usuários do espaço que o territorializam. SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO I. E; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. **Geografia Conceitos e Temas**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, v. 1 c. 1 p. 77-116, 2003.

que mesmo posteriormente, com a construção dos respectivos camelódromos nas duas cidades, a disputa por território ainda continua. Isto é, os conflitos permanecem na medida em os camelôs vivem constante situação de insegurança, pelo fato de que possivelmente nunca irão adquirir o título de posse definitivo de um boxe, isto é, este será sempre uma concessão do Poder Público, porque é um espaço de uso público.

No caso específico de Presidente Prudente, após a construção do camelódromo em uma praça pública, o fato de muitos camelôs instalados não corresponderem às características que o Poder Público definiu *a priori*, somado a responsabilidade dada a cada camelô de arcar com os custos das melhorias dos respectivos boxes, levou ao novo fenômeno da “corretagem”. Aqui se evidencia a disputa por um espaço no interior do camelódromo em que os preços variam de R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00. Obviamente a “corretagem” não poderia acontecer, mas o aparente absurdo de vender o espaço público ocorre, tornando ainda mais tensa e contraditória essa atividade.

Hoje, quando o Poder Público é notificado de que há camelôs possuindo até 5 boxes, camelôs alugando, outros vendendo, e alguns que possuem comércio no mercado formal e também um ou mais boxes no camelódromo, ao mesmo tempo, não consegue tomar providências. Mas logo no começo quando surgiram as primeiras denúncias, muitos camelôs já apresentavam promissória e cópias de cheques comprovando que não ganharam o boxe, que este não foi cedido e sim vendido. Ou seja, algo errado foi feito no início, no ato da construção do camelódromo e na distribuição dos boxes.

Isso explica, em parte, a postura de um camelô que sob a justificativa de ter comprado e pago pelo boxe, defender a expulsão do outro, que sobrevive nesta atividade sem possuir um ponto fixo, vendendo nos arredores do camelódromo.

Da mesma forma, não podemos imaginar que todos os camelôs do camelódromo têm as mesmas características e dificuldades daqueles que vivenciaram a situação de conflito nas ruas e calçadas no início da década de 1990, pois muita coisa mudou e surgiram ramos específicos, que ao convergir com a pirataria, se tornaram lucrativos. Esta heterogeneidade dificulta qualquer tipo de organização política porque quem está conseguindo melhor desempenho nas vendas passa a se entender mais como um patrão de si mesmo ou proprietário do próprio negócio do que como um trabalhador camelô, acirrando o individualismo característico desta atividade.

O papel “sinistro” do Poder Público Municipal também ocorreu com relação aos camelôs na cidade de São Paulo por ocasião do episódio da “máfia dos fiscais”, apesar de apresentar características diferentes. Este foi um raro momento em que o individualismo se

desfez, e a história mostra que os camelôs de São Paulo, de certa forma, perceberam a importância de se unirem para combater uma situação em que o conflito por disputa de território os colocava em situação de desvantagem tão intensa, que comprometia a própria existência na atividade.

Em um universo de 150 camelôs, entre os 30 camelôs inquiridos na cidade de Marília, apenas 8, desempenhou alguma função em empresas com carteira registrada, portanto 27% dos camelôs, foram anteriormente trabalhadores de fábricas. As empresas mencionadas foram Sasazaki (esquadrias metálicas), Sakata Hort-Fruit, mas a maior parte veio de empresas produtoras de fios para tecidos, malharias e também lojas de roupas no comércio formal.

Existe uma relação muito próxima entre a descentralização da indústria têxtil e a atividade dos camelôs. Podemos detectar alguns sinais dessa transformação através do número de trabalhadores que saíram de antigas fábricas de tecelagem e foram trabalhar como camelôs, assim como na comercialização de vestuários, artigos esportivos (camisetas de times, acessórios etc.) produzidas em empresas informais, nas conhecidas “fábricas de fundo de quintal”.

Estas mercadorias em especial compõem um dos principais itens que circulam no circuito da camelotagem, e articulam principalmente os camelôs e os sacoleiros.

O Paraguai (PY) não é visto como centro preferencial de compra de roupas e tecidos pelos camelôs e sacoleiros, com o fim de revenda. Mercadorias deste tipo são compradas em território brasileiro. As principais cidades citadas pelos camelôs são: Ibitinga, Monte Sião, Cianorte e a cidade de São Paulo, principalmente no bairro do Braz na “feirinha da madrugada”.

O comércio formal de roupas, diante da concorrência dos camelôs e sacoleiros vivencia também o desaquecimento das vendas. Neste movimento, os comerciantes acabam demitindo funcionários ou desistindo do comércio formal, e ambos migrando para a informalidade. Recentemente a rotatividade no setor comerciário de roupas aumenta, o emprego formal diminui, mas a circulação das mercadorias (vestuário) continua e se intensifica.

Neste caso em particular, presenciamos pelo menos três características comuns nos camelódromos de Marília e Presidente Prudente: a) ex-funcionários de lojas do setor formal vão buscar como funcionários de camelôs uma colocação no mercado de trabalho informal; b) ex-funcionários de lojas compram ou alugam um boxe e passam a atuar como camelôs; c) ex-

proprietários de lojas no comércio formal compram e acoplam ou atrelam<sup>34</sup> dois ou mais boxes no camelódromo para atuar no setor informal e fugir da cobrança de impostos, aluguel e encargos trabalhistas, montando uma espécie de estande de vendas dentro do camelódromo.

Na observação da (Figura 9), o boxe do meio, de cor verde, corresponde ao espaço padronizado pelo Poder Público Municipal para atender a todos os camelôs. O boxe da direita, de cor prata, é duplo/conjugado e com o dobro do tamanho, enquanto o da esquerda, de cor vermelha, corresponde à junção de três boxes.

Figura 9: Boxes Conjugados no Camelódromo de Marília.



Fonte: Ivanildo Dias Rodrigues, Trabalho de Campo, outubro de 2007.

Assim como em Presidente Prudente, em Marília também há uma extremidade do camelódromo que oferece maiores possibilidades de vendas, trata-se da extremidade da parte mais antiga, onde foi inaugurado o primeiro pavilhão que vai do boxe de número 1 ao número 50. De acordo com os camelôs o motivo é o fato desta parte do camelódromo ser mais ventilada e com maior claridade, diferente da extremidade da parte inferior onde o corredor é

---

<sup>34</sup> Nesta dissertação estamos utilizando os termos acoplar ou conjugar para os casos de supostos camelôs que compram dois ou mais boxes um ao lado do outro, juntam todos eles ficando com um espaço maior que possibilita funcionar como uma pequena loja no interior do camelódromo. Este tipo de situação é mais comum na cidade de Marília, e apesar de em tese ser proibido, a forma encontrada para justificar tal prática é atribuir cada boxe a uma pessoa diferente, alegando a junção dos boxes a uma suposta parceria ou sociedade para vencer a concorrência. Os casos de boxes atrelados são mais comuns em Presidente Prudente, onde não presenciamos vários boxes transformados em um só. Porém há vários casos de um mesmo proprietário possuir vários boxes em diferentes locais do camelódromo sendo que todos funcionam de forma articulada para o abastecimento e complementação de mercadorias.

coberto e há boxes dos dois lados, o que torna o ambiente escuro e com pouca ventilação (corresponde a parte fotografada acima) e na extremidade oposta, no final do espaço do camelódromo, sempre houve pouca procura por parte dos consumidores. Devido a estas características há grande variação nos preços de venda e aluguel dos boxes encontrados na corretagem em Marília e também em Presidente Prudente, porém notamos uma significativa diferenciação nos preços (Tabela 1).

Tabela 1: Preço de Boxes nos Camelódromos de Presidente Prudente e Marília

Marília	Preço em R\$	Presidente Prudente	Preço em R\$
Extremidade mais antiga com maior fluxo	35.000,00	Extremidade mais antiga com maior fluxo	20.000,00
Parte intermediária com grande fluxo	30.000,00	Parte intermediária com grande fluxo	12.000,00
Extremidade oposta com baixo fluxo	20.000,00	Extremidade oposta com baixo fluxo	8.000,00

Fonte: Trabalho de Campo realizado em outubro de 2007.

Uma possível explicação para a diferença de preços nos dois municípios é justamente o fato de não haver boxes conjugados em Presidente Prudente, e sim atrelados. Em suma avaliamos que o boxe custa em média R\$ 10.000,00 nas duas cidades. Neste caso os boxes com valores acima de R\$ 30.000,00 em Marília correspondem a boxes triplos conjugados e localizados na parte que oferece maiores possibilidades de venda.

É claro que se você for à prefeitura para vender ou comprar um boxe, eles vão dizer não, isso não pode, tem que ter licitação. Mas, podemos fazer entre nós mesmos, agente acerta o preço, vai a um escritório e faz um documento, pode ser um contrato ou uma promissória. Fica tudo entre nós. O preço não é tabelado, mas ninguém paga mais que R\$ 35.000,00 e ninguém vende por menos de R\$ 20.000,00, eu nunca vi falar de nenhum caso. (informação verbal)<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Depoimento dado pelo camelô Márcio (não informou o sobrenome), de 50 anos de idade, no dia 11 de outubro de 2007. Márcio trabalha há 6 anos como camelô e seu boxe foi comprado. Na ocasião da compra o preço era mais baixo, pagou R\$ 15.000,00 em sociedade com o filho. Márcio já trabalhou como saqueiro e já possuiu durante 4 anos um trailer para o comércio de lanches, com o qual afirma, foi obrigado a mudar de local por mais de 6 vezes, por ordem da prefeitura sempre na mesma praça, destacando como uma das vantagens de ser camelô, o fato de não ter que mudar de ponto o tempo todo. Garante que seu trabalho hoje como camelô é bem mais fácil comparado com as atividades anteriores. Afirmou ainda que desde que foi inaugurada a nova Aduana, ocasião em que perdeu suas mercadorias na fronteira por duas vezes, nunca mais viajou para o Paraguai, atualmente realiza todas as suas compras na feirinha da madrugada em São Paulo e viaja todo domingo levando de R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00 em dinheiro para as compras e o preço da viagem de carro se for em duas pessoas

Outra possível explicação para o alto preço de um boxe é a procura por parte de pessoas que possuem capital inicial e buscam fugir dos impostos e do aluguel exigido para atuar no comércio formal. Existe em Marília o caso de uma comerciante de perfumes com dois boxes conjugados que antes possuía sua perfumaria no shopping. Há o caso de uma comerciante de brinquedos, que possui um espaço que corresponde a quatro boxes onde antigamente funcionava uma casa lotérica, e hoje está anexada ao camelódromo onde há maior fluxo de consumidores, a comerciante possui toda a estrutura de uma loja do comércio formal, porém nos afirmou que era camelô.

Um caso oposto foi o da comerciante Maria Aparecida que possui um boxe duplo conjugado e comercializa bonés, perfumes e produtos de beleza. A comerciante nos afirmou que não se considera camelô mesmo estando trabalhando no camelódromo, pois possui firma aberta há mais de 6 anos, já foi gerente de loja, e garante que camelô é aquele que atua na ilegalidade. Além do boxe possui em sociedade com o marido uma empresa de comunicação visual no comércio formal.

No município de Marília a atividade dos camelôs está caminhando para uma regularização forçada através da exigência do Poder Público de abertura de firmas pelos camelôs como condição para permanecer no camelódromo mediante o pagamento de impostos de forma lenta e gradativa.

Planejamos a data de nossas viagens ao Paraguai e Marília tentando visualizar *in locu* os momentos de aumento das viagens de camelôs e sacoleiros ao Paraguai para compra de mercadorias, com o objetivo de revenda, visando o dia das crianças. Assim, de posse de informações prévias levantadas no Jornal da Manhã, referentes ao período de 2005 a 2007, e ancoradas na leitura da Dissertação de Tomé (2003), referente aos trabalhadores camelôs, retornamos à Marília nos dias 12 a 14 de outubro de 2007, para finalizar nosso trabalho de campo. Escolhemos abarcar o dia 12 de outubro por ser dia das crianças, data de maior aquecimento das vendas, principalmente de brinquedos. Porém, antes, nos dias 09 a 11 de outubro fomos para Ciudad del Este (PY) pelo mesmo motivo, acompanhando ao mesmo tempo, o aquecimento das vendas e a “atmosfera” tensa na nova Aduana.

A nova Aduana foi inaugurada no final de outubro de 2006, portanto era a primeira vez que se presencia a circulação de mercadorias no dia das crianças, após a sofisticação da

---

dividindo os custos fica em torno de R\$ 50,00. Comercializa rádios, lanternas e filmes piratas, garante que a diferença de preço de São Paulo para o Paraguai é pequena não compensando correr o risco de perder as mercadorias, garante também que todas as suas mercadorias possuem nota, exceto os filmes.

fiscalização aduaneira, o que intensificou o clima de tensão e os conflitos no ato da declaração das mercadorias.<sup>36</sup>

No dia 09 de outubro presenciamos o aquecimento característico das vendas em Ciudad del Este (PY) correspondente a este período. No entanto, apesar do rigor da fiscalização implantado com a nova Aduana, houve aumento das vendas no Paraguai. Contrariamente, nos dias 11 e 12 de outubro, ao retornar ao Brasil e realizar o Trabalho de Campo na cidade de Marília, fomos surpreendidos ao presenciar no camelódromo um baixo desempenho nas vendas comparadas aos anos anteriores. Este dado faz mais sentido após a comparação com os dados sindicais a seguir.

Em pesquisa realizada pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Marília, cujo presidente é o senhor Mário Herrera, foi demonstrado que o número de cortes de empregados com mais de um ano de registro em carteira, cresceu 33% no mês de setembro. Ao todo, 157 funcionários foram demitidos em setembro de 2007, enquanto no mesmo período no ano de 2006, foram demitidos 118.

As empresas que mais demitiram seus empregados neste mês da pesquisa foram os estabelecimentos de comércio de roupas e confecção, os de móveis e eletrodomésticos e os supermercados. [...] mais homens que mulheres perdem seus empregos no comércio, 81 dispensas do sexo masculino contra 76 do sexo feminino. A maioria dos demitidos ocupam funções de vendedores mensalistas (85 dispensas), seguido por vendedores comissionistas (25 dispensas), gerente (três foram mandados embora em setembro) e caixa (cinco). Outros 39 dispensados exercem ocupações diversas no comércio. A maioria dos demitidos se encontra em uma faixa etária de 17 a 40 anos: 129 dispensados. Os outros 28 dispensados estão entre 41 e 53 anos. Quanto à formação, apenas quatro foram dispensados possuindo o nível superior, universitário. Com somente o primeiro grau, 66 foram demitidos e com o segundo grau, foram 87 dispensas. (Mário Herrera, presidente do Sindicato do Comércio de Marília)<sup>37</sup>.

Para o presidente do sindicato, a alta rotatividade do setor dificulta a permanência dos profissionais na categoria. No mês de agosto, o sindicato contabilizou 125 empregados demitidos, com mais de um ano de serviço. Em julho, 154 comerciários de Marília ficaram desempregados.

---

<sup>36</sup> Apesar do planejamento e de toda a estrutura projetada, os fiscais da Aduana corriam de um lado para o outro com ferramentas, medindo e tentando a todo custo improvisar espaços para empilhar as inúmeras caixas com mercadorias apreendidas em poder dos sacoleiros e camelôs, prevendo que o movimento iria aumentar em horário de pico.

<sup>37</sup> Estas informações foram publicadas no jornal “Diário de Marília” no dia 11/10/2007. Disponível em < [www.diariodemarilia.com.br](http://www.diariodemarilia.com.br) > Acesso em 17/10/2007.

O comerciário está deixando de ser emprego de carreira para se tornar função transitória, pois além de haver um declínio crescente na quantidade de empregos ofertados pelo comércio, ninguém também está mais parando empregado neste ramo de atividade. Já chegamos a ter dez mil comerciários, hoje a cidade oscila na média de 5.000 empregados<sup>38</sup>.

Interessante destacar, que durante Trabalho de Campo, por ocasião do dia das crianças, foi possível verificar entre os camelôs que comercializam brinquedos, sendo esta a mercadoria mais procurada nesta ocasião, que o descontentamento com as vendas era explícito. Coincidentemente, os proprietários de boxes que conseguiam melhor desempenho nas vendas, eram exatamente aqueles egressos do comércio formal como ex-comerciantes e ex-vendedores.

O Box de número 40 era duplo conjugado, entre as mercadorias curiosamente mescladas estavam bonés de marcas diversas, perfumaria e produtos de beleza em geral. Chamava atenção a forma bem organizada como as mercadorias estavam dispostas nos balcões e prateleiras de vidro, bem divididas e dispostas de forma a atrair a atenção do consumidor. A vendedora possuía todos os quesitos de uma profissional do mercado formal no que diz respeito ao atendimento, era uma das poucas que estava conseguindo realizar as vendas, apesar de ter reclamado que aquele movimento não correspondia de maneira nenhuma ao do dia das crianças, e que somente conseguiu vender no período noturno.

Não me considero camelô, para mim camelô é quem atua na ilegalidade, e eu tenho firma aberta há seis anos, fui gerente de loja de roupas por 10 anos. Primeiro comprei um boxe e vendia perfumaria por isso tenho minha clientela formada para este tipo de mercadoria, e por isso optei por mesclar perfume com bonés ao invés de outros artigos como camisetas ou bermudas. Depois comprei o boxe do lado e juntei os dois para aumentar o espaço. Não viajo para lugar nenhum para comprar mercadorias, tenho representantes que me abastecem e não trabalho sem nota fiscal. Estou aqui por causa da localização, do movimento de consumidores e porque aqui as condições são melhores porque não pago imposto, mas, eu tenho uma empresa de comunicação visual junto com o meu marido no centro da cidade no comércio formal. (informação verbal)<sup>39</sup>.

Enquanto reclamavam do fraco movimento durante o dia justamente no dia das crianças, os camelôs afirmavam que a esperança era a melhora no período noturno, o que de

---

<sup>38</sup> Jornal “Diário de Marília” no dia 11/10/2007. Disponível em < [www.diariodemarilia.com.br](http://www.diariodemarilia.com.br) > Acesso em 17/10/2007.

<sup>39</sup> Depoimento dado por Maria Aparecida (40 anos), no dia 11 de outubro de 2007, durante realização de Trabalho de Campo no município de Marília.

fato ocorreu como mostra a comparação do horário comercial com a extensão do horário até as 22h:00min nas duas fotos da (Figura 10). Nota-se que os consumidores se aglomeravam no local onde havia maior fluxo, e também os boxes conjugados, como é possível perceber ao fundo nas duas fotos, principalmente na da direita, tirada durante a noite.

Figura 10: Corredor Principal do Camelódromo de Marília



Fonte: Ivanildo Dias Rodrigues, Trabalho de Campo Realizado, outubro de 2007.

Diferente do que imaginávamos por motivos da intensa fiscalização, não houve escassez de mercadorias tampouco de consumidores. Houve sim, a centralização das vendas, nos boxes (triplo e quádruplo) conjugados, seguida dos boxes duplos e finalmente dos boxes unitários que são a maioria. Este fato nos obriga a lançar a hipótese de que os trabalhadores que realmente necessitam executar a atividade de camelô terão suas condições de existência ainda mais precarizadas. Acrescentamos à hipótese que a construção de camelódromos e distribuição de boxes padronizados já nasce com a função de manter a circulação das mercadorias, circulação esta que é acelerada à medida que aumenta a competitividade entre os camelôs.

Em todo dia 11 de outubro, véspera do dia das crianças, é comum um intenso fluxo de consumidores em busca de presentes nos camelódromos e no comércio formal. Desta vez, no entanto, desde o início do horário comercial das 08h:00min às 18h00min horas, o movimento de compras no interior do camelódromo de Marília foi parecido com os dias normais. Houve um aumento após a 19h:00min, já que o comércio de Marília neste dia funcionou até as 22h:00min, mesmo assim, somente os boxistas portadores de mercadorias com alto índice de procura, e maior variedade, o que significa boxes maiores, conseguiram vender.

Em um universo de 180 camelôs, dos 30 camelôs inquiridos, 25 afirmaram estar decepcionados com as vendas, 3 demonstraram contentamento e 2 responderam que estava

igual aos anos anteriores. Dentre as justificativas dadas pelos camelôs para o baixo desempenho nas vendas comparecem:

- a) A maioria dos camelôs de Marília compra mercadorias em São Paulo, na feirinha da madrugada, tendo que vendê-las por um preço mais alto do que aquelas compradas diretamente no Paraguai.
- b) Atualmente, muitos comerciantes do setor formal têm acesso a mercadorias vindas do Paraguai, podendo vendê-las por um baixo preço, diminuindo a disparidade da concorrência exercida pelos camelôs.
- c) Houve nos últimos anos um grande investimento por parte do governo incentivando os consumidores a não comprar mercadorias sem nota fiscal.
- d) Os poucos camelôs de Marília que viajam ao Paraguai para comprar mercadorias, alegam que as dificuldades impostas pela fiscalização obrigaram o aumento dos preços.

Comprovamos que a concorrência no camelódromo de Marília aumentou muito. Há pessoas com maior poder aquisitivo que podem oferecer melhores condições de preço, provador, organização das mercadorias em espaço mais apropriado e propaganda. O rigor da lógica de produção da mercadoria, não respeita delimitações institucionais, se formal ou informal, legal ou ilegal se original ou pirata. O fulgor da mercadoria não reconhece a vitrine ou o estoque onde está depositada, sendo assim, não importa onde o trabalhador irá desempenhar seu papel, pode ser no comércio formal ou informal esta é apenas uma diferença semântica.

Existe no entorno do terminal rodoviário de Marília ao todo 32 pipoqueiros com seus carrinhos na rua voltados de frente para o interior do terminal rodoviário (Figura 11) comercializando doces, balas, pipoca e principalmente cafezinho, através da grade<sup>40</sup> que cerca o espaço do terminal. Poucos são os pipoqueiros que conseguem manter-se nesta atividade desenvolvida neste local, devido à concorrência, ainda que o fluxo de consumidores seja significativo no terminal.

Figura 11: Túnel Entre os Carrinhos de Pipoqueiros e a Grade de Separação



Fonte: Ivanildo Dias Rodrigues, Trabalho de Campo, outubro de 2007.

À direita está o pipoqueiro Miro, por nós entrevistado e a pipoqueira Edna. A disposição dos 32 carrinhos de pipoca cobertos por lonas formam um túnel com as mercadorias dispostas nas laterais, na lateral do lado esquerdo encontra-se a grade, aonde os usuários do terminal vem ao encontro do pipoqueiro e compra as guloseimas. À direita verifica-se a posição do consumidor em relação ao pipoqueiro para realizar a compra através da grade do terminal.

Eu fui o primeiro a chegar aqui, sou pipoqueiro há quase vinte anos. Antigamente só tinha 3 ou 4 barracas, mas agora tem tanta gente que acha que vai chegar e vai ganhar dinheiro, mas se engana. Eu trabalho aqui das 08h00min da manhã às 23h: 00min todos os dias. Já fui cobrador de ônibus e trabalhei com veneno. Faltam quatro anos pra me aposentar se o advogado conseguir fazer com que me paguem a insalubridade do tempo da fábrica de veneno, porque de cobrador não existe mais insalubridade, mas eu ganho

---

<sup>40</sup> O entorno do terminal rodoviário do município de Marília é cercado por grades, sendo possível a entrada apenas na roleta onde se paga o bilhete de passagem. Os pipoqueiros ficam do lado de fora das grades, os consumidores se quiserem comprar, efetuam a troca de mercadorias por dinheiro através da grade.

mais agora do que nos tempos de firma e ônibus. Como sou antigo aqui, eu tenho minha freguesia. Mas, a maioria das pessoas que chegam agora colocam seu ponto e depois abandonam o carrinho com as mercadorias dentro e somem. Isso aqui não é tão fácil como parece. Eu fico em pé o dia todo. (informação verbal)<sup>41</sup>.

Intentamos destacar nesta parte da dissertação a existência de inúmeras atividades informais, com características comuns de precariedade, que não encontram espaço nem identificação com a atividade de camelô, portanto não compõem o circuito de circulação das mercadorias que abordamos. A exemplo dos pipoqueiros (Figura 12), estes se identificam com as formas tradicionais de informalidade, o que os diferencia atualmente é o aumento quantitativo, a intensificação da concorrência e a migração constante para outras atividades informais.

Figura 12: Vista Externa e Interna dos Pipoqueiros no Terminal Rodoviário de Marília



Fonte: Ivanildo Dias Rodrigues, Trabalho de Campo, outubro de 2007.

Na foto da esquerda tirada do lado externo do terminal é vista a parte de trás da longa fileira de carrinhos de pipoca. Na foto da direita tirada no interno do terminal, no sentido inverso, é vista a parte da frente da mesma fila.

O Poder Público Municipal aponta medidas necessárias para não haver a construção de boxes para além do limite já determinado para o perímetro da estrutura do camelódromo,

---

<sup>41</sup> Depoimento dado pelo pipoqueiro Miro (61 anos) em 12 de outubro de 2007. Os pipoqueiros possuem um ponto fixo do lado de fora do terminal, mas não estão anexados ao camelódromo. De acordo com Miro, em época de eleição alguns políticos prometem construir boxes para os pipoqueiros, mas isto se repete há pelo menos 20 anos e a promessa nunca se cumpre, apenas aumenta o número de carrinhos de pipoqueiros.

enquanto isso, o número de trabalhadores ambulantes vai se aglomerando no entorno do terminal, sendo que muitos almejam no futuro se tornar um camelô ignorando a dificuldade que estes enfrentam na sua função dentro do circuito de circulação das mercadorias.

Com um olhar específico sobre o circuito de circulação, o governo federal tenta garantir através da sofisticação da fiscalização o controle sobre as mercadorias e a quantidade de trabalhadores que cruzam a Ponte da Amizade, os trabalhadores migram de atividade em atividade dentro do mesmo circuito, dando respostas rápidas ao cerco do fisco e ao desemprego. O restante da ordenação e espacialização é regido pela concorrência entre estes trabalhadores. De qualquer forma a lógica da mercadoria se impõe, e ao fazê-lo ela expressa seu próprio estatuto, no qual não importa o trabalhador e sim a execução de sua função. Não importa se nas mãos de um contrabandista ou de um comerciante atacadista, importa sim, o movimento, a circulação da mercadoria, na busca do objetivo para o qual foi produzida.

### CAPÍTULO III

#### **Os Impactos da Informalidade do Trabalho para as Tradicionais Formas de Organização da Classe Trabalhadora**

Neste capítulo trataremos dos desafios colocados pelo aumento da informalidade do trabalho para as tradicionais formas de organização da classe trabalhadora, sobretudo os sindicatos. Partimos da análise de dados obtidos na aplicação de 38 formulários (ANEXO 1) em todos os sindicatos de Presidente Prudente no ano de 2004 e processados no ano de 2005. Complementamos estes dados com os resultados de entrevistas formais junto aos mesmos sindicalistas. Por se tratar naquele momento de um projeto amplo, sobre os Indicadores Sindicais de Presidente Prudente, retiramos apenas as informações referentes à informalidade do trabalho e não privilegiamos nenhuma categoria de trabalhadores específica.

O tripé que estrutura este capítulo está assentado:

- a) Na nossa participação no projeto dos Indicadores Sindicais de Presidente Prudente em 2005 e posterior resgate dos formulários em 2008;
- b) Na aplicação de formulários e entrevistas formais junto a representantes sindicais da cidade de Marília, em 2008;
- c) Em Trabalho de Campo, realizado na cidade de São Paulo, quando entrevistamos os idealizadores dos “sindicatos de camelôs”, em dezembro de 2006, janeiro de 2007 e maio de 2008.

Nossa preocupação com atualização constante das informações se deve à rápida transformação em diversas frentes e sentidos como predicado do fenômeno por nós estudado. É comum existir um grande número de camelôs em um determinado local, onde nas proximidades se estrutura um “sindicato” de camelôs. Mas, pouco tempo depois, devido às ações do Poder Público, se os camelôs já não se encontram mais no mesmo local, conseqüentemente o “sindicato” também se desfaz.

No ano de 2008, elaboramos outro formulário com as mesmas perguntas referentes à informalidade do trabalho (ANEXO 2) e inquirimos os representantes sindicais de categorias específicas no município de Marília, para isto selecionamos os sindicatos dos bancários, trabalhadores do comércio varejista, trabalhadores da construção civil, taxistas e trabalhadores da indústria da alimentação. Após a coleta dos dados em Marília, no ano de 2008, resgatamos os formulários aplicados no ano de 2005 em Presidente Prudente e fizemos algumas

comparações entre as mesmas categorias, guardando as especificidades de cada município. O objetivo foi conhecer o posicionamento dos sindicalistas de Marília, suas diferenças e concordâncias, tendo como referência duas realidades, a detectada no ano de 2005 em Presidente Prudente e a constatada em Marília para as categorias similares no ano de 2008.

O (Quadro 1) resulta de várias informações colhidas em entrevistas e aplicação de formulários junto aos sindicalistas de Presidente Prudente e Marília.

Quadro 1: Movimentação de Trabalhadores Formais para a Informalidade

SINDICATOS DE TRABALHADORES	MOTIVOS DA DIMINUIÇÃO DE TRABALHADORES NA BASE	ATIVIDADES BUSCADAS NA ECONOMIA INFORMAL
Comércio	Grande rotatividade	Camelódromo, sacoleiros, vendedor por conta própria.
Construção Civil	Estagnação nas construções	Construção civil realizada por “gatos”, atravessadores e empresas ilegais
Alimentação	Desemprego	Moto taxis, construção civil, ambulantes, camelódromo.
Bancários	Fusões e substituição da mão de obra humana pela tecnologia da informática e micro eletrônica.	Financeiras, cooperativas de crédito e agiotagem.
Condutores autônomos (táxis)	Estagnação da população, concorrência de moto taxis.	Condutores clandestinos.

Para fortalecer a análise acrescentamos dados de entrevistas realizadas em 2008, junto aos representantes dos Sindicatos do Comércio Varejista e Associações do Comércio e Indústria, nos dois municípios, objetivando conhecer o posicionamento dos representantes do patronato. Finalmente, comparamos com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) sobre a movimentação no emprego formal, privilegiando a variação absoluta entre admissão e demissão para os setores referentes às categorias de trabalhadores estudadas. Concluímos que para a categoria dos comerciários o principal fator que leva à informalidade não é o desemprego, mas sim a alta rotatividade do emprego no comércio varejista, devido à exploração e à jornada de trabalho expandida.

Nossa opção de pesquisa junto ao CAGED foi agregada e geográfica. Primeiro, verificamos a movimentação considerando o município em relação à micro região, e posteriormente em relação à unidade da federação. Focamos especificamente a movimentação entre admissão e desligamento considerando a variação absoluta. Não foi possível considerar a variação relativa por não estar disponível o número de empregos por ano, e sim, somente para o ano de 2008.

### **3.1. Análise Preliminar da Movimentação no Emprego Formal no Comércio Varejista**

Para esta análise preliminar<sup>42</sup> consideramos a variação absoluta entre admissão e desligamento nos municípios de Marília e Presidente Prudente, primeiro com relação às suas respectivas micro regiões, e em seguida com relação à Unidade da Federação (SP). A intenção é perceber se o número de demissões tem relação direta com o aumento da informalidade do trabalho, e como isto é percebido pelos representantes sindicais dos trabalhadores formais.

De acordo com os dados do CAGED, até o dia 1º de janeiro de 2008 existiam: a) 9.767 empregos formais no comércio varejista do município de Marília e 4.696 estabelecimentos comerciais; b) 12.394 empregos formais na Micro Região de Marília e 6.885 estabelecimentos comerciais; c) 11.946 empregos formais no comércio varejista do município de Presidente Prudente e 5.487 estabelecimentos comerciais; d) 20.008 empregos formais na Micro região de Presidente Prudente e 12.138 estabelecimentos comerciais.

---

<sup>42</sup> Trata-se de uma análise preliminar, por partir de uma sugestão dada pelo professor Arthur Magon Whitacker na apresentação de nosso Relatório de Qualificação, portanto a avaliação destes dados deverá ser aprofundada na sequência de nossos estudos no doutorado.

De maneira geral o emprego no comércio varejista nos dois casos se manteve em um patamar de relativa estabilidade se considerarmos a variação absoluta entre admissão e demissão (Quadro 2).

Quadro 2: Movimentação do Emprego no Comércio Varejista dos Municípios de Marília e Presidente Prudente em Relação a Micro Região

<b>MARÍLIA</b>	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr)	
Movimentação	Município	Micro Região	Município	Micro Região	Município	Micro Região	Município	Micro Região
Admissão	4.452	5.452	4.413	5.449	5.203	6.419	1.632	2.074
Desligamento	4.274	5.185	4.074	4.942	4.435	5.471	1.762	2.213
Variação Absoluta	178	267	339	507	768	948	-130	- 139
<b>P. PRUDENTE</b>								
Movimentação	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr)	
Movimentação	Município	Micro Região	Município	Micro Região	Município	Micro Região	Município	Micro Região
Admissão	5.173	8.650	5.089	8.458	5.967	9.630	2.399	3.927
Desligamento	4.589	7.369	4.547	7.499	5.246	8.468	2.180	3.580
Variação Absoluta	584	1.281	542	959	721	1.162	219	347

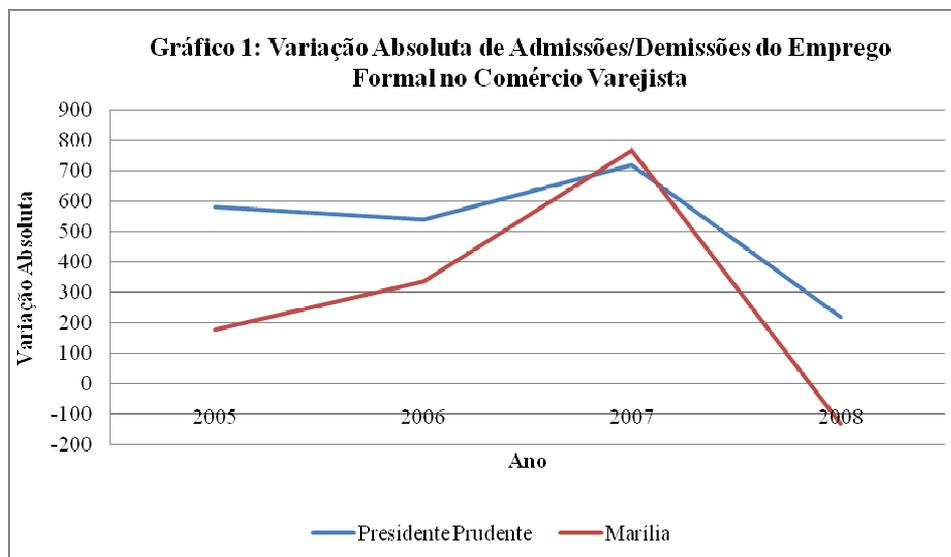
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2008<sup>43</sup>.

Org. Ivanildo Dias Rodrigues.

O aumento da variação absoluta entre admissão e demissão no comércio varejista no ano de 2007 pode ser atribuído, no geral, ao aumento das vendas no comércio varejista, principalmente para a classe mais pobre que trabalha e teve seu poder aquisitivo ligeiramente aumentado, gerando um ligeiro aquecimento nas vendas. No caso particular do município de Marília, o crescimento mais acentuado pode ser atribuído a uma arrojada política de promoção do comércio nos dois últimos anos, com reflexos sobre o aumento das vendas e, conseqüentemente, da rotatividade do trabalho. A queda brusca para os dois municípios no ano de 2008 se deve ao fato do período de janeiro a abril coincidir com a grande demissão dos trabalhadores, antes contratados para as vendas de fim de ano.

<sup>43</sup> O Ministério do Trabalho e Emprego disponibiliza através do CAGED, uma série de dados estatísticos sobre emprego e desemprego de fácil acesso ao público. Retiramos apenas dados dos nosso interesse com relação a diferença entre admissão e demissão no emprego formal para determinados setores e sub setores do trabalho formal.

A observação do (Gráfico 1) indica pouca oscilação no nível de emprego no comércio varejista dos dois municípios.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, CAGED, 2008.

O que explica a maior variação absoluta entre admissão e desligamento para o município de Presidente Prudente em relação a micro região pode ser, em escala local, o papel bem mais moderado da associação comercial no que diz respeito à promoção do comércio, e em escala regional, o potencial de comércio. Da mesma forma o número de camelôs (230) no camelódromo do município de Presidente Prudente é superior ao de Marília (180). Isto não significa que o comércio de Marília seja maior que o de Presidente Prudente, pois a comparação dos números mostra que tanto o número de empregos formais quanto o de estabelecimentos comerciais é maior em Presidente Prudente. No entanto, de acordo com o presidente da Associação Comercial de Presidente Prudente, senhor Ricardo Anderson Ribeiro, a região de Presidente Prudente é inferior à de Marília no quesito poder aquisitivo da população consumidora, sobretudo a mais pobre que trabalha.

O fator mais preocupante na categoria dos comerciários, podendo refletir no aumento ou diminuição da informalidade do trabalho, se refere à grande rotatividade entre os trabalhadores do comércio. Pois geralmente todo comerciante, preocupado em vender suas mercadorias, entende que seus empregados têm salário muito alto, ao mesmo tempo em que exige mão de obra qualificada. Também asseveram ser muito alto o conjunto dos encargos trabalhistas, assim como a carga tributária em geral, e em alguns casos reclamam da concorrência das mercadorias do mercado negro e economia do crime. *“O que distingue*

*sobretudo o possuidor de mercadorias desta última é que para ela cada outro corpo de mercadoria conta apenas como forma de manifestação de seu próprio valor” (MARX, 1985, p. 80).*

Para o comerciante, sua mercadoria não tem nenhum valor de uso direto, o que importa para ele é a troca de sua mercadoria por dinheiro. Mas, no processo de troca de mercadorias que ocorre no comércio, a mercadoria tem de comprovar-se como valor de uso. *“Pois o trabalho humano, despendido em sua produção, conta somente na medida em que seja despendido de forma útil para outros. Se o trabalho é útil para outros, somente sua troca pode demonstrar” (idem).*

Portanto, toda mercadoria já tem seu valor determinado pelo trabalho despendido em sua produção, onde se dá a exploração da força de trabalho no setor produtivo. Já na comercialização, o desejo de lucrar mais na revenda das mercadorias é que leva o comerciante a visualizar o tributo e o empregado como fatores que diminuem seu ganho. *“As leis da natureza das mercadorias atuam através do instinto natural dos seus possuidores” (idem).* Mas o comerciante necessita da força de trabalho empregada na comercialização, e este é um convite à ampliação de formas disfarçadas de exploração do trabalho, e se não houvesse restrições a ampliação seria levada a níveis insuportáveis pelo trabalhador.

Quando nós sindicalistas lutamos para aumentar a base salarial no comércio o dono da loja Oriental Calçados, que tem várias lojas no estado de São Paulo, reclamou que o salário do comerciário em Marília era muito alto, acionando o Sindicato do Comércio Varejista para diminuí-lo. Eu expliquei para ele, mostrando vários cálculos, que um escravo sairia mais caro do que um trabalhador assalariado em qualquer ramo do comércio, pois um trabalhador não consegue se manter com um salário de R\$ 700,00, após os descontos. Mostrei os números e perguntei a ele se preferia arcar com as despesas do trabalhador, ao invés de pagar salário, e ele teve de concordar comigo que levaria prejuízo. Além do mais, tem que sobrar alguma coisa, senão, para quem ele vai vender calçados, se o salário só da para manter o trabalhador vivo? (Informação verbal)<sup>44</sup>.

Todo comerciante, seja organizado ou desorganizado, coloca todo tributo ou encargo trabalhista, inclusive o INSS, embutido no preço das mercadorias, e repassa para o consumidor, portanto, quem paga tudo é o conjunto de consumidores. A questão é que quando o comerciante recebe o montante e está com o dinheiro nas mãos, acha que é muito para repassar para o fisco, que o trabalhador não fez por merecer tanto, e quer tudo para ele.

---

<sup>44</sup> Depoimento dado por Antonio Patrício de Barros, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Marília em entrevista por nós realizada no dia 31 de janeiro de 2008.

Acontece que o imposto é compulsório, e se assim não fosse ninguém pagaria. Então ele ganha, mas não quer repassar a parte do governo e do trabalhador do comércio, mas, ao mesmo tempo, este mesmo comerciante reclama quando os trabalhadores camelôs comercializam mercadorias que não passam pelo crivo da tributação, e não geram emprego com carteira registrada.

Vejamos os dados dos municípios em relação à Unidade de Federação (SP).

De acordo com os dados do CAGED havia até 1º de janeiro de 2008 exatamente 1.625.146 empregos formais e 699.879 estabelecimentos comerciais na Unidade de Federação (SP).

**Quadro 3: Movimentação do Emprego no Comércio Varejista nos Municípios de Marília e Presidente Prudente em Relação a Unidade Federal (SP).**

<b>MARÍLIA</b>	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr)	
Movimentação	Município	U. F.	Município	U. F.	Município	U. F.	Município	U. F.
Admissão	4.452	736.605	4.413	750.929	5.203	849.814	1.632	311.240
Desligamento	4.274	624.057	4.074	659.758	4.435	740.722	1.762	293.173
Varição Absoluta	178	112.548	339	91.171	768	109.092	-130	18.067
<b>P. PRUDENTE</b>								
Movimentação	Município	U. F.	Município	U. F.	Município	U. F.	Município	U. F.
Admissão	5.173	736.605	5.089	750.929	5.967	849.814	2.399	311.240
Desligamento	4.589	624.057	4.547	659.758	5.246	740.722	2.180	293.173
Varição Absoluta	584	112.548	542	91.171	721	109.092	219	18.067

Fonte: CAGED, 2008.

Org. Ivanildo Dias Rodrigues.

Como é perceptível, há grande movimentação na relação admissão e desligamento em toda a Unidade, mas a variação se mantém mais ou menos em um patamar de estabilidade, ou seja, sempre há mais admissões do que desligamento, o que reforça nossa percepção de que o desemprego no comércio varejista não é o fator principal para o ingresso dos trabalhadores nas atividades informais, e sim a rotatividade. Esta pode ser tanto dos que saem de um estabelecimento comercial e migram para outro na economia formal, como dos que vão para a informalidade temporariamente e depois retornam ao mercado formal de trabalho no comércio

varejista, não necessariamente com carteira registrada, mas também, possivelmente, como trabalhador temporário.

É importante diferenciar o posicionamento político do Sindicato do Comércio Varejista, como sindicato patronal, e do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Varejista, e também do papel das Associações do Comércio e Indústria nos dois municípios por nós estudados. Pois uma entidade corporativa que defende interesses comuns é formada normalmente por pessoas que possuem objetivos parecidos, que em grande medida estão associados às experiências de trabalho pregressas e também às perspectivas de futuro ou projeções profissionais de cada indivíduo, ou seja, objetivos associados aos interesses de classe, e é aqui que se estabelece a luta de classes, através da disputa por interesses individuais e coletivos.

Apresentamos, no início do Capítulo I desta dissertação, o exemplo de um sindicalista cujo relato demonstra que o fato de defender o interesse dos trabalhadores do comércio e o seu entendimento das atividades desempenhadas por camelôs e sacoleiros está ligado à sua antiga trajetória ocupacional, tanto no comércio formal como no informal, via Paraguai, e na tentativa frustrada de transição de uma situação informal para a formal como lojista. Ou seja, tentou saltar da condição de sacoleiro para dono de loja de bazar, buscando assim a legalização, encontrou inúmeros obstáculos e, como não obteve êxito, retornou ao mercado formal. Primeiramente como empregado e posteriormente se tornando sindicalista dos comerciários, sempre sabendo que deixar de ser um sacoleiro, ou qualquer outro trabalhador informal, para ser um comerciante formalizado, depende de muitos fatores além da vontade própria, e um deles, talvez o principal, seja a posse de capital (capital inicial, capital de giro, capital de reserva etc.).

Obviamente esta experiência, obtida através do seu trabalho e trajetória ocupacional pregressa, tem forte influência na forma como ele entende o mundo do trabalho hoje e no seu ponto de vista com relação ao comércio formal e informal, tanto que este sindicalista não concorda que a mão de obra mal qualificada e o excesso de carga tributária sejam os principais responsáveis pela diminuição de vagas no comércio formal e o conseqüente aumento do número de atividades informais, a exemplo dos camelôs e empregados de camelôs em Marília.

A mesma regra da experiência pregressa vale para os representantes do patronato na figura do Sindicato do Comércio Varejista, pois a trajetória profissional que garante a credibilidade para exercer a presidência ou diretoria do sindicato patronal é a mesma que baliza o posicionamento político dos diretores e presidentes.

Vamos nos ater, por enquanto, ao caso particular do presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Marília, senhor Pedro Pavão. Informou-nos que sempre foi comerciante e empresário, além de ter sido vereador uma vez e deputado federal por duas vezes. Dessa forma, seu discurso patronal é fortemente influenciado por sua trajetória na política e no ramo empresarial, entendendo que os problemas da conjuntura se resolvem basicamente com políticas públicas e investimento em educação e qualificação da mão de obra, não com discussão no sindicato, e sim nas centrais sindicais, nas federações, confederações e no governo como um todo.

O comportamento extremamente individualista do comerciante torna a organização da classe totalmente frágil. Você já viu alguma vez a classe dos comerciantes em Brasília, fazendo algum tipo de manifestação? Nunca viu e nunca vai ver. Ele prefere pagar para alguém ir. Em reuniões aqui do sindicato que é de interesse geral da classe, aparece três ou quatro gato pingado, e se não estão nem aí com isso é porque não estão nem aí com nada. O efeito mais maléfico da inércia do empresariado e do comerciante se reflete na política, porque se eles não se interessam pela política, o pé-rapado tem oportunidade. Eu digo isso porque hoje na Câmara dos Vereadores de Marília de cada 10 vereadores apenas 3 são empresários, e um pé rapado entra na política só para melhorar de vida, mas ele não tem competência, ambição nem visão empresarial para elaborar projetos (informação verbal)<sup>45</sup>.

Neste fragmento do relato do sindicalista evidencia-se a preocupação do patronato, da importância da organização para obter poder e representatividade política. Essa organização propiciará os instrumentos para o patronato exigir, ao mesmo tempo, diminuição da carga tributária, dos encargos trabalhistas e a geração de mão de obra qualificada para atuar nas empresas e no comércio. Tudo isso diminuiria a informalidade e o desemprego, já que são estes fatores os responsáveis pelo crescimento das atividades informais, segundo a visão do representante do sindicato patronal.

No confronto entre patrão e empregado no comércio, que se manifesta na disputa entre Sindicato do Comércio Varejista (patronal) e Sindicato dos Trabalhadores, comparece a ambição do lucro, cuja noção dos limites geralmente se perde. É daí que surgem as estratégias de exploração disfarçada do trabalhador, como a contratação de estagiários, extensão da jornada e acordos ilegais, fazendo parecer para o trabalhador explorado no comércio formal que, às vezes, é mais vantajoso atuar na informalidade, por conta própria ou mesmo como

---

<sup>45</sup> Depoimento proferido pelo senhor Pedro Pavão presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Marília há 20 anos (5 mandatos seguidos). O presidente afirmou que já ofereceu o cargo de presidente para vários companheiros do sindicato e do comércio, mas ninguém aceitou. 30/01/2008.

empregado de camelô. E, para aqueles já estabilizados nas atividades informais, a permanência na mesma, sem CGC ou CNPJ, torna-se uma estratégia lucrativa, já que essa ilegalidade dificulta o acesso de agentes do fisco da Receita Federal, passando, em muitos casos, a explorar a força de trabalho de outros. Vide os inúmeros exemplos de camelôs que empregam funcionários, sacoleiros que contratam laranjas, empresas de fundo de quintal com funcionários etc.

O Pão de Açúcar teve uma época em que contratava o estagiário e colocava para trabalhar sem registro, daí quase todo comerciante começou a fazer o mesmo. Daí o Pão de Açúcar começou a fazer o estagiário entrar em um determinado horário, fazer duas horas de intervalo depois voltar às 18 h e ficar até as 22 h com um intervalo para o café. Neste intervalo de 2 h o estagiário ficava parado esperando nos depósitos porque não compensava ir embora e voltar. Mas, de acordo com a lei, a idéia do estágio é para possibilitar que o jovem trabalhador possa estudar. Bom, da mesma forma funciona a dupla jornada nas lanchonetes e restaurantes, onde o proprietário prefere admitir os que estudam, seja garçom, barman ou ajudantes de cozinha etc. Mas logo em seguida, ele exige que o funcionário entre às 9 h e saia às 14 h e volte às 18 h sem horário fixo de saída, ou seja, até o último cliente sair. Como você vê nos dois casos não dá para estudar (Informação Verbal)<sup>46</sup>.

O entrevistado conclui seu raciocínio afirmando que o fato do camelódromo seguir rigorosamente o horário comercial, acaba sendo mais favorável para alguém que precisa concluir pelo menos o estudo elementar. Em muitos casos o horário de trabalho no camelódromo é mais ‘humano’ do que em alguns ramos do comércio formal, que obrigam um trabalhador a ficar 24 horas ligado ao trabalho, sem poder assumir outras responsabilidades.

Se o sindicalista estiver correto, isso explica em parte porque tantos jovens de ambos os sexos, mas principalmente do sexo feminino, estão cada vez mais se tornando empregados de camelôs. O entrevistado conclui de forma taxativa: “...*não é somente o desemprego que leva o trabalhador para a informalidade, é também a gana do patrão*”. Não é também a carga tributária, nem os encargos trabalhistas que impedem um comerciante de ser formalizado nem obriga a prática da demissão, muito menos a falta de mão de obra qualificada a responsável pela perda de vagas no comércio formal.

---

<sup>46</sup> Depoimento proferido por Antonio Patrício Barros, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Marília em 01 de fevereiro de 2008.

Se o comerciário tiver tendência, com três semanas ele aprende a vender, e daí vai ter os bons e os ruins, mas é assim em toda profissão. Como vai criar curso de qualificação e requalificação para o comerciário se ele nunca foi e nem é reconhecido como profissional, agora é que estão querendo transformar o comerciário em profissão, mas nunca foi profissão. A experiência de trabalhar como camelô ou empregado no camelódromo pode servir para aprender a vender no comércio formal (idem).

Sabemos que o comércio é o cenário fundamental de realização da circulação das mercadorias, onde o que sai do setor produtivo chega ao consumidor. “*As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para [...] os possuidores de mercadorias*”. (MARX, 1985, p. 79). O comércio é a esfera de relações de compra e venda de mercadorias, em que as relações de troca, levam a uma série de ajustes que estabelecem o preço. Esta esfera é regida pela lógica concorrencial em que o alvo é o consumidor, por isso o cliente ou freguês motiva a intensa disputa entre os comerciantes diversos. “*As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadoria [...] nada mais são que personificações das relações econômicas*” (idem). Neste mesmo cenário existe o mercado negro, onde a venda de mercadorias, são feitas às escondidas, à margem das normas de preço estabelecidas pelo arcabouço de leis criadas para o comércio legalizado ao longo da própria evolução histórica do mercado formal.

Portanto se estabelece, na esfera do comércio, uma disputa em três níveis. No primeiro comparece a disputa entre comerciantes do próprio centro comercial. No segundo, há a disputa entre o patronato, com seu representante na figura do Sindicato do Comércio, contra o trabalhador do comércio ou comerciário, que vende a sua mercadoria (força de trabalho) e tem como representante o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio. E no terceiro nível comparecem as Associações Comerciais, também representantes do patronato mas sem a preocupação com o embate entre patrão e empregado, que buscam criar mecanismos de dinamização das vendas, fortalecimento do centro comercial do município e fortalecimento político da classe patronal, e entram em confronto direto contra os agentes sociais que executam as práticas de comércio clandestino e venda de produtos de contrabando.

A questão do regramento tributário, tanto no que se refere aos tributos que recaem sobre as mercadorias como os encargos trabalhistas e impostos de uso do solo, sempre permeou os discursos dos comerciantes e de seus representantes, atingidos pela concorrência dos trabalhadores camelôs. A diferença fundamental é que no circuito de circulação das mercadorias por nós estudado, com os camelôs realizando o papel de comerciantes

irregulares, não é possível repassar todos os gastos ou prejuízos para o consumidor final, como faz o comerciante formal, devido à característica peculiar das mercadorias que circulam no circuito da camelotagem.

### **3.2. Análise Preliminar da Movimentação do Emprego Formal na Construção Civil**

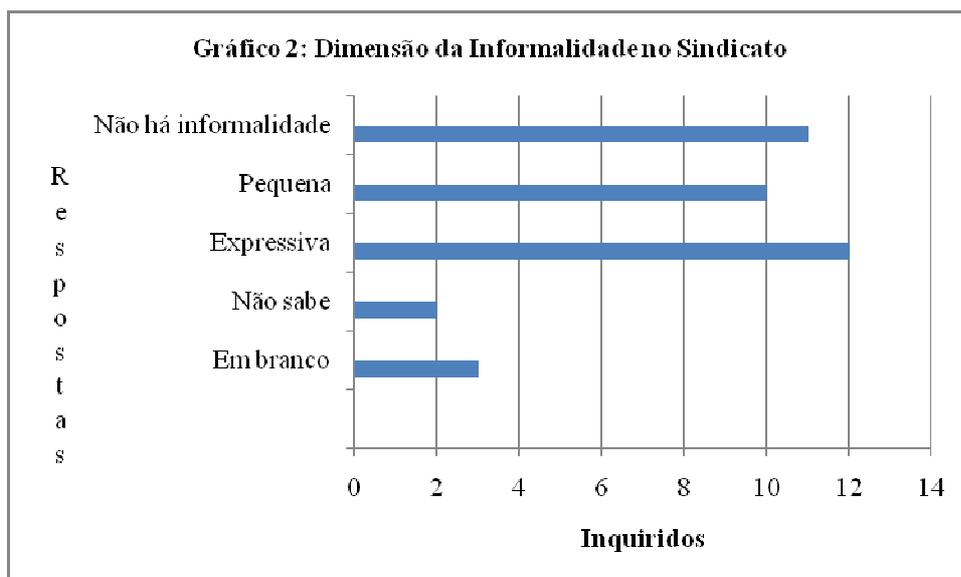
Com base nos dados obtidos no projeto dos Indicadores Sindicais de Presidente Prudente, podemos afirmar que até o início do ano de 2005 a informalidade do trabalho em geral atingia diferencialmente cada um dos 38 sindicatos pesquisados<sup>47</sup>.

Podemos observar (Gráfico 2) que para doze sindicatos, o que corresponde a 36% dos sindicatos pesquisados, excluindo os três que responderam em branco e dois que não sabem, a informalidade atingia o sindicato de forma expressiva<sup>48</sup> (ANEXO 3). Para dez sindicatos (30%) a informalidade era pequena, o que totaliza 66% dos sindicatos afirmando a presença da informalidade, o que é um índice significativo em se tratando da estrutura sindical brasileira, já que a representação sindical está vinculada diretamente ao emprego com carteira registrada, e neste universo de respostas estão contidas as categorias que mais empregam, ou seja, a construção civil, indústria de alimentação, condutores, comércio etc. Do total de inquiridos, onze sindicalistas responderam que não havia informalidade na categoria representada, o que corresponde a 33%, mas neste caso não se trata de um número expressivo devido à natureza da maioria das categorias em apreço.

---

<sup>47</sup> Concluímos que este era o número de sindicatos de trabalhadores realmente existentes em Presidente Prudente/SP, até o final do ano de 2003.

<sup>48</sup> No ANEXO 3 encontram-se listados todos os sindicatos e as respectivas respostas dadas por seus representantes para fins de esclarecer o entendimento da informalidade do trabalho com relação a cada categoria.



Fonte: Indicadores Sindicais de Presidente Prudente, 2004.

Para Gilberto Lúcio Zangiro Lami<sup>49</sup>, o número de trabalhadores da construção civil na base em Presidente Prudente, no período de 1995 até 2003, período delimitado na época, havia diminuído, assim como os trabalhadores filiados ao sindicato.

Na conjuntura nacional, no ano de 1994, desde o início do primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sobretudo a partir do início do seu segundo mandato em 1998 e daí até o ano de 2002, predominou, no Brasil, a estagnação e posterior diminuição do número de empregos formais, inclusive na construção civil, ao mesmo tempo em que houve gradativo aumento da informalidade como um todo.

A partir de 2002, no atual governo, passa a ser anunciado o investimento na criação de empregos com carteira registrada e um dos setores alvo de investimento segundo o governo foi justamente o da construção civil.

No entanto, no sindicato correlato do município de Marília, no ano de 2008, de acordo com as informações dadas pelo senhor Carlos Ferreira Silva<sup>50</sup>, houve também diminuição de trabalhadores na base e associados, assim como o aumento da informalidade, hoje atingindo de forma intensa o sindicato e levando a diminuição do número de sindicalizados.

<sup>49</sup> Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário do município de Presidente Prudente (SINTRACOM) no ano de 2005.

<sup>50</sup> Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário do município de Marília (SINTRACOM) no ano de 2008.

Os números apresentados no (Quadro 4) confirmam o cenário negativo apresentado pelos sindicalistas diante da pequena variação absoluta apresentada entre admissão e demissão, sendo que em alguns anos foi maior o número de desligamentos do que de admissões.

Quadro 4: Movimentação do Emprego na Construção Civil nos Municípios de Marília e Presidente Prudente em Relação a Micro Região.

<b>MARÍLIA</b>	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr)	
Movimentação	Município	Micro Região						
Admissão	925	1.230	995	1.263	1.537	1.745	545	682
Desligamento	962	1.205	884	1.177	1.248	1.456	460	625
Variação absoluta	-37	25	111	86	289	289	85	57
<b>P. PRUDENTE</b>								
	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr) 2008	
Movimentação	Município	Micro Região						
Admissão	2.509	3.479	2.001	2.983	2.084	2.979	1.100	1.330
Desligamento	2.386	3.084	2.330	3.256	2.163	3.234	708	921
Variação absoluta	123	395	-329	-273	-79	-255	392	409

Fonte: CAGED, 2008.

Org. Ivanildo Dias Rodrigues.

De acordo com os dados do CAGED, até o dia 1º de janeiro de 2008, existiam: 1.309 empregos formais na construção civil do município de Marília e 327 estabelecimentos; 1.552 empregos formais para a micro região de Marília e 449 estabelecimentos; 2.420 empregos formais na construção civil do município de Presidente Prudente e 662 estabelecimentos; 3.414 empregos formais na micro região de Presidente Prudente e 943 estabelecimentos.

Havia ao todo, para a mesma data na Unidade da Federação (SP), 397.498 empregos formais e 46.749 estabelecimentos de construção civil. Há relativo equilíbrio na movimentação do emprego formal na Unidade da Federação (SP), sem nenhum caso de variação absoluta negativa conforme mostra o (Quadro 5).

Quadro 5: Movimentação do Emprego na Construção Civil do Município de Marília e Presidente Prudente em Relação à Unidade Federal (SP).

<b>MARÍLIA</b>	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr) 2008	
Movimentação	Município	U.F.	Município	U.F.	Município	U.F.	Município	U.F.
Admissão	925	264.175	995	283.764	1.537	353.069	545	157.096
Desligamento	962	237.874	884	260.697	1.248	287.143	460	116.590
Varição absoluta	-37	26.301	111	23.067	289	65.926	85	40.506
<b>P. PRUDENTE</b>	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr) 2008	
Movimentação	Município	U.F.	Município	U.F.	Município	U.F.	Município	U.F.
Admissão	2.386	264.175	2.330	260.697	2.163	287.143	708	116.590
Desligamento	2.509	237.874	2.001	283.764	2.084	353.069	1.100	157.096
Varição absoluta	123	26.301	-329	23.067	-79	65.926	392	40.506

Fonte: CAGED, 2008.

Org. Ivanildo Dias Rodrigues.

A sequência de variação absoluta positiva no país aponta que a variação absoluta negativa nos municípios em apreço se deve a uma particularidade do próprio município ou da micro região, quando é o caso. As explicações dadas no ano de 2005 pelo sindicalista em Presidente Prudente e em 2008 em Marília foram semelhantes, ou seja, houve estagnação no número de construções nos respectivos municípios, mas, em Marília, há como agravante o surgimento de um sindicato irregular na cidade de Tupã, cujo presidente, José Lopes Garcia, sindicaliza trabalhadores da construção civil de forma irregular nas 12 cidades da base, composta pelo grupo de cidades de Garça até Oswaldo Cruz, estas de acordo com a lei de sindicalização pertencem ao SINTRACOM.

Esta é a percepção imediata dos respectivos sindicalistas: diante da diminuição de obras, as empresas inscritas na economia formal começam a demitir, dessa forma os trabalhadores buscam colocação em empresas menores e desorganizadas que contratam

trabalhadores da construção civil sem registro em carteira, ou tentam trabalhar para os “gatos”, atravessadores, trabalhadores autônomos ou mesmo por conta própria.

A situação de desemprego ou instabilidade de emprego neste setor inibe o trabalhador de denunciar os empregadores que contratam sem registro, inclusive em empresas maiores, dificultando a ação do sindicato de acionar o Ministério do Trabalho para realizar a devida fiscalização. Ponderamos que na categoria representada por estes sindicatos comparecem também outras atividades conexas como fabricantes de lajes, blocos, terraplenagem, carpintaria etc. No entanto, o aumento da informalidade é significativo apenas na construção civil.

O trabalhador de uma determinada categoria, ao perder o emprego no mercado formal de trabalho, provavelmente, se buscar uma vaga no mercado de trabalho informal, será em uma área que tenha alguma afinidade com sua antiga atividade no mercado formal. Ou seja, um pedreiro ao perder o emprego com carteira registrada provavelmente buscará trabalhar na informalidade como pedreiro ou servente, um guarda ou vigilante provavelmente procura uma vaga de segurança em festas ou boate etc. Neste sentido, os trabalhadores camelôs provavelmente seriam procedentes de algum ramo do comércio. Mas estas suposições não são rígidas, e atualmente as atividades informais de maneira geral apresentam cada vez mais um universo de trabalhadores de diferentes procedências.

É muito difícil precisar a trajetória pregressa de um trabalhador informal, não somente para um sindicato, mas também para os pesquisadores, diante das inúmeras possibilidades que se apresentam. Por exemplo, se tomarmos como ponto de partida a categoria dos bancários como uma das que mais sofreram os impactos das transformações ocorridas no mundo do trabalho, principalmente nas duas últimas décadas devido à implantação de novas tecnologias e ao enxugamento do número de trabalhadores nas agências bancárias, não é possível afirmar com segurança para quais atividades informais os trabalhadores migraram, mas é possível obter algumas pistas.

### **3.3. Análise Preliminar da Movimentação do Emprego Formal no Setor Bancário**

No ano de 2005, o presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários (SEEB) de Presidente Prudente, o senhor Edmilson Trevisan, afirmou que o número de empregados diminuiu no período de 1995 até 2003, assim como o número de

associados do sindicato. Em período anterior havia 3000 trabalhadores bancários associados e no ano de 2005 o número estava reduzido a 1165, portanto houve uma diminuição significativa de 61% no número de trabalhadores bancários.

De acordo com os dados do CAGED, até o dia 1º de janeiro de 2008 existiam: 651 empregos formais no município de Marília nas instituições de crédito e 69 estabelecimentos; 851 empregos formais na micro região de Marília e 104 estabelecimentos; 1.065 empregos formais em instituições de crédito, seguros e capitalização município de Presidente Prudente e 90 estabelecimentos; 1.578 empregos formais na micro região de Presidente Prudente e 186 estabelecimentos.

Quadro 6: Movimentação do Emprego nas Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização de Marília e Presidente Prudente em Relação à Micro Região.

<b>MARÍLIA</b>	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr) 2008	
	Município	Micro Região <sup>51</sup>						
Admissão	82	105	57	88	59	68	30	-
Desligamento	87	106	49	68	82	96	36	-
Varição Absoluta	-5	-1	8	20	-23	-28	-6	-
<b>P. PRUDENTE</b>								
	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr) 2008	
	Município	Micro Região						
Admissão	186	249	147	255	152	192	40	56
Desligamento	172	226	102	141	91	115	41	45
Varição Absoluta	14	23	45	114	61	77	-1	11

Fonte: CAGED, 2008.

Org. Ivanildo Dias Rodrigues.

<sup>51</sup> Por motivos de problemas técnicos na página do CAGED não foi possível obter os dados da Micro Região de janeiro a abril de 2008 para o município de Marília.

Na Unidade da Federação existia, até o dia 1 ° de janeiro de 2008, 227.450 empregos formais e 19.082 estabelecimentos.

Quadro 7: Movimentação do Emprego nas Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização de Marília e Presidente Prudente em Relação à Unidade de Federação (SP).

<b>MARÍLIA</b>	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr) 2008	
Movimentação	Município	U.F.	Município	U.F.	Município	U.F.	Município	U.F.
Admissão	82	52.279	57	40.059	59	36.958	30	15.124
Desligamento	87	38.804	49	26.167	82	26.050	36	11.996
Varição absoluta	-5	13.475	8	13.892	-23	10.908	-6	3.128
<b>P. PRUDENTE</b>								
Movimentação	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr) 2008	
Movimentação	Município	U.F.	Município	U.F.	Município	U.F.	Município	U.F.
Admissão	186	52.279	147	40.059	152	36.958	40	15.124
Desligamento	172	38.804	102	26.167	91	26.050	41	11.996
Varição absoluta	14	13.475	45	13.892	61	10.908	-1	3.128

Fonte: CAGED, 2008.

Org. Ivanildo Dias Rodrigues.

No ano de 2008, no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários (SEEB) de Marília o seu presidente, senhor Edilson Julian, afirmou que houve de 1995 até 2007 uma diminuição de cerca de 50% no número de trabalhadores bancários e conseqüentemente no de filiados, aproximadamente na mesma proporção.

O trabalhador bancário de acordo com o presidente Edilson é um trabalhador qualificado, que tem escolaridade, sabe lidar minimamente com a tecnologia e com o público, por isso quando perde o emprego na agência bancária, reúne condições de encontrar uma nova colocação no mercado de trabalho com carteira registrada, porém com um salário reduzido. Aquele trabalhador bancário que busca colocações informais geralmente vai trabalhar nas financeiras ou cooperativas de créditos que estão se multiplicando rapidamente, sendo que estes empregos geralmente são informais. Há também os bancários com maior tempo de trabalho que ao perder o emprego utilizam o montante do dinheiro arrecadado com os direitos trabalhistas e passa a atuar como agiota, o que corresponde a uma atividade informal.

No entanto, a informalidade do trabalho atinge o setor bancário de forma específica, se pensarmos pelo viés dos empréstimos e financiamentos que o banco realiza para trabalhadores

com carteira registrada, assim como para os aposentados e pensionistas, ou micro e pequenos empresários formais. Neste caso tanto os trabalhadores informais como comerciantes ilegais são impossibilitados de realizar tais transações por não possuir comprovação de renda, renda fixa ou emprego estável. Portanto, na medida em que a informalidade aumenta de forma exorbitante, o público alvo do patronato bancário diminui, ao mesmo tempo aumentam as práticas de fusão e contratação de estagiários e se acelera a política gestora patronal de exigir do trabalhador bancário com emprego fixo a realização de várias atividades ao mesmo tempo, inclusive como vendedor.

Neste sentido, a realização de greves por trabalhadores bancários em grande medida perdeu a eficácia, já que grande parte das transações pode ser realizada fora da agência em caixas eletrônicos, via internet e pelo correio. A última greve significativa foi em 1995, houve outra 2006 que durou apenas 2 dias, muito embora a exploração do trabalho seja cada vez mais intensa.

Hoje em dia, quando um bancário não consegue atingir as metas, ele perde o emprego, o patronato diz que não, mas nós do sindicato sabemos que perde, assim como nós sabemos que a venda casada é proibida, mas se tornou prática comum, como a pressão é muito grande o bancário tenta emprego público, privado, ou um negócio por conta própria muitas vezes na informalidade<sup>52</sup>.

São impostas metas de venda de produtos do banco como seguros, títulos de capitalização, financiamentos etc. Para o bancário, a venda casada torna-se uma estratégia, em que a concessão de um empréstimo, por exemplo, é atrelada à condição de compra de um destes produtos pelo cliente. Caso haja reclamações por parte dos clientes o próprio bancário vai formando um dossiê que irá pesar contra ele mesmo, podendo ser demitido por tentar atrelar a venda de um produto a um serviço obrigatório. No entanto, o atrelamento é fruto de toda a pressão que o bancário recebe para cumprir as metas de vendas, levando-o muitas vezes, até exercer a atividade de vendedor fora do expediente de trabalho.

Outro ramo de atividades muito importante com relação à geração de empregos é a indústria da alimentação, principalmente no município de Marília. Neste ponto, os números apresentados pelo CAGED nos causam certo estranhamento, quando comparados aos números referentes ao município de Presidente Prudente.

---

<sup>52</sup> Depoimento dado pelo senhor Edilson Julian atual presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Marília, no dia 29 de maio de 2008.

### 3.4. Análise Preliminar da Movimentação do Emprego Formal na Indústria de Alimentos

A bibliografia consultada aponta a indústria da alimentação como uma das principais no município de Marília. Atualmente, o município de Marília destaca-se no segmento industrial, principalmente com a produção de alimentos, abrigando empresas de grande porte como: Marilan: Indústria e comércio de biscoitos, Xereta, Dori Produtos Alimentícios, Bel Produtos Alimentícios e outras. Apesar da existência de empresas do ramo da alimentação também no município de Presidente Prudente, uma primeira impressão aponta que ele é bem menos expressivo. No entanto os números do CAGED, principalmente com relação às Micro Regiões não apontam para esta diferença de forma muito acentuada (Quadro 8).

Quadro 8: Movimentação do Emprego na Indústria da Alimentação do Município de Marília e Presidente Prudente em relação a Micro Região.

<b>MARÍLIA</b>	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr) 2008	
	Município	Micro Região						
Admissão	1.964	2.235	1.813	2.105	1.753	2.050	938	1.055
Desligamento	1.302	1.637	1.529	1.764	1.590	1.880	551	659
Varição absoluta	662	598	284	341	163	170	387	396
<b>P. PRUDENTE</b>	(jan/ dez) 2005		(jan/ dez) 2006		(jan/ dez) 2007		(jan/ abr) 2008	
	Município	Micro Região						
Admissão	3.474	8.329	3.162	10.851	3.742	9.629	2.178	4.775
Desligamento	3.123	7.134	3.036	8.234	3.585	9.546	638	2.187
Varição absoluta	351	1.195	126	2.617	157	83	1.540	2.588

Fonte: CAGED, 2008.

Org. Ivanildo Dias Rodrigues.

De acordo com os dados do CAGED, até o dia 1º de janeiro de 2008 existiam: 7.363 empregos formais no município de Marília nas Ind. de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico e 205 estabelecimentos; 8.151 empregos formais nas Ind. de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico na Micro Região de Marília e 329 estabelecimentos; 5.128 empregos formais na Ind. de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico no

município de Presidente Prudente e 183 estabelecimentos; 15.616 empregos formais na Ind. de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico na Micro Região de Presidente Prudente e 456 estabelecimentos.

Como é possível observar, a Micro Região de Presidente Prudente, de acordo com CAGED, apresenta o dobro do número de empregos formais apresentada para Marília e 127 estabelecimentos a mais em Presidente Prudente. Também a diferença de 2.235 empregos formais a mais para o município de Marília em janeiro de 2008 parece não estar de acordo com a diferença do número de estabelecimentos, ou seja, 22 a menos para Presidente Prudente. Na realidade esta diferença parece bem maior, pelo menos esta é a impressão que temos, pois Marília parece ter um número de estabelecimentos e de empregos formais bem maiores do que Presidente Prudente. Neste caso, estes dados serão mais bem analisados em momento oportuno, após levantarmos dados de outras fontes oficiais como RAIS e IBCE e outros.

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria da Alimentação em Marília houve diminuição de filiados no período de 1995 até 2007, e isto seria devido ao aumento do desemprego. O maior número de informalidade é entre empresas de pequeno porte, principalmente padarias que abrem firma, mas até se estabilizarem realizam a contratação de trabalhadores sem carteira registrada, como muitas vezes não conseguem tal estabilidade fecham as portas e o trabalhador não recebe os direitos.

O último sindicalista por nós entrevistado foi o dos condutores autônomos do município de Marília, mas não obtivemos os dados do CAGED para este ramo de atividades, por isso não montamos um quadro tal qual os anteriores.

Este sindicato apresentou uma estrutura organizacional muito frágil e apresentou como justificativa para a diminuição de filiados a concorrência de condutores de “moto-taxis”, além da estagnação da população. Nos dois municípios os representantes desta categoria demonstraram uma visão superficial do fenômeno que afeta a categoria que representam.

### **3.2. A Fragilidade do Movimento Sindical Diante da Informalidade do Trabalho**

Em se tratando do conjunto de sindicatos pesquisados para a elaboração deste capítulo 3 da nossa dissertação, tanto no município de Marília como em Presidente Prudente, a estratégia - quando existe - de enfrentamento defendida pelos sindicalistas não corresponde à

voracidade da investida do capital sobre o trabalho. Nossa pesquisa tem demonstrado que cada vez mais o trabalhador, ao se lançar na seara da informalidade, acaba perdendo os hábitos vinculados aos tradicionais mecanismos de formalização do trabalho, como carteira de trabalho e contribuição previdenciária.

O próprio governo, que no ano de 2002 se elegeu sob a promessa de gerar 10.000.000 de empregos com carteira registrada, dois anos após eleito já anunciava a criação de vagas no setor informal como medida de combate ao desemprego. No ano de 2007, o governo flexibilizou as formas de contribuição previdenciária para abarcar os trabalhadores informais, num claro gesto de que a informalidade cada vez mais deixa de ser provisória e prolonga a sua permanência. Ou, no limite, que o mundo do trabalho caminha ineludivelmente para a informalidade.

De acordo com Carvalho (2004), no geral, os sindicatos não lograram superar dificuldades estruturais que os possibilitassem compreender a informalidade como componente indissociável das estratégias de luta, pois isso reduz não só numericamente sua base de representação formal como, sobretudo, acaba afastando os trabalhadores informais das possibilidades de incorporação às lutas gerais e específicas da categoria.

Vale destacar que as lideranças sindicais trazem contribuições importantes para o nosso aprendizado, ao fornecer informações sobre as categorias específicas que representam. No entanto, partimos da hipótese de que os sindicalistas por nós entrevistados não possuem uma compreensão ampla e aprofundada acerca do debate da informalidade do trabalho, e sim uma compreensão compartimentada, por isso, normalmente se referem apenas à informalidade presente na categoria que representam.

De acordo com Santos (2007), mais da metade da classe que trabalha no Brasil encontra-se na informalidade, de forma desorganizada e fragmentada, e essa característica engessada do sindicalismo atual dificulta a representação de interesses comuns, devido ao não exercício da consciência de classe. Em decorrência, o trabalhador antes inscrito na economia formal, ao se inserir na informalidade, muitas vezes passa a se entender como patrão de si mesmo e proprietário do próprio negócio, e para organizar estes trabalhadores nos moldes do sindicalismo tradicional há, além dos obstáculos burocráticos, a característica de individualismo típica das atividades informais.

Porém, mesmo diante de tantas transformações, os sindicalistas continuam presos ao formato tradicional de representação de trabalhadores estáveis, possuindo também a característica do imediatismo e dificuldade de pensar teoricamente.

Quando compareceu a reestruturação produtiva do capital, com novas formas de gestão e regulação do processo produtivo, o mundo do trabalho começou a apontar para o aumento das atividades informais. Na década de 1980 a informalidade começa a aumentar de forma significativa e a discussão dos rebatimentos para o trabalho formal que deveria ser realizada na esfera política foi transferida para a esfera sindical. Os sindicalistas que deveriam realizar esta discussão ao longo da década de 1990, quando a informalidade passou a tomar proporções exorbitantes, também não realizaram a contento por estarem presos a preocupação de defender os interesses dos trabalhadores estáveis, acuados pela investida do capital sobre a organização sindical no formato clássico. A informalidade continuou aumentando e tomou as dimensões que tem hoje (2004), ameaçando a própria estrutura dos sindicatos. Além disso, grande parte dos representantes do movimento sindical no Brasil padece da fragilidade de ser imediatistas limitando a capacidade de realizar projeções de longo prazo, por motivos de não valorizar devidamente a reflexão teórica. Mas, a princípio é possível organizar os trabalhadores informais. A questão é quem irá organizar? Não será, com certeza, este sindicalismo pelego, nem essa esquerda vendida que temos hoje no Brasil (informação verbal)<sup>53</sup>.

Baseamo-nos ainda na afirmação de Thomaz Júnior et al (2004), de que o aumento da informalidade atingiu pouco mais da metade do mercado de trabalho<sup>54</sup>. E também nas pistas de Pochman que nos convida a fazer a seguinte reflexão: *“Será que não está em questão atualmente outro tipo de sindicato? Um sindicato de trabalhadores terceirizados, por exemplo, não seria outra modalidade de sindicato que não é mais aquele cuja leitura estava focada no sindicalismo de ofício?”* (informação verbal)<sup>55</sup>. O autor se refere às novas formas de sindicalização surgidas recentemente, entre elas a sindicalização de trabalhadores terceirizados.

Convergindo com a reflexão do autor, em todas as entrevistas formais e informais por nós realizadas, no período de 2004 a 2008, tanto em Presidente Prudente como em Marília, ficou evidente certa inércia dos sindicalistas com relação ao tema luta de classes. Por exemplo, a discussão da informalidade não é prioridade na pauta de discussão dos representantes sindicais, assim como a questão do contrabando, da pirataria e das tentativas de formação de sindicatos de trabalhadores informais, que soa como absurda para a maioria dos sindicalistas. No entanto, já que o sindicato no formato clássico, que representa apenas trabalhadores com estabilidade de emprego, não consegue chegar até as atividades informais,

---

<sup>53</sup> Depoimento dado por Ariovaldo Oliveira dos Santos, professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL) por ocasião da V Jornada Sobre o Trabalho, organizada pelo CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho), realizada nos dias 09 a 10 de setembro de 2004 junto a FCT/UNESP/Presidente Prudente.

<sup>54</sup> Cf. MATTOSO, 1999; POCHMAN & SINGER, 2000.

<sup>55</sup> Depoimento dado pelo economista Márcio Pochman no dia 31 de março de 2008, durante a defesa da tese da doutora Paula Marcelino sobre o processo de terceirização e seus impactos para o movimento sindical.

outras formas de organização destes trabalhadores começam a surgir, como as expressivas formas de organização de trabalhadores camelôs sob a denominação “sindicato” de camelôs.

### **3.2.1 Formas Incipientes de Organização Política dos Camelôs**

A necessidade de relacionar a *camelotagem* com os impactos da informalidade na esfera sindical surgiu por ocasião de nossa iniciação científica, após constatar a primeira iniciativa de criação de um “sindicato de camelôs” em Presidente Prudente, em dezembro de 2003. Assim que começamos a focar as possibilidades de organização política dos camelôs, nos deparamos com um cenário de intenso individualismo, o qual nos despertou vários questionamentos, tais como: quais os impactos da informalidade no movimento sindical? É possível sindicalizar trabalhadores informais? É possível existir sindicato de camelôs?

No ano de 2005, havíamos entrevistado os representantes da Associação dos Camelôs de Presidente Prudente e do “Sindicato de Camelôs de Presidente Prudente”. Na ocasião destacamos em relatório de pesquisa e na Monografia de Bacharelado, as respectivas diferenças de postura política quanto à forma de organização a ser adotada no camelódromo.

Posteriormente, diante do fracasso na implantação do “sindicato” em 2005, da extinção da associação no ano de 2006 e da ausência dessas formas de organização no ano de 2007, tornou-se importante resgatar alguns trechos das entrevistas, para comparar com o relativo sucesso alcançado pela iniciativa de criação de “sindicatos de camelôs” na cidade de São Paulo, onde o idealizador do projeto do “sindicato de camelôs” de Presidente Prudente se baseou e foi buscar apoio.

Por que comparar iniciativas de organização de associações e “sindicatos de camelôs” em Presidente Prudente no interior do estado de São Paulo, com iniciativas semelhantes na cidade de São Paulo, capital do estado?

Porque, em tese, mesmo tratando-se de realidades e contextos diferentes, o fenômeno da camelotagem sobre qual nos debruçamos é fruto de múltiplas determinações que guardam algumas semelhanças, e ao se territorializarem em diferentes lugares, calçadas, praças,

cidades, estados, países expressam os feitos do metabolismo do capital sobre o trabalho e conseqüentemente da classe trabalhadora<sup>56</sup>.

Um meio de perceber algumas destas relações (diferenças e semelhanças) é a articulação das escalas geográficas e através da Geografia do trabalho buscamos aprender a analisar o tema a partir da categoria território. Qual a semelhança entre os camelôs da cidade de São Paulo e os do interior? A necessidade de trabalhar, a comercialização de mercadorias parecidas e a constante luta diária pela conquista e manutenção do território. Qual a diferença entre eles? A diferença é unicamente de “método”, pois os camelôs da cidade de São Paulo não defendem a criação de camelódromos padronizados como os existentes nos municípios de Presidente Prudente e Marília.

No dia 20 de fevereiro de 2005 entrevistamos o vice-presidente da Associação dos camelôs de Presidente Prudente, o senhor Athaide Baraneck. À época, o mesmo nos afirmou que a Associação estava ainda no começo e a iniciativa de sua criação foi tomada ainda no ano de 2004, diante da total ilegalidade da associação anterior, sem registro e sem reconhecimento oficial. Baraneck demonstrou muito entusiasmo com a nova associação que contava com um estatuto elaborado pela própria Secretaria de Comércio e Serviços de Presidente Prudente (SEDEEPP), um conselho fiscal com cinco integrantes, todos trabalhadores do camelódromo, condição fundamental para pertencer a associação.

Antes tinha uma associação aqui, mas era uma confusão danada, agora não, agora a associação possui um estatuto tudo direitinho, tem uma diretoria e nosso objetivo é trazer melhorias para o *shopping popular*, o prefeito é nosso amigo e o secretário está sempre aqui, é meu amigo, estou assim com ele (próximo) e nosso diálogo é muito amigável. Nós levamos as propostas, ele analisa e as providências são tomadas. Já conseguimos outro banheiro, galeria de esgoto e estamos lutando por um estacionamento. Quando tem desentendimento, eu vou até o box, converso com o boxista e entramos num acordo. Dia desses, um camelô tinha retirado suas mercadorias do box e colocado no chão para arrumar. Um operador de câmera da TV Fronteira chegou e começou a filmar as coisas no chão, o camarada quis bater no rapaz e quebrar a câmera dele. Eu fui lá e conversei com os dois e resolvi tudo sem precisar de ninguém chamar a polícia. Por isso é importante a associação para mediar as coisas, assim todos ganham. Hoje a associação está mais consolidada e é legalizada (informação verbal)<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Cf. Thomaz Júnior, 2007.

<sup>57</sup> Depoimento dado por Athaide Baraneck, vice-presidente da Associação dos camelôs de Presidente Prudente por ocasião de nosso Trabalho de Campo realizado no dia 20 de fevereiro de 2005 ainda na Iniciação Científica.

Logo após a inauguração do camelódromo de Presidente Prudente em 1995, foi criada pelos próprios camelôs a primeira associação, porém as denúncias de comercialização, aluguel, posse de vários boxes por um mesmo camelô e a existência de boxes fechados, motivaram o Poder Público Municipal à seguinte decisão: que os camelôs, por meio da associação, dialogassem sobre seus interesses comuns junto aos representantes do Poder Público, neste caso o secretário da Secretária de Comércio e Serviços de Presidente Prudente (SEDEEPP).

Na mesma época, ao ser questionado sobre a aceitação do projeto da associação por parte dos camelôs, o vice-presidente afirmou que foi positiva, e que apenas 10% dos camelôs não concordaram com o projeto.

Achamos estranho, na ocasião, o fato de todos os integrantes da associação possuírem um Box, justamente na parte do camelódromo onde há intenso fluxo de consumidores, com maiores possibilidades de vendas. Outro detalhe que chamou a atenção foi o próprio Poder Público Municipal, por intermédio do seu secretário e da SEDEEP, ter elaborado o estatuto da associação, por isso destacamos outro relato a seguir.

Na pesquisa de Iniciação Científica tomamos conhecimento da iniciativa de criação de um “sindicato de camelôs” (ANEXO 4) e da intenção de obter uma área específica no centro da cidade de Presidente Prudente<sup>58</sup>.

No ano de 2005, entrevistamos pela primeira vez o idealizador do “sindicato dos camelôs” de Presidente Prudente. Na ocasião ele trabalhava somente na implantação do tal projeto e se dizia motivado, por saber da existência de tais iniciativas na cidade de São Paulo, com resultados positivos.

Mesmo que os camelôs paguem pelo alvará de licenciamento e o imposto de uso do solo, para manter aberto seu box no camelódromo, isso não muda a característica fundamental desse trabalhador estar utilizando um espaço público, que é de uso comum, portanto aquilo não lhe pertence. Mas, o que acontece é que o camelô após alguns anos estabelecido no camelódromo e pagando o uso de solo e alvará, e amparado no fato de ter pago com seus próprios recursos pelas melhorias feitas no box, ele pensa que tem o direito de vender o box pelo valor que acha que vale. Além disso, o camelô se acomoda e passa a entender que é dono do espaço que usa na praça, se esquecendo que é de uso público comum e não lhe pertence, ou pelo menos não para sempre e, para vender o box, a situação precisa passar por um edital que será avaliado pela prefeitura, e o box será repassado para quem quiser ingressar nesta atividade e provar que precisa. Mas, não é o que se vê. Há

---

<sup>58</sup> Reportagem Local, “Associação dos Camelôs diz que não quer Expurgo” *Jornal O Imparcial*, Presidente Prudente 02 de fev. 2003, caderno cidades p. 4B.

pessoas que vendem o pouco que tem e paga altos valores por um box, em um espaço que pode a qualquer momento ser retirado deles, e há todos os recursos legais para isso (informação verbal)<sup>59</sup>.

O conteúdo desta entrevista, coletada em fevereiro de 2005, foi comprovado por nós em janeiro de 2007, quando entrevistamos os líderes do “sindicato de camelôs” de São Paulo, os quais afirmaram que existiram, realmente, as visitas do senhor Brito, tomando informações sobre este tipo de organização.

A iniciativa de Brito de implantar o sindicato contava com o apoio, segundo ele, de dois advogados especializados em direito trabalhista e tributário. Porém, coincidiu com o período em que começaram a comparecer diariamente no noticiário local as denúncias sobre a corretagem com os camelôs comercializando e alugando boxes no interior do camelódromo.

A criação da associação e do estatuto montado pelo Poder Público, no ano de 2005 não inibiu a prática da corretagem no interior do camelódromo, por isso entendemos que este é um dos fatores que motivaram sua extinção. Também questionamos o camelô (João) sobre a associação, sendo que na oportunidade o mesmo afirmou que nunca participou e logo que chegou já não funcionava direito. Quando perguntamos sobre a possibilidade de criação de um “sindicato de camelôs”, ele fez a seguinte afirmação:

Poderia até dar certo, mas se fosse um negócio bem organizado, porque os caras são burros. De vez em quando vinha aqui um advogado do tal “sindicato de camelôs” pedindo pra gente se filiar, mas o cara queria que a gente pagasse R\$ 50,00 todo mês pra ele nos representar, e vinha com um papo furado de legalizar as mercadorias, com nota fiscal. Meu amigo, camelô não é burro, nós sabemos que essa porcaria é tudo ilegal, que não tem nota, e no meu caso vendo filmes falsificados. Vai legalizar o que? Mas, se a proposta dele fosse coisa de R\$ 5,00 por camelô, olha quanta gente tem aqui, daria certo todo mundo topava, poderia organizar isso aqui, olha quanta gente vendendo a mesma coisa, e o que prejudica todo mundo é que tem gente que vende 3 DVDs por R\$ 10,00 e este é o preço para você lucrar, mas tem outros que vendem 4 DVDs pelos mesmos R\$ 10,00 tem outros lá em baixo que vendem 5 pelo mesmo preço. Não pode ser assim, porque ele não está ganhando nada, e atrapalha todo mundo. Com um sindicato ou uma associação dava para por normas nem que tivesse que expulsar gente daqui. Também não pode eu pagar R\$ 10.000,00 pelo meu boxe e ficar gente do lado de fora do camelódromo vendendo a mesma coisa que eu vendo aqui dentro. Tem que expulsar concorda? (informação verbal)<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Depoimento dado por Antônio de Brito Neto, no dia 21 de fevereiro de 2005. Este foi o idealizador do projeto de criação do Sindicato dos Prestamistas e Camelôs do Oeste do Estado de São Paulo (SIMPRECOESP).

<sup>60</sup> Idem. 30/07/2007.

O entendimento do camelô João da necessidade de expulsar o camelô que não tem boxe e trabalha nas imediações do camelódromo ilustra as tramas e contradições existentes nesta atividade. Ou seja, enquanto resistiam em permanecer nas ruas e calçadas compondo o cenário de embates contra a polícia, fiscais, lojistas legalizados e Poder Público Municipal, existia uma relativa união, todos levantavam a bandeira do direito de trabalhar. No entanto, após algum tempo, já instalados no camelódromo, considerando o caso em questão, esses camelôs com ponto fixo tem dificuldades para aceitar o camelô avulso ou ambulante como semelhante. O que constatamos é o oposto, o avulso é entendido como inimigo ou concorrente, devendo ser expulso.

Destacamos também a existência de camelôs que possuem mais de um boxe com uso de funcionários em relação de assalariamento. Os empregados de proprietários de boxes no camelódromo geralmente são jovens que encontram dificuldades de encontrar o primeiro emprego ou pessoas egressas de algum setor do mercado formal de trabalho. Nossa pesquisa aponta que a maioria está entre os 18 e 20 anos de idade e entendem o emprego no camelódromo como temporário, até conseguirem outro com carteira registrada. Nestes casos, tanto o proprietário do boxe quanto o funcionário não contribuem com a previdência social.

Ponderamos que esta realidade não está circunscrita apenas a cidade de Presidente Prudente (SP), mas também a Marília (SP), nos bairros do Brás e Santa Efigênia na cidade de São Paulo, Ciudad del Este e Pedro Juan Caballero (Paraguai), e em todos os lugares por onde passamos e encontramos camelôs por ocasião de nossas viagens para participação em eventos científicos<sup>61</sup>.

Em Presidente Prudente, a dificuldade para a organização política dos camelôs foi devido ao desinteresse pela proposta do “sindicalista”. Nenhum camelô concordou com as sugestões, ou seja, pagar “contribuição sindical”, mudar para a antiga área de expurgo de sementes, próximo à rodoviária de Presidente Prudente, comprar apenas no mercado nacional,

---

<sup>61</sup> Por ocasião de nossa participação no II Encontro Regional do Trabalho, Educação e Formação Humana, realizado em Fortaleza (CE) no mês de junho de 2007, pudemos visitar as áreas centrais onde se concentra o comércio informal e nos chamou a atenção a existência de um camelódromo com boxes padronizados, muito parecido com o de Presidente Prudente e Marília (SP). A diferença é que enquanto estes possuem 240 e 180 boxes respectivamente, aquele contém 2030 e mais algumas centenas de camelôs espalhados pelas ruas e praças públicas. Na cidade de Belém (PA) em nossa viagem para a participação na SBPC em julho de 2007, percebemos a mesma realidade. Mas, nesta cidade em particular os camelôs estavam nas ruas e calçadas e não em camelódromos e praças. Pois, em Belém, as praças centrais são estritamente reservadas para a venda de diversos artesanatos e para apresentações culturais devido à importância dada ao turismo como fator econômico, sendo expressamente proibida a existência de trabalhadores camelôs.

vender com nota, comprar e pagar com boleto bancário e exigir nota etc<sup>62</sup>. E, por fim, houve dificuldade em convencer os camelôs de que não se pode confiar inteiramente na concessão feita pelo prefeito, à quem muitos camelôs se dirigem como o “nosso pai”, desconsiderando, no dizer de Brito, que o prefeito muda no fim do mandato. Para o idealizador do projeto de “sindicato”, estar em uma praça pública é um risco constante que impede o investimento na atividade. Neste caso, a solução encontrada por ele foi propor a construção de um “shopping popular” na chamada área de expurgo, que foi reivindicada junto à prefeitura.

Os camelôs de Presidente Prudente nem cogitam a possibilidade de saírem da Praça da Bandeira, onde hoje está localizado o camelódromo. Desta forma, a idéia do suposto sindicalista é vista como absurda. Já com relação à implantação da associação, os camelôs se interessaram, até porque as propostas eram de interesse imediato de todos, no caso a construção de uma galeria de esgoto e outro banheiro público.

Com relação à idéia de reivindicação de uma nova área junto à prefeitura de Presidente Prudente, defendida pelo idealizador do tal sindicato, existe consenso entre os camelôs de que deve ficar tudo como está, como nos afirmaram os 25 camelôs entrevistados no ano de 2005 e os outros 30 camelôs entrevistados no ano de 2007. O prefeito é visto como um “pai”, porque permite que os camelôs trabalhem na praça pública. Vale destacar que o projeto de construção da associação não previa cobrança de nenhum tipo de contribuição nem posse de sede fixa, ao contrário do “sindicato de camelôs”, e o resultado final é que hoje não há nenhuma das duas formas de organização.

O problema é que se não se organizarem para defender o boxe ou o camelódromo, provavelmente, com o passar do tempo, os camelôs dos dois municípios em apreço perderão seu ponto fixo de vendas como território conquistado, pois um território além de conquistado deve ser mantido, mediante disputas territoriais contínuas, além do mais todas as mercadorias minimamente lucrativas são ilegais, mesmo as permitidas podem ser consideradas ilegais devido à má qualidade, e se retirar de circulação as ilegais sobra pouco a ser comercializado, o que aumenta ainda mais a concorrência entre camelôs vendendo itens do mesmo tipo. Dessa

---

<sup>62</sup> Estas medidas eram possíveis no entendimento do suposto sindicalista e constavam no seu projeto, porém a nova área era fundamental, pois em sua opinião não era possível investir na atividade estando em uma praça pública que poderia ser retirada do controle dos camelôs mediante a troca de prefeitos ou por pressão tanto do Sindicato do Comércio Varejista, como da Secretaria do Planejamento Urbano. No entanto todos os camelôs entendiam que a proposta era para sair da praça considerando isso uma loucura que não deveria nem mesmo ser comentado tamanho era o apego que um camelô tem pelo seu boxe. Brito destacava a segurança da área de expurgo por ser tratar de um prédio que deverá ser tombado como patrimônio histórico, dessa forma deixa de estar totalmente sobre a tutela do prefeito em escala local ficando sobre responsabilidade do governo federal.

forma, os camelôs devem enfrentar vários adversários em potencial, sendo o principal deles atualmente as Associações Comerciais.

### **3.2.2. O Papel das Associações Comerciais Contra os Camelôs**

Nos dois municípios, Marília e Presidente Prudente, as Associações Comerciais se fortaleceram como representantes dos interesses do patronato, no lastro do enfraquecimento dos Sindicatos do Comércio Varejista. Se nos referirmos diretamente aos trabalhadores camelôs, quando ainda se encontravam nas ruas e calçadas, no caso particular de Presidente Prudente, o sindicato atingido diretamente e que tomou medidas no sentido de retirar os camelôs das ruas e calçadas foi o Sindicato do Comércio Varejista. Durante toda a década de 1990, este sindicato foi um dos principais agentes nos conflitos que envolviam os até então denominados vendedores ambulantes, posteriormente chamados camelôs. Foi também o principal responsável pelas pressões sobre o Poder Público Municipal de Presidente Prudente, que na busca da mediação e do consenso, tentou realocar os camelôs em diferentes locais até finalmente, em 1995, serem estabelecidos onde hoje se encontram, na Praça da Bandeira.

No município de Marília ocorreu o oposto, da primeira metade da década de 1990 até os dias atuais, período de formação do camelódromo, o Sindicato do Comércio Varejista de Marília nunca teve papel relevante nos embates contra os camelôs, ficando esta função relegada à Associação Comercial e Industrial de Marília.

As Associações Comerciais, quando bem administradas, podem surtir efeitos consideráveis no comércio de um município, e ao mesmo tempo que obtém resultados positivos conseguem mais associados, conseqüentemente mais recursos financeiros, maior representatividade e poder político.

As Associações Comerciais são entidades formalizadas, reconhecidas e incentivadas pelo Poder Público e pela iniciativa privada e na medida em que se fortalecem politicamente recebem cada vez mais apoio em diferentes instâncias, sob a justificativa de representarem os interesses de uma classe que supostamente mais gera empregos formais, contribui com a maior parte dos impostos arrecadados, sendo responsáveis por fortalecer o município trazendo inúmeros benefícios, no entendimento dos seus respectivos representantes.

Como se sabe, nenhuma destas características se encontra no circuito da camelotagem. Aqui não é gerado emprego com carteira registrada, as mercadorias não são tributadas e o

imposto do uso do solo geralmente é simbólico. Este conjunto de diferenças leva os representantes do patronato a enxergar os trabalhadores camelôs como um inimigo a ser exterminado, ainda que não enxergue a gama de atividades conexas que compõem o circuito de circulação das mercadorias dando suporte à espacialização dos camelôs na área comercial de um município.

Portanto, ser camelô para a associação é ser oportunista ou concorrente desleal, não importando se um ou outro comerciante se solidarize com a situação de um camelô ou ambulante, pois o que é levado em conta é o posicionamento de seu representante legal, enquanto entidade. Neste caso, mesmo quando os camelôs estão localizados em um local autorizado pelo Poder Público, não se encontram isentos de pressão política, e por isso buscam formas de se organizar e resistir nos seus pontos de venda.

A Associação do Comércio e Indústria de Marília (ACIM) é um exemplo, tanto de modelo de associação comercial eficiente, como de uma entidade que exerce forte pressão política junto ao Poder Público e outros órgãos competentes, no sentido de extinguir os trabalhadores camelôs e ambulantes. “*Nós simplesmente ignoramos o vendedor ambulante e não reconhecemos os camelôs e nem o camelódromo*” (Informação verbal)<sup>63</sup>. A associação não reconhece atividades informais e entende os camelôs como agentes que se apropriam de forma ilegal do espaço.

Que benefício o camelódromo traz para o município com relação ao pagamento de impostos? Nenhum. O que um camelódromo apresenta em termos de qualidade de vida? Nada. Quais as chances de você ser roubado, enganado ou sofrer um acidente num camelódromo? São muitas. Se houver um incêndio no camelódromo quais as chances dos consumidores escaparem ilesos? Poucas. Ai eu sei que você vai dizer que eu tenho um discurso patronal e que eles dependem daquela atividade para sobreviver e etc. Balela! Isto é conversa fiada. Porque qual a lucratividade que um camelô têm ao vender 5 DVDs por R\$ 10,00? Ele não lucra nada. O que eu quero que você entenda, e esse é o papel da associação, é que quando um comerciante legalizado vende ou aluga DVDs ou CDs, muitos ganham, tem direitos autorais, então o artista ganha, quem “queima” o CD ganha, quem imprime a capa ganha, o compositor ou autor também ganha. Mas, no outro caso somente um ganha. E quem é? O camelô? Não. Quem ganha é somente o espertinho que comprou ou alugou uma matriz e multiplicou fazendo centenas de cópias (informação verbal)<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> Depoimento dado por Marcio Medeiros assessor de imprensa da ACIM no dia 31/01/2008.

<sup>64</sup> Idem.

A ACIM utiliza a seguinte estratégia de combate aos camelôs e ambulantes da cidade de Marília. Primeiro ela parte do princípio de que todos podem trabalhar dentro dos tramites legais. “*Não podemos admitir a hipótese de que um comerciante abandona o setor formal porque não consegue arcar com a carga tributária, além disso, o Super Simples vai de encontro a essa justificativa, e foi criado justamente para acabar com essa desculpa* (Informação verbal)<sup>65</sup>. Em seguida, exerce pressão política junto ao Poder Público Municipal e outros órgãos competentes (Receita Federal, Polícia Federal, Civil e Militar, Serasa, PROCON, e representantes de marcas) através do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg).

Com essa estratégia, toda notícia que comparece nos jornais do município de Marília sempre se referem ao Conseg exigindo a retirada de vendedores ambulantes ou sugerindo medidas de repressão aos camelôs, preservando o nome da Associação Comercial, já que alguns comerciantes, a imprensa e os consumidores em geral se solidarizam com os camelôs e ambulantes diante do argumento do trabalho como necessidade vital.

O “produto”, em forma de serviços prestados, que a ACIM oferece aos comerciantes, possui um slogan, e é o balizador do marketing representado em uma sigla formada por três letras (P. P. P.) que representam Promoção, Proteção e Política, sendo que a pressão contra os camelôs e ambulantes se refere à terceira letra P, de política, já que, grosso modo, seu discurso patronal enfatiza a concorrência e rentabilidade comercial. Neste caso, a segunda letra (P) de proteção se refere à defesa do comerciante contra a inadimplência, calote, golpe e tentativa de extorsão. A primeira letra (P) de promoção se refere à propaganda e o marketing.

A promoção do comércio não se refere necessariamente a estabelecimentos comerciais individuais, mas sim no sentido de divulgar o município de Marília como um importante pólo comercial regional, que centraliza o comércio e tem grande poder de atração de capitais. Mas essas características são também atrativas para os comerciantes informais das cidades vizinhas, estas não possuidoras da mesma dinâmica comercial e poder de geração de empregos.

Segundo Tomé (2003), é esta mesma característica de centralidade comercial regional que faz, contraditoriamente, do município de Marília um depositário de trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho que buscam na informalidade dar respostas rápidas à situação de desemprego.

Percebe-se que a ACIM desenvolve seu trabalho dentro dos marcos do sistema de

---

<sup>65</sup> Idem.

circulação das mercadorias regido pela lógica concorrencial, tanto entre comerciantes como entre regiões de comércio concorrentes e por não reconhecer a atividade dos camelôs, são poucas as discussões no interior da Associação sobre o tema da informalidade, contrabando e pirataria. Mas, de acordo com o entrevistado Marcio Medeiros, basta se reunir um grupo de quatro ou cinco comerciantes que as reclamações sobre a concorrência de produtos, principalmente provenientes da China, que entram no Brasil com baixo preço, comparecem.

Presenciamos a mesma situação na ACIPP, no município de Presidente Prudente, onde há reuniões com debates fervorosos (ANEXO 5) por parte de comerciantes exigindo a presença contínua da fiscalização no camelódromo e nos pontos de venda que se multiplicam na área comercial.

Por isso, a situação do presidente da Associação do Comércio e Indústria de Presidente Prudente é bem mais complicada, pois os comerciantes associam a contribuição feita à Associação Comercial de Presidente Prudente a uma contrapartida por parte da instituição em forma de pressão junto ao Poder Público Municipal, no sentido de proibir a venda de produtos clandestinos no camelódromo. Mas uma série de fatores que vão desde a situação geográfica do município, a dinâmica econômica e poder de geração de emprego, o papel de centralidade regional do município, a política paternalista e populista da prefeitura junto aos camelôs e, também, o poder político limitado da Associação Comercial junto ao Poder Público dificultam uma atuação mais enérgica da associação contra os camelôs.

Em suma, um fator importante para a notoriedade e importância da ACIM foi acolher as constantes reclamações dos comerciantes com relação à existência de muitos ambulantes nas ruas comerciais do município de Marília e também dos camelôs no camelódromo. A mesma situação presenciamos em Presidente Prudente, o que nos obriga a entender que nestes dois municípios, atualmente, as associações comerciais são os principais adversários políticos dos camelôs.

A atuação da ACIM atingiu um patamar de representatividade e influência política tão grande no ano de 2008, que conseguiu forçar o Poder Público Municipal – sempre através do Conseg - a implantar o que ficou denominado como quadrilátero comercial e os bolsões de comércio. Trata-se de um quadrilátero dentro da área comercial no centro da cidade, onde é expressamente proibida a existência de ambulantes ou camelôs. Os bolsões de comércio são a saída encontrada pelo Poder Público, através do setor de postura fiscal, implantando bolsões em locais periféricos ao centro comercial onde um ambulante ou camelô pode se instalar e comercializar suas mercadorias durante três dias, em seguida ele é retirado, evitando a configuração de um ponto fixo. Todas estas providências foram tomadas antes da Associação

tomar a iniciativa de propor a construção do calçadão híbrido, projeto que visa estreitar o tamanho das principais ruas comerciais a uma medida suficiente para passar apenas um carro de passeio, reformando, enfeitando e alargando o tamanho das duas calçadas. As obras estão em andamento no ano de 2008.

Esta medida é aparentemente arriscada no caso dos camelôs e vendedores ambulantes voltarem a instalar barracas nas calçadas, nos moldes do que ocorreu na cidade de São Paulo na rua Santa Efigênia e na rua 25 de Março, onde o Poder Público permitiu a instalação de barracas padronizadas com título de permissão de uso a pedido do Sindicato de Camelôs (SINPESP). A mesma política era apregoada pelo Sindicato dos Camelôs do Brás (SINDICISP) de forma muito mais radical, porém sem resultado até o momento. Esta é uma possibilidade remota nas cidades médias, onde o número de camelôs e ambulantes se mantém em um patamar relativamente estável, no entanto, percebemos cada vez mais a intenção dos trabalhadores camelôs de permanecer nestas e buscar formas de organização para exigir do Poder Público o reconhecimento e regularização desta atividade.

Tudo isto cria um cenário sinistro com possibilidades de futuros embates nos dois municípios. No entanto, o jogo de forças se estabelece em diferentes escalas, uma associação em escala local age no sentido de obrigar a repressão aos camelôs que atuam numa ponta do circuito de circulação de mercadorias. Porém, o tema da informalidade, pirataria e contrabando é discutido de forma mais sistemática, na Confederação das Associações Comerciais do Brasil (Cacb) e na Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) nas conferências nacionais e estaduais, respectivamente.

Uma associação comercial, ao oferecer seus serviços, deve incentivar o comerciante associado a acreditar em duas possibilidades, ainda que remotas. Uma se baseia na promessa de que a pressão junto ao Poder Público irá, algum dia, coibir de vez a concorrência do comércio ilegal, do contrabando e da pirataria. A outra é que o comerciante deve resistir e manter a estrutura de seu negócio funcionando, e para animar o comerciante mais pessimista são apresentadas idéias inovadoras de gestão do próprio negócio, pois cada comerciante que abandona seu ramo de atuação significa um contribuinte a menos para a associação.

Por isso, ao oferecer seu “produto” aos comerciantes em forma de prestação de serviços do tipo proteção, promoção e política, não deve transparecer que em alguns momentos a própria associação não acredita nas possibilidades por ela propostas. Por exemplo, como dizer a um dono de lojas de CD, ou de vídeo locadora, que vale a pena continuar com seu comércio e que a concorrência da pirataria e contrabando vai desaparecer.

Isto parece bem improvável, mas não para a associação que precisa vender seu produto. Como dizia Marx em Economia Política e Filosofia.

Todo produto é uma isca com a qual se quer atrair o ser de outrem, seu dinheiro; Toda necessidade real e possível é uma fraqueza que trará a mosca para a rede [...] todo infortúnio constitui uma ocasião de abordar amavelmente, o vizinho e dizer-lhe: Caro amigo, dou-te aquilo que precisas; mas conheces a condição: Sabes com que tinta deve escrever o ato pelo qual tu te vendes a mim [...] (pg. 49).

Um exemplo pode ser percebido a partir do Programa “Empreender” desenvolvido pelo Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (Sebrae) e pela Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp). Esta é a menina dos olhos da maioria das associações de comércio e indústria atualmente. Outra novidade é a criação do sistema de arrecadação denominado Simples Nacional<sup>66</sup> e popularizado como Super Simples.

O Programa Empreender, por exemplo, foi um projeto desenvolvido por instituições empreendedoras, com o apoio do governo alemão, através da HWK – Câmara de Artes e Ofícios de Munique e Alta Baviera, a partir de 1991. Em 1999, o Sebrae Nacional e a Confederação das Associações Comerciais do Brasil (Cacb), iniciaram a implantação piloto do projeto Empreender em diversos estados brasileiros<sup>67</sup>. Aqui é importante destacar que tanto para o Sebrae, Cacb, ACIP e o Sindicato do Comércio Varejista, neste caso somente o sindicato patronal, o motivo principal da existência de atividades informais hoje no Brasil se deve a ausência de mão de obra qualificada e falta de preparo do empreendedor.

Neste sentido, ser empreendedor também significa estar inscrito no setor formal. O grande problema é que no mesmo comércio, do mesmo município, convivem os comerciantes formais e informais com o mesmo objetivo, o de vender mercadorias. Mas as mercadorias comercializadas por estes diferentes comerciantes possuem características diferenciadas principalmente com relação à qualidade e o preço.

Também diferenciadas são as posições na esfera social de um comerciante formal, que pode ser uma grande rede de comércio, um médio comerciante ou um pequeno comerciante, todos interessantes para a associação. Enquanto um camelô não somente não interessa para a associação ou sindicato como é visto como um concorrente a ser exterminado no jogo

---

<sup>66</sup> O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na lei complementar nº 123, de 14/12/2006, aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a partir de 01/07/2007. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, p. 6, 2007).

<sup>67</sup> Estas informações nos foram fornecidas via correio eletrônico por Marcio Medeiros E-mail: [redação@medeiros.jor.br](mailto:redação@medeiros.jor.br); jornalista e assessor de imprensa da Associação do Comércio e Indústria de Marília – através da empresa Eficaz Comunicação Empresarial Ltda – ME [www.medeiros.jor.br](http://www.medeiros.jor.br) em 14/04/2008.

comercial. E como agravante a própria natureza da mercadoria comercializada por um camelô dificulta sua formalização ainda que haja uma intenção neste sentido. A única semelhança é que toda mercadoria é fruto da exploração da força de trabalho e move tanto comerciantes atacadistas como contrabandistas.

Dessa forma, como as ações do Estado imitam os movimentos da investida do capital, no sentido de fazer circular todas as mercadorias produzidas, não fazendo distinção da característica de precariedade da atividade realizada pelo trabalhador, tão pouco considerando as delimitações institucionais de legalidade ou a ilegalidade das mercadorias, e sim buscando a taxação das mesmas, os trabalhadores tentam se organizar de formas improvisadas, para continuar movimentando o circuito de circulação das mercadorias.

### **3.2.3. O Papel dos “Sindicatos de Camelôs” Enquanto Forma de Resistência**

A existência de um “sindicato” de camelôs depende da sua proximidade ao local onde os camelôs estão estabelecidos, pois é nas proximidades que será fixada sua sede, propiciando o trabalho constante de corpo a corpo junto aos representados. O discurso político dos representantes de camelôs não é patronal nem é de trabalhador, é uma miscelânea dos dois discursos, hora se aproxima de um “comerciante” dono do próprio negócio hora de um trabalhador precarizado. Parece tratar-se mais de um discurso novo, para uma categoria nova que está prestes a se consolidar, mas que pode desaparecer e por isso carece de uma nova forma de representação.

Conhecemos dois casos significativos de sindicatos de camelôs, um na rua Santa Efigênia em São Paulo e outro no Brás. Os dois buscavam a legalização com estratégias de luta diferente, mas nos dois casos existe a dependência dos camelôs se estabelecerem em um ponto fixo e no mesmo local, a tentativa de quebrar essa regra é a que faz surgir um sindicato de camelôs e é a mesma que faz com que ele desapareça.

O episódio da “máfia dos fiscais” representa bem o que estamos afirmando. Trata-se do escândalo que fez emergir uma rede de extorsão que operava através da cobrança de propinas dos camelôs na cidade de São Paulo, por parte dos fiscais das administrações regionais paulistanas. Na verdade já haviam denúncias sobre a suposta máfia desde o ano de 1996, porém o escândalo somente recebeu a devida atenção dos meios de comunicação posteriormente, a partir de disputas territoriais no sentido de confrontação e conflitos.

Geralmente em um esquema desse tipo há o envolvimento de personagens públicos como políticos e funcionários públicos, que se valem de cobrança de propina, corrupção e intimidação por meios violentos. O esquema da máfia dos fiscais a que nos referimos baseou-se em extorquir dinheiro regularmente de pessoas que não estão totalmente amparadas pelos trâmites legais.

Nossa pesquisa aponta que os camelôs tornam-se alvo de cobrança de propina devido ao caráter de irregularidade<sup>68</sup> da atividade que executam, do ponto de vista da sua espacialização, seja nos pontos fixos ou mesmo no trajeto de compra das mercadorias. A execução de sua atividade geralmente está no limite da legalidade, dando margem à prática da corrupção em escala local, sem oferecer alternativas legais de reivindicação, restando também, como única opção, a prática da resistência apelativa, inclusive rebeliões, greve de fome e outras.

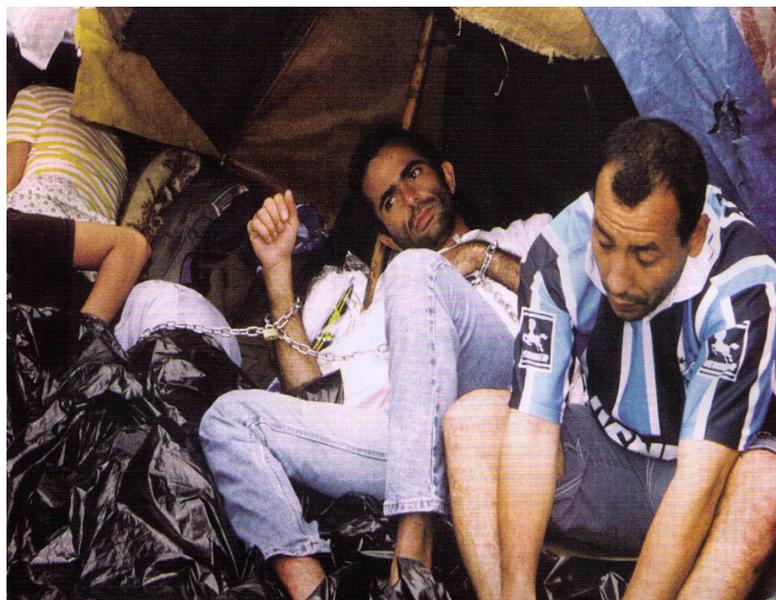
A forma encontrada pelos camelôs estabelecidos na Praça do Largo da Concórdia, no bairro do Brás na cidade de São Paulo, em 1998, para chamar a atenção da opinião pública foi fotografada na ocasião e as fotos estavam na revista do SINDICISP, que nos foi cedida pelo então presidente Afonso José da Silva, no mês de janeiro de 2007, por ocasião de nosso Trabalho de Campo realizado na cidade de São Paulo. Constatamos a veracidade destas fotos, sob o pretexto de se tratar de uma montagem ou de sensacionalismo por parte dos camelôs. Perguntamos sobre a veracidade dos acontecimentos para representantes de camelôs com posicionamentos opostos, verificamos em jornais e pesquisamos na *internet*, o que nos deu segurança de utilizar a fotografia com a certeza de que tal greve realmente ocorreu conforme fotografada na época.

---

<sup>68</sup> A atividade realizada pelos camelôs é legalizada, porém é irregular e esta irregularidade se dá principalmente pelo não pagamento de impostos e pela comercialização de mercadorias contrabandeadas. Há mercadorias que não são alvo de fiscalização, como brinquedos, roupas bonés e outros. Há outras que chamam mais a atenção da fiscalização nos pontos fixos como filmes piratas, cigarros e CDs, no entanto como as ações do Poder Público através da polícia são mecânicas, não há discriminação de mercadorias, por isso muitas vezes todos os camelôs são reprimidos independente da mercadoria que comercializam.

As (Figuras 13 e 14) não são de nossa autoria, mas as utilizamos porque retratam as formas de manifestação, como a greve de fome realizada por camelôs na cidade de São Paulo, por ocasião do episódio da “Máfia dos Fiscais”.

Figura 13: Camelôs em Greve de Fome na Cidade de São Paulo, 1998.



Fonte: Revista do SINDICISP<sup>69</sup>, 2004.

Entre o chefe do esquema de extorsão que ditava a política e o nível operacional de homens que executavam suas ordens havia camadas, ou amortecedores para que nada pudesse ser atribuído ao chefe a menos que um dos elos da corrente fizesse uma denúncia.

De acordo com Chaia; Teixeira (1999), a primeira vez que a imprensa noticiou a extorsão realizada por fiscais da prefeitura paulistana foi no ano de 1996, no bairro da Freguesia do Ó, após verificar rápida proliferação do comércio clandestino. No ano de 1997, houve uma série de reportagens na imprensa escrita e falada, mas sem repercussão na mídia, o que fazia com que o delito se tornasse cada vez mais grave. Os fiscais além de cobrarem propina para que um camelô pudesse trabalhar em um ponto fixo, aumentavam constantemente o preço “leiloando” os pontos que ofereciam maior possibilidade de vendas. Em suma, o camelô que pagasse mais ficaria com o ponto do outro mesmo que aquele também estivesse pagando a propina.

A miopia política da mídia ficou patente ao não relacionar esses delitos entre as denúncias e a crise existente entre o prefeito Celso Pitta e sua bancada de vereadores, cuja

---

<sup>69</sup> Revista do SINDICISP, v. 1, n. 1, mar., 2004.

prática política do executivo consistia em cooptar a Câmara Municipal, distribuindo Administrações Regionais aos vereadores situacionistas (CHAIA; TEIXEIRA, 1999). A (Figura 14) ilustra um repórter entrevistando os camelôs em greve de fome no momento em que a mídia ainda tratava o assunto de forma acrítica, somente em busca de notícias.

Figura 14: Repórter Entrevistando Camelôs em Greve de Fome, São Paulo, 1998.



Fonte: Revista do SINDICISP, 2004.

Segundo Chaia; Teixeira (1999), após as primeiras prisões ficou evidente que existia uma ampla rede de cumplicidade envolvendo desde fiscais de órgãos do primeiro escalão da administração pública a vereadores. Como haviam muitos vereadores envolvidos entendeu-se que era necessário o Legislativo investigar os fatos, subsidiando um pedido de instalação de CPI amplamente apoiada pela mídia e pela oposição, mas a mesma foi barrada por 29 a 24 votos em 23 de fevereiro 1999. Porém, a mídia momentaneamente deixou de lado a concorrência pelas notícias e elaborou um pesado esquema de ataque em conjunto aos vereadores contrários a instauração da CPI, publicando a fotografia de todos os vereadores que votaram contra e o respectivo telefone de seus gabinetes incentivando a população a entrar em contato exigindo esclarecimentos.

Em pesquisa no *site* “Observatório Último Segundo<sup>70</sup>” em março de 2007, confirmamos que um novo pedido de CPI foi encaminhado e os vereadores assustados com a repercussão negativa de suas decisões anteriores, aprovaram por unanimidade a votação da

---

<sup>70</sup> Disponível em <[www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/pb200399](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/pb200399)> Acesso em 15/03/2007

mesma em 03 de março de 1999. Tal esquema de cobrança de propina abarcou o período de 01 de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1999.

Existiam ao todo 20 formas diferentes de cobrança de propina. O funcionamento da “máquina” era mantido pela Administração Regional da Sé, controlada pelo então vereador Hanna Garib e o Sindicato dos Permissionários. Na sede do sindicato eram obtidas licenças frias para que os ambulantes atuassem clandestinamente<sup>71</sup>.

Resgatamos esse episódio envolvendo trabalhadores camelôs na cidade de São Paulo, com o objetivo de explicar a existência dos “sindicatos de camelôs”, já que o tema do crescimento da informalidade é abordado em nossa pesquisa, devido ao impacto sobre as formas tradicionais/formais de trabalho (relações de trabalho propriamente) e conseqüentemente na organização da classe trabalhadora no formato clássico de sindicatos de trabalhadores formais.

A nova realidade do trabalho e suas múltiplas faces, a fragmentação de atividades laborativas, as práticas de terceirização etc, levaram a pulverização de modalidades de sindicatos menos expressivos, com o propósito de tentar no máximo dar algum tipo de assistência ao trabalhador para quem as dificuldades concorrenciais são imensas.

Os sindicatos de camelôs parecem seguir uma lógica parecida, sendo que suas ações não possuem traços do que se entende como luta de classe, ou luta contra o capital, mas sim a simples manutenção de um ponto fixo, a tentativa de buscar reconhecimento legal enquanto atividade e como sindicato. Seus idealizadores têm plena clareza das dificuldades burocráticas de tal legalização, também conhecem e visualizam o seu adversário político, que são as associações comerciais, também enxergam no Poder Público o único agente social relevante que pode estabelecer os limites de estabelecimento dos pontos fixos, os termos de permissão de uso do solo e o caminho de realização dos trâmites legais que levará o pedido de legalização do sindicato até ao Ministério do Trabalho onde finalmente será expedida a carta sindical, o principal documento de legalização de um sindicato.

---

<sup>71</sup> Os ambulantes eram obrigados a pagar propina se quisessem trabalhar na Ladeira General Osório, nas Ruas 15 de Novembro, Quintino Bocaiúva, José Bonifácio, Direita, do Tesouro, Álvares Penteadado, 3 de Dezembro, São Bento, 25 de Março, Santa Efigênia e nas Praças da Sé, da Bandeira, do Correio e no Largo São Francisco. Eram pagamentos mensais de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 para quem possuía barraca e de R\$ 30,00 a R\$ 50,00 para os ambulantes com "tabuleiros" [...] até cigarros apreendidos pelos fiscais voltavam ao mercado para serem revendidos nos tabuleiros [...] Além de Garib, foram acusados de improbidade administrativa o presidente da Associação dos Comerciantes do Brás, Whebe Youssef Dawalibi, (Jô). Estas informações foram retiradas do site consciência em 15 de março de 2007.

### 3.2.4. Os “Sindicatos” de Camelôs em Busca de Representatividade e Legalidade

Nos meses de dezembro de 2006 e janeiro de 2007, no município de São Paulo, visitamos e entrevistamos dois representantes de sindicatos de camelôs, o Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo (SINDICISP<sup>72</sup>), e o Sindicato dos Permissionários em Pontos Fixos nas Vias e Logradouros Públicos do Município de São Paulo (SINPESP<sup>73</sup>).

A intenção de montar sindicatos de camelôs é antiga e encontramos algumas referências a este tipo de iniciativa em pesquisas sobre camelôs.

Os conflitos ocorridos entre camelôs, fiscais da prefeitura e comerciantes, deram, enfim, a criação dos sindicatos dos camelôs, no período da gestão da Prefeita Luiza Erundina. Apesar de que quase um terço dos camelôs entrevistados nunca foi filiado ao sindicato, no entanto, é significativo que um quarto deles seja filiado ao sindicato [...] Quanto a ação sindical, os dois principais sindicatos existentes no bairro do Brás, são o Sindicato dos Camelôs e o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal [...] as pessoas inseridas em um dos dois sindicatos pagam uma taxa mensal de dez reais. (SANCHES, 1997, p. 78).

Sanches (1997) constatou em sua pesquisa que o antigo Sindicato dos Camelôs era filiado à CUT e constituído de oitocentos filiados, somente no bairro do Brás. A proposta apresentada por este sindicato como meio de ordenamento da atividade dos camelôs baseava-se nos seguintes aspectos:

- a) legalizar a atividade dos trabalhadores de rua diante da prefeitura, tornando-a uma ocupação incluída na economia formal,
- b) verificar o número exato dos camelôs existentes no Brás e organizá-los a cada cinco metros de distância, distribuindo-os por algumas ruas do bairro (no total o bairro possuía 56 ruas),
- c) privilegiar os camelôs mais antigos nos pontos com maior fluxo de consumidores estipulando apenas uma barraca por pessoa.

No entanto, os dois sindicatos por nós entrevistados em 2007, dez anos após, não eram os mesmos entrevistados por Patrícia Sanches em 1997. Por exemplo, o SINDICISP estava

---

<sup>72</sup> Na ocasião de nossa entrevista, o SINDICISP ficava localizado à Rua Brigadeiro Machado, 309; Brás – São Paulo, e foi fundado em 16 de agosto de 1999 e era filiado à Força Sindical, hoje não se encontra mais no mesmo local.

<sup>73</sup> O SINPESP tem sede própria na Avenida Prestes Maia, 241/Praça Pedro Lessa nº 110, 18º andar, sala 1813, CEP: 01032-001, São Paulo, sem filiação com centrais sindicais. Ao ser questionado sobre a filiação do sindicato, o tesoureiro Heros Gomes nos afirmou que o SINPESP é uma agremiação confederativa ligada a Confederação do Comércio Brasileiro.

filiado a Força Sindical e seu presidente Afonso José da Silva considerava a CUT uma instituição fechada e de difícil diálogo.

Afonso José da Silva (Afonso Camelô) foi o personagem central do episódio da “máfia dos fiscais”, idealizador e protagonista da greve de fome, autor das primeiras denúncias e vítima de atentado a tiros devido às mesmas. Posteriormente se tornou presidente do (SINDICISP) e na ocasião de nossa entrevista afirmou que o “sindicato” contava com um número de filiados que oscilava entre 10.000 e 12.000 filiados, considerando os camelôs que aderem e os que abandonam tal agremiação. A taxa de contribuição era por meio de um carnê e o valor estava fixado em R\$ 40,00 no ano de 2007.

Os motivos históricos e geográficos que proporcionaram a existência do SINDICISP como fruto do episódio da “máfia dos fiscais” pode ser explicado em parte, por sua antiga localização na Praça do Brás no Largo da Concórdia, antes de serem expulsos (Figura 15).

Figura 15: Camelôs Instalados na Praça do Largo da Concórdia



Fonte: Revista do SINDICISP, 2004.

No Bairro do Brás instalou-se até o final da década de 1990 uma complexa estrutura de comércio ambulante, voltado para a grande quantidade de pedestres, com barracas de camelôs ocupando não somente a Praça na foto, mas também massivamente várias ruas nas mediações do Largo da Concórdia.

Quando entrevistamos os representantes dos “sindicatos” de camelôs em dezembro de 2007, os trabalhadores camelôs já não se encontravam mais no local representado na (Figura 15) e sim nas calçadas de várias ruas próximas do mesmo local. Os camelôs foram expulsos e a Praça foi restaurada. O sindicato instalou sua sede na Rua Brigadeiro Machado por estar próxima das mediações onde os camelôs se encontravam naquele momento.

O principal argumento para um sindicato desta natureza se estabelecer é a promessa junto aos camelôs de ajudar a conquistar e manter seu ponto fixo de venda das mercadorias. O “sindicato” de camelôs se apresenta junto às entidades consideradas rivais dos camelôs (Associação Viva Centro, Sindicato do Comércio Varejista, Associações Comerciais) com propostas de ajudar o Poder Público estipular regras mínimas de organização espacial das barracas, entre elas comparecem:

- a) A padronização de um espaço de 10 a 15 metros entre cada barraca;
- b) Colocação de lonas com uma cor padrão e com o símbolo do estado de São Paulo;
- c) Colocação de propagandas de parcerias impressas nas lonas das barracas.

Geralmente um “sindicato” de camelôs não se compromete a ser responsável pela recuperação de mercadorias apreendidas pela fiscalização, caso estas sejam piratas ou falsificadas, mas existe um entendimento de que há mercadorias legalizadas, cuja comercialização é permitida. Neste caso, se houver apreensão indevida o “sindicato” pode recorrer com seus advogados junto ao Poder Público ou Receita Federal tentando recuperar as mercadorias apreendidas.

Mas percebemos que a intenção catalisadora da ação dos representantes de camelôs na cidade de São Paulo é a defesa do ponto fixo de comercialização das mercadorias. Este é um dos motivos do posicionamento radicalmente contrário a construção de camelódromos, por motivos de conhecerem a intensa concorrência e conseqüentemente o individualismo que este tipo de organização espacial proporciona, ao juntar em um mesmo local, um grande número de trabalhadores comercializando mercadorias parecidas.

Como o “sindicato” se estabelece sobre a promessa de ajudar a manter o ponto fixo do camelô, convencendo-os a pagar a contribuição “sindical” estipulada, tal promessa se torna o seu calcanhar-de-aquiles, deixando-o em condição de vulnerabilidade no embate contra os representantes dos comerciantes legalizados.

Em um cenário de constante conflito, os representantes dos lojistas fazem enorme pressão para que os camelôs sejam retirados das calçadas. Ao mesmo tempo o “sindicato” de camelôs vai realizando um trabalho em diferentes frentes, busca aumentar o número de

filiados para arrecadar mais dinheiro, busca convencer o Poder Público a deixar instalar barracas de forma mais ordenada nas calçadas onde os camelôs já se encontram e ao mesmo tempo correm atrás de uma possível legalização do próprio “sindicato”.

É notório que é uma empreitada de grande monta, mesmo assim não podem contar com a compreensão dos agentes sociais relevantes, pois no entendimento geral, são apenas trabalhadores informais oportunistas querendo representar camelôs, sendo estes também trabalhadores informais, muitas vezes entendidos como pessoas que se apropriam de forma ilegal do espaço público e ainda revendem mercadorias clandestinas. Neste sentido, quando sob pressão dos representantes do comércio formal, o Poder Público resolve trocar os camelôs de lugar, o “sindicato” de camelôs acaba tendo certo prestígio ao lutar para ajudar os camelôs a continuarem no ponto de venda onde estão. Mas, em casos extremos, com a força da polícia, quando as autoridades tomam decisões radicais expulsando de forma truculenta os camelôs de um determinado lugar, sem oferecer alternativas de escolha de outro local, e sem margem para resistência, obviamente, os camelôs vão se espalhar e se estabelecer em diversos pontos e alguns migram para outras atividades informais.

Quando isto ocorre, o “sindicato” de camelôs está acabado, pois não conseguiu cumprir a promessa feita anteriormente de ajudar o camelô a manter o ponto fixo. Conseqüentemente fica sem filiados e não consegue manter a estrutura construída, a sede, os funcionários, o veículo, os advogados etc. Será preciso esperar um número significativo de camelôs se estabelecerem novamente em outro local, localizar nas proximidades uma nova sede, e recomeçar todo o trabalho, e ao se adaptar a nova realidade não pode perder de vista que outra ação de mesma intensidade do Poder Público poderá por tudo a perder novamente.

O caso recente do SINDICISP exemplifica bem o que estamos tentando demonstrar. Foi o sindicato de camelôs mais combativo e com a melhor estrutura de 2004 até 2007, com um papel de resistência reconhecido até mesmo pelo sindicato rival chamado SINPESP. Mas, logo que começou a representar desconforto para as autoridades, após reunir vários camelôs para fazer manifestações públicas, inclusive em frente à casa do atual prefeito da cidade de São Paulo, houve represálias e os camelôs foram expulsos das mediações do Largo da Concórdia onde estavam no início de 2007.

Esta decisão do Poder Público obrigou os camelôs a se espalhar e com isso deixar de dar credibilidade aos seus representantes, inclusive acusando as lideranças de abusarem das manifestações públicas e pressões contra as autoridades locais. O resultado foi uma parcial extinção do “sindicato” no ano de 2008, e ainda que alguns de seus representantes afirmem que a agremiação em si não acabou eles não possuem mais a antiga sede e também não

conseguiram nenhum documento oficial de legalização, além de perderem praticamente todos os filiados com pontos fixos. Ou seja, os camelôs que antes possuíam barracas passaram a atuar com panos ou tabuleiros, para possibilitar a fuga mais rápida caso a polícia apareça nos atuais locais provisórios, sendo esta situação de instabilidade não propícia para a formação e manutenção de um “sindicato” de camelôs. Pois, como afirmamos anteriormente, o “sindicato” de camelôs deve defender o ponto fixo.

Atualmente os camelôs do Brás estão localizados em diversos pontos, mas não fixos, ou seja, prevalece a atmosfera de insegurança na qual a polícia pode aparecer e expulsá-los. Os motivos que levaram os camelôs escolherem essas ruas é o grande fluxo de consumidores tradicionais que compram produtos dos comerciantes legalizados, mas, principalmente a proximidade com o local onde se encontra a Feirinha da Madrugada (Figura 16), sendo esta a grande responsável pela intensa movimentação de possíveis compradores de todo Brasil e até de estrangeiros.

Figura 16: Feirinha da Madrugada no Brás SP



Fonte: Google Earth, 09 de junho de 2008.

O local representado na Figura 16 é uma ilustração de tal sistema de circulação de mercadorias. Na vista aérea, possibilitada pela foto de satélite, é possível observar os ônibus que viajam de diversos lugares do Brasil até a Feirinha da Madrugada e as barracas que a compõem. No entanto, a (Figura 16) não representa com fidelidade o intenso fluxo de veículos e pessoas, que circulam no local, principalmente nos meses mais propícios para o comércio (dias das crianças, dia dos namorados, natal, ano novo etc.) quando a movimentação é muito mais intensa e, no nosso entendimento, a tendência é o aumento das viagens de compra a São Paulo, devido à intensificação da fiscalização na Ponte da Amizade, após a inauguração da nova Aduana brasileira, afugentando os camelôs e sacoleiros que antes se dirigiam a Ciudad Del Este (PY) e que agora, cada vez mais buscam a Rua 25 de Março e o Brás para realização de suas compras.

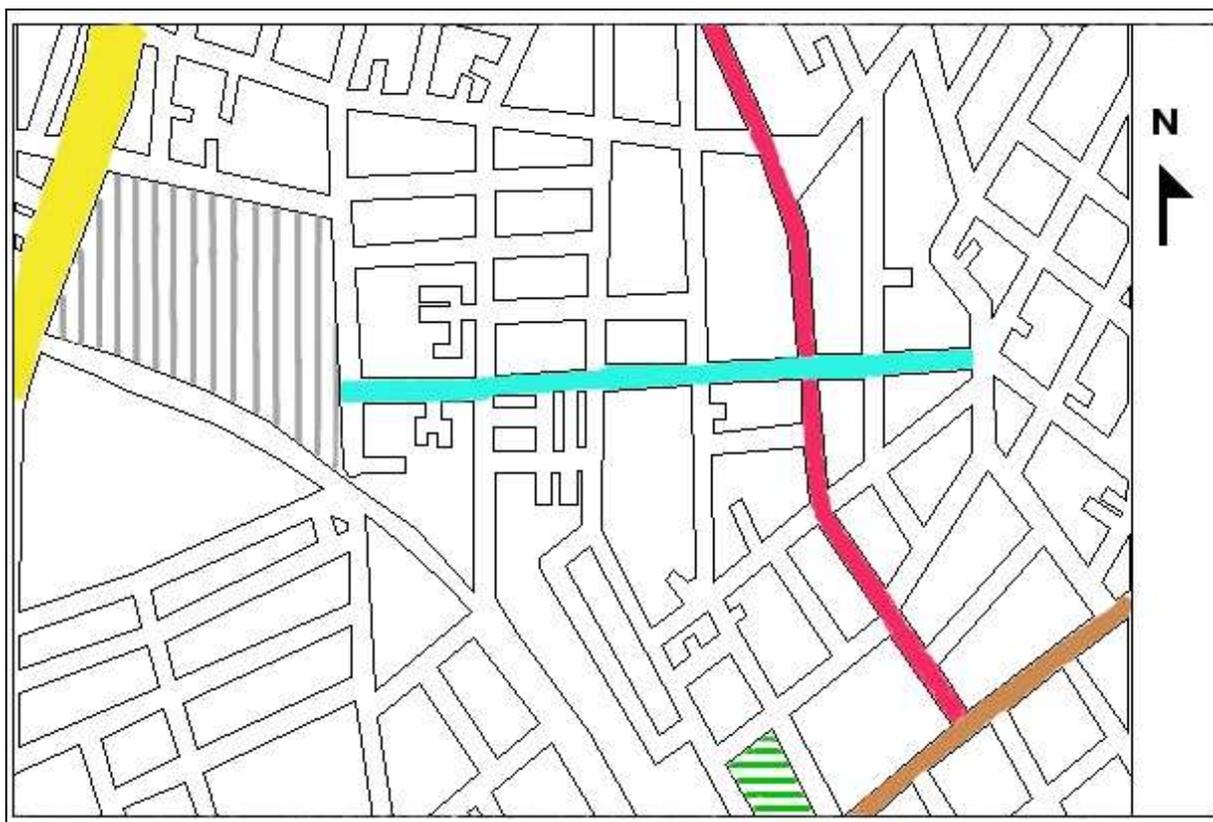
A Feirinha da Madrugada forma um complexo centro de compra de mercadorias, principalmente roupas, para consumidores diversos, o horário de funcionamento é a partir das duas horas da madrugada e cada vez mais vem atraindo camelôs e sacoleiros de diversos pontos do Brasil. Sua importância como centro de compras é também, por estar nas proximidades da estação Brás/Roosevelt, um dos principais nós de articulação entre os sistemas de transporte da cidade e de circulação da região, baseado nos grandes eixos radiais leste e sudeste, onde se sobrepõem o trem, o metrô e as grandes avenidas (do Estado e Radial Leste).

Lembramos que um “sindicato” de camelôs, mesmo sendo expressivo como em São Paulo, aparentemente possui apenas uma “figura política” já que a “figura jurídica” de um sindicato nos moldes tradicionais está ancorada em um arcabouço teórico que o define enquanto uma agremiação que defende interesses comuns de trabalhadores com carteira de trabalho registrada.

De acordo com a representante do SINPESP, Josefa Viana Nogueira Araujo, um “sindicato” de camelôs quando é permitido pelo Poder Público pode representar apenas camelôs que possuem o termo de permissão de uso do solo (TPU). No caso dos comerciantes da Feirinha da Madrugada, existe um alvará de funcionamento e todos atuam como comerciantes autônomos, sendo que alguns possuem CNPJ, neste caso, não podem ser representados nem sindicalizados por um “sindicato” de camelôs, tudo isso faz com que a situação dos vendedores da feirinha fique indefinida, pois, muitos buscam o “sindicato” de camelôs para se filiar e não conseguem, pois não são camelôs, mas também não podem se filiar as Associações Comerciais e nem ao Sindicato do Comércio Varejista, como comerciantes formalizados, ficando totalmente desorganizados e sem representação nenhuma.

Após se espalhar por várias ruas pelo bairro do Brás e ficar em locais indefinidos, os camelôs passaram aos poucos a privilegiar algumas ruas, e até o mês de maio de 2008, se encontravam principalmente na Rua Oriente, na Rua Maria Marcolina e na Avenida Rangel Pestana (Figura 17).

Figura 17: Croqui das Ruas do Brás Onde se Encontrava os Camelôs em Maio de 2008



Fonte: Google Maps, 2008. Org. Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.

A cor amarela representa a Avenida do Estado, a parte listrada de cinza é o local onde se encontra o complexo da Feirinha da Madrugada (ver foto de satélite na Figura 16), a cor azul cian representa a Rua Oriente, principal local onde os camelôs se instalaram provisoriamente no ano de 2008 por tratar-se de uma rua muito movimentada com grandes lojas do comércio varejista e atacadista nas duas calçadas e por fazer a ligação com a Feirinha da Madrugada. A cor vermelha se refere à Rua Maria Marcolina, também muito movimentada com lojas nas duas calçadas, rua esta que atraiu os camelôs principalmente por cruzar a Rua Oriente, ser próxima das mediações da Feirinha da Madrugada e ao mesmo tempo fazer a ligação com a Avenida Rangel Pestana, de cor marrom, que liga todo o fluxo de consumidores a Estação Brás Roosevelt (parte listrada de cor verde).

A referência ao termo sindicato para uma atividade informal, ou “sindicato” de camelôs, aparentemente seria uso inadequado do termo. Ou seja, é possível organizá-los, mas não em sindicatos e sim em associações. Porém os diferentes “sindicalistas” na capital e no interior insistem na utilização do termo sindicato e em nosso entendimento, a partir do cruzamento de algumas informações obtidas em campo, tal insistência possui um motivo de cunho político estratégico, já que o termo sindicato ainda remete a lutas e reivindicação de direitos de trabalho e esta é a caracterização que os idealizadores deste tipo de agremiação desejam, conforme ilustra a (Figura 18).

Figura 18: Manifestação Pública do SINDICISP na Cidade de São Paulo, 2003



Fonte: Revista do SINDICISP, 2004.

Quando questionamos os líderes de camelôs tanto em São Paulo como em Presidente Prudente sobre este ponto confuso (como montar um sindicato de trabalhadores informais, se um sindicato, pelo que se entende, defende interesses de trabalhadores formais, ou seja, com carteira registrada?) obtivemos as explicações que seguem nos extratos a seguir.

Porque um sindicato e não uma associação? Pode ser associação, o que não pode é o Poder Público montar uma associação e seu estatuto para os camelôs. Isto tem que passar por uma votação democrática, tem que sair no Diário Oficial, se não for assim pode montar, mas não dura, ela acaba. E o sindicato foi possível montar a partir do momento que a atividade de camelô deixou de ser ilegal e passou a ser legal apesar da irregularidade. Veja você

que ilegalidade é diferente de irregularidade. Uma coisa pode ser legal e irregular ao mesmo tempo. Os camelôs são legalizados, podem atuar nos seus pontos de venda, mas a atividade está irregular, por isso propomos a regularização (informação verbal)<sup>74</sup>.

O líder do SINDICISP, Afonso, fez questão de deixar claro que lutar pela regularização se trata de organizar a disposição das barracas com normas estabelecidas. Mas isto não inclui lutar pelas mercadorias vendidas pelos camelôs. Diante da venda de mercadorias com procedência duvidosa encontrada em grande quantidade entre estes comerciantes informais, o líder afirma que se um sindicato ou qualquer outra forma de organização defender a pirataria estará cometendo crime e com certeza será desfeito pelas autoridades.

Ainda com relação à legalidade/ilegalidade do sindicato segue o extrato a seguir.

Em 1991 a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a lei nº 11.039 que foi vetada pela então prefeita Luiza Erundina porque discriminava os nordestinos, mas este veto foi derrubado no legislativo. A partir do momento que foi criada essa lei a atividade dos camelôs deixou de ser ilegal e sendo uma atividade legal pode ser organizada em sindicato, desde que sejam seguidas as regras. O problema é que todas as iniciativas tomadas com relação aos ambulantes sempre tiveram caráter paternalista. Veja que esta lei defende o deficiente físico, mas quem depende dessa atividade não são somente os deficientes físicos, muitos dependem (informação verbal)<sup>75</sup>.

Também de acordo com o informe do SINPESP, de junho de 2006, a Lei 11.039 de 23 de agosto de 1991, foi a primeira lei a disciplinar o comércio ambulante. A mesma visava proteger principalmente os interesses das pessoas portadoras de deficiências físicas. Depois veio a Lei 11.111 de 31 de outubro de 1991 em seguida a Lei 11.124 de 26 de novembro de 1991, e o Decreto 42.600 de 11 de novembro de 2002. É o art. 6º do Decreto 42.600/02 que versa sobre a regulamentação das áreas de atuação dos ambulantes e como estas foram distribuídas.

Todas as leis acima estão ancoradas na constituição federal. Nas cidades médias, onde o fenômeno da espacialização dos camelôs se tornou expressivo, levando o Poder Público Municipal de cada cidade a tomar medidas com relação aos trabalhadores camelôs,

---

<sup>74</sup> Depoimento dado por Afonso José da Silva líder do SINDICISP em Trabalho de Campo realizado em janeiro de 2007.

<sup>75</sup> Idem.

foram feitas na escala do município os devidos ajustes nas leis, seja por emenda ou por decreto. Mas, na interpretação de todos os idealizadores de “sindicatos de camelôs” por nós entrevistados a pretexto dos obstáculos legais e burocráticos encontrados para estruturar um “sindicato” de camelôs, independente da importância quantitativa dos trabalhadores que atuam na informalidade, o direito ao trabalho e a dignidade é constitucional, sendo assim seja qual for a lei em qualquer lugar no Brasil, terá que assegurar o direito destes trabalhadores garantirem minimamente o sustento de suas famílias, neste sentido cabe aos camelôs e outros trabalhadores informais se organizar e lutar por estes direitos, diante da dificuldade de acesso ao trabalho formal.

Na aplicação dos questionários junto aos camelôs de Presidente Prudente, nas entrevistas realizadas no camelódromo de Marília e nas entrevistas realizadas junto aos camelôs e líderes de camelôs em São Paulo, ficou evidente que a maioria não considera mais a possibilidade de retornar ao mercado de trabalho formal como empregado, com exceção daqueles que são empregados de camelôs. Estes admitem estar nesta atividade temporariamente até encontrar um emprego com carteira registrada. Mesmo assim, em Presidente Prudente e Marília há empregados de camelôs que começaram com a intenção de ficar temporariamente até achar colocação no mercado formal de trabalho, mas por motivos maiores permaneceram na informalidade.

Não podemos desconsiderar também a existência de camelôs que atuam no ramo há muito tempo e apesar de associarem o ingresso na atividade à falta de opção no mercado formal de trabalho, fica caracterizado que optaram por permanecer na informalidade. É o caso do próprio idealizador do SINDICISP, que afirmou que atua como camelô há vinte anos.

No início da década de 1990, a criação de um “sindicato de camelôs” talvez representasse apenas uma atitude ingênua ou oportunista de alguns supostos representantes sindicais. Mas a dimensão da informalidade atual e o crescimento do número de camelôs, articulado as outras franjas de atividades informais, fez com que até mesmo os sindicatos do trabalho formal, que antes pouco discutia sobre a questão da informalidade, passassem a considerar a necessidade de organizar os trabalhadores informais (Exemplo da Força Sindical aceitar a filiação do SINDICISP), apesar do embasamento legal não estar claramente previsto na constituição.

Parece ser este o pensamento dos idealizadores de sindicatos de camelôs. Diante das dúvidas com relação ao arcabouço da legislação vigente permitir ou não a organização política dos trabalhadores camelôs em sindicatos, eles partem do princípio de que é necessário mudar as leis já que não se consegue gerar emprego no setor formal.

Grosso modo, quem não depende da informalidade para sobreviver (sindicalistas do trabalho formal, representantes do Poder Público, trabalhadores especializados etc.) entendem que é necessário qualificar a mão de obra para estes trabalhadores poderem ser reinseridos no mercado de trabalho formal, enquanto os representantes de trabalhadores informais entendem que não há lugar para todos no trabalho formal, assim buscam se qualificar minimamente para disputar uma vaga na informalidade, onde a concorrência também aumentou.

Hoje o sucesso no trabalho como camelô depende da capacitação, nosso sindicato (SINPESP) tenta mostrar para o camelô que ele precisa se capacitar. Por exemplo, eu trabalho com alimentos. O que eu fiz? Um curso de higiene alimentar e agora na minha barraca eu utilizo equipamentos (luvas de plástico, máscara, toca), pois um camelô geralmente não sabe que um espirro traz milhões de bactérias. Com o curso eu tenho mais clientes do que os outros. É assim que funciona (informação verbal)<sup>76</sup>.

No fragmento do relato acima é notório como o discurso da capacitação e da qualificação, o mesmo que é proferido pelas entidades representantes de seguimentos do patronato, ultrapassa as fronteiras da economia formal e do movimento sindical como um todo e se instala no universo simbólico dos trabalhadores informais. Por este motivo, “*a bagagem cultural dos trabalhadores, os elementos que estão na base das suas identidades de classe ou da subjetividade, na perspectiva de classe, devem ser levados em consideração*” (THOMAZ JR. 2007, p. 25), e na exata dimensão da plasticidade que sua forma de trabalho reflete, pois a investida do capital sobre o trabalho tem por principal característica a fragmentação/separação que conduz ao estranhamento, e ao mesmo tempo em que precariza as condições de trabalho obriga o trabalhador a se sentir responsável por sua situação de precariedade.

Nesse sentido, o “sindicato” de camelôs, ao tentar aos poucos fazer com que os camelôs se entendam como uma “categoria<sup>77</sup>”, devido ao tempo de existência desta atividade, que na cidade de São Paulo remonta com expressividade à década de 1980, ganhando

---

<sup>76</sup> Depoimento dado por Heros Gomes, (ex) tesoureiro do SINPESP, em janeiro de 2007.

<sup>77</sup> Os representantes de camelôs Afonso José da Silva (SINDICISP) e Heros Gomes (SINPESP), nos depoimentos, se referem ao termo “categoria” como é utilizada no jargão sindical, no sentido de “um conjunto de trabalhadores que exercem a mesma atividade, possuem dificuldades parecidas e conseqüentemente devem lutar em conjunto por seus direitos e interesses comuns”. Entende-se que o sucesso do “sindicato” ocorre na medida em que as lideranças conseguem aos poucos convencer, os camelôs deste ponto em comum, ou seja, convencê-los de que o fato de venderem mercadorias diferentes ou concorrerem vendendo mercadorias parecidas, não muda a característica fundamental de serem todos camelôs, portanto formando uma “categoria” de trabalhadores.

proporções exorbitantes na década seguinte, busca na verdade, representar alguns interesses imediatos destes trabalhadores, como a manutenção de um ponto fixo e o direito de revender algumas mercadorias permitidas. No entanto, para isso precisou apelar para a realização de manifestações públicas como estratégia de reivindicação e de reconhecimento da atividade, conforme mostra a (Figura 19), a partir do ano 2000.

Figura 19: Manifestação Pública de Camelôs, São Paulo, 2003



Fonte: Revista do SINDICISP, 2004.

Entendemos que a possibilidade de fundação do SINDICISP, assim como o seu relativo sucesso, teve origem no episódio da “máfia dos fiscais”, manchete de diversos jornais de circulação nacional na década de 1990 devido ao destaque dado aos camelôs após denunciarem o forte esquema de corrupção. Este episódio ganhou projeção a partir das manifestações públicas de protesto realizadas no período de 01 a 14 de dezembro de 1998, quando alguns destes trabalhadores ficaram acorrentados por 325 horas (13 dias e 13 horas) em greve de fome, nas calçadas do Largo da Concórdia em São Paulo quando foram ouvidos pela mídia.

Se considerarmos a escala e a quantidade de trabalhadores, a formação de um sindicato nestes moldes somente é possível na cidade de São Paulo e não no interior, onde o número de camelôs é pequeno se comparado ao Brás e Santa Efigênia (SP), mas as lideranças vislumbram algumas alternativas.

Não temos a intenção de montar um sindicato de camelôs em cidades do interior de São Paulo, nós possuímos uma “seção sindical” em Salvador na Bahia onde tem muitos camelôs e está dando certo. No interior as iniciativas devem partir de gente que vive a realidade dos camelôs, mas é claro que se procurarem nossa ajuda estaremos a disposição (informação verbal)<sup>78</sup>.

Até o ano de 2007 o SINDICISP possuía sede própria, equipada com computadores e realizava propaganda, como veículo de comunicação entre a “categoria” e o suposto sindicato. Utilizava meios de aproximação junto aos camelôs parecidos com os utilizados por sindicatos do trabalho formal, como carro de som, panfletagem, palanque, calendários, camisetas, boletins informativos com tiragem periódica etc. Porém, fazem do corpo a corpo seu principal instrumento de comunicação. Possuíam também o veículo de transporte de propriedade do SINDICISP, que era apresentada pelos líderes como uma importante conquista, cuja valorização está refletida na divulgação do nome do sindicato (Figura 20).

Figura 20: Veículo de Transporte do “Sindicato” de Camelôs



Fonte: Revista do SINDICISP, 2004.

A oposição entre representantes do comércio legal e camelôs com relação a apropriação do espaço público foi constatada na cidade de Presidente Prudente, por Gonçalves (2000), e também na cidade de Marília por Tomé (2003). A diferença é que nestas duas cidades em particular houve consenso para a construção de camelódromos. Mas no caso da Cidade de São Paulo a Associação Viva Centro é uma entidade que participa das reuniões da

---

<sup>78</sup> Depoimento do presidente do SINDICISP, Afonso José da Silva, em janeiro de 2007.

Comissão Permanente de Ambulantes (CPA), criada pela subprefeitura da Sé e atua nas discussões e embates nos momentos de definir os pontos onde os ambulantes podem atuar. Porém, no ano de 2007, percebendo que a construção de camelódromos resolve o problema da estética do centro das cidades, retirando os camelôs das ruas e calçadas, esta entidade passou a fazer estudos e propostas de construção de camelódromos na cidade de São Paulo, mas como já afirmamos anteriormente, os camelôs e seus representantes resistem a estes projetos por motivos de conhecerem previamente as dificuldades depois que um grande número de camelôs é colocado em um mesmo local com uma aparência de boa organização. Neste caso, a organização na paisagem aparece como ordenamento, escondendo ou disfarçando os conflitos na sua essência.

De maneira geral é sabido que a construção de camelódromos aumenta a concorrência entre os camelôs e intensifica os conflitos entre eles. Além disso, devido ao discurso de ser um “Shopping Popular” os camelôs começam a se entender mais ainda como comerciantes proprietários de seu boxe, surge a “corretagem” sem controle e, em consequência, se torna impossível qualquer forma de organização para defesa de interesses maiores como já demonstramos com relação ao fracasso de organização em Presidente Prudente e a ausência da mesma em Marília, pois o controle do território por parte do Poder Público comparece como uma constante ameaça de desapropriação e a insegurança, fator de barganhas políticas, instabilidade e o individualismo passam a ser o ponto fraco dos camelôs.

No SINPESP, não notamos a mesma preocupação com a propaganda. Mas, apesar da sede ser menor que a do SINDICISP, localiza-se no famoso edifício Mirante do Vale, paralelo ao Viaduto Santa Efigênia, e a forma de contribuição é mediante boleto bancário recolhido na Caixa Econômica Federal (ANEXO 6). Destacamos a localização, porque no nosso entendimento valoriza a sede conquistada e mantida pelo sindicato, já que em Presidente Prudente uma das maiores dificuldades para criação de um “sindicato de camelôs”, nestes moldes, reside na dificuldade de conquistar e manter uma sede.

No SINDICISP a filiação era feita mediante fichas de inscrição (ANEXOS 7, 8) nas quais são obtidos todos os dados de cada camelô filiado, e a forma de pagamento era através de um carnê de contribuição sindical (ANEXO 9) o que dava um aspecto de clandestinidade ou prática criminosa de angariar recursos, muitas vezes criticado pelas autoridades.

As discussões e embates no conflituoso jogo de forças expresso na atividade dos camelôs na cidade de São Paulo é mediada pelo Poder Público. Nunca houve a participação de representantes do movimento sindical. No entanto, recentemente, diante da dimensão de organização do número de filiados, a Força Sindical tem disponibilizado seus advogados,

quando necessário, para defender as lideranças do SINDICISP, mesmo diante da inconsistência jurídica e as dificuldades de formação de um sindicato desta natureza como mostra o seguinte extrato.

Entre as regras para fundar um sindicato de camelôs há a obrigatoriedade de possuir sede própria como condição fundamental, seguida da necessidade de haver previamente no mínimo 70 filiados. Na seqüência das normas comparece a escolha dos membros da diretoria do sindicato em Assembléias, sendo obrigatório no ato da apresentação das devidas chapas que haja uma oposição, ou no caso de ausência de opositores os participantes devem ter o direito de questionar os diretores da chapa vencedora. A chapa vencedora irá participar das reuniões realizadas pela Comissão Permanente de Ambulantes (CPA) criada pela subprefeitura da Sé onde os representantes dos camelôs, Poder Público, Associação Viva Centro, Guarda Metropolitana (SP) e Comércio Varejista irão travar debates e disputar interesses. Por isso é fundamental que todos os encontros e votações sejam registrados em ata, pauta e caderno de presença, contendo os respectivos nomes de todos os participantes que passam a ser testemunhas da escolha da diretoria, reconhecida somente após a publicação no Diário Oficial (SP). Porque se a diretoria não for escolhida dessa forma, seguindo estas regras quando for representar os interesses dos camelôs na CPA, podem acontecer duas coisas: Ou vai aparecer na reunião duas ou mais diretorias do mesmo sindicato, ou denúncias de que aquela diretoria e aquele sindicato não representam os interesses dos camelôs porque foi escolhida de forma autoritária, e aí o Poder Público vai cancelar a reunião da CPA, como já aconteceu várias vezes (Informação Verbal)<sup>79</sup>.

Existem outras iniciativas de formação de sindicatos de camelôs em São Paulo em diversos lugares onde o fenômeno se expressa, porém se os camelôs percebem que está em jogo apenas o interesse em arrecadar contribuição sindical, sem a devida contrapartida, logo abandonam a agremiação e o sindicato se desfaz. Até que isso ocorra são feitas inúmeras acusações entre supostas lideranças, por isso somente os camelôs que tiverem credibilidade e liderança conseguirão levar adiante uma empreitada deste tipo.

As lideranças dos dois sindicatos admitem existir várias acusações por parte de representantes do Poder Público, Associação Viva Centro e lojistas de que os líderes do SINDICISP estariam formando quadrilhas e um esquema criminoso de cobrança de propina para extorquir os camelôs. Existem também outras lideranças de camelôs que tentam formar

---

<sup>79</sup> Depoimento dado por Afonso José da Silva presidente do SINDICISP em janeiro de 2007.

outros sindicatos, devido a discordância ou mesmo por entender que um sindicato pode ser lucrativo.

Demoramos seis meses apenas para conseguir escolher a diretoria, a coisa não andava, as reuniões eram canceladas devido às divergências e acusações; não se monta um sindicato de uma hora para outra; você precisa realmente convencer os camelôs de que está interessado na causa, precisa ter credibilidade e provar que o sindicato não é somente para arrecadar a contribuição sindical e isso dá trabalho, muitos se filiam e saem outros entram, mas se o trabalho não der resultado o sindicato acaba. Há ainda pressões políticas para que o sindicato acabe. Pois por causa das denúncias de corrupção na época da “máfia dos fiscais” muita gente importante foi parar na cadeia (Hanna Garib), mas hoje eles estão de volta e estão na política. O sindicato para ser reconhecido é uma luta e para ser mantido é uma luta constante (informação verbal)<sup>80</sup>.

Neste ponto, o limite de nossa pesquisa reside na impossibilidade de compreender qual sindicato está mais próximo de ser reconhecido pelo Poder Público, enquanto uma agremiação legal, justificando o uso da denominação sindicato, sem confundir com o sentido tradicional do termo. Segundo as informações dadas por Josefa Viana Nogueira Araujo, ex-presidente do SINPESP, hoje na diretoria devido ao fim do mandato, o seu sindicato é o que está mais próximo do reconhecimento legal e já possui a carta sindical expedida pelo Ministério do Trabalho, mas não pode nos fornecer a tal carta até o momento.

Dentre as justificativas dadas pelos idealizadores do SINDICISP comparece a posse do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) como chave de sustentação legal. Já para os representantes do SINPESP a posse do CNPJ não constitui requisito de legalidade, pois qualquer pessoa jurídica pode obter este registro, e somente a posse da carta sindical torna um sindicato legalizado.

A contribuição sindical via Caixa Econômica Federal como é feita no SINPESP parece ser um fator importante, dessa forma o SINPESP estaria mais próximo de uma possível legalidade, mas com relação às manifestações o SINDICISP era mais entusiasmado e seus líderes enxergam no caminho das manifestações públicas e a pressão junto às autoridades a forma mais eficiente de atuação<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Depoimento dado por Afonso José da Silva presidente do SINDICISP em janeiro de 2007.

<sup>81</sup> Conforme demonstra a notícia publicada no dia 15/08/2007 no jornal “Globo.com” sob o título “Para Matarazzo protesto de camelôs é de quem não tem razão”, em que os camelôs liderados pelo SINDICISP

Os líderes do SINPESP possuem uma postura mais cautelosa.

Todas as pressões se voltam contra os próprios camelôs. Neste caso, a estratégia deve ser sempre o caminho das negociações políticas, discutidas nas reuniões da CPA, por isso que nunca nenhum de nossos diretores foi preso, ou acusado de extorsão. Não adianta ilusão porque nós (camelôs) somos o elo mais fraco da corrente, sempre vai estourar em cima dos camelôs (Informação verbal)<sup>82</sup>.

A extinção momentânea do SINDICISP no ano de 2008 demonstra o acerto da afirmação feita logo acima, mas nada impede que o SINPESP também se desfaça ou até que o SINDICISP se recomponha.

Já em Presidente Prudente, o idealizador do sindicato (SINPRECOESP) Antonio de Brito Neto entendia até o ano de 2005 que era fundamental a obtenção de uma área dentro da cidade que não estivesse sob o domínio total do prefeito. A área escolhida foi o antigo Galpão de Expurgo de sementes, que segundo este seria tombado como patrimônio público, ficando sob responsabilidade do governo federal. Nesta nova área deveria ser construído um novo camelódromo ou “shopping popular” para os camelôs que se encontram nas ruas ou querendo ingressar na atividade, posteriormente atendendo os antigos camelôs hoje estabelecidos na Praça da Bandeira, desde que estes demonstrassem interesse de atuar na nova área. Este projeto não teve bons resultados até o momento.

Na tentativa de compreender porque os camelôs de Presidente Prudente entendem como absurda a idéia do idealizador do SINPRECOESP de montar um “Shopping Popular” em uma nova área, mesmo diante da instabilidade de estar em um local de uso público, e ao mesmo tempo tentar descobrir porque os camelôs e idealizadores de “sindicatos de camelôs” da cidade de São Paulo se recusam a ser realocados em camelódromos, procuramos fazer perguntas que articulavam as duas realidades do interior e da capital.

Com este propósito, apresentamos a idéia de Antonio de Brito Neto de conseguir junto à prefeitura de Presidente Prudente o Galpão de Expurgo<sup>83</sup> para construção do que ele chama de “Shopping Popular” e que os camelôs entendem como transferência do camelódromo de um local para o outro.

---

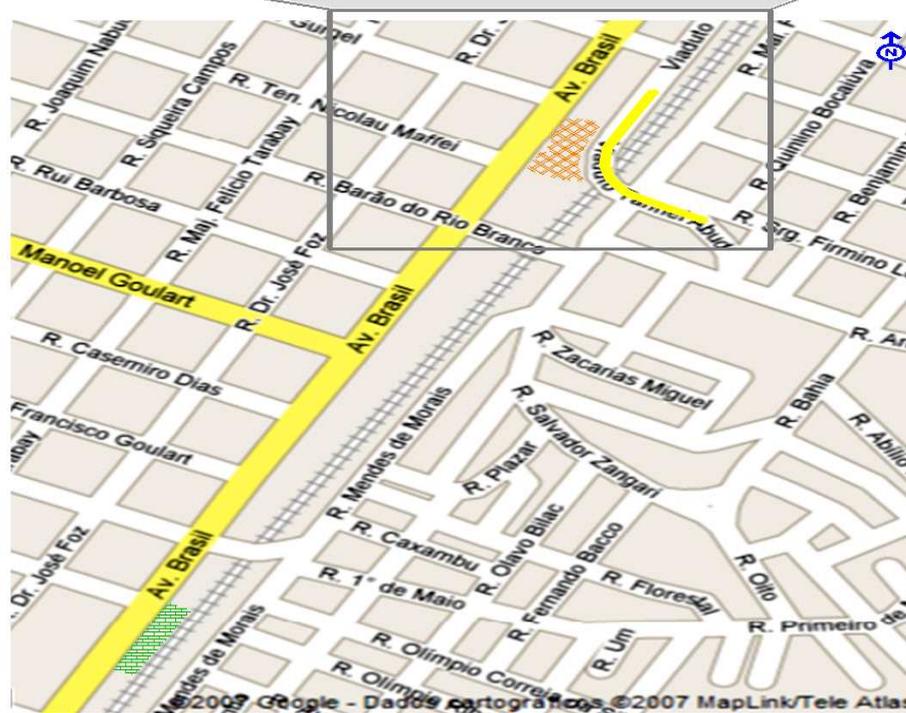
fizeram protestos em frente a casa do prefeito de São Paulo Gilberto Kassab (DEM) Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,MUL88423-5605,00.html>> Acesso em 20 de agosto de 2007.

<sup>82</sup> Depoimento dado por Heros Gomes, tesoureiro do SINPESP, em janeiro de 2007.

<sup>83</sup> O Galpão de Expurgo é um prédio antigo próximo a Rodoviária de Presidente Prudente onde antigamente eram expurgadas sementes de algodão e amendoim. No ano de 2005, o idealizador do “sindicato” de camelôs e Prestamistas de Presidente Prudente (SINPRECOESP), Antônio de Brito Neto afirmou que aquele prédio seria tombado com patrimônio público e seria um local ideal para a instalação de um novo local para os camelôs.

Na (Figura 18) na parte circulada em azul na foto de satélite está localizado a Praça da Bandeira, o destaque em vermelho no croqui se refere a localização do camelódromo e a parte destacada em verde representa a antiga área de expurgo de sementes a qual nos referimos.

Figura 21: Croqui do Camelódromo e da Área de Expurgo em Presidente Prudente



Camelódromo de Pres. Prudente



Antiga área de expurgo de sementes

Fonte: Foto, Google Earth, agosto, 2007; Croqui, Google Maps, setembro, 2007.  
Org. Ivanildo Dias Rodrigues, dezembro, 2007.

Como é possível perceber há uma distância considerável de sete quadras, do atual local onde estão os camelôs na Praça da Bandeira na saída do calçadão na Rua Tenente Nicolau Maffei, no centro da cidade de Presidente Prudente, no quadrilátero comercial até a parte destacada em verde no croqui. Dessa forma, os motivos que levam os camelôs a não aceitarem sair do local atual (Praça da Bandeira) para ir para a Área de Expurgo, próximo à Rodoviária de Presidente Prudente, podem ser:

- a) A distância entre o novo local sugerido e a principal rua comercial;
- b) O apego ao território temporariamente conquistado;
- c) O comodismo após se estabelecer em um ponto fixo;
- d) O estranhamento do trabalho que ao se manifestar não permite o camelô entender que há outros trabalhadores que podem vir a precisar se inserir nesta atividade;
- e) A insegurança de não obter ganhos no local novo e a perda do local antigo.

O Poder Público Municipal negou a área por motivos do seu valor imobiliário. Diante disso, Brito convocou os camelôs para uma reunião e expôs sua idéia de construção de um shopping popular, alegando que a antiga área de expurgo seria tombada como patrimônio histórico e dessa forma passaria do controle do Poder Público Municipal para o controle do governo federal e através da conjugação da constituição com a lei orgânica municipal. Brito defendia que através da pressão os camelôs conseguiriam a antiga área de expurgo. No entanto, o suposto sindicalista bateu de frente com o individualismo existente entre os camelôs, que ofusca a história de construção do camelódromo enquanto fruto de embates e disputas quando os camelôs ainda estavam nas ruas e calçadas.

Até o momento das entrevistas em São Paulo em dezembro de 2006 e janeiro de 2007 junto aos representantes de camelôs, entendíamos o depoimento de Brito como uma intenção louvável e ao mesmo tempo ingênua, pois sabíamos que ele jamais conseguiria reunir argumentos para convencer o Poder Público Municipal a ceder uma nova área devido ao valor enquanto empreendimento imobiliário da mesma. Mesmo assim, explicamos várias vezes e de diferentes formas sua intenção, porém os interlocutores (lideranças e camelôs em São Paulo) não compreendiam e achavam a idéia absurda. Ou seja, aparentemente é mais difícil explicar ao camelô a possibilidade de perder seu ponto fixo, e sugerir uma área mais segura, do que conseguir essa área junto ao Poder Público.

A (Figura 22) mostra o prédio abandonado em frente à Rodoviária de Presidente Prudente, referido pelo senhor Antonio de Brito Neto, como sendo uma antiga área de expurgo de sementes. Quando idealizava o projeto de “sindicato” de camelôs, Brito se baseou no fato de haver várias famílias precisando entrar na atividade de camelô para garantir seu sustento, mas não conseguiam, já que um boxe no camelódromo somente era adquirido por intermédio do dinheiro na prática da corretagem.

Figura 22: Antiga Área de Expurgo em Presidente Prudente (SP)



Fonte: Ivanildo Dias Rodrigues, Trabalho de Campo, maio, 2007.

Todos os representantes dos camelôs de São Paulo discordaram da idéia e da iniciativa tomada em Presidente Prudente, alertando para os perigos de prometer sucesso em uma nova área, sob o risco do mesmo não ocorrer e o sustento das famílias ficar comprometido. Há ainda, a possibilidade das duas áreas ficarem ocupadas por camelôs ao mesmo tempo, já que atualmente há pessoas que se inserem nesta atividade por opção. Destacaram ainda a dificuldade de dialogar com os camelôs no momento em que se põe em discussão o seu ponto de vendas conforme os relatos a seguir.

Para que montar um camelódromo sem camelôs, os camelôs devem vir primeiro depois o camelódromo é montado. Se você tira os camelôs da praça e leva para o outro local, outros ocupam a praça. E se não der certo não tem como voltar, é um risco muito grande. Depois agente sabe como é o

camelódromo, um monte de gente um em frente ao outro vendendo a mesma coisa (informação verbal)<sup>84</sup>.

O que o camelô mais valoriza é o seu ponto fixo, não é à toa tanta denúncia e corrupção, tente convencê-lo a abrir mão do seu ponto fixo e sua intenção de representá-los não tem credibilidade, mesmo ser for boa. Quem quer defender os interesses dos camelôs não pode nunca apresentar como alternativa que saiam do local onde estão e sim dizer que vai lutar para permanecerem onde estão (informação verbal)<sup>85</sup>.

Somados estes dois relatos mais outras respostas obtidas em entrevistas informais na cidade de São Paulo, Marília e Presidente Prudente, foi acentuada nossa percepção da forma como o ponto fixo é visto como um território conquistado e que deve ser mantido.

Não estamos dizendo para os camelôs para saírem da Praça, só estamos dizendo que há mais gente que precisa entrar na atividade e não tem mais lugar na praça. Eles poderiam ir para área de expurgo, se o prefeito liberasse para a construção de um “shopping popular”, mas o prefeito não vai liberar a área de “mão beijada” (por boa vontade), mas dá para conseguir tudo isso por meio da pressão de forma organizada baseado na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal. Eu tenho o projeto para organizar essa gente, mas temos que lidar com a cabecinha deles, pois são acomodados, acham que o prefeito é um pai e nunca vão ter que sair da Praça. Uma associação não vai resolver pedindo para construir galeria de esgoto (informação verbal)<sup>86</sup>.

Lembramos que em Presidente Prudente nenhum camelô se interessou pelas condições sugeridas para representar seus interesses, ou seja, pagar “contribuição sindical”, mudar para a antiga área de expurgo de sementes, comprar apenas no mercado nacional, vender com nota, comprar e pagar com boleto bancário e exigir nota etc<sup>87</sup>.

---

<sup>84</sup> Depoimento de Afonso José da Silva, presidente do SINDICISP, em janeiro de 2007.

<sup>85</sup> Depoimento de Heros Gomes, tesoureiro do SINPESP, em janeiro de 2007.

<sup>86</sup> Depoimento de Antonio de Brito Neto, idealizador do Sindicato dos Prestamistas e Camelôs do Oeste do Estado de São Paulo (SIMPREGOESP), no dia 21 de fevereiro de 2005.

<sup>87</sup> Estas medidas eram possíveis no entendimento do suposto sindicalista e constavam no seu projeto, porém a nova área era fundamental, pois em sua opinião não era possível investir na atividade estando em uma praça pública que poderia ser retirada do controle dos camelôs mediante a troca de prefeitos ou por pressão tanto do Sindicato do Comércio Varejista, como da Secretaria do Planejamento Urbano. No entanto todos os camelôs entendiam que a proposta era para sair da praça considerando isso uma loucura que não deveria nem mesmo ser comentado tamanho o apego que um camelô tem pelo seu boxe. Brito destacava a segurança da área de expurgo por ser tratar de um prédio que deverá ser tombado como patrimônio histórico, dessa forma deixa de estar totalmente sobre a tutela do prefeito em escala local ficando sobre responsabilidade do governo federal.

Entendemos residir na preocupação de um camelô de não colocar em discussão a possibilidade de perder seu ponto fixo, a força que o território exerce na subjetividade de quem era desterrado e passou a ter um território (boxe ou ponto fixo), ainda que inseguro.

Mas, agora no ano de 2008, a preocupação de Brito, de conseguir uma área mais segura para a instalação dos camelôs, não nos parece mais tão absurda. No bairro do Brás, onde parecia tudo tão “sólido”, camelôs aparentemente organizados, com um “sindicato” bem estruturado e combativo, “tudo desmanchou no ar”, se acabou. Vendo por este ângulo, lutar por uma área mais estável para se instalar faz sentido; o problema é que não há um espaço que não tenha dono.

Adiantamos que apesar dos obstáculos burocráticos e da obscuridade jurídica, estas formas de organização política existem e surgiram num cenário permeado por conflitos e práticas de corrupção, portanto como atos de resistência e disputa de território, conforme apresentamos ao discutir o episódio da “máfia dos fiscais”<sup>88</sup>, e de um ponto de vista jurídico:

É um perigoso engano pensar que são dádivas das leis e das constituições e de que nelas devem estar expressos para existirem e prevalecerem. “Há todo um acervo, um patrimônio de valores e de modos de relações humanas que não podem ser alterados, nem mesmo pelas constituições políticas. Acreditar nessa possibilidade é uma sinistra utopia; tentar realizá-la uma insana tirania” (NETO; PRADO, 1987, p. 129).

Constatamos em nossos estudos que o pagamento de propina não é regra apenas em escala local ou quando os camelôs se encontram em pontos fixos, para atuarem na revenda das mercadorias. Pois, o caráter de ilegalidade da atividade que executam não se limita a espacialização em calçadas ou logradouros públicos, percorre também toda a trajetória de compra e transporte das mercadorias. É nessa dinâmica, quando a atividade dos camelôs converge com as atividades conexas e de suporte, que as negociações e acertos comparecem como regra, nos momentos em que noções de trabalho e delito se confundem. A sofisticação das formas de tributação, assim como as medidas de combate a pirataria impostas pelo governo federal tem corroborado para diversas interpretações destas atividades como trabalho/delito, apesar de justificativas pouco relevantes se referindo a estes trabalhadores como inocentes.

---

<sup>88</sup> Ver subitem 3.2.3.

## CAPÍTULO IV

### O Papel do Estado na Manutenção do Circuito da Circulação das Mercadorias

Neste capítulo, trataremos dos embates entre o Estado e os trabalhadores inscritos no circuito da *camelotagem*, junto às atividades consideradas conexas e de suporte. Para tanto, utilizamos a denominação atividade de suporte, listada pela Justiça Federal e acrescentamos dados de nosso conhecimento.

O Estado a serviço do capital e refém da lógica de produção de mercadorias lança mão de um discurso que é incorporado por funcionários que representam o governo no papel de agentes arrecadadores. Há também os funcionários do Estado que cumprem o papel de agentes reguladores a serviço do governo, ambos com a obrigação de fiscalizar as atividades desenvolvidas no circuito de circulação de mercadorias nas quais os trabalhadores que compõem tal circulação oferecem diversas formas de resistência.

A lógica concorrencial destacada nesta dissertação se refere em primeiro plano à disputa entre quaisquer empresas em escala planetária, levando a falência de algumas e à incorporação de outras. Portanto, este fator é considerado gerador de desemprego estrutural e, também responsável pelo surgimento de “empresas” e práticas de produção clandestina e imitação de produtos. Há quem defenda que a prática da imitação de marcas ou produção de má qualidade é resultante da falta de ética. Estamos em conformidade com Marx, quando afirmava tal processo como uma tendência da universalização da produção e da concorrência levada ao extremo.

Mantendo o raciocínio do papel relativamente limitado dos Estados, em certa medida refém do jogo concorrencial entre mega empresas, torna-se importante diferenciar a lógica “territorial” do poder e a lógica “capitalista” do poder.

O capitalista que dispõe de capital financeiro deseja aplicá-lo onde quer que possa haver lucro, e tipicamente busca acumular mais capital. Os políticos e homens de Estado buscam tipicamente resultados que mantenham ou aumentem o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados. O capitalista procura as vantagens individuais e (embora de modo geral sujeito a restrições legais) só é responsável perante seu ciclo social, imediato, ao passo que o homem de Estado procura vantagens coletivas, vendo-se restringido pela situação política e militar do seu Estado, sendo em algum sentido responsável perante uma comunidade de cidadãos ou, o que é mais freqüente, perante um grupo de elite, uma classe, uma estrutura de parentesco ou algum outro grupo social. O capitalista opera no espaço e no

tempo contínuo, enquanto o político opera num espaço territorializado e, ao menos nas democracias, no âmbito de uma temporalidade ditada pelo período eleitoral. Por outro lado, as empresas capitalistas vêm e vão, mudam de localização, se fundem entre si ou encerram as operações, mas os Estados são entidades de vida longa, não podem migrar e, exceto em circunstâncias excepcionais de conquista geográfica, estão confinados a fronteiras territoriais fixas (HARVEY, 2004, p. 32).

Para Harvey (2004, p. 33-4), a lógica territorial e capitalista do poder difere entre si “*essas duas lógicas se entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias*”. No caso do circuito que estudamos, a complexidade dessas duas lógicas pode ser explicada pela dinâmica da circulação das mercadorias, considerando o grande número de trabalhadores envolvidos e as ações do Estado, a partir do final da década de 1980.

Numa matéria de 1987, se descreve o sistema de compras de videocassete e filmadoras no Paraguai com entrega a domicílio no Rio de Janeiro, em São Paulo ou em Brasília. [...] Os produtos eram conseguidos pela metade do preço e era cobrada uma “taxa” para cobrir os gastos de transporte e passagem pela fronteira (5000 cruzados pelo vídeo e 10.000 pela filmadora) [...] O sistema de envio a domicílio permite ver a operação de mecanismos de comercialização que ampliaram o alcance dos produtos de Ciudad Presidente Stroessner no Brasil e que – é de se supor – abriram e consolidaram circuitos de circulação de mercadorias e pessoas. Outra estratégia que teve um papel fundamental na expansão desses circuitos foi a exportação de mercadorias ao Paraguai por empresas localizadas no Brasil para seu posterior retorno ao mercado interno brasileiro com o objetivo de serem vendidas sem impostos (RABOSSO, 2004, p. 245).

Para guardar a particularidade das mercadorias, enquanto substância deste circuito, foi utilizada a relação dada pela Receita Federal por identidade de uso, recomendada pelo Ministério da Fazenda. Dessa forma, excluímos, ao utilizar dados estatísticos, as mercadorias que não fazem parte do enfoque desta pesquisa, assim privilegiamos apenas aquelas que são cotidianamente encontradas no circuito delimitado por tal estudo e as revendidas por camelôs.

Porém, conservamos a explicação da mercadoria dada por Marx em “o Capital” (livro I) no qual afirma que toda mercadoria é fruto do trabalho social combinado e seu processo de produção é por nós entendido, desde a extração da matéria prima até as várias fases de produção em diferentes empresas e diferentes locais, mas no final, são aglutinadas em uma única mercadoria a ser comercializada e consumida em lugares diversos do planeta.

O intuito é demonstrar neste capítulo que o fluxo de mercadorias no circuito de circulação em apreço é muito complexo, para sua dinâmica ser atribuída, apenas, ao consumidor com baixo poder aquisitivo, ou seja, aquele consumidor que compra mercadorias

de camelôs e ao consumidor comum que encomenda mercadorias dos sacoleiros em escala local e regional. Acrescentamos que a produção das mercadorias tem tentáculos em outros países.

Nesse estudo, apresentamos nossas reflexões iniciais sobre o ciclo completo da mercadoria, considerando o momento do consumo interterritorial articulado à produção extraterritorial. Neste sentido, partimos da hipótese de que este movimento de circulação em sua totalidade, cuja substância é a mercadoria, está submetido a uma lógica de produção em massa, e em um sistema concorrencial em diferentes países. Para tanto, nos apoiamos em diferentes fontes, dentre elas: na bibliografia selecionada, nos dados publicados no *site* da Receita Federal e na realização de três trabalhos de Campo no Paraguai referentes aos anos de 2005 e 2007.

O tripé apresentado como estrutura deste capítulo se embasa em alguns fatos: 1) a prisão de Law Kin Chong, maior representante da conexão pirata China/Brasil; 2) a operação “Comboio Nacional”, como investida do governo brasileiro sobre as formas de transporte rodoviário de mercadorias contrabandeadas e; 3) a inauguração da nova Aduana brasileira como forma sofisticada de fiscalização aduaneira.

#### **4.1. Produção, Transporte e Destinação Final das Mercadorias**

O circuito de circulação, ao qual nos referimos como camelotagem, tem como força motriz os trabalhadores camelôs, as atividades conexas e de suporte, sendo que a sua substância é um conjunto de mercadorias diversas, geralmente com baixo valor agregado, pouco tempo de vida útil e não tributadas, mas, também há as mercadorias originais e aquelas que exigem o emprego de tecnologia avançada na sua produção.

Essas mercadorias têm em comum a característica essencial de ser fruto de um trabalho social combinado, que influencia no seu preço final; e a necessidade de serem transportadas de um país a outro para serem comercializadas. Tal característica conecta os laços de ligação entre a produção, a circulação e a destinação final das mercadorias.

Existem vários fatores predominantes na elaboração final de uma mercadoria com baixo valor agregado, sendo que um deles é a exploração da mão de obra barata.

O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens, pois o trabalho não produz apenas mercadorias. Produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2001, p. 111).

Independente da força de trabalho empregada na produção de uma mercadoria original ou de uma imitação, ou de uma falsificação, considera-se a existência de duas extremidades complementares para o funcionamento do circuito em apreço, ou seja, existe a extremidade da circulação das mercadorias, a qual nos ateremos com maior profundidade, mas há também, na outra extremidade, a produção das mercadorias mediante a exploração da força de trabalho, com extração de mais valia.

É, principalmente, devido à forma de exploração da força de trabalho na extremidade referente à produção que comparece a grande quantidade de mercadorias e sua circulação com baixo preço. Estas mercadorias são produzidas em grande quantidade em países como a China, Taiwan, Indonésia, Coréia, México e outros.

A China representa o papel de principal produtor das mercadorias comercializadas entre os camelôs, e catalisa o circuito de circulação da *camelotagem* ao acionar a complexa trama de atividades conexas, cuja substância é a mercadoria. Via de regra, a maioria das mercadorias em apreço é fabricada na China. Neste caso, existem os produtos chineses originais com baixo custo devido à má qualidade, o pouco tempo de vida útil e a forma de exploração do trabalho. Como também, uma grande parte é considerada mercadoria pirata, ou seja, imitação, fato este que preocupa, até mesmo, as economias avançadas.

Na escala (mundial), a concorrência é entre grandes potências econômicas, especificamente, a China, pois de alguma forma consegue que suas mercadorias com baixo valor agregado adentrem nas fronteiras de países com a economia e o sistema tributário menos estruturado e “*a consequência inevitável da concorrência é a total determinação das mercadorias, a falsificação, a produção de má qualidade e o contágio universal*” (MARX, 2001, p. 88).

Esta afirmação de Marx, nos Manuscritos Econômicos Filosóficos, já apontava para esta tendência, o que nos leva a acreditar que os governos dos países que comparecem neste jogo concorrencial no lado mais fraco, ao não conseguirem ir além da tributação das mercadorias e da intensificação da fiscalização nas fronteiras, não conseguem frear a produção das mercadorias, pois, esta se dá em território alheio e assim a determinação da

mercadoria com baixo custo prevalece e continua, porque, para o capital, as fronteiras dos estados não são empecilho.

Porém, a necessidade de transportar tal mercadoria de um continente a outro, a obrigatoriedade da tributação imposta de acordo com as leis do comércio mundial e de cada país influenciam no preço final da mercadoria e acarretam na busca de acordos alfandegários e portuários entre países interessados.

Para as mercadorias adentrarem as fronteiras de outros países, seja no Brasil via Paraguai ou no Paraguai via Brasil – pelo sistema portuário, articulando modais de transporte marítimo e rodoviário-, são realizados acordos econômicos e políticos numa relação de jogo de forças, no qual o país que possui o sistema alfandegário, tributário etc. menos estruturado oferecerá menor resistência à entrada das mercadorias.

Segundo Rabossi (2004), o olhar sobre a fronteira Brasil/Paraguai reproduzida nos meios de comunicação e governos está exclusivamente assentado no fluxo de mercadorias do Paraguai em direção ao Brasil, desconsiderando o fluxo inverso Brasil/Paraguai. Mas, existe também um fluxo interno no qual as mercadorias entram pelos portos brasileiros, circulam e são comercializadas em território brasileiro, sem necessariamente passar pelo Paraguai.

Além dos acordos políticos, há também a busca de expedientes clandestinos possibilitados pela conexão realizada por agentes relevantes que atuam na esfera da circulação das mercadorias, nos países onde se realiza o consumo final e, com seus compatriotas nos países onde se realiza a produção. Por isso, o circuito de circulação das mercadorias deve ser pensado em todo o processo de realização. Entretanto, ponderamos que o limite deste estudo não permite abordar com profundidade a extremidade da produção.

Para esclarecer melhor a conexão que possibilita os expedientes clandestinos a que nos referimos, resgatamos a notícia publicada pela Revista Veja<sup>89</sup> em julho de 2004, referente à prisão de Law Kin Chong<sup>90</sup>, tido como o maior contrabandista do Brasil, em que as investigações da polícia federal nos trazem alguns elementos esclarecedores sobre os métodos do esquema de entrada de mercadorias contrabandeadas, provenientes da China no território brasileiro.

Segundo a reportagem da Revista Veja no ano de 2004, durante as investigações, a polícia detectou nas agendas do contrabandista e de seu advogado o nome de mais de uma

---

<sup>89</sup> REVISTA VEJA, n. 1861, a. 37, n. 27, jul. de 2004.

<sup>90</sup>Law kin Chong estava nesta atividade há 24 anos até ser preso no mês de junho de 2004. Possuía segundo a reportagem da Revista Veja um faturamento mensal de R\$ 50.000.000,00 e uma rede de proteção que lhe custava cerca de R\$ 5.000.000,00 de reais por mês, composta por cerca de 200 pessoas, entre elas fiscais da Receita, policiais militares, civis e federais (REVISTA VEJA, 2004, p. 92).

dúzia de pessoas ligadas ao Poder Público, incluindo seis delegados, o então chefe de repressão aos crimes fazendários e o chefe da delegacia de polícia de imigração.

Law possuía, segundo a reportagem da Revista Veja (2004), ao mesmo tempo, fábricas na China, conforme mostra (Figura 23) e 600 estandes de venda de produtos pirateados em shoppings de São Paulo.

Figura 23: Fábrica de Produtos Pirateados, na China



Fonte: Revista Veja, n. 27, 2004.

A (Figura 23), se refere a uma seqüência de vídeo feito em uma das viagens de Law Kin Chong a Hong Kong pela China, nas quais ele vistoria o que seria uma de suas fábricas de produtos pirateados. Esta é a ponta do circuito da camelotagem onde afirmamos que há a extração de mais valia na exploração da força de trabalho, como um dos fatores responsáveis pelo baixo preço das mercadorias.

O espaço de relações China/Brasil se realiza num primeiro momento, mediante a comercialização das mercadorias em grande quantidade nos shoppings, estandes e lojas de auto-serviço.

O shopping 25 de março é um dos maiores exemplos desta conexão, onde ocorre o segundo momento da comercialização, uma vez que é nestes locais de compra que os camelôs e os sacoleiros costumam comprar mercadorias em grande quantidade, por baixo preço, para revendê-las nos camelódromos e nas calçadas de diversas cidades. Também é neste local que os sacoleiros compram por encomenda mercadorias que abastecem consumidores diversos, tanto formais como informais.

É importante destacar, a partir deste ponto, a existência de caminhos de entrada de mercadorias no território brasileiro, não circunscritos necessariamente ao Paraguai, e que se constituem em corredores estratégicos de contrabando por expedientes clandestinos de entrada pelos portos; pois, antes de se tornar um grande contrabandista, Law Kin Chong realizava o contrabando denominado informalmente “formiga”.

Aos 19, comprava relógios contrabandeados no Porto de Santos: descia a serra que separa São Paulo do litoral montado em uma moto modelo CB 400 e, chegando ao cais, remava em um barquinho até alcançar os navios ancorados. Mochila repleta voltava para a capital, onde tinha como clientes lojistas e camelôs<sup>91</sup>.

Após estruturar seu empreendimento, as mercadorias trazidas da China eram desembarcadas nos portos de Santos, Rio, Paranaguá, São Francisco do Sul e Vitória, assim, somente algumas miudezas vinham do Paraguai (Ver Figura 6, p. 25).

Um policial envolvido na investigação conta que, quando os ônibus de Law, carregados com até 12 toneladas de produtos, chegavam a São Paulo pela Rodovia Castello Branco, já tinham à sua espera uma escolta de policiais federais. O comboio seguia até o prédio de número 181 da Rua Barão de Duprat, que a polícia suspeita pertencer ao contrabandista. Lá funcionava um dos depósitos de Law e, no 7º andar, seu principal escritório<sup>92</sup>.

Do contrabando formiga ao contrabando em grande escala, há um grande número de trabalhadores envolvidos, seja como sublocatários de estandes de vendas pertencentes a grandes redes de contrabando, seja nas calçadas, ou, até mesmo, viajando em busca de mercadorias baratas por encomenda.

Em geral, há um entendimento de que a comercialização dessas mercadorias é crime. No entanto, o fato de serem comercializadas por simples camelôs, por grandes contrabandistas e por comerciantes inscritos no setor formal, faz com que a quantidade das mercadorias, articulada ao grande número de trabalhadores envolvidos na sua circulação, sem contar os envolvidos na extremidade da produção, se torne um mecanismo importante no interior da estrutura da sociedade, cuja retirada ou a interrupção do seu funcionamento foge do alcance do governo. O governo, por sua vez, busca impor o crivo da tributação sobre o máximo possível de mercadorias que, em seguida, são relançadas no circuito de circulação através dos leilões, o que visa os consumidores, que podem ser pessoas jurídicas e pessoas físicas inclusive e novamente os próprios camelôs e sacoleiros, ou seja, o fulgor da mercadoria continua e prevalece.

O aparelho de Estado, no intuito de arrecadar os impostos das mercadorias, tenta balancear através dos leilões o total de mercadorias que, eventualmente, passam despercebidas pelo crivo da tributação. Mas, a prática do leilão reinsere as mercadorias

---

<sup>91</sup> REVISTA VEJA, n. 1861, a. 37, n. 27, p. 92, jul. de 2004.

<sup>92</sup> Idem. p. 94.

apreendidas anteriormente no circuito de circulação, justificando a continuidade da comercialização, que, por sua vez, aciona novamente a extremidade da produção em outros países, e o circuito da camelotagem continua seu movimento ininterrupto.

Nesse movimento contínuo, o que prevalece é a lógica da produção em grande escala, a concorrência em todos os níveis do circuito e os expedientes clandestinos como meio de compensação devido ao baixo preço das mercadorias. Sendo assim, prevalece o aumento e não a diminuição do número de trabalhadores inseridos em atividades clandestinas e precarizadas.

#### **4.2 - Três Passos no Interior da Complexa Trama do Capital**

Na extremidade do circuito em que ocorre o momento da produção das mercadorias, se inicia a complexa trama do capital, ou seja, um *primeiro passo*. Acreditamos que este momento do circuito da *camelotagem* se realiza com maior expressão na China, comparecendo em seguida a Coreia, Taiwan e outros. Aqui, hora se aposta no baixo valor agregado e na pouca durabilidade das mercadorias. Seguindo a lógica dos países asiáticos com grande massa de mão de obra humana disponível, se não é possível aumentar os ganhos diminui-se o preço dos produtos, dessa forma, hora se investe na imitação de produtos, prezando por uma relativa qualidade mediante o uso de tecnologia não de ponta, mas avançada, por exemplo, dos aparelhos digitais, eletro-eletrônicos e equipamentos de informática em geral, e em outros momentos há o apelo à falsificação e a pirataria.

Estas mercadorias ao serem produzidas na China não têm um único destino, não visam apenas o Brasil ou Paraguai, mas estão inscritas em uma lógica capitalista concorrencial em escala mundial. Portanto, tais mercadorias podem ser encontradas em qualquer porção do planeta, sendo esta necessidade de ser transportada para outros países responsável por emergir o *segundo passo* da complexa trama do capital, em que prevalece a necessidade de transportar as mercadorias em contêiner de navios saídos dos países de origem e fazê-las chegar ao país de destino sem passar pelos crivos da tributação.

As mercadorias provenientes da China e outros países possuidores de uma política alinhada à lógica capitalista concorrencial, com um forte sistema tributário e com sofisticados meios de tributação, podem defender o seu mercado para que não ocorra a lógica inversa, ou seja, os países compradores se tornarem fornecedores das mesmas mercadorias.

Ao contrário, países como o Paraguai, por exemplo, e também o Brasil não conseguem impedir a entrada das mercadorias, assim como não podem frear o processo de produção destas em território alheio. Por este motivo, as mercadorias provenientes dos países asiáticos encontram fértil terreno de comercialização em outras partes do mundo, onde o arcabouço de leis que compõem a estrutura tributária e trabalhista não é muito bem estruturado, e, também, onde o sistema portuário contém falha, mas acima de tudo, porque há nestes países um grande número de pessoas dispostas a trabalhar na circulação das mercadorias, independente dos elementos de precariedade expressos em algumas atividades, assim como há nos países asiáticos, principalmente na China, uma grande quantidade de trabalhadores à disposição, para produzir mercadorias com baixo valor agregado.

O *terceiro passo* da complexa trama do capital é o mais sutil e de difícil percepção, mas se torna o mais importante devido às contradições que apresenta, pois, na sociedade capitalista, em que prevalece a concorrência, não é novidade a produção e o transporte de mercadorias de um país a outro ou entre continentes. Mas, a comercialização que por sua vez se realiza na extremidade do circuito de circulação das mercadorias na *camelotagem* (entendida agora como o circuito de compra/distribuição/comercialização de mercadorias<sup>93</sup>) tem os camelôs e as atividades conexas e de suporte (sacoleiros, laranjas, carrinheiros, perueiros, etc.) atuando no transporte e venda.

Desde a década de 1980, estes trabalhadores são acusados de exercerem concorrência desleal ao comércio formal, de fornecerem mercadorias contrabandeadas e estimular a falsificação etc. Por isso, é nesta ponta do circuito que o Poder Público Municipal atua, seja construindo camelódromos ou escolhendo locais para os camelôs estabelecerem suas barracas.

Também é na esfera da circulação que o governo Federal atua. No caso específico dessa pesquisa, só podemos nos referir ao governo brasileiro e paraguaio, que, no ano de 2006, entraram em consenso quanto à necessidade de sofisticar os meios de tributação de

---

<sup>93</sup> As mercadorias comercializadas na *camelotagem* recebem em geral diferentes nomenclaturas. Os órgãos governamentais utilizam freqüentemente o termo mercadorias piratas. No jargão jurídico é utilizada a nomenclatura “mercadorias de procedência duvidosa” e há outras formas como mercadorias com baixo valor agregado, mercadorias falsificadas, mercadorias fruto de contrabando, imitações, mercadorias com pouco tempo de vida útil, mercadorias sem nota ou com nota “fria”, mercadorias não declaradas, mercadoria do Paraguai etc. No entanto, entre os camelôs as características das mercadorias são especificadas, por exemplo, durante Trabalho de Campo, ao serem questionados sobre quais mercadorias comercializam, os camelôs normalmente discriminam como: bazar, brinquedos, informática, CDs, Filmes, eletro-eletrônicos, diversos, alimentação, roupas, tênis, bolsas etc. No entanto, nunca houve nenhum caso de um camelô responder que trabalha com mercadoria pirata, falsificada, contrabandeada etc., apenas identificam as mercadorias com base na sua identidade de uso.

mercadorias, o que culminou com a construção da nova Aduana brasileira.

### **4.3. A Fiscalização como “Solução” para o Fim do Contrabando**

Para chegar a este nível de fiscalização, os camelôs, os sacoleiros, os *laranjas* etc. foram por diversas vezes apontados como responsáveis por enganar o consumidor ao fornecer produtos sem nota fiscal e de má qualidade, prejudicar os cofres públicos ao não declarar as mercadorias e abastecer redes de contrabando. Porém, a grande quantidade de mercadorias que circulam no circuito, ao qual nos referimos até agora, não poderia ser movida - tendo como destino apenas o consumidor com baixo poder aquisitivo que compra mercadorias vendidas por camelôs.

Temos, então, dois tipos de contrabando: o contrabando “formiga” e o de grande escala. O segundo caso é representado pelas grandes lojas, supermercados, distribuidoras de bebidas e lojas comuns inscritas no setor formal da economia, que também se utilizam deste expediente, mesclando mercadorias oriundas do contrabando em seu estoque ou vitrine, assim como as grandes redes de contrabando que dinamizam o circuito de circulação das mercadorias de procedência duvidosa, com o apoio de representantes do Poder do Estado.

A nova Aduana brasileira simboliza a intensificação das políticas de controle e combate ao contrabando e a pirataria, foi iniciada no Brasil, desde o ano de 2001, após a criação do Comitê Inter/ministerial de Combate à Pirataria formado por representantes dos Ministérios da Justiça; Relações Exteriores; Fazenda; Ciência e Tecnologia; Cultura e Desenvolvimento; Indústria e Comércio Exterior; cuja secretaria executiva era exercida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), e a vice-presidência pela Polícia Federal.

A partir de 2003, o Governo Federal iniciou, por meio da SENASP e do Ministério da Justiça, a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que articula as políticas de combate e repressão à pirataria.

No ano de 2006, foi inaugurada a nova Aduana brasileira em Ciudad del Este (PY). A partir daí, verificamos em Trabalho de Campo realizado em março de 2007 e setembro de 2007 que esta foi a medida de maior impacto até agora no fenômeno por nós estudado, pois os trabalhadores camelôs de Presidente Prudente, Marília, assim como de muitas outras cidades ao atuarem como camelôs e as vezes como sacoleiros, sofreram um duplo golpe que

não somente forçou a diminuição das idas ao Paraguai via Ponte da Amizade, obrigando-os a mudar de trajeto de compra; mas também encareceu os produtos, no entanto, as mercadorias continuam a circular em grande quantidade.

É como se estivéssemos diante de uma situação em que a produção de determinadas mercadorias, sob intensa exploração do trabalho determina um preço irrisório em que a incidência de tributos impossibilita a comercialização.

Para forçar a tributação, o governo intensifica a fiscalização, o que resulta na apreensão de um grande número de mercadorias em diversos pontos do Brasil. Na escala nacional, a Receita Federal divide a área de fiscalização por Regiões Fiscais, sendo que o estado de São Paulo (SP) corresponde sozinho a 8ª Região Fiscal e os estados do Paraná (PR) e Santa Catarina (SC) correspondem juntos a 9ª Região Fiscal.

Elegemos apenas a 8ª e 9ª região para avaliar as mercadorias e sua natureza, por estas serem as mais expressivas do ponto de vista da quantidade de mercadorias apreendidas, do montante de dinheiro arrecadado em função das suas vendas em leilões, e também pela proximidade geográfica com nosso recorte territorial.

Todas as mercadorias apreendidas pela Receita Federal podem ser leiloadas, sendo que o montante arrecadado em dinheiro pode ter diferentes destinações, assim como algumas mercadorias que estejam dentro das normas de regulação de consumo. Para o objetivo desta dissertação, privilegiamos apenas as mercadorias comercializadas no circuito da camelotagem e as saídas por destruição, alienação, incorporação a órgãos públicos ou entidades beneficentes.

Quando as mercadorias estão em poder dos trabalhadores que compõem o circuito de circulação, as autoridades do fisco as apontam como produto de contrabando, por não terem passado pelas formas de tributação do Estado. No entanto, quando estas mercadorias estão sob domínio da Receita Federal, aguardando para serem liberadas dos galpões de armazenamento, são agrupadas e resumidas em “grupos de mercadorias”, e passam a ser consideradas a partir da sua identidade de uso e não mais pela sua procedência, da mesma forma como antes faziam os trabalhadores.

Após a apreensão, a Receita Federal se refere aos grupos de mercadorias com as seguintes identidades de uso:

- a) Bazar: compreende mercadorias e produtos diversos que possam ser utilizados para distribuição gratuita em programas educacionais ou assistenciais, ou para venda em feiras ou bazares beneficentes com o produto da alienação aplicado em programas educacionais ou assistenciais;

- b) Brinquedos: abrangem jogos, artigos para divertimento ou para esporte, suas partes e acessórios;
- c) Eletrônico: abrangem máquinas, aparelhos e material elétrico e suas partes, tais como eletrodomésticos em geral, televisores, videocassetes, filmadoras, calculadoras, rádios receptores, aparelhos de som, de fax, telefônicos, musicais, fotográficos, bem assim suas partes, acessórios e suportes para gravação;
- d) Material de escritório: abrangem canetas, lápis, fitas impressoras, entre outros materiais de expediente ou escolar;
- e) Informática: abrangem unidades de processamento de dados, suas partes, peças, acessórios, periféricos, suportes, tais como placas, monitores, leitores, teclados, "scanner", impressoras, disquetes;
- f) Vestuário: abrange matérias têxteis e suas obras e calçados;
- g) Outros: abrange os produtos e mercadorias não classificáveis nos outros grupos, tais como utensílios domésticos e ferramentas.

Em todos os itens acima, dependendo da identidade de uso, as mercadorias podem ser doadas, neste caso há uma seleção realizada por funcionários da receita para decidir sua destinação.

A destinação de mercadorias apreendidas pela Secretaria da Receita Federal, prevista no artigo 29, item II, do Decreto-lei nº 1455, de 07 de abril de 1976, atualmente regulamentado pelo Decreto 4.543, de 26 de dezembro de 2002 e pela Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002, pode ocorrer nas seguintes modalidades: venda, mediante leilão, a pessoas jurídicas, para seu uso, consumo, industrialização ou comércio; venda, mediante leilão, a pessoas físicas, para uso ou consumo; incorporação a órgãos da administração pública direta ou indireta do nível federal, estadual ou municipal, dotados de personalidade jurídica de direito público; incorporação a entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública federal, estadual ou municipal, ou a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP qualificadas conforme a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; destruição ou inutilização, na hipótese de produtos contrafeitos, pirateados ou falsificados, cigarros, produtos condenados pela vigilância sanitária ou defesa agropecuária, dentre outros para os quais não seja possível a destinação por incorporação ou leilão. O Ministro da Fazenda delegou ao Secretário da Receita Federal a competência para decidir sobre a destinação de mercadorias apreendidas. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2007)<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> Disponível em <[www.receita.fazenda.gov.br/Publico/DestinacaoMercadorias/2007](http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/DestinacaoMercadorias/2007)> Acesso em 20/09/2007.

O que mais chama atenção para nosso propósito é a destinação para a destruição de determinados itens. De acordo com a notícia publicada no dia 15 de agosto de 2007<sup>95</sup>, a Receita Federal do Brasil destruiu em várias unidades cerca de 900 toneladas de mercadorias apreendidas no mesmo ano, correspondendo ao valor total de R\$ 43,28 milhões, que representa o dobro do ano de 2006. Tratava-se de mercadorias que não se encaixavam nos tipos de saídas por incorporação por estarem em desacordo com as normas de regulação do consumo. Destacamos que a maior parte dos gastos com a incineração ou qualquer outra forma de destruição das mercadorias é arcada pelas empresas detentoras das marcas que foram falsificadas ou imitadas e por empresas eventualmente interessadas na destruição.

A tendência do capital ao monopólio é contrabalançada pela concorrência [...] O mesmo vale para a lei tendencial da taxa de utilização decrescente que se afirma como a reabilitação do “LUXO” e “PRODIGALIDADE” – junto com a expansão do círculo de consumo, que passa assim a abarcar também um número cada vez maior de “Pobres que trabalham” a estes é proporcionada uma gama crescente de mercadorias à medida que o desenvolvimento das forças produtivas o torna tanto possível como necessário – sem, porém, deixar de lado a “FRUGALIDADE” a “ECONOMIA” e a “POUPANÇA” como momentos subalternos do capital em sua ascensão. A mesma tendência, sob as condições do capitalismo plenamente desenvolvido, assume a forma de extrema PERDULARIDADE e DESTRUIÇÃO, mas é de novo contrabalançada – em vários graus - pelo imperativo de poupar, bem como pela inevitável necessidade de reconstituir o capital depois da periódica destruição de sua magnitude “superproduzida”, no interesse da sobrevivência do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 653).

---

<sup>95</sup> Disponível em <[www.receita.fazenda.gov.br/Publico/DestinacaoMercadorias/destruicao/2007](http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/DestinacaoMercadorias/destruicao/2007)> Acesso em 22/09/2007.

A (Tabela 2) é apresentada aqui apenas como estimativa para ilustrar a dimensão do montante em dinheiro equivalente as mercadorias destruídas, já que as informações disponibilizadas no *site* da Receita Federal se referem a dez (10) Regiões Fiscais, e contemplam algumas mercadorias que não privilegiamos em nossos estudos.

Tabela 2: Mercadorias Destruidas pela RF

Anos	Saída por destruição (valor em R\$)	% em relação ao total
2000	39.133.554,14	5,1
2001	85.350.028,44	11,1
2002	105.490.036,13	13,7
2003	71.206.773,08	9,2
2004	93.563.466,41	12,1
2005	103.066.259,99	13,4
2006	129.150.141,19	16,8
2007 <sup>96</sup>	142.538.729,18	18,5
<b>TOTAL</b>	<b>769.498.988,56</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal do Brasil, 2007<sup>97</sup>.

Para nosso propósito, estes dados estatísticos são ilustrativos enquanto estimativa, por predominar como principais mercadorias destruídas os CDs e DVDs piratas, cigarros, cosméticos, perfumes, preservativos, medicamentos, brinquedos, pilhas, isqueiros, bolsas, mochilas, óculos e relógios falsificados, as quais compõem o universo de nossa pesquisa.

A justificativa dada por autoridades do fisco para a *destruição em massa* das mercadorias é o não enquadramento nas normas legais de regulação de consumo. Percebe-se que o aumento crescente da destruição foi interrompido na virada do ano de 2002 para 2003. Neste caso, o decréscimo pode ser associado à mudança de governo no Brasil e à reestruturação do aparato de fiscalização sob comando do novo quadro do Ministério da Fazenda. Mas, os números mostram que, logo em seguida, o aumento das mercadorias destruídas foi contínuo até o ano de 2007.

---

<sup>96</sup> Em todas as tabelas para o ano de 2007, os cálculos se referem aos meses de janeiro a agosto e para os demais anos se referem ao período completo de janeiro a dezembro.

<sup>97</sup> Disponível em <[www.receita.fazenda.gov.br/Publico/DestinacaoMercadorias/2007](http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/DestinacaoMercadorias/2007)> Acesso em 20/09/2007.

#### 4.3.1. A Fiscalização como Meio de Aquecer o Contrabando

As ações de apreensão de mercadorias e o aumento tanto da quantia arrecadada em leilões, como do volume de itens destinados à destruição, são apresentados pela Receita Federal em tom de comemoração da eficiência no combate e controle das práticas de contrabando. Do mesmo modo, a doação de mercadorias para entidades beneficentes (Tabela 3) comparece como uma solução paliativa, porém relevante.

Tabela 3: Mercadorias Incorporadas a Entidades Beneficentes Doadas pela RF

Anos	Saída por incorporação a Ent. Beneficentes	% em relação ao total
2000	12.327.655,04	3,03
2001	20.852.009,64	5,12
2002	42.724.199,78	10,50
2003	39.089.871,61	9,60
2004	54.713.672,76	13,40
2005	78.415.900,43	19,25
2006	97.019.527,02	23,80
2007	62.234.174,79	15,30
<b>TOTAL</b>	<b>407.377.011,07</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal do Brasil, 2007<sup>98</sup>.

Assim como no exemplo das mercadorias destruídas, no das mercadorias doadas para entidades beneficentes há um crescimento contínuo com decréscimo no período das eleições presidenciais. Caso façamos a subtração do montante do ano de 2002 pelo do ano de 2003, obtemos uma diferença de (R\$ 3.634.328,17). O crescimento das doações é retomado posteriormente e há novo decréscimo na virada do ano de 2006 para 2007, novamente em período de eleições presidenciais, mas agora, o resultado da subtração é mais significativo, equivalente a (R\$ 34.785.352,23). Uma justificativa possível do decréscimo é a inauguração da nova Aduana, no começo de novembro de 2006, afugentando, num primeiro momento, os camelôs e sacoleiros que se dirigiam a Ciudad del Este (PY), via Ponte da Amizade, na fronteira com Foz do Iguaçu (PR), na Região da Tríplice Fronteira, assim como a intensificação da fiscalização pontual, volante e surpresa nas rodovias.

<sup>98</sup> Disponível em <[www.receita.fazenda.gov.br/Publico/DestinacaoMercadorias/2007](http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/DestinacaoMercadorias/2007)> Acesso em 20/09/2007.

No período de 2005 a 2006, constatamos a intensificação da fiscalização nas rodovias ao mesmo tempo em que o governo brasileiro postergava a inauguração da nova Aduana, já prevendo os reflexos na campanha eleitoral.

Era previsível para o governo que a construção da Aduana nova teria impacto sobre os milhares de trabalhadores que atuam em todo o circuito de circulação das mercadorias, mais ainda os que sobrevivem do comércio de fronteira. Mas, acrescenta-se a este montante de dinheiro arrecadado e mercadorias destruídas os dados da (Tabela 4).

Tabela 4: Mercadorias Incorporadas a Órgãos Públicos Doadas pela RF

<b>ANO</b>	<b>Saída por incorporação a Órgãos Públicos</b>	<b>% em relação ao total</b>
<b>2000</b>	34.727.811,18	4,3
<b>2001</b>	46.510.297,34	5,7
<b>2002</b>	68.597.347,36	8,4
<b>2003</b>	86.449.920,27	10,6
<b>2004</b>	115.132.953,16	14,2
<b>2005</b>	139.486.530,63	17,2
<b>2006</b>	176.185.409,30	21,7
<b>2007</b>	145.356.390,72	17,9
<b>TOTAL</b>	<b>812.446.659,96</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal do Brasil, 2007.

A Tabela 4 é referente à quantia (valores em reais R\$) arrecadada com a venda de mercadorias apreendidas e que foi destinada, no mesmo período (2000 a 2007), para Órgãos Públicos, mediante doações feitas pela Receita Federal. Lembramos que é possível a doação das próprias mercadorias, no caso de eletrônicos, material de escritório, informática<sup>99</sup>, desde que possam ser utilizadas por estes órgãos.

Além da destinação para órgãos públicos, as mercadorias que passarem por uma triagem e estiverem dentro das normas de uso são leiloadas. Os leilões são previamente anunciados pela Receita Federal na internet e os interessados podem vistoriar as mercadorias com antecedência, pois, no dia do leilão, na venda por lotes de mercadoria, não é possível fazer nenhum tipo de vistoria.

Na 8ª Região Fiscal, houve ao todo 101 leilões no período de (2000 a 2007). No entanto, o que destacamos é o aumento do montante de dinheiro arrecadado em todo o período (2000 a 2007), o que significa uma grande quantidade de mercadorias reincorporadas ao circuito de circulação na figura do consumidor final.

<sup>99</sup> Ver descrição nos itens c, d, e, respectivamente, na pg.124 desta dissertação.

Na (Tabela 5), estão os valores arrecadados em leilões realizados apenas na 8ª Região Fiscal (SP), e fica evidente o decréscimo da arrecadação em proporção direta à diminuição do número de leilões.

Tabela 5: Valores Arrecadados na Venda de Mercadorias

<b>Anos</b>	<b>Nº de Leilões</b>	<b>Valores Arrecadados</b>	<b>% em relação ao total</b>
2000	24	60.861.660,00	26,9
2001	17	39.091.750,00	17,3
2002	17	28.919.143,00	12,8
2003	15	21.938.035,00	9,7
2004	8	17.166.034,00	7,6
2005	5	7.767.090,00	3,4
2006	9	31.855.998,50	14,0
2007 <sup>100</sup>	6	18.378.060,00	8,1
<b>TOTAL</b>	<b>101</b>	<b>225.977.770,50</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal, 2007<sup>101</sup>.

Dessa maneira, é como se o Poder do Estado agisse como um mediador ao retirar as mercadorias do poder dos camelôs e sacoleiros, alegando que não deve existir a destinação de comercialização, no entanto, o próprio governo faz a ponte para que estas mercadorias cheguem ao consumidor final através dos leilões.

No caso das doações, apesar das mercadorias não serem destinadas à destruição, também possuem a característica comum do pouco tempo de vida útil, e são também fruto da exploração da força de trabalho, ou seja, as mercadorias doadas também sofrerão um rápido desgaste, principalmente as do tipo brinquedos e bazar, doadas a instituições sem fins lucrativos. Porém, da forma como está descrita no item (a) “*o produto da alienação aplicado em programas educacionais ou assistenciais*” fica oculto o fato das mercadorias doadas já terem sido pagas em algum momento, pelos trabalhadores que compõem o circuito de circulação da *camelotagem*, o mesmo vale para todo tipo de destinação das mercadorias.

<sup>100</sup> No ano de 2007, foram calculados os valores arrecadados em mercadorias apenas no período de janeiro a junho.

<sup>101</sup> Disponível em <[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)> Acesso em 20/09/2007.

Na 9ª Região Fiscal, houve ao todo 207 leilões no período de (2000 a 2007), conforme mostra a Tabela 6.

Tabela 6: Valores Arrecadados na Venda de Mercadorias na 9ª Região Fiscal

<b>Anos</b>	<b>Nº de Leilões</b>	<b>Valores Arrecadados</b>	<b>%</b>
<b>2000</b>	52	6.432.629,00	11,8
<b>2001</b>	59	8.295.498,00	15,2
<b>2002</b>	39	11.646.725,00	21,4
<b>2003</b>	22	11.676.309,00	21,4
<b>2004</b>	16	6.222.382,00	11,4
<b>2005</b>	11	6.304.675,00	11,6
<b>2006</b>	4	1.538.630,00	2,8
<b>2007</b>	4	2.354.550,85	4,3
<b>TOTAL</b>	<b>207</b>	<b>54.471.398,85</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal, 2007<sup>102</sup>.

Acreditamos que a transformação mais significativa no circuito da *camelotagem* se deve ao fulgor da mercadoria, à necessidade que o sistema produtor de mercadorias possui de produzir independente da qualidade, durabilidade, desperdício, e as condições de precariedade da força de trabalho daquele que produz, transporta ou vende, seja na China, no Brasil ou no Paraguai.

[...] uma vez que o funcionamento deste sistema, no decorrer de sua história, se caracteriza pela prevalência da lei do desenvolvimento desigual, as tendências [...] e contratendências podem se manifestar de maneira muito diversa nas diferentes partes do mundo, dependendo do nível mais ou menos avançado de desenvolvimento dos capitais nacionais dados, bem como da posição mais ou menos dominante destes últimos no interior da estrutura do capital global. [...] A predominância de um lado sobre o outro é igualmente verdadeira em relação a nossa preocupação específica: a taxa de utilização decrescente assumiu, na atualidade, uma posição de domínio na estrutura capitalista do metabolismo socioeconômico, não obstante o fato de que, no presente, quantidades astronômicas de desperdício precisem ser produzidas para que se possa impor à sociedade algumas de suas manifestações mais desconcertantes. (MÉSZÁROS, 2002, p. 653-5).

O mesmo se estende às condições precárias das atividades dos que atuam na circulação e transporte das mercadorias, não somente as imitações (piratas), mas também as originais de baixa qualidade, com pouco tempo de vida útil e baixo valor agregado. Talvez no

---

<sup>102</sup> Disponível em < [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) > Acesso em 20/09/2007.

plano contingente, o fato de uma mercadoria ser pirata faz com que ela tenha um menor preço, por não incidirem alguns tributos e taxações, mas, tal fator, de certo modo no plano da dinâmica, não anula a característica de fetichismo da mercadoria que se impõe de qualquer forma, em qualquer condição institucional e, ao se impor, ela oculta a natureza destas mercadorias de ser produto do trabalho social combinado, e o segredo dessa categoria fetichismo da mercadoria é algo que está na estrutura dessa forma de ser do produto social, naquelas condições de uma sociedade mercantil onde então ela se impõe.

É importante destacar que os dados das Tabelas 2, 3, 4 e 5 foram retirados de outras tabelas disponibilizadas pela Receita Federal, tendo como fonte o Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas. Como retiramos apenas os números interessantes ao nosso propósito, nossa fonte é a Receita Federal, assim ponderamos que os números da RF abrangiam alguns itens que foram suprimidos em nossos estudos por não possuírem uma movimentação expressiva na *camelotagem*.

Os demonstrativos de destruição de cigarros publicados pela Receita Federal, no período de 2000 a 2007, referem-se aos *cigarros* apreendidos por infração fiscal sujeita à pena de perdimento, e estes são destruídos conforme artigo 14 do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977 (redação dada pela Lei nº 9.822, de 23 de agosto de 1999), regulamentado pela Portaria SRF nº 555 de 30 de abril de 2002. Das mercadorias fruto de contrabando, os cigarros são os que possuem o maior rigor quanto à fiscalização, por isso as estratégias de fabricação e distribuição são mais disfarçadas.

Eu comprei um hotel de um fabricante em Pedro Juan Caballero que tinha sua própria marca de cigarros, mas também falsificava outras marcas. Depois ele abriu uma fábrica de cigarros com a mesma marca no Brasil, em seguida denunciou às autoridades que estavam falsificando sua marca de cigarros no Paraguai, mas era ele mesmo que falsificava. A intenção foi distanciar o foco da polícia de suas práticas de falsificação, a estratégia funcionou por um tempo depois ele foi preso (informação verbal)<sup>103</sup>.

O estado do Paraná é o que mais destruiu a mercadoria do tipo cigarro no referente período, no entanto, mesmo considerando a intensa comercialização de cigarros, não apresentamos os números com mais detalhes porque constatamos que a venda destes nos camelódromos de Presidente Prudente e Marília, assim como a sua busca em Ciudad del Este (PY), foi insignificante nos dois últimos Trabalhos de Campo realizados para este estudo no

---

<sup>103</sup> Depoimento dado por R. A. R, Associação do Comércio e Indústria de Presidente Prudente em 16 de maio de 2008.

ano de 2007, ainda que continue a prática antiga, mas, hoje, mais significativa do contrabando de cigarros.

Deixar prendas como garantia é uma prática bastante comum como outras mercadorias nas quais os paraguaios também trabalham. Dois rapazes que trabalhavam diretamente com fábricas de cigarro deixavam seu automóvel como garantia para retirar as cargas que ia entregar. Uma vez que voltavam com o dinheiro, podiam levar o automóvel (RABOSSI, 2004, p. 60).

A forte pressão exercida pelas grandes empresas fabricantes sobre o governo para intensificar a fiscalização, a apreensão e a destruição reforça nosso entendimento da lógica concorrencial da produção exacerbada, geradora da tendência à produção de má qualidade e as práticas de falsificação.

A maior quantidade de cigarros contrabandeados ao Brasil provém do Paraguai. Nas análises da mídia e das empresas localizadas no Brasil, a questão é enfocada a partir da produção de cigarros no Paraguai e sua vinculação com práticas ilegais, seja através dos mecanismos utilizados para introduzir essa produção no Brasil – contrabando – ou pela manipulação do direito de patentes paraguaio para usar marcas registradas em outros países. Porém a expansão da produção de cigarros no Paraguai só pode ser compreendida à luz do crescimento da exportação de cigarros brasileiros a esse país com o objetivo de ser re-introduzidos de forma irregular (RABOSSI, 2004, p. 245).

Existem várias notícias semanais em jornais, tanto de Marília como de Presidente Prudente (ANEXO 10), relacionadas à apreensão de grandes quantidades de cigarros e sua posterior destruição, mas os camelôs deixaram de ser alvo das investigações nos camelódromos dos dois municípios, após abandonar quase totalmente a comercialização de cigarros devido ao rigor da fiscalização. Concluímos a este respeito que os cigarros originais, falsificados ou fabricados por imitação possuem esquemas de compra, venda e distribuição diferenciados, extrapolando os limites de alcance de nossa pesquisa.

Em suma, todas as destinações das mercadorias, seja destruição, doação para entidades assistencialistas, doação para órgãos públicos ou venda em leilão, não inibe a produção das mercadorias, e sim, causa um represamento, pois estas, se apreendidas nas mãos de camelôs, sacoleiros, ou laranjas etc. de alguma forma é porque já foram compradas e pagas pelo seu valor de troca.

Da mesma forma, as mercadorias não tributadas apreendidas nos portos ou no trajeto terão seu ciclo de valorização realizado no ato do leilão. Dessa maneira, estamos

considerando que a natureza da compra de mercadorias por lotes em leilão tem freqüentemente como finalidade a comercialização.

No caso da destruição de mercadorias apreendidas que não condizem com as normas de regulação e de consumo, há também o estímulo de mais produção nos países que compõem a extremidade do circuito onde são produzidas, pois sua destruição é em maior parte patrocinada por empresas defensoras das marcas originais, ou do produto correlato no mercado formal, portanto são empresas que lucram na escala dos milhões. A destruição de CDs, DVDs, isqueiros, preservativos, perfumes, óculos de sol etc., tanto por incineração ou outro tipo, não inibe a produção e a continuidade das práticas de falsificação, pois isto somente ocorreria se estes produtos não fossem comprados e pagos por camelôs e sacoleiros antes de serem apreendidos.

Não adianta imaginar que a perda das mercadorias por repetidas vezes irá intimidar um sacoleiro ou camelô, levando-o a desistência da atividade, após tomar alguns prejuízos, mesmo porque, existem dois fatores predominantes para a insistência na atividade: um é a necessidade de trabalhar sem alternativas, e outro é o patrocínio da atividade, tendo em vista que, na maioria dos casos de contrabando mais significativo, as mercadorias não são encomendadas por unidades ou consumidores comuns, mas sim por comerciantes legalizados que exigem estas mercadorias em grande quantidade e em períodos contínuos. Portanto, se um sacoleiro desiste da atividade, outro comparece em seu lugar, e o circuito de circulação das mercadorias continua seu movimento uma vez que os elementos geradores continuam ativos.

#### 4.3.2. A Reafirmação das Atividades Informais

No dia 09 de outubro de 2007, realizamos Trabalho de Campo em Ciudad del Este (PY), com o objetivo de averiguar o funcionamento da nova Aduana brasileira<sup>104</sup>. Possuíamos conhecimento prévio sobre a Aduana, após acompanhar os detalhes de sua construção no *site* “sopa brasiguaiia” e em jornais diversos e, em seguida, no dia 11 de outubro realizamos um trabalho de campo no camelódromo da cidade de Marília, na região centro oeste do estado de São Paulo.

A razão pela qual exigiu um novo Trabalho de Campo no Paraguai foi o fato da inauguração da Aduana nova, no final de outubro de 2006, por ter causado significativas mudanças no fenômeno estudado nesta pesquisa, tanto na cidade de Presidente Prudente, oeste do estado de São Paulo, como na cidade de Marília ao mesmo tempo. Houve grande impacto também em todo o circuito da camelotagem e no comércio de fronteira.

Já havíamos realizado um Trabalho de Campo em Ciudad del Este (PY) no ano de 2005, quando ainda existia a Aduana antiga, por isso, a necessidade de realização de outras viagens para comparar a realidade das atividades que compõem o circuito de circulação das mercadorias, após a intensificação da fiscalização, expressa na sofisticada Aduana no lado brasileiro da Ponte da Amizade, na divisa de Ciudad del Este com Foz do Iguaçu no estado do Paraná (BR), na conhecida e polêmica região da Tríplice Fronteira.

Outro fato que motivou a escolha de datas de realização de Trabalho de Campo foi a proximidade com o dia 12 de outubro, dia das crianças, que em tese é quando as vendas de brinquedos e presentes, em geral, tem um aumento significativo, tanto no comércio formal como no informal. Dessa forma, poderíamos comparar o momento de aquisição das mercadorias no principal centro de compras que é Ciudad del Este e o posterior momento da venda no camelódromo de Marília.

---

<sup>104</sup> A nova Aduana brasileira conta com área de 8,4 mil m<sup>2</sup>, com um investimento de aproximadamente R\$ 13,5 milhões. Estão previstos 200 Fiscais para garantir o funcionamento 24 horas, 7 dias por semana. Contém 7 pistas (4 para carros, 1 para ônibus, 1 para motos e 1 para pedestres). Possui um banco de dados com o nome de aproximadamente 200 mil camelôs e sacoleiros e 12 mil “laranjas”, e um *software* “inteligente” desenvolvido por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), que analisa as imagens captadas pelo sistema de câmeras da aduana e identifica indivíduos “suspeitos”. A segunda etapa das obras de modernização no sentido Foz do Iguaçu / Ciudad del Este, está orçada em R\$ 5.561.072, devendo ser construída no período de 02/01 a 29/10 de 2007. O governo brasileiro ainda oferece apoio financeiro de US\$ 3.000.000,00 para reforma no lado paraguaio. Disponível em <[www.sopabrasiguaiia.blogspot.com](http://www.sopabrasiguaiia.blogspot.com)> Acesso em 29/05/2007).

Para compreender esta complexidade de relações, entrevistamos vários camelôs e sacoleiros ao longo da viagem, mas, durante o Trabalho de Campo nas lojas e nas ruas de Ciudad del Este, nos dedicamos a acompanhar apenas o percurso de compra realizado pela sacoleira Rita (60 anos) devido a especificidade de suas compras possuir elementos importantes para compreendermos a trama de realização do valor das mercadorias, assim como o abastecimento de comércios inscritos no setor formal.

A sacoleira Rita ciente das novas normas de fiscalização imposta na Aduana nova levou consigo três “laranjas” para garantir um total de U\$ 1.200,00 dólares de cota, sendo que um dos “laranjas” era sua própria filha de 13 anos de idade. Esta prática de utilização de laranjas é comum em Ciudad del Este para evitar a declaração das mercadorias e ampliar o limite permitido de U\$ 300,00 da cota de importação de turismo no Paraguai.

Estou tentando ensiná-la a trabalhar como sacoleira porque não estou mais conseguindo viajar, é muito cansativo, mas ela precisa ser mais atenta, pois para ser sacoleiro não pode ser “lerdo”. Por isso eu mando ela ficar com a bolsa com o dinheiro, mando pagar as contas no caixa, retirar as mercadorias no balcão. Ela precisa aprender a ordem de realização das compras. Por exemplo, a saída do ônibus para retornar à Presidente Prudente é as duas horas (14 h), mas nunca sai na hora, porque os sacoleiros velhos de Paraguai chegam na hora combinada, mas, tem sempre gente nova que vem pela primeira vez e isso atrasa a volta. Para o tipo de mercadorias que eu compro e vendo não se pode ficar aqui muito tempo, porque quanto mais aumenta o movimento na nova Aduana, mais os fiscais ficam estúpidos e aí não passa nada, mesmo se tiver dentro das normas. Tem que sumir daqui no máximo as 9:00 horas. Então eu chego e já compro maquiagens, porque a loja abre as 4:00 horas, não adianta ficar zanzando por aí, porque tem ladrões por todo lado de madrugada, é melhor ficar dentro da loja até as 7:00 horas e esperar abrir a loja de bebidas<sup>105</sup>, onde as coisas são demoradas. Daí, deixo um “laranja” esperando a mercadoria ser liberada na loja e corro nas outras e compro as outras mercadorias porque é tudo no mesmo lugar. Ou seja, quando da 8:00 horas eu já fiz tudo, pago um condutor de confiança e caio fora daqui o mais rápido possível. (informação verbal)<sup>106</sup>.

Nas normas da nova Aduana, não basta agrupar as garrafas por tipo de bebida, é preciso separar por identificação. Por exemplo, podem ser transportados em cada sacola apenas três litros de cada marca de Whisky, ou seja, 3 litros de Jack Daniels, 3 litro de Black label, 3 litros de Buchanas. Mesmo assim, dependendo da interpretação do fiscal, pode ser

---

<sup>105</sup> A loja de bebidas a que a sacoleira Rita se refere é a loja Macedônia, uma das mais procuradas de Ciudad del Este, para a compra de bebidas, mas também vende perfumes, cosméticos, tabacaria e eletro-eletrônicos em geral.

<sup>106</sup> Depoimento dado pela sacoleira Rita no dia 10 de outubro de 2007 que exigiu que o sobrenome não fosse divulgado, assim como o estabelecimento para o qual fornece as bebidas importadas e os acessórios.

caracterizada a compra para revenda, por isso a sacoleira Rita tinha a cautela de dividir em cada sacola apenas 6 litros de Whisky, sendo 3 de cada marca e acrescentava 3 litros de licor de amarula; em outra sacola, fazia o mesmo, mas acrescentava 3 litros de vodka importada. Nas normas antigas, havia certa flexibilidade com relação aos itens repetidos de mercadorias, por isso, antes do ano 2006, ainda predominava a passagem com grande quantidade de mercadoria em poder de uma mesma pessoa.

Atualmente nas novas normas de fiscalização, o quesito item repetido ganhou mais importância, o que obrigou a contratação de laranjas pelos camelôs e sacoleiros no local de origem e não mais no local de compra, pois passou a ser necessário haver maior relação de confiança.

Nos dias atuais, após a liberação das caixas de bebidas no estoque das lojas de auto-serviço em Ciudad del Este (PY), enquanto um “laranja” fica vigiando as mercadorias, o sacoleiro segue em busca de outros itens, para, em seguida, distribuí-las da melhor maneira possível no preenchimento da declaração de bagagem acompanhada (DBA) de cada laranja, para retornar ao local de origem. Diferente do laranja que atua apenas no Paraguai, o laranja levado pelos camelôs ou sacoleiro terá que se responsabilizar pelo registro das mercadorias em seu nome, que ficará registrado no banco de dados da Aduana por um período de 31 dias.

O objetivo destes trabalhadores é cruzar a aduana o mais rápido possível, sabendo que a relação cara a cara com os fiscais é muito tensa. Por isso, muitos preferem passar as mercadorias pelo rio Paraná, através dos barqueiros. Mesmo perdendo por vezes as mercadorias, estes trabalhadores continuam entendendo como viável exercer a atividade.

Compensa. Depois eu volto e recupero o prejuízo, a gente não perde sempre. Hoje eu perdi no máximo R\$ 100,00. Não quero ganhar muito apenas o meu arroz com feijão e os meus remédios. Dessa vez eu perdi não por causa das bebidas, mas por causa dos incensos. Veja, eu tinha um pacote de cigarros que não pode passar, eu distribui os maços na minha sacola e na da minha filha, o fiscal viu e não falou nada, tem gente que passa com muito mais que isso em CDs que não pode e eles não falam nada, tudo depende do fiscal que te chama no guichê, do humor dele, e da sorte da gente. Hoje não foi meu dia de sorte, mas ainda bem que as sacolas dos dois “laranjas” passaram, do contrário, eu teria muito prejuízo. Agora, com o lucro das duas sacolas eu recupero parte do que perdi e tenho que seguir em frente. Não sei fazer outra coisa. Além do mais, quem daria emprego para mim? (informação verbal)<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> Depoimento dado pela sacoleira Rita no dia 10 de outubro de 2007.

Mesmo com a justificativa dada pela sacoleira Rita, os sinais de abatimento de mãe e filha eram visíveis. Então, perguntamos a um dos “laranjas” se era viável correr o risco de perder as mercadorias e obtivemos o seguinte relato.

Ela perdeu porque não soube trabalhar. Ela não conhece as normas. Eu saí prejudicado, porque combinei com ela que viria como “laranja”, sem receber nada, somente passagem e as refeições, desde que, eu pudesse comprar alguns presentes para os meus filhos, no fim sobrou espaço na cota de quase U\$ 80,00 e ela não me deixou comprar nada somente para ter cota de sobra no caso do fiscal criar problema. Deu no que deu, ela perdeu duas sacolas (U\$ 600,00) e eu não comprei nada. Bem feito. Quem trabalha com isso tem que ser esperto e não é o caso dela. Mas eu vou voltar e vou comprar minhas coisas daqui um mês quando o meu nome for liberado do sistema, não tem problemas é só trazer “laranjas” e seguir as normas, não comprar muita coisa. (informação Verbal)<sup>108</sup>.

Chamou-nos a atenção neste relato a intenção de uma pessoa comum, que não pensava em ser sacoleiro, mas atuou como “laranja” e, a partir daí, ao conhecer o trajeto de compra das mercadorias, passou a ver no circuito um atrativo para retornar, no entanto, atuando como comprador que irá levar consigo outros “laranjas”.

Lembramos que, próximo ao período de inauguração da nova Aduana, criou-se uma atmosfera entre autoridades da Receita Federal, de que a atual fiscalização iria eliminar de vez a atuação dos “laranjas”, pois seus nomes ficariam registrados no banco de dados da Receita Federal. No entanto, presenciemos o contrário: o rigor da fiscalização obriga os camelôs e sacoleiros a levar outras pessoas, quantas forem necessárias, para atuar como “laranjas”, aumentando o número de pessoas comuns que agora passam a exercer esta função.

#### **4.4. A Finalidade da Nova Aduana Brasileira**

A título de comparação, podemos afirmar de antemão que a diferença de ordenação física espacial, de estrutura e de gestão da nova Aduana é imensa, se comparada aos mesmos aspectos da Aduana antiga.

Na Aduana antiga, os condutores de vans que cruzavam a Ponte da Amizade e entravam no Brasil precisavam apresentar um documento chamado manifesto. Trata-se de

---

<sup>108</sup> Depoimento dado por Aparecida da Silva (33 anos), que atuou como laranja, mas não tem essa atividade como profissão e estava viajando pela primeira vez ao Paraguai.

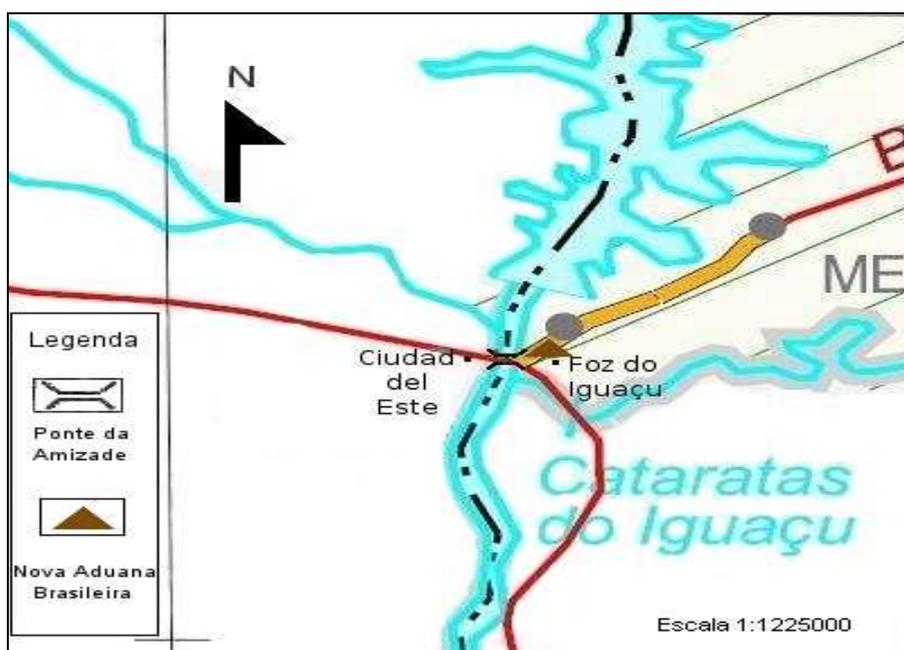
uma planilha na qual os passageiros devem anotar seu nome e documento de identificação. Em tese, cada van podia transportar no máximo três pessoas e com limite máximo de bagagem (três sacolas). No entanto, pela desorganização e grande quantidade de vans que cruzavam a ponte ao mesmo tempo, era praticamente impossível a vistoria.

Na ordenação espacial implantada atualmente, parte visível que mais chama atenção na Aduana nova, há a intenção clara do acesso mais fácil dos fiscais da Receita Federal e da Polícia Federal aos veículos que cruzam a Aduana, transportando mercadorias.

A separação dos corredores de veículos por capacidade de carga facilita a fiscalização. Pois, dessa forma, em um corredor onde circulam veículos do mesmo tipo, os fiscais aprendem a procurar nos respectivos carros as mercadorias que possivelmente são escondidas pelos condutores em lugares estratégicos. Como as práticas de tentar iludir a fiscalização e passar com mercadorias escondidas no interior dos veículos se repetem, um corredor de carros do mesmo tipo facilita a busca direta pelos fiscais nos supostos esconderijos.

A (Figura 24) representa a interface entre Ciudad del Este (PY) e Foz do Iguaçu (PR), cuja intenção é apenas mostrar a seqüência da localização da nova Aduana brasileira, pois muitas pessoas que nunca viajaram ao Paraguai, especificamente para Ciudad del Este, não sabem ao certo se as instalações da nova Aduana brasileira estão situadas em território paraguaio, brasileiro ou exatamente na fronteira, uma vez que do lado paraguaio também existe a aduana paraguaia.

Figura 24 : Interface Entre Foz do Iguaçu (PR) e Ciudad Del Este (PY)



Fonte: IBGE. Org. Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.

A observação da (Figura 24) mostra que a nova Aduana está em território brasileiro depois de cruzar a Ponte da Amizade, apesar do governo brasileiro ter um projeto de financiar e estender as obras também para a reconstrução da Aduana ,no lado paraguaio.

A prática de cruzar a Aduana antiga com mercadorias sem a devida declaração vale para veículos de diferentes portes. Nos carros de passeio, normalmente nos táxis, as mercadorias eram transportadas no porta-malas, sendo que as mercadorias que chamavam mais a atenção da fiscalização, como cigarros, por exemplo, eram escondidas na caixa de estepe ou mesmo dentro da tapeçaria do carro.

Existem inúmeros casos de veículos, do tipo vans ou peruas que possuem esconderijos adaptados no próprio assoalho ou no teto para passar mercadorias, cujo valor se aproxima ou ultrapassa o limite permitido pela cota de importação de turismo brasileiro no Paraguai. Trata-se de mercadorias como computadores portáteis, filmadoras, câmeras digitais, ou itens repetidos de equipamentos e acessórios de informática como *pen drives*, CDs e outros.

O seguinte relato do condutor de um ônibus ilustra o impacto imediato da inauguração da Aduana nova sobre o circuito de circulação das mercadorias em fevereiro de 2007.

Hoje em dia é muito grande a exigência da Receita Federal, para declarar as mercadorias no cruzamento da Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu, por isso é melhor vir para Pedro Juan. Sabemos que o certo é declarar as mercadorias, mas daí o preço fica muito alto e se contar com os gastos da viagem, acaba não compensando. Como os camelôs precisam trabalhar e eu também, agente corre o risco. O problema é como eu disse: a hora que a gente vai sair de Pedro Juan e chegar em Presidente Prudente, vai depender dos acertos. (informação verbal)<sup>109</sup>.

Em Pedro Juan Cabalero (PY), fronteira com Ponta Porã (BR), e em Salto del Guairá, fronteira com Sete Quedas (PR), os comerciantes começavam a comemorar o aquecimento das vendas em fevereiro de 2007. Pedro Juan Caballero (PY) é considerado “fronteira cega” pelo motivo da fiscalização não ser rigorosa.

Em estudos anteriores realizados até novembro de 2003, detectamos que 84% dos camelôs de Presidente Prudente compravam suas mercadorias para revender em Ciudad Del Este (PY), fronteira com Foz do Iguaçu (PR), enquanto 16% recebiam dos sacoleiros estas mercadorias no Box para revender, totalizando na época, aproximadamente 250 camelôs. Ainda hoje, esta relação permanece, porém o número de camelôs que passaram a viajar para o

---

<sup>109</sup> Depoimento dado pelo motorista e proprietário do ônibus - acreditamos clandestino - que pediu para não ter o nome divulgado.

Paraguai aumentou para eliminar a figura do sacoleiro, que nesta relação funcionava como um atravessador.

No entanto, em fevereiro de 2007, após a inauguração da nova Aduana, somente aqueles camelôs com ponto fixo ou sacoleiros sem ponto fixo, que como dizem no cotidiano da *camelotagem* “são velhos de Paraguai”, ou seja, somente os que possuíam mais experiência e conheciam formas menos arriscadas de passar com as mercadorias é que ainda se aventuravam a viajar para Ciudad del Este (PY) com relativo sucesso. Outros ao perder as mercadorias desistiam de viajar e passavam a comprar dos atravessadores.

Nosso primeiro Trabalho de Campo no Paraguai foi na Iniciação Científica, em fevereiro de 2005, especificamente em Ciudad del Este (PY). Naquela ocasião, verificamos na trajetória dos camelôs, para a compra das mercadorias, sua articulação com algumas atividades que atuam no transporte (pequenas empresas de turismo, ônibus clandestinos, motoristas de vans ou peruas etc.). Ao verificarmos a contratação de *laranjas*, *carrinheiros*, *paseros*, percebemos a tessitura das atividades conexas, pois o que faz com que estas atividades se complementem de forma articulada é, além da necessidade de trabalhar, o entendimento comum entre ambas de que a fiscalização imposta pelo Estado é um obstáculo a ser superado.

Em nosso segundo Trabalho de Campo no Paraguai, em Pedro Juan Caballero (PY), em fevereiro de 2007, voltamos a presenciar o entendimento dos camelôs e outros trabalhadores inseridos neste circuito, de que a não declaração das mercadorias é fator fundamental para sobreviverem na atividade, pois a não tributação é um motivo dos produtos por eles comercializados possuírem baixo preço. Desta forma, viajam mesmo sob risco de perderem as mercadorias.

Diante da rigidez da fiscalização, a bandeira do direito ao trabalho volta à tona. Assim, uma série de discursos antagônicos passa a ser defendida nos meios de comunicação. No entendimento dos representantes da Receita Federal, existe uma logística do contrabando na região fronteira, conectando os camelôs e as atividades conexas a estabelecimentos que servem como base aos grandes contrabandistas (hotéis, estacionamentos, postos de gasolina, depósitos e guarda-volumes), o que obrigou a implantação de um novo mecanismo de fiscalização na Aduana nova, no qual é obrigatória a comprovação da renda destes trabalhadores tentando detectar se viajam a serviço de terceiros.

A entrada de mercadorias não declaradas em território brasileiro tornou-se preocupante para o governo, após várias apreensões realizadas a partir da intensificação da fiscalização volante e de surpresa, em rodovias no ano 2003, ainda quando operava a aduana

antiga. Naquele período, enormes cargas de mercadorias, de vestuário e bazar até equipamentos de informática de alta tecnologia começaram a ser apreendidas em ônibus, caminhões e carretas. Tudo isso, somado a utilização de vários ônibus adaptados para o contrabando, freqüentemente, sem os assentos e abarrotados de mercadorias no seu interior e no bagageiro, sem mencionar os ônibus clandestinos transportando mercadorias sem declaração, e camelôs, sacoleiros e “laranjas” com destino a diversos estados brasileiros.

A intensificação de tais práticas levou as autoridades do governo ao entendimento de que a rota do contrabando na região da Tríplice Fronteira, principalmente no cruzamento da Ponte da Amizade, movimentava muito mais do que o contrabando “formiga”, que se expressa nos inúmeros camelôs espalhados nas calçadas e praças das grandes e médias cidades brasileiras, ou seja, as autoridades do fisco perceberam que o dinâmico corredor de circulação de mercadorias oriundas do Paraguai e comercializadas no Brasil não podia ser impulsionado com tamanha intensidade apenas pelos camelôs e sacoleiros, visando o consumidor final comum, com baixo poder aquisitivo. Mas, havia também, uma organizada de rede de contrabando de grande escala, com o abastecimento de supermercados, lojas e distribuidoras inscritas no setor formal, mas que se valem deste expediente para mesclar mercadorias declaradas com as não declaradas em seu estoque.

Em suma, houve a percepção por parte das autoridades arrecadoras do Estado de que o investimento na sofisticação aduaneira, naquele corredor de mercadorias, iria implicar em altos ganhos em arrecadação por parte do Governo Federal. Isto faz-nos partir da hipótese de que a intenção do governo é principalmente tributar as mercadorias, e ao mesmo tempo, controlar o fluxo de pessoas e veículos que cruzam a fronteira Brasil/Paraguai.

A construção da Aduana nova prevê a obrigação da declaração de 100% das mercadorias compradas no Paraguai. Isto forma uma enorme fila para o preenchimento da Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA), que na linguagem cotidiana dos camelôs e sacoleiros se chama “DARF”. Dessa forma, há um intenso e desorganizado fluxo de veículos diversos de pequeno porte, no lado paraguaio, que se direciona ao Brasil. Mas, quando estes se aproximam da nova Aduana vão aos poucos se posicionando na pista, de forma a assumirem seus corredores de fiscalização ao adentrar a área restrita da Aduana.

As vans e táxis param em uma área reservada no espaço da Aduana nova, próximo a uma imensa quantidade de mesas onde são preenchidas as declarações de bagagem. Nem todos os veículos cruzam a Aduana, a maioria retorna ao Paraguai, e somente os taxistas regularizados podem cruzar e voltar novamente, porém mesmo estes estão sujeitos a uma minuciosa revista.

Nesse momento, forma-se uma imensa fila de sacoleiros, camelôs, laranjas e turistas comuns arrastando pesadas sacolas repletas de mercadorias de diferentes tipos. O preenchimento do DBA é o segundo momento de maior tensão da viagem, pois é quando os camelôs, sacoleiros e laranjas vivenciam o “corpo a corpo ou (cara a cara)” com os fiscais da Receita Federal.

O “clima” estabelecido entre fiscais - enquanto trabalhadores representantes do poder do Estado - e os trabalhadores informais que compõem o circuito de circulação das mercadorias é de hostilidade. Aqui verificamos *in locu* os conflitos entre o poder do Estado, colocado em prática na figura dos representantes do governo contra as formas de resistência dos trabalhadores que executam atividades no limite da legalidade.

Diante dessa situação, evita-se qualquer forma de comunicação, contato físico e simpatia, por parte das autoridades do fisco, dos agentes arrecadadores do Estado e agentes da Polícia Federal para com os sacoleiros, camelôs e turistas compradores.

Todo tipo de comentário ou diálogo paralelo é evitado. Qualquer tentativa de abordagem aos fiscais ou agentes da Polícia Federal para pedir informações não é recomendada, a dispersão ou circulação de pessoas nas dependências da Aduana, assim como fotografias, filmagens etc. é expressamente proibida.

A passagem pela Aduana é forçosamente apressada e truculenta. Há intensos conflitos quando um fiscal constata a existência de vários itens repetidos de mercadorias de mesma espécie nas sacolas dos camelôs, sacoleiros, “laranjas” e mesmo de turistas compradores, pois não há como diferenciar de antemão um sacoleiro que compra com fins de revenda de um turista comum.

A Aduana nova segue a padronização das mercadorias separadas por subgrupos dispostas por itens, ou seja, na forma que o Ministério da Fazenda exige. Seguindo este receituário, os fiscais em início de carreira tentam mostrar eficiência profissional, sob rigorosa supervisão dos profissionais que exercem os cargos de chefia aduaneira. Neste caso, ser eficiente significa vistoriar com o máximo de rigor toda mercadoria encontrada em poder dos camelôs, sacoleiros e “laranjas”. Dessa maneira, todo excesso de mercadoria, repetição de itens de mesmo tipo ou desrespeito à cota de importação é passível de apreensão.

Verifica-se no ato da passagem pela Aduana nova um intenso jogo de força entre os trabalhadores representantes do governo que exercem o papel de arrecadadores, e outros, o papel de controladores (polícia federal, guardas, fiscais e seguranças) contra os trabalhadores que atuam no circuito de circulação das mercadorias.

Porém, quando nos referimos a estes trabalhadores informais em conjunto e dizemos que suas atividades se complementam, não significa que atuam de forma unida e solidária, pelo contrário, há inúmeros traços de individualismo e concorrência entre os camelôs, sacoleiros e laranjas. Por exemplo, questionamos os camelôs presentes na viagem, sobre a alternativa da sacoleira Rita, devido aos problemas de saúde, ao invés de ser sacoleira, sem ponto fixo, se tornar camelô com ponto fixo, adquirindo gratuitamente um boxe no camelódromo, como em tese deveria ocorrer. Contudo, nas respostas obtidas, notamos que prevalece entre estes trabalhadores muito mais o “ímpeto” da concorrência do que o da solidariedade do trabalho.

A construção da nova Aduana, assim como a intensificação das ações de fiscalização no nosso entendimento, são partes de uma estratégia do governo brasileiro no sentido de dar respostas aos problemas causados pela pirataria.

Nesse contexto, de acordo com o relatório do Ministério da Justiça<sup>110</sup> sob responsabilidade do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP),

[...] É muito difícil precisar o momento exato em que a pirataria invadiu o Brasil e, mais ainda, demarcar o momento em que ela despontou como atividade de impacto econômico significativo, uma vez que passou a ser encarada como um problema de Estado apenas quando foi, aos poucos, tomando proporções não desprezíveis, e passou a representar sérios prejuízos ao Governo e aos setores industriais. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório 2006, p. 11).

Segundo o mesmo relatório, “*o Brasil nunca foi um grande produtor de mercadorias piratas, e nem o é. A produção em larga escala, normalmente ocorre no exterior e entra ilegalmente no mercado interno*” (p.11). Neste sentido, a cadeia de distribuição das mercadorias piratas é realizada na *camelotagem* articulada às atividades conexas, cuja tessitura compõe uma complexidade. Nesta complexidade existe ao mesmo tempo uma ampla gama de trabalhadores brasileiros, mas também paraguaios e de outros países, sendo os camelôs, os trabalhadores que atuam em uma ponta desta cadeia de distribuição (vide os camelódromos).

---

<sup>110</sup> O BRASIL CONTRA A PIRATARIA. Anos de 2003, 2004 e 1º semestre de 2005. Biênio 2005/2006, junho de 2006. Disponível em <[www.mj.gov.br/combatepirataria/](http://www.mj.gov.br/combatepirataria/)> Acesso em 12 de fevereiro de 2007.

Ainda no relatório mencionado, o combate à pirataria passou a ser uma preocupação constante nas diferentes esferas de competência do Governo brasileiro. Não apenas através de operações policiais e alfandegárias de apreensão de produtos pirateados, como também esforços em diferentes instâncias, como a constituição de grupos de trabalho sobre assuntos correlacionados, o encaminhamento de propostas institucionais e legislativas e as diferentes ações de coordenação e treinamento (p.15).

Nossa pesquisa tem demonstrado que os produtos pirateados, apesar de sofrer aumento de preço diante da intensificação da fiscalização, continuam sendo vendidos pelos camelôs, assim como a atividade dos sacoleiros continua a ser exercida apesar dos riscos de perda das mercadorias, lembrando que camelôs abastecem um grupo de consumidores cada vez mais diversificado do ponto de vista do poder aquisitivo.

As apreensões de ônibus com grandes quantidades de equipamentos de informática, laptop etc. em poder de “laranjas”, que não conseguem comprovar renda suficiente para adquirir tais mercadorias, indicam que estes, evidentemente, atuam em nome de terceiros os quais possuem capital de giro. Também, o fato de sacoleiros comprarem uma grande quantidade de mercadorias do mesmo item, sob encomenda, mostra que o perfil socioeconômico dos consumidores destas mercadorias é diversificado.

Da mesma forma, a característica dos trabalhadores encontrados nos camelódromos tem se alterado se comparado ao início desta atividade no começo da década de 1990, que antes era restrita às pessoas impedidas de atuar no mercado formal por problemas físicos, baixa escolaridade, sem profissão etc. Atualmente é comum encontrar no circuito da *camelotagem* pessoas com segundo grau completo, com profissão e em alguns casos até curso superior.

Diante da necessidade do Brasil dar uma resposta, com relação à pirataria, às entidades mundiais como a OMC, às grandes empresas e aos EUA, as ações de fiscalização por parte da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Receita Federal aumentaram nos últimos anos, assim como o número de apreensões de mercadorias pirateadas e sua conseqüente destruição. No entanto, a insistência de camelôs e atividades conexas no circuito de circulação das mercadorias está obrigando o governo a rearticular as formas de fiscalização para apreender mercadorias e combater o contrabando, pois, na medida em que se fiscaliza e aumenta o número de apreensões e destruição de algumas mercadorias, diminui o número de itens entre os camelôs, levando ao aumento do preço e da procura e conseqüentemente estimulando novamente um grande número de pessoas que, ao levantar a bandeira da necessidade de trabalhar, se lançam novamente no circuito de circulação, mesmo correndo o

risco de perder tudo novamente. Contraditoriamente, um conjunto de atividades passa a funcionar de forma ainda mais articulada, e estas pessoas também enxergam na comercialização dessas mercadorias uma forma de trabalho. O que coloca para o Estado um desafio nas diferentes esferas do poder.

Na esfera da União, o desafio é ao mesmo tempo combater a pirataria para cumprir o compromisso político voltado para as normas de comércio exterior, e internamente sofisticar os mecanismos de tributação em pontos estratégicos da Receita Federal.

[...] o imposto de importação é além de fonte de arrecadação, como todos os demais tributos, um eficiente meio de que dispõe o Estado para a) controlar os preços no mercado interno; b) equilibrar a balança comercial e c) dificultar as práticas abusivas de produtores estrangeiros ou nacionais. Por possuir múltiplos objetivos extrafiscais, as alíquotas são fixadas em tal ou qual patamar porque há um interesse público em que assim seja. Deste modo, quem deixa de pagar o tributo devido ao introduzir a mercadoria no território nacional atinge diretamente o interesse que a norma penal visa a proteger (BALTAZAR JR)<sup>111</sup>.

Segundo este jurista, para a incidência do crime de descaminho, não necessita haver fraude, ou seja, se a mercadoria entra por zona alfandegária <sup>112</sup>, mas o sujeito não declara - mesmo passando pela fiscalização -, e, caso as mercadorias sejam apreendidas, estará configurado o crime de descaminho. Para caracterizar o delito previsto no caput do artigo 334, do Código Penal, não é necessário que a pessoa venda, exponha à venda ou mantenha em depósito a mercadoria, pois basta sua entrada em território nacional, sem o devido recolhimento de impostos. Assim, o descaminho é uma infração penal, tributária e aduaneira, e o mais antigo dos crimes contra a ordem tributária cujo bem jurídico protegido é a ordem tributária.

[...] o termo mais antigo, contrabando, se origina de contra e “*bannum*” ou “*bandum*” como algo oposto à autoridade “*bannum*” ou à ordem dela emanada “*bandum*”, já o termo descaminho surgiu no Direito português. A lei trata ambos como sinônimos, porém são diferentes. O contrabando é a importação ou exportação de mercadoria proibida, atentando contra a saúde ou a moralidade pública, e administração pública. Já o descaminho, é a

---

<sup>111</sup> Este artigo não continha título nem ano de publicação. Disponível em <[www.verbojuridico.com.br](http://www.verbojuridico.com.br)> Acesso em 14/04/2007.

<sup>112</sup> Zonas alfandegárias são locais destinados pela legislação aduaneira para o ingresso regular de mercadoria estrangeira no País. Existem alfândegas nos portos, aeroportos e alfândegas terrestres (Uruguiana, Chuí e Ciudad del Leste).

ilusão do pagamento de tributo em operação envolvendo mercadoria permitida, ofendendo, primordialmente, a ordem tributária (idem).

Existe uma quota legal com isenção tributária, prevista em decreto de lei acerca da bagagem do viajante. Nessa lei, no que se refere à suposta isenção tributária, o conceito de bagagem abarca os produtos de uso pessoal, levados para o exterior ou trazidos para o Brasil, e sua quantidade não pode possuir destinação comercial até o limite estabelecido pela autoridade administrativa.

Em estudos anteriores, percebemos que a cota de isenção que antes era de US\$ 150,00 e posteriormente foi aumentada para US\$ 300,00 era o suporte legal utilizado pelos camelôs e sacoleiros, mas ignorando o quesito destinação. Sempre que por nós inquiridos sobre este aspecto, os camelôs respondiam que estavam dentro da cota ou que só compravam o limite da cota, apesar de comprarem toda a cota de uma única mercadoria.

A partir do ano de 2006, este item ganhou importância maior, ou seja, mesmo que os produtos trazidos componham um valor no limite da quota, o que a princípio excluía o trabalhador do crime de descaminho, assentado na isenção tributária, em uma interpretação mais rigorosa os produtos não podem ter destinação comercial; porque se assim for, constitui o crime de descaminho, ainda que dentro da quota permitida, nos termos do art. 1º do DL nº 2.120/84<sup>113</sup>.

Portanto, estão excluídas do conceito de *bagagem* as mercadorias com destinação comercial. Tal fato ocorre quando na bagagem existe um grande número de itens do mesmo produto, e é exatamente esta a característica das mercadorias vendidas nos camelódromos, ou seja, nas viagens ao Paraguai compra-se o valor da cota em brinquedos, isqueiros, eletroeletrônicos, CDs etc.

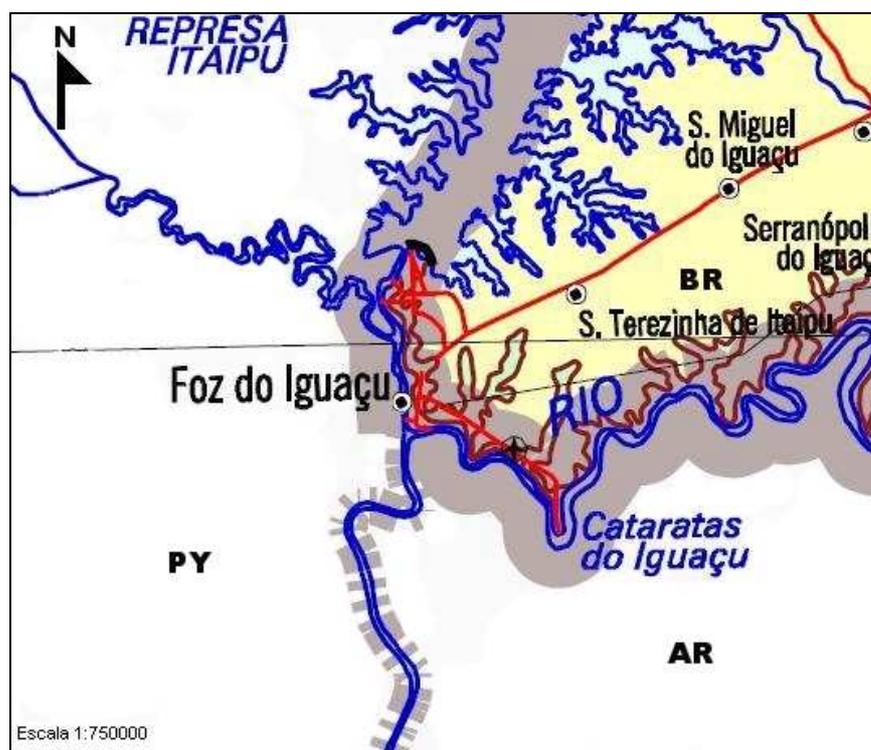
No desenvolvimento de nossa pesquisa, percebemos que o grau de tolerância com relação à fiscalização sofreu oscilações para mais ou para menos muito significativas. No início da década de 1990, quando a informalidade começou a aumentar, havia uma margem

---

<sup>113</sup> Art. 18. Consideram-se como produtos estrangeiros introduzidos clandestinamente no território nacional, para todos os efeitos legais, os cigarros nacionais destinados à exportação que forem encontrados no país, salvo se em trânsito, diretamente entre o estabelecimento da empresa industrial e os destinos referidos nos incisos do art. 8º, desde que observadas as formalidades previstas para a operação. Art. 1º. O viajante que se destine ao exterior ou dele proceda está isento de tributos, relativamente a bens integrantes de sua bagagem, observados os termos, limites e condições, estabelecidos em ato normativo expedido pelo Ministro da Fazenda. § 1º-Considera-se bagagem, para efeitos fiscais, o conjunto de bens de viajante que, pela quantidade ou qualidade, não revele destinação comercial. § 2º. O disposto neste artigo se estende: aos bens que o viajante adquira em Lojas Francas instaladas no País; aos bens levados para o exterior ou dele trazidos, no movimento característico das cidades situadas nas fronteiras terrestres .

de manobra bem maior por parte da fiscalização aduaneira, volante e local. Porém, a partir dos anos de 2003, tais medidas foram se tornando mais rígidas, e, a partir do ano de 2005, o governo brasileiro projetou a nova Aduana inaugurada no final de outubro de 2006. As principais justificativas foram a pressão que a OMC e os EUA vêm exercendo sobre as autoridades brasileiras, no sentido de combater a pirataria, considerando a região da Tríplice Fronteira (Figura 25), como a principal zona de circulação das mercadorias piratas.

Figura 25: Região da Tríplice Fronteira



Fonte: IBGE, 2008. Org. Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.

A Região da Tríplice Fronteira é o lugar comum que une os limites territoriais e políticos de três países diferentes. Existem muitas tríplices fronteiras na América do Sul, sendo que no Brasil há nove tríplices fronteiras<sup>114</sup>. A região da tríplice fronteira é formada pelas cidades de Puerto Iguazu, na Argentina, Ciudad del Este, no Paraguai e Foz do Iguaçu, no Brasil e é considerada pelas autoridades nacionais e internacionais como o maior centro de contrabando da América do Sul<sup>115</sup>.

<sup>114</sup> Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/tr%C3%ADpliceFronteira> > Acesso em 08/09/2007.

<sup>115</sup> Disponível em: < <http://www.defesa.ufjf.br/arg/Art173.htm> > Acesso em 08/09/2007.

#### 4.5. Os Impactos da Fiscalização e a Busca por Alternativas Clandestinas

Com o objetivo de perceber as alterações na atividade dos camelôs, após a inauguração da Aduana nova entrevistamos o camelô, senhor Antonio, no mês de julho de 2007. Indagamos sobre a possibilidade de abandonar a atividade, caso a fiscalização permaneça ou se intensifique, e a resposta está representada no seguinte extrato de nossa entrevista.

Por enquanto você pode apelar pros barcos. Funciona assim, a “marinha” sobe ou desce o rio, e os barqueiros sabem que tem 15 minutos pra ela voltar, esse é o tempo exato pra você fechar com o barqueiro, o valor é R\$ 70,00, pra ele atravessar suas sacolas e por na barranca do Rio Paraná. Ele não se responsabiliza se de repente a “marinha” voltar antes dos 15 minutos e pegar de surpresa. O governo cogitou um imposto especial para gente, mas até agora não mudou nada e para declarar tudo do jeito que eles querem não dá, não compensa, melhor parar e fazer outra coisa. (informação verbal)<sup>116</sup>.

A possibilidade de “fazer outra coisa” ou buscar outra atividade não comparece como opção para a maioria dos camelôs e trabalhadores que executam as atividades conexas e que não são aposentados, pois esta característica da aposentadoria, antes comum nas atividades informais, nos dias atuais, deixou de ser relevante. A complexidade das atividades assim como a heterogeneidade dos trabalhadores que as compõem é mais visível se considerarmos todo o circuito de circulação.

O rigor da fiscalização que em tese deveria diminuir o número de trabalhadores que compõem o circuito de circulação, pelo contrário, acaba fazendo ressurgir e diversificar atividades que não estavam em evidência como a dos barqueiros.

O comércio em Ciudad del Este sofreu um significativo decréscimo a partir da inauguração da Aduana nova, mas já está recuperando sua dinâmica, para isto, duas atividades que compõem o circuito de circulação das mercadorias passaram a ter papéis fundamentais o *laranja*; que pensava-se iria desaparecer, pelo contrário, continua, se multiplica e se diversifica, assim como o barqueiro que tinha perdido em boa parte sua importância enquanto função como atividade clandestina e, agora, passou a ser uma das atividades mais acionadas do circuito.

---

<sup>116</sup> Depoimento do camelô Antonio (aposentado), realizado no dia 30 de Julho de 2007. O senhor Antônio resolveu comprar um boxe no camelódromo de Presidente Prudente pelo fato de sua filha já possuir um boxe.

As mercadorias compradas pelos camelôs e sacoleiros brasileiros são entregues a um intermediário que atua no comércio informal de Ciudad del Este (PY), este pode ser um *laranja*, *carrinheiro*, *mesitero* ou *cajero*, sendo este, o mesmo a transportar a mercadoria até um determinado ponto do Rio Paraná em território paraguaio e contactar o barqueiro.

É importante destacar que somente as mercadorias são transportadas nos barcos e não os camelôs e sacoleiros. Antes de cruzar o Rio Paraná, as mercadorias são empacotadas em caixas de 1,5 m<sup>2</sup>, em seguida, são embaladas em um plástico de cor preta e finalmente são envolvidas por completo com fita adesiva transparente larga (durex). Na linguagem cotidiana dos barqueiros e sacoleiros, as caixas são “durecadas” e isto explica em parte a enorme procura por estas fitas adesivas que se encontra em todas as *mesitas* ou casilhas no comércio de Rua em Ciudad del Este (PY).

O plástico de cor preta e a fita transparente fazem com que a caixa tenha uma cor parecida com a da água do rio, que vista de longe tem cor escura. Isto ajuda na camuflagem das mercadorias para não serem vistas de longe pela polícia “marinha”, já que, além de servir como proteção para a caixa não se abrir ao longo da travessia, em casos extremos, se for necessário jogar as caixas na água, para fugir da polícia, ou por acidente de percurso, a fita e o plástico podem proteger a mercadoria da água por um determinado tempo, possibilitando um posterior resgate.

Em seguida, depois que as mercadorias são depositadas na barranca do outro lado do rio já em território brasileiro, são transportadas nas costas até um intermediário com van ou carro de passeio e levadas até Foz do Iguaçu. Em Foz, as mercadorias são guardadas em restaurantes ou lojas que compõem o comércio de fronteira no lado brasileiro do Rio Paraná.

Este expediente clandestino não encontra obstáculos no limite da fronteira, principalmente pelo fracasso recente do comércio local após a inauguração da nova Aduana. O cenário local é de lojas vazias, bares e restaurantes fechados, e os comerciantes reclamam da brusca queda nas vendas. Cada restaurante, bar ou loja cobra por caixa “durecada” o valor de R\$ 3,00 para guardar por um dia e uma noite. Na maioria dos casos, o próprio dono do estabelecimento fornece um carrinho ou indica um carrinheiro para levar a mercadoria até um veículo, ou até o ônibus no estacionamento dependendo da distância.

Normalmente, os camelôs e sacoleiros voltam e repetem o trajeto de travessia pelo rio mais de uma vez, e assim compram o máximo possível de mercadorias no limite do horário estabelecido para a volta.

Presenciamos um incidente, no momento de retirada das caixas pertencentes a uma sacoleira, do interior de um restaurante para ser levada por um carrinheiro até o ônibus que

ficava no estacionamento próximo. Foram necessárias três pessoas para pegar uma das caixas e colocar no carrinho, mesmo assim, a embalagem rasgou e a caixa se desfez. Naquele momento, uma grande quantidade de brinquedos, do mesmo tipo, se espalhou pelo chão dentro do restaurante. A sacoleira explicou que a caixa caiu no rio por acidente no momento de ser retirada do barco, como ficou muito tempo no restaurante com outras caixas em cima, a embalagem se desfez, porém os brinquedos estavam com suas embalagens intactas, protegidos pela embalagem de plástico preto e durex que envolvia a caixa.

Todas as caixas são retiradas dos bares, lojas e restaurantes e são levadas até os estacionamentos, onde ficam guardados os ônibus para finalmente retornarem ao local de origem.

Antes de ser colocada no bagageiro do ônibus, toda a mercadoria é retirada da caixa e colocada em sacolas para não caracterizar que foi transportado pelo rio, através do barqueiro, no caso da fiscalização volante abordar o ônibus no trajeto de volta. Neste momento, os condutores do ônibus têm o cuidado de etiquetar as mercadorias para isentar a empresa ou o condutor de cumplicidade no transporte ilegal das mercadorias. Atualmente, a maior parte das empresas ou mesmo ônibus particulares que realizam o trajeto de compra no Paraguai exigem dos passageiros o preenchimento de um termo de responsabilidade sobre as mercadorias transportadas.

#### **4.5.1 - A Fiscalização Volante no Combate ao Contrabando**

No circuito de circulação das mercadorias acontece uma articulação de atividades, que mesmo desorganizada e sem a intenção a priori de impor resistência ao Estado, acaba formando uma somatória de forças fragmentadas que impõe às autoridades formas de resistência e afronta. Neste sentido, o governo cria e reforça espaços de regulação e busca constantemente sofisticar os aparatos fiscais, visando uma arrecadação eficiente de impostos. Neste movimento, os representantes do governo se referem aos integrantes do circuito como criminosos, enquanto estes se enxergam como trabalhadores e utilizam os inúmeros exemplos de práticas de corrupção e desgoverno para continuarem atuando.

No mês de junho de 2005, o governo federal realizou uma intensa operação de fiscalização que ficou conhecida como operação “Comboio Nacional”, com o objetivo de

apreender ônibus de turismo usados no trajeto Paraguai/Brasil, e a meta estabelecida era retirar de circulação 365 veículos.

Ao divulgar os números acima, os chefes da Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal em Foz do Iguaçu apontaram como locais de ação conjunta, ao mesmo tempo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal e Goiás e estavam sustentados por mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça a pedido do Ministério Público Federal em Foz e Iguaçu. Foram mobilizados, na época pela Receita Federal, cerca de trezentos servidores para a operação “Comboio Nacional”.

O nome da operação é devido à conhecida prática adotada em conjunto por camelôs, sacoleiros e condutores de ônibus clandestinos, de tentar passar pelos postos de fiscalização pontual com ônibus em comboio, impedindo a ação de revista dos policiais.

A Receita Federal fez uma investigação minuciosa do esquema e descobriu que esses veículos transportaram nos últimos 12 meses mais de US\$ 1 bilhão em mercadorias importadas irregularmente, em 9.832 viagens a Foz, autorizadas pela ANTT só em 2004. Os veículos tiveram suas placas filmadas e fotografadas, quando formavam comboios para escapar da fiscalização nas rodovias. Pelas imagens, descobriu-se que muitos ônibus fizeram ao menos 500 viagens à região. Nos estudos que antecederam às operações, realizados no final de 2003, constatou-se que mais de 90% das mercadorias irregulares deixavam a cidade de Foz do Iguaçu através de ônibus que se passava por transporte de fretamento eventual ou turístico. A partir desse estudo, ações foram desenvolvidas para que se pudesse atingir a logística do contrabando, descaminho e pirataria. No decorrer de 2004, foram apreendidos ou retidos, somente em Foz, 385 ônibus. Foram então identificadas as principais cadeias logísticas responsáveis pelas organizações criminosas. Constatou-se que o volume de mercadorias contrabandeadas e falsificadas chegava a 15 mil contêineres – equivalentes a R\$ 7,5 bilhões no período de um ano, através da rota Brasil-Paraguai (2005)<sup>117</sup>.

O perfil das redes de contrabando traçado pela Receita Federal inclui uma série de atividades de suporte, que foi confirmada por nós e em nossas inserções no Paraguai para a realização de nossa pesquisa. São elas:

- Batedores: estes são responsáveis pelos contatos e a vigilância a BR 277 e pontos de fiscalização e pela formação dos comboios. Trata-se de um condutor de veículo de passeio que vai à frente do comboio, verificando as condições de fiscalização e a tensão ao longo do

---

<sup>117</sup> Informações publicadas no *site* da Receita Federal, sob responsabilidade de Mauro de Brito, até então chefe da Divisão de Repressão ao Contrabando, Descaminho e Pirataria da Receita Federal e José Carlos de Araújo, até então delegado da Receita Federal em Foz do Iguaçu. Assessoria de Imprensa da Secretaria da Receita Federal, Brasília, 17 de junho de 2005. Disponível em < [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) > Acesso em 20/09/2007.

trajeto. Este deve estar equipado com algum aparato de comunicação para o contato rápido, ou conhecer bem o trajeto para retornar quando necessário ou apontar caminhos de desvio;<sup>118</sup>

- Facilitadores: são os que junto aos *batedores* são responsáveis pela contratação de equipes e contatos que eliminam os riscos dos transportes. Pode ser qualquer integrante da porção do circuito que opera no Paraguai, inclusive um comerciante do comércio de fronteira e até mesmo um fiscal. Qualquer tipo de cumplicidade para com o transporte das mercadorias é sempre mediado pelo dinheiro, tanto no formato de retribuição como em forma de pagamento de propina;
- Exército de desempregados: estes são sequestrados pelas organizações criminosas, ou seja, são pessoas empregadas pelo crime organizado para transpassar mercadorias e assumir a responsabilidade tributária e criminal em nome de seus patrões. Neste caso, é feito uso da legislação e suas fissuras, pois a própria lógica de reprodução ampliada do capital expressa na circulação das mercadorias, contradizendo as ações de fiscalização, acaba justificando a inserção de trabalhadores em atividades à margem da legalidade;
- Transportadores: são empresas cadastradas para o turismo eventual e em menor escala e autorizadas a realizar o transporte regular de passageiros, bem como ônibus clandestinos utilizados para transportar os produtos do crime. Aqui se inscrevem as empresas de pequeno porte que foram expulsas pela intensa concorrência formada no setor de transporte rodoviário e de turismo, em que as grandes empresas jogam pesado para conquistar uma linha de operação;
- Hotéis, restaurantes, lojas, estacionamentos que atuam como guarda-volumes utilizados para armazenar temporariamente as mercadorias, inclusive as que são transportadas por expedientes clandestinos, por exemplo, através do rio por intermédio do barqueiro e posteriormente por caminhos rurais (trilhas);
- Veículos de passeio, vans, táxis e motos utilizados para passar a mercadoria pela fiscalização na fronteira e eventualmente, em condições adversas durante as operações, levá-las até o estacionamento onde se encontra o ônibus, aguardando para retornar ao local de origem.

---

<sup>118</sup> A Polícia Rodoviária Federal desenvolveu a tática de deixar passar o batedor anotando a placa e a cor do carro, em seguida deixar passar intencionalmente o comboio. Posteriormente, após perseguição, se apreende o batedor impedindo a comunicação com o comboio, e finalmente em outro ponto de fiscalização é feita a apreensão do comboio e a revista das mercadorias no interior dos ônibus. (Informação verbal. Depoimento dado por Zandonad - policial militar aposentado - em 11 de outubro de 2007, em entrevista realizada durante Trabalho de Campo na cidade de Marília). No entanto, diante de cada nova tática da fiscalização, são desenvolvidas pelos integrantes do circuito de circulação das mercadorias novas estratégias para superar o que é entendido como obstáculo, neste caso o envio de um falso batedor ou mais de um batedor.

Foi divulgado no *site* da Receita Federal<sup>119</sup> que a Justiça Federal de Foz do Iguaçu, no início de 2005, reuniu informações sobre empresas que têm atividades voltadas para dar suporte às atividades conexas do circuito da camelotagem e as enviou ao Ministério Público Federal, que por sua vez ofereceu denúncia à Justiça Federal. Na denúncia oferecida estavam detalhados os crimes, na seguinte ordem:

- Formação de quadrilha, pois os motoristas, passageiros e guias pouco variavam nas viagens realizadas;
- Contrabando e descaminho, já que em muitos dos casos de fiscalização as empresas foram responsabilizadas pelas mercadorias encontradas nos veículos. Por este motivo, no ano de 2007, toda pequena empresa ou proprietário particular de ônibus que realiza fretamento para camelôs e sacoleiros rumo ao Paraguai passou a exigir o preenchimento de um termo de responsabilidade de cada passageiro pela sua bagagem;
- Receptação qualificada, pois se considera que transportar mercadorias provenientes de crimes implica em receptação, tornando-se qualificada em virtude de explorar comercialmente esta atividade;
- Expor ao perigo outros meios de transporte, justificada pelo fato da formação de comboios e outras atitudes verificadas demonstrarem o conhecimento prévio das empresas na prática dos ilícitos, sendo que foram muitos os acidentes provocados por ultrapassagens perigosas, além da afronta ao Estado. Uma das afrontas, no ano de 2005, publicada em jornais televisivos foi a queima de ônibus repletos de mercadoria por camelôs e sacoleiros, em sinal de protesto.

#### **4.5. 2 - O Papel da (ANTT) na Fiscalização Volante**

A partir da Lei 10.233 de 05 de junho de 2001, foi criada a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que passou a atuar a partir de fevereiro de 2002. A função do fiscal da ANTT é ver a documentação do ônibus, que precisa ter um seguro obrigatório no valor de R\$ 2.200.000,00 em função do valor de aproximadamente R\$ 3.000,00 que a pessoa jurídica paga à seguradora. Este valor, no caso de acidente, dividido entre 40 passageiros

---

<sup>119</sup> Disponível em < [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)> notícia referente ao mês de Junho de 2005, Acesso em 10 de agosto de 2007.

corresponde a uma indenização de R\$ 55.000,00 por passageiro, mas se o ônibus for clandestino ninguém tem direito a indenização.

Aqui é importante fazer uma distinção quanto ao papel dos fiscais, enquanto agentes que representam o poder do Estado. Os fiscais da Receita Federal são autoridades do fisco, cuja função é arrecadar impostos para o Estado. Já os fiscais da ANTT, ANTAQ e etc. não são autoridades do fisco com esta conotação de arrecadadores, pois são representantes de agências reguladoras, que através das multas buscam a regulação dos meios de transportes. Lembramos que o papel do Estado em relação ao circuito em questão é a tributação, tanto de empresas informais, de qualquer porte, dos trabalhadores, não importando suas condições e das mercadorias, independente de sua identidade de uso.

Para realizar viagens longas, o ônibus precisa ter um padrão de janelas e quantidade de saídas de emergência, o telefone 0800 da ANTT para possíveis reclamações, lista de passageiros constando o nome e RG de todos os passageiros, a empresa precisa ser cadastrada na ANTT, especificando que faz fretamento. Antes de realizar a viagem, é necessário entrar no *site* da ANTT e especificar quantos passageiros serão levados. Estas informações precisam ser dadas antes da viagem, mas pode ser feito na hora, via internet, quando o ônibus já está de saída.

Quando um fiscal da ANTT pára um ônibus, recolhe todos os documentos de identidade dos passageiros (RG) e confere com a lista de passageiros cada nome, a não coincidência do passageiro com o nome especificado na lista incute em uma multa de R\$ 4.000,00 aplicada ao proprietário do ônibus. Até o limite de quatro nomes fora da lista o veículo é apenas multado, porém segue viagem. Mas, acima de cinco nomes, o carro é retido, e exige-se que o proprietário contrate, por conta própria, outra empresa para finalizar a viagem, esta ação é denominada transbordo. Muitas vezes, a empresa procurada se nega a oferecer o ônibus para fazer o transbordo, por motivo dos proprietários de ônibus clandestinos ou empresas irregulares demorarem em realizar o pagamento e às vezes não realizar. Neste caso, o transtorno é muito grande porque os passageiros podem se rebelar, e por este motivo ou dependendo da situação, do dia e do local da abordagem do veículo, o fiscal acaba tendo certa flexibilidade.

Salvo nesses casos, enquanto não for pago o valor do transbordo, o ônibus fica retido e não é possível conseguir outra autorização ou cadastro de viagem. A numeração deste cadastro é seqüencial para dificultar a falsificação. Os casos mais comuns de tentativa de burlar a lei são protagonizados por condutores de ônibus clandestinos que tentam utilizar cópias de cadastros anteriores, já vencidos, com datas modificadas, neste caso, uma consulta

no *site* da ANTT, nos computadores dos postos policiais, feita pelos fiscais, possibilita a descoberta da falsificação.

A Tabela 7 revela o número de reclamações de passageiros feitas à ANTT, com relação aos transportes clandestinos. Os camelôs e sacoleiros, quando viajam ao Paraguai, normalmente sabem das condições de ilegalidade de sua atividade, mas nem sempre reconhecem a ilegalidade da atividade do condutor do transporte que utilizam, neste caso, há pessoas que viajam ao Paraguai, mas depois denunciam o ônibus clandestino, a empresa irregular, ou mesmo a empresa regular que não ofereceu, naquele momento, o mínimo de condições necessárias de viagem.

Tabela 7: Operações Irregulares ou Clandestinas no Transporte de Passageiros

<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE DE RECLAMAÇÕES RECEBIDAS</b>
2002	7
2003	77
2004	382
2005	473
2006	702

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT), 2007<sup>120</sup>.

O baixo número de reclamações no ano de 2002 (ano em que começou a funcionar a agência) é explicado pelo fato da ANTT, na época, ainda não possuir o serviço de ligação gratuita através do (0800). Já o grande salto no número de reclamações do ano de 2005 para 2006 está relacionado à construção da Aduana nova, e a intensificação das medidas de fiscalização pontual, volante e surpresa, implantadas pelo governo federal. Pois, se aumentam as apreensões de ônibus durante o trajeto e os conseqüentes transtornos causados, aumentam as reclamações sob a justificativa de não saber que o ônibus era clandestino.

Uma empresa de ônibus pode ser classificada como “permissionária”, que se refere à empresa que presta um serviço regular e contínuo ao usuário mediante compra do bilhete de passagem, e existe também a forma de “fretamento”, que se refere ao transporte turístico, encomendado pelo organizador, geralmente um camelô ou sacoleiro, junto a uma empresa que

---

<sup>120</sup> Os dados da tabela foram retirados dos Relatórios resultantes das ouvidorias da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), nos anos de 2002 a 2006, e representam a quantidade de reclamações de usuários com relação às operações irregulares ou clandestinas no transporte de passageiros. O aumento das reclamações reflete o aumento do uso deste tipo de transporte, no entanto não reflete a expressividade de seu uso, porque a maioria dos camelôs e sacoleiros, que são os passageiros que mais utilizam este tipo de transporte, não tem o hábito de enviar reclamações em órgãos governamentais, porque também exercem atividades que existem no limite da legalidade. Todos os dados utilizados e tabelas completas encontram-se Disponível em <[www.antt.gov.br/ouvidoria/](http://www.antt.gov.br/ouvidoria/)> Acesso em 19/09/2007.

pode possuir um ou mais ônibus (pessoa jurídica), com placa vermelha, e nesta operação é necessário a emissão de uma nota fiscal, em nome de uma pessoa que está entre os passageiros.

A idéia do fretamento é que a viagem é para passeio turístico, por isso a nota fiscal do serviço deve ser grampeada junto à lista dos passageiros, mas no caso do camelódromo de Presidente Prudente, são feitas propagandas na “rádio do camelódromo”, por pessoas que organizam tais viagens e fazem a mediação entre o condutor do ônibus e o conjunto de camelôs, sacoleiros, laranjas e outros que eventualmente expressem a intenção de viajar ao Paraguai. Portanto, toda a negociação é feita como se fosse um passeio turístico, mas na verdade é uma viagem para compra de mercadorias.

No dia que ficamos em Assis, no posto da SP (270), Raposo Tavares, (setembro de 2007) de 15 carros que foram parados todos eram fretamento, tinha somente três que não iam pra Foz do Iguaçu, tinha carros vindos de Minas, São Paulo e todos eram muambeiros. No primeiro dia pegamos 2 ônibus e no segundo dia mais 3 com isso que eles estão fazendo agora. Eles fecham as cortinas para ninguém ver o que tem dentro e tiram todos os bancos. A ANTT não tem como pegar isso, porque não tem passageiro e a gente tem como base o transporte de passageiro. Nestes casos quem pega é o fiscal da Receita Federal que lacra o ônibus e prende como veículo caracterizado ou adaptado para contrabando. (informação verbal)<sup>121</sup>.

Existe um dispositivo legal na ANTT que versa sobre a obrigatoriedade do ônibus ter menos de cinco anos de uso para realizar um percurso acima de 500 km, no entanto, esta lei não é aplicada (uma lei que não pegou), por isso, ônibus clandestinos normalmente possuem muito mais do que este tempo de uso, e muitas vezes suas condições já ultrapassaram o limite permitido. Normalmente, um ônibus é vendido por uma grande empresa de turismo para uma pessoa jurídica, pequena empresa ou mesmo para uma pessoa física, por ocasião de renovação de frota.

A Viação Mota estava vendendo um ônibus bem velho, ano 89, se não me engano, por R\$ 45.000,00, qualquer pessoa se tiver dinheiro pode comprar, trata-se de um carro velho, acabado, mas para o comprador retirar os bancos e viajar clandestinamente serve, apesar dos riscos de segurança” (informação verbal)<sup>122</sup>.

---

<sup>121</sup> Existe no contrato de trabalho uma cláusula na qual o funcionário não pode dar entrevistas em nome da ANTT, por isso o fiscal em apreço pediu para não ter o seu nome publicado.

<sup>122</sup> (idem).

Com a construção da nova Aduana brasileira, o governo pretende controlar 100% do fluxo, de cerca de 40 mil pessoas e 20 mil veículos que cruzam a Ponte da Amizade diariamente. Até o ano de 2006, menos de 20% desse total eram fiscalizados na antiga Aduana. Agora, a intenção da Receita Federal é verificar 100% das cargas transportadas em ônibus, veículos particulares e de carga e bagagens de mão. No mesmo ano haviam sido cadastrados 200.000 “sacoleiros” e 13.000 “laranjas”, dos quais 5.000 foram retirados de circulação.

Com relação à fiscalização na travessia da Ponte da Amizade, Rabossi (2004), afirma que até o ano de 2001, uma vez que alguém era detido para fiscalização, tinha que se apresentar no balcão da Receita Federal para declarar a mercadoria, apresentando o formulário de Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA), no qual são declaradas as mercadorias que podiam ser retidas (para ser liberada com o pagamento dos impostos correspondentes ou com algum acordo particular com o fiscal) ou podiam ser confiscadas. Já no ano de 2001, toda pessoa deveria ser cadastrada, apesar de tal procedimento não ser aplicado sistematicamente, daí o registro se matinha por trinta dias, depois era eliminado automaticamente dos terminais da Receita Federal.

Atualmente além da sofisticação tecnológica há melhor organização do fluxo de veículos. Lembramos que foi dada maior ênfase ao quesito *do mesmo tipo*, caracterizando destinação comercial das mercadorias, e ainda quem declarar mercadorias, necessita mediante comprovação de renda provar que não está viajando a mando de terceiros. Além disso, só é possível passar pela nova Aduana quatro vezes ao ano de forma legal, dentro do limite de cota de turismo e sem itens de mercadorias repetidos.

No entendimento do delegado da Receita Federal em Foz do Iguaçu, José Carlos de Araújo, os trabalhadores utilizam a Ponte da Amizade para complementar renda. Trata-se de pessoas que têm profissão, e neste sentido a Receita Federal não estaria criando um problema social e sim combatendo o contrabando.

O paradoxo se apresenta quando refletimos sobre a iniciativa de intensificar a fiscalização, porém sem alternativas de novas ocupações para quem atua nestas atividades. A nova Aduana pode intensificar novas práticas de entrada de mercadorias por meio de expedientes clandestinos, como tem ocorrido, e foi demonstrado no Jornal Nacional, no dia 25 de maio de 2007.

Nos últimos anos o que assistimos é a sofisticação de formas de fiscalização, impondo dificuldades para estes trabalhadores exercerem suas atividades, mas diante dos desafios

postos, novas formas de permanecer na informalidade são recriadas pelos trabalhadores em um constante cenário de conflitos e mediações.

É impossível, por mais eficiente que seja a fiscalização, abordar todos os veículos “*Não podemos controlar todas as Vans porque senão a fila chegaria até Curitiba*”<sup>123</sup>. Rabossi (2004) comparou o movimento do transporte na Ponte da Amizade, com outros dois pontos de contagem de veículos, a Ponte Internacional Tancredo Neves que liga Foz do Iguaçu a Argentina e o trecho Santa Tereza Céu Azul (mediação sobre a BR-277), principal via de ingresso a Foz do Iguaçu que vai terminar na Ponte da amizade. Concluiu que a média diária de veículos registrada no ano 2000 na Ponte da Amizade era de 19.283. Para o trecho Santa Tereza – Céu Azul a média foi de 4.881 veículos e para a Ponte Tancredo Neves foi de 5.040 veículos no mesmo período.

A partir do cálculo do número de veículos que cruzaram a Ponte da Amizade no ano de 2000, Rabossi (2004) afirma que o cálculo pró médio de pessoas (em base de 3 pessoas por carro de passeio, 40 pessoas por ônibus e 1 por caminhão) dá um total de 58.620 pessoas por dia. Rabossi (2004) pondera que tais cifras se desagregam de diversas maneiras, por englobar quem cruza somente uma vez e não volta no mesmo dia e quem vai e volta no mesmo dia, ou seja, aqueles que trabalham em Ciudad del Este ou Fóz do Iguaçu e vivem do outro lado e os que passam várias vezes no mesmo dia.

Tanto os dados sobre o número de veículos como o número de pessoas poderão ser atualizados com maior precisão a partir do ano de 2008, caso os registros da nova Aduana sejam disponibilizados.

Em notícia publicada no ano de 2007, no jornal Folha de S. Paulo sob o título “Sacoleiros podem ter tributação simplificada”, a Receita Federal estudava propor uma alíquota única - substituindo seis tributos<sup>124</sup> - que será paga na fronteira e também criar cotas provavelmente trimestrais para a importação dos produtos (Folha de S. Paulo, 26 de maio de 2007 p. B-4), em entrevistas realizadas nos meses de julho até início de agosto de 2007, os

---

<sup>123</sup> Esta fala do Fiscal das Foztrans foi retirada do trabalho de Rabossi (2004), e foi coletada por ele em gravação por ocasião de seu trabalho de campo realizado no ano de 2001. Em nosso trabalho de campo no ano de 2005, realizamos essa travessia em uma Van junto a uma sacoleira, um laranja, o motorista e sua ajudante. Portanto, duas pessoas a mais do que manda a regra (três por cada Van). Perguntei sobre a fiscalização e a resposta foi: “*Não tem perigo, eles param apenas alguns veículos, como é muita gente eles não podem parar todos, tudo depende do seu dia de sorte, vamos torcer pra dar tudo certo*”.

<sup>124</sup> O pagamento da alíquota única, se colocada em prática, equivalerá ao recolhimento do Imposto de Importação, (PIS), Cofins, IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), Imposto de Renda e CSLL (Contribuição Social sobre o Lúcro Líquido).

camelôs na cidade de Presidente Prudente e Marília afirmaram não haver ainda nenhuma mudança de tributação e muitos estavam perdendo as mercadorias ou evitando as viagens ao Paraguai, mas retomando as viagens a São Paulo.

Para obter o regime simplificado, o comprador precisa abrir uma empresa e de acordo com o secretário Jorge Rachid, não se trata de formalizar estes trabalhadores e sim reduzir a concorrência desleal dentro do Brasil, e a preocupação é não estabelecer um valor muito baixo que possa incentivar o importador que se encontra na formalidade a buscar o regime simplificado, prejudicando assim a indústria nacional.

Observar camelôs no espaço do camelódromo, nos remete automaticamente à conexão trabalho/delito e contrabando ou descaminho. A questão é que quanto mais se fiscaliza e diminui o número de mercadorias proibidas no comércio informal, sua procura leva ao aumento do preço e, conseqüentemente, a transforma em um risco que vale a pena para muitos que se aventuram a buscar no Paraguai tais produtos. Em diversos relatos de camelôs, tanto em Presidente Prudente como em Marília, fica explícito o desejo de comercializar eletroeletrônico, CDs e DVDs.

A questão que se coloca é: Quais mercadorias podem ser comercializadas pelos camelôs?

Vamos admitir a hipótese dos brinquedos poderem ser comercializados, desde que não sejam imitações de marcas famosas. Neste caso, considerando que fosse respeitada a cota de importação de US\$ 300,00. Caso calculemos os custos da viagem e a necessidade de ganhar na revenda, para ficar no limite deste valor, seria necessário viajar mais vezes, o que aumentaria o custo e diminuiria a possibilidade de ganho. Mas, isto não é tudo. O principal problema é que, mesmo respeitando a cota de importação, não pode haver vários itens do mesmo produto. Porque, se assim for, e houver abordagem pela fiscalização aduaneira, volante ou em escala local, estes trabalhadores podem perder as mercadorias mesmo estando no limite da cota de importação.

No circuito de compra das mercadorias, os camelôs e atividades conexas podem ser abordados pelo fiscal da Aduana na fronteira, fiscais da Receita Federal e agentes da Polícia Federal no percurso, e, ainda, pelos fiscais da prefeitura nos municípios em que atuam. Acrescenta-se ao risco de perder as mercadorias a incerteza do lucro e a possibilidade de ser fichado como contrabandista.

Hoje, no Brasil, no âmbito do governo federal, prevalece o discurso que defende o objetivo de inibir o comércio de produtos piratas, vendidos livremente em lojas e camelôs, persuadindo e incentivando mediante o investimento de recursos financeiros, para que o

governo do Paraguai também investiu no rigor da fiscalização, evitando que as mercadorias chegassem às mãos dos comerciantes paraguaios. Justifica-se que o plano beneficiará inclusive o fisco paraguaio, ao compelir os compradores brasileiros a exigir notas de vendas legais e obrigando os comerciantes paraguaios a pagar os devidos impostos. Portanto, beneficiando o mercado formal na medida em que dificulta a existência dos que trabalham na informalidade. Novamente, destacamos a contradição referente à compra e venda de mercadorias oriundas do Paraguai por lojas do mercado formal no Brasil.

A Receita Federal utiliza um banco de dados no qual, mediante o cruzamento de informações coletadas pelos órgãos federais, já havia listado até setembro de 2006 o nome de 15 mil “laranjas” que transportavam para terceiros (camelôs e sacoleiros), e 160 mil sacoleiros. Ainda existem cerca de 12 mil “laranjas” trabalhando na fronteira e graças ao cadastro foi possível eliminar mais de três mil, somente nos últimos anos. Atualmente estão sob a mira da Receita Federal os que ainda resistem na atividade<sup>125</sup>.

Consideramos como uma novidade essa situação em que trabalho e delito se confundem. Casos em que o trabalhador entende estar sendo honesto ao trabalhar em atividades com características de precariedade, por não estar roubando ou vivendo o flagelo do desemprego. No entanto, existem pontos que se repetem na história, mas de forma mais sofisticada. “*Ser tratado como caso de polícia e infratores era tão comum no século XIX [...] como é na atualidade*” (DURÃES, 2006, p. 16).

Em finais do século XIX, já existia uma forma de controlar os trabalhadores de rua considerados pelas autoridades como criminosos “*quase todos registrados no livro de matrícula sob responsabilidade do corpo policial. Neste livro constava a profissão, idade, origem e outras características físicas [...]*” (DURÃES, 2006, p. 22).

Atualmente o trabalho informal se diversificou, assim como as mercadorias e os consumidores. Neste sentido, as formas de controle (Livro de matrícula no séc. XIX) também são mais sofisticadas e um exemplo visível é a própria Aduana, reinaugurada em 2006, onde está sendo utilizado um banco de dados e um software “inteligente” que analisa as imagens captadas pelo sistema de câmeras e identifica os indivíduos considerados “suspeitos”.

---

<sup>125</sup> Conforme relato do senhor José Carlos de Araújo - Delegado da Receita Federal em Foz do Iguaçu. Disponível em <[www.sopabrasiguai.blogspot.com](http://www.sopabrasiguai.blogspot.com)> Acesso em 29/05/2007.

Hoje, nossas pesquisas demonstram a situação de criminalidade em que os trabalhadores camelôs e atividades conexas se encontram, diante da intensificação da fiscalização sofisticada implantada pelo governo.

Nas primeiras décadas do século XX os trabalhadores ainda eram vistos como criminosos. Neste sentido, Antunes (2007) lembra a manobra getulista de trazer a classe trabalhadora para a agenda do Estado, para tirá-la do espaço exclusivo da criminalização e das delegacias policiais, assim, mostra como o governo pode agir de forma contraditória mediante o uso do poder do Estado. Vargas precisava de uma nova forma de se relacionar com a classe trabalhadora e era necessário tirá-la da condição de caso de polícia, trazendo o trabalho para o centro da vida nacional, tratando a classe trabalhadora como “questão social”. Mas, a verdadeira intenção de Vargas era usar a classe trabalhadora como força suporte em sua relação com as classes que, de fato, ele representava, que eram as frações agrárias tradicionais e as forças industriais emergentes.

Há um discurso oficial que defende que o Brasil tem que forçar/incentivar os trabalhadores para uma situação de legalidade, ao obrigá-los à tributação das mercadorias e mediante os reajustes nas leis previdenciárias, ou seja, trazer estes trabalhadores informais para o aparato do Estado. Mas, há um discurso também oficial de que as estratégias de fiscalização buscam estrangular o circuito de comercialização de mercadorias piratas na medida em que as operações deflagradas ao prender e destruir mercadorias de procedência duvidosa torna inviável sua comercialização, porque aumenta o preço do produto.

No final do ano de 2002, existia uma espécie de “esperança” veiculada nos meios de comunicação de que a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, levaria a algumas medidas políticas no sentido de caminhar para um projeto de desenvolvimento, com geração de empregos, garantia de direitos trabalhistas etc. devido à trajetória do partido desde sua criação. De fato, nada disso ocorreu e os problemas e indefinições continuam.

Diante dos resultados da pesquisa eleitoral, eu não tenho nenhuma dúvida hoje (18/10/2002) do Lula ser o presidente da República, ele vence a eleição, acho que o Serra não consegue reverter o quadro. Agora, também não tenho nenhuma ilusão do Lula fazer muito diferente do FHC. Algumas coisas talvez mudem, mas no sentido estrutural não tenho ilusão, não vejo esta possibilidade diante das alianças feitas pelo PT para chegar ao poder e também pelo papel que

têm os governos hoje com relação ao capital mundial”. (informação verbal)<sup>126</sup>

No ano de 2002, o grande desemprego existente no Brasil foi palavra de ordem, para a esquerda combater os setores de direita e chegar ao poder. Lula fez algo parecido com o que fez Vargas - guardando as devidas proporções –, ou seja, utilizou a classe trabalhadora como força suporte para chegar ao poder.

Havia no mesmo ano (2002) um índice muito alto de informalidade do trabalho, que, em 1988, já atingia 54% da mão de obra metropolitana<sup>127</sup>. Neste sentido, a estratégia política do PT consistia em prometer além do desenvolvimento do país, a criação de 10.000.000 de empregos com carteira assinada, deixando a oposição de mãos atadas, diante da impossibilidade de prometer uma cifra semelhante devido ao candidato (Serra) significar para a opinião pública e os eleitores a continuidade do governo de 8 anos de FHC, que além de não criar, eliminou empregos formais, permitindo o crescimento da informalidade.

No entanto, durante a reeleição do governo Lula a inauguração da nova Aduana foi postergada de todas as formas possíveis para não deixar transparecer os impactos nas atividades dependentes deste circuito de circulação. Para “sorte” de Lula, o seu adversário mais significativo sempre em momento oportuno se referia à informalidade do trabalho no Brasil, repetindo como “chavão” que “mais de 50% dos trabalhadores brasileiros estão na informalidade”, no entanto, não conseguia ir além dessa afirmação, pois historicamente os impactos na informalidade estão fora do campo de preocupação dos políticos tradicionais.

Até aqui no nosso entendimento, se a intenção do governo é diminuir a informalidade, trazendo os trabalhadores informais para a formalidade, é possível fazer uma análise de perspectiva. Mas, se a intenção é diminuir as atividades informais, combatendo a pirataria a partir da tributação das mercadorias, sem criar novas oportunidades de inserção destes trabalhadores, pelo fato do governo estar submetido a um “jogo de forças” em diferentes escalas, provavelmente o cenário continuará sendo conflituoso. Assim, novamente comparecerá a centralidade do trabalho, a plasticidade e a capilaridade do trabalho e a disputa por território.

---

<sup>126</sup> Depoimento de Ricardo Antunes (18/10/2002), durante entrevista realizada por ocasião de sua participação nas atividades da “III Jornada Sobre o Trabalho” realizada pelo Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) na FCT/UNESP – campus de Presidente Prudente.

<sup>127</sup> Ver pesquisa do IBGE publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, em 29 de fevereiro de 2000. Ou consultar Santos (2007).

Existe grande dificuldade em visualizar todo o ciclo da quantidade exorbitante de mercadorias encontradas na camelotagem, tanto na sua fluidez no circuito de circulação, nas formas de descarte, na forma como são produzidas fora do território brasileiro, como na tributação destas.

Podemos afirmar que estas mercadorias são a substância de uma economia que recebe diferentes nomenclaturas, (paralela, subterrânea, informal etc.), mas que está conectada à economia formal. Tais mercadorias possuem uma identidade “biruta”, sendo procuradas, ao mesmo tempo, por consumidores diversos devido ao baixo preço e enorme variedade, por revendedores diversos por motivos da não incidência de tributos, e por representantes do fisco com o fim de tributá-las.

Sendo a economia informal aquela insuscetível de ser mensurada, como se pode saber qual sua participação na economia total de um país? Como visualizar o invisível. [...] a economia informal é como o vento, escondida aos olhos, mas muito sentida. [...] A pesquisa prova que ela existe, descreve seus padrões de comportamento, propõe razões para seu crescimento, explica pelo menos em parte a ampla influência na sociedade [...] mas tudo isso fica longe de precisar um mapa amplo e detalhado [...] Por isso qualquer que seja o método adotado [...] o resultado jamais poderá passar de uma estimativa. (PRADO, 1991, p. 30).

O que ora apresentamos é apenas uma estimativa, e de acordo com Prado (1991), esta é uma condicionante da economia informal, pois existe o interesse das pessoas envolvidas nestas atividades de se manterem ocultas (economia subterrânea), e afirma que uma solução parcial é a aplicação de métodos indiretos e aponta que um deles é o “método da abordagem fiscal”. *“O método da abordagem fiscal baseia-se em operações das autoridades do fisco que, por amostragem, pesquisam determinados grupos suspeitos de não declararem ou subdeclararem seus rendimentos”*. (PRADO, 1991, p. 31).

Para efeitos deste estudo, as medidas de fiscalização incidem sobre as mercadorias comercializadas. A implantação da nova Aduana com maior rigor e uso de tecnologia sofisticada na tributação e controle dos trabalhadores, somada ao dispositivo legal que exige a comparação da renda com quantidade de mercadorias em poder do comprador, poderá fornecer números mais precisos para a quantificação dos trabalhadores que passam pela aduana, mas ainda assim, a aplicação do método da abordagem fiscal nos dará apenas estimativas sobre as mercadorias que compõem o circuito de circulação em apreço.

Os motivos da imprecisão dos resultados são exatamente as capilaridades características deste tipo de trabalho, em que predomina uma intensa mobilidade e migração

de uma atividade a outra, e desempenho da mesma atividade pelo mesmo trabalhador, assim como o uso de “laranjas” que não atuam permanentemente no circuito de circulação, podendo ser um parente ou amigo. Há, também, os trabalhadores de fronteira que vão e vêm várias vezes no mesmo dia e a diminuição das viagens devido à busca de novos centros de compra etc.

## **5. Considerações Finais**

O desafio de tentar compreender a complexidade do tema trabalho, a partir de uma “leitura” geográfica, obriga o estudante partir de um recorte territorial local. Este serve tanto de porta de entrada para os primeiros contatos com alguma manifestação que é síntese de um fenômeno muito mais amplo, como para estimular a percepção do observador no sentido de procurar explicações não explicitadas no nível da paisagem, sendo estas perceptíveis apenas através de um exercício permanente de avaliação das mediações territoriais.

Ao delimitar nosso recorte territorial inicialmente no camelódromo de Presidente Prudente (SP) e localizado na Praça da Bandeira e, posteriormente, abrangendo o município de Marília (SP), que a impressão obtida com as primeiras observações é da não existência de conflitos significativos, devido a fatores observáveis tais como: organização e disposição dos boxes padronizados, a existência de uma relativa harmonia entre os camelôs e os comerciantes do comércio legalizado e um aparente equilíbrio na concorrência entre os próprios camelôs no que diz respeito à venda das mercadorias. Dessa maneira, entendíamos, até então, que os próprios camelôs viajavam ao Paraguai (PY) para realizar suas compras por motivos das mercadorias serem mais baratas.

No entanto, fomos orientados desde o início a pressupor ser a função exercida pelo camelô, uma atividade relevante contida na complexidade do mundo do trabalho por diversos aspectos, seja por servir como saída estratégica para situações de desemprego, ou por completar o circuito da mercadoria, fazendo-a chegar ao consumidor final. Partindo deste pressuposto, percebemos também que a relevância do trabalhador camelô assenta-se principalmente no fato constatado nesta dissertação, em acionar uma ampla gama de

atividades conexas e de suporte, funcionando de forma articulada e compondo um dinâmico circuito de circulação de mercadorias.

Esta descoberta nos obrigou a detectar quais eram as atividades conexas e de suporte e o papel de cada uma delas, considerando que o contato de uma atividade previamente conhecida, neste caso a atividade dos camelôs, com uma segunda, a do sacoleiro, revelava a exigência de uma terceira atividade, no caso o condutor do ônibus clandestino ou legalizado que realiza a rota Paraguai/Brasil e assim sucessivamente. Na medida em que a função do camelô revelava toda uma “teia” de circulação, transporte e consumo de mercadorias, o comércio como um todo compareceu como o cenário dos conflitos e gerador das pressões e tentativas de resistência.

Portanto, o camelô deixou de ser visto por nós apenas como um trabalhador desempregado, comercializando mercadorias fora das leis gerais estabelecidas historicamente para o comércio, e passou a ser entendido como parte de um conjunto de trabalhadores com funções diversas, regidos pela necessidade do trabalho, enquanto necessidade vital; mas também passou a compor um conjunto articulado de trabalhadores que mantém o funcionamento de uma parte significativa de um mecanismo funcional ao sistema produtor de mercadorias.

Assim, o desenrolar da pesquisa foi apontando as devidas ligações com outras atividades, a exemplo do *laranja*, atuando junto ao sacoleiro, mas também requisitado por camelôs e pelos próprios condutores de ônibus, e, posteriormente, a ligação dessas quatro atividades com a dos condutores diversos que atuam na interface dos limites fronteiriços entre Foz do Iguaçu (PR) com Ciudad del Este (PY).

No caso específico desta pesquisa, o camelô e o recorte territorial local serviram como canal de entrada para iniciar a compreensão de uma dinâmica de circulação, e após relacionar a função do trabalhador camelô com as funções dos demais trabalhadores, ambos inscritos no mesmo circuito por nós detectado, foi possível, então, realizar a ligação com outros recortes territoriais e outras realidades, porém sempre privilegiando o exercício contínuo de passagem do recorte local às dimensões gerais do fenômeno estudado, e, ainda que extrapolando os limites territoriais físicos do território brasileiro, sempre houve o retorno ao recorte inicial.

Essa técnica de pesquisa nos deu segurança e permitiu aos poucos abordar outras realidades. Assim nos lançamos por várias vezes em viagens a diversos locais na cidade de

São Paulo, privilegiando os bairros do Brás e Santa Efigênia; no município de Marília, focando o comércio central e nos diferentes centros de compra; em cidades do Paraguai principalmente Ciudad del Este, mantendo como ponto de partida e de chegada nosso recorte territorial original, funcionando como laboratório constante para obtenção de informações e acompanhamento dos impactos locais devido às constantes intervenções governamentais nas escalas mais amplas.

Cada intervenção do governo, nas esferas municipal, estadual ou federal, fosse no sentido de tributar as mercadorias, controlar os trabalhadores que cruzam a fronteira ou apreender as mercadorias produzia impactos observáveis empiricamente. No entanto, somente a realização da pesquisa nos forneceu as ferramentas necessárias para realizar as devidas avaliações dos impactos. Pois, grosso modo prevalecem diversos discursos veiculados estrategicamente para diferentes públicos, exaltando o combate ao contrabando visto como uma “chaga” extremamente prejudicial ao país como um todo, mas hora proibindo, hora permitindo a venda das mercadorias.

Como a formação de camelódromos em diferentes estados ou municípios segue um roteiro mais ou menos parecido, pode causar a impressão de não acontecer novidades significativas relacionadas à camelotagem. Por este motivo, o estudante pode ter o impulso de ampliar ou mudar o recorte territorial, porém essa ampliação ou troca pode acarretar apenas novo levantamento de dados repetitivos, ao passo que transitar pelas mediações do fenômeno estudado, retornando sempre ao ponto de origem possibilita adquirir mais segurança no decorrer da pesquisa, pois a cada retorno ao recorte original munido de novas informações, a compreensão é enriquecida e as dúvidas se multiplicavam.

No nosso caso, em cada experiência de pesquisa, a importância da realização de Trabalho de Campo se reafirmava, não somente devido à escassez de dados oficiais confiáveis, mas também por motivos da diversidade de compreensões e discursos contraditórios que permeiam o universo de relações em apreço, sendo um deles o incentivo à formalização do trabalhador informal, através do “super simples” ou Simples Nacional, e incentivo à contribuição previdenciária diferenciada.

Nesse sentido, constatamos alguns casos e obtivemos algumas informações através de entrevistas e aplicação de questionários, demonstrando que uma das principais dificuldades para um camelô ou sacoleiro se tornar um comerciante formal, reside na natureza da mercadoria comercializada. Pois, um comerciante inscrito na economia formal,

principalmente comercializando mercadorias variadas, executa a prática cotidiana de embutir nas mercadorias, independente do valor agregado, todos os tributos, salário e encargos trabalhistas, repassando em seguida ao consumidor final. Dessa forma, quem arca com o total da carga tributária, encargos trabalhistas e salário para a manutenção do comerciante formal e seus empregados é o conjunto dos consumidores.

Esta mesma prática cotidiana não é e nem poderia ser realizada por um trabalhador inscrito na economia do crime, ou no circuito por nós detectado. Pois, devido à natureza das mercadorias comercializadas (pouco tempo de vida útil, baixa qualidade, forma de produção, clandestinidade etc.) não há margem para embutir quase nada no preço final, nem repassar ao conjunto de consumidores finais, na medida exata que este não entenda ser melhor comprar no concorrente. Por isso, as poucas possibilidades são eliminadas devido à intensa concorrência existente, principalmente entre os camelôs, seja nas calçadas ou em camelódromos, que precisam arcar com todo e qualquer prejuízo obtido devido a eventuais práticas de apreensão realizada por fiscais ou policiais.

Assim, o ingresso na economia formal, que exige trabalhar com mercadorias tributadas, obrigando o exercício comercial cotidiano de embutir e repassar, requer uma prática que um trabalhador informal, aspirante a comerciante formal, não tem o hábito, e muitas vezes a competência para realizar de forma eficiente. Lembrando que essa prática envolve desde a venda de uma cortina até um simples alfinete.

Isto é apenas parte da explicação dos diversos motivos da saída do mercado formal como trabalhador com posterior ingresso na informalidade, ser bem mais comum do que a saída da informalidade para ingressar no mercado formal e manter-se com relativo sucesso enquanto comerciante. Ou seja, uma coisa é ser empregado no mercado formal para, em seguida, migrar para a informalidade, outra bem diferente é ingressar no mercado formal como comerciante, apesar de muitos camelôs, sacoleiros e outros trabalhadores informais, após algum tempo na economia informal, estimulados pelos discursos de capacitação, empreendedorismo e gestão veiculados pelo Sebrae, enxergarem a possibilidade de se tornar comerciante formalizado, principalmente montando lojas de variedades para posteriormente abrir falência, sendo que podem existir casos bem sucedidos.

Em casos de fracasso, há duas estratégias imediatas: permanecer na informalidade ou se tornar um comerciante formal que mescla mercadorias legais e ilegais no estoque e vitrine, considerando que o retorno ao mercado de trabalho formal como trabalhador depende da

existência das vagas, do preparo para vencer a concorrência e se estabelecer como empregado e da disposição para atuar nas condições impostas pelo patronato, seja no comércio ou qualquer outro setor.

A mescla de mercadorias com posterior venda ilegal, mediante esquemas de falsificação de notas e de mercadorias etc. em tese uma prática criminosa e passível de repúdio, segundo os discursos oficiais veiculados na mídia em geral, na verdade apresenta uma contradição quando contrapostas com a observação do próprio mecanismo de fiscalização e apreensão de mercadorias contrabandeadas. Esta contradição explica em parte, porque os discursos não comovem os agentes envolvidos com esquemas de contrabando seja ele “formiga” ou de grande escala.

Nesse sentido, o exemplo mais explícito parte da nossa observação em Trabalho de Campo e de levantamentos documentais, mostrando que o fato do aparelho de estado, através dos funcionários representantes do fisco arrecadador, apreender toneladas de mercadorias em fiscalização aduaneira, mais toneladas de mercadorias em fiscalizações pontuais e volantes por meio dos funcionários do fisco controlador, para, em seguida, juntar e separar todo montante para dar destinações de incorporação aos órgãos públicos, doação às entidades beneficentes, destruição ou venda em leilões, sob a prerrogativa de estrangular a circulação, ao contrário, acaba estimulando-a de forma ainda mais dinâmica.

Isto explica em certa medida, porque grande parte dos comerciantes inscritos no comércio formal, empresários e até gestores de grandes redes de contrabando optam por comprar mercadorias em leilão, mesmo sabendo das desvantagens com relação ao preço e os riscos da existência de mercadorias danificadas nos eventuais lotes leiloados. Acontece que a obtenção de qualquer comprovante de participação e compra em leilões da Receita Federal possibilita a prática de incorporação de mercadorias ilegais mescladas com as mercadorias legalizadas, no mesmo estoque ou vitrine. Vejamos um caso em particular, apenas a título de exemplo.

O proprietário de um comércio legalizado, inscrito na economia formal que comercializa bebidas fabricadas e importadas de diferentes países, tem como trunfo o fato da fabricação e importação fazer com que uma mercadoria deste tipo tenha um alto preço, devido aos impostos incididos desde a fonte de fabricação, transporte, até o local de consumo final. Além disso, há fatores próprios da mercadoria que incidem no preço, por exemplo, uísque ou vodka importada dependendo da marca e do tempo de envelhecimento etc.

Caso este comerciante possua as matrizes para envasamento e preste serviços do tipo festas, *bufe* etc. é possível encher litros originais com bebidas de valor inferior falsificando com 50% e 100%. Nestes casos, as bebidas circulam geralmente em festas de grande porte como formaturas, casamentos e comemorações empresariais, em que os clientes possuem considerável poder aquisitivo. No caso de *bufes*, o gerente orienta a equipe de garçons a realizar a primeira rodada com bebidas originais, a segunda rodada com bebidas mescladas com 50% de bebidas de valor inferior e da terceira rodada em diante, pode ser servida bebida totalmente falsificada, e dependendo do tipo a lucratividade é imensa. Pensemos em um litro de uísque que custa em média R\$200,00, cujo conteúdo é substituído na mesma embalagem por outro com preço de R\$20,00.

Nesses casos, o estoque do comerciante é de bebida original mesclado com bebidas portadoras de comprovante de compra em leilões, portanto são legalizadas pela Receita Federal. Mas, a grande parte que circula nas festas pode ser reabastecida via Paraguai ou outras rotas de contrabando acionando o sacoleiro, que irá acionar o “laranja” e os condutores clandestinos, inclusive os barqueiros. Nossa pesquisa comprova que o sacoleiro é quem mais contrata “laranjas” levados do Brasil ao Paraguai e quem mais aciona os laranjas e os “carrinheiros” que atuam somente no Paraguai para chegar até ao barqueiro para efetuar a travessia via Rio Paraná.

Mas, percebemos também que as bebidas importadas compõem um dos itens mais procurados pelos sacoleiros, por ser um dos mais lucrativos, e o interessante é que nunca presenciamos um camelô vendendo bebidas nos pontos fixos. Ou seja, não são os principais responsáveis pela circulação desta mercadoria no circuito de circulação em apreço, indicando que o sacoleiro pode ser financiado por consumidores formais, que conseguem utilizar este expediente clandestino devido à compra de lotes de mercadorias em leilões da própria Receita Federal. Utilizamos o exemplo das bebidas importadas, porém há esquemas com quase todo item listado pela Receita Federal por identidade de uso.

Esta constatação nos motivou através de uma “leitura” geográfica a privilegiar a categoria de análise do território na tentativa de definir o que é ser camelô, diferenciando-o do sacoleiro e das demais atividades conexas e de suporte, pois entendemos que, apesar de comporem o mesmo circuito e estarem sob a mesma lógica de reprodução ampliada do capital mediante a produção exacerbada de mercadorias diversas, cada atividade carrega um conjunto de relações e características particulares.

Para esta empreitada, partimos do entendimento do território para além das tentativas de controle e poder acerca da delimitação territorial física dos países em suas interfaces. Também consideramos, ainda que de formas preliminares, uma articulação de escalas em que os conflitos territoriais não comparecem somente na escala do poder do Estado em relação a outros Estados, mas também com relação ao poder do Estado nas diferentes instâncias do poder com relação aos trabalhadores no contexto de um mundo do trabalho voltado para a produção e o desperdício.

O resultado foi o entendimento, ainda em construção, da definição do trabalhador camelô como sendo aquele possuidor de um ponto fixo de venda das mercadorias, onde o seu território é o seu ponto fixo, e este deve ser mantido em uma relação de tensionamento, envolvendo interesses diversos, do Poder Público Municipal; através dos seus representantes, contra os camelôs; e dos interesses dos próprios trabalhadores camelôs em embates entre eles mesmos.

O acontecimento que melhor exemplificou o que estamos apontando foi o momento em que fiscais do Poder Público, ao perceber a importância dada por um camelô ao seu ponto fixo de venda, passaram a leiloar os pontos, dando início a uma crescente onda de corrupção noticiada nacionalmente como “Máfia dos Fiscais”, o que gerou uma greve de fome dos trabalhadores camelôs, perda de cargos públicos por parte de fiscais e políticos, criação de estratégias de organização incipientes de camelôs, manifestações públicas e tentativas de homicídio em alguns casos levadas ao extremo e consolidadas.

No nosso entendimento, como toda esta trama de relações girava em torno da concessão de um local para os camelôs executarem suas atividades e da necessidade de manutenção do ponto fixo, ainda que em forma de pagamento de propina, já que somente é possível a concessão destes pontos em espaços públicos de uso comum, sem a possibilidade de posse definitiva, nos sentimos seguros para definir o trabalhador camelô como aquele que possui temporariamente e precisa manter diariamente o seu ponto fixo de vendas, inclusive conseguindo mantê-lo funcionando em horário comercial nos momentos de refluxo total das vendas.

Outros exemplos foram apontados nesta dissertação sob a denominação de corretagem, atrelamento e conjugação de boxes padronizados. Apontamos, ainda, o “estranhamento” que leva um boxista que compra e paga por um boxe a exigir a expulsão de um vendedor ambulante desterrado dos arredores do camelódromo. No entanto, estas

características territoriais se resumem ao território do trabalhador camelô com seu ponto fixo, não sendo a mesma característica, por exemplo, de um trabalhador que executa a função de sacoleiro.

Na definição por hora alcançada em nossos estudos, o sacoleiro possui como território o conhecimento adquirido após inúmeras viagens aos grandes centros de compra, conhecimento este que supera inclusive a posse de capital para a realização das compras; uma vez que existem inúmeros casos de sacoleiros que, por atuarem há muitos anos na rota de contrabando, conseguem ser financiados por agentes de grandes redes de contrabandistas de grande escala, pertencentes à economia do crime e por comerciantes ou empresários inscritos na economia burguesa. Há casos de um sacoleiro poder viajar sem dinheiro e comprar no crédito informal, conseguido nos pontos de revenda nos grandes centros abastecedores, após muitos anos como cliente das mesmas lojas, galerias, *shoppings*, estandes etc. existentes no Paraguai.

Esta convergência de interesses em torno da mercadoria nos obriga a pensar a economia do crime articulada com a economia burguesa, como parte de um todo que se completa. A gama de atividades com seus trabalhadores é por nós entendida como a continuidade da plasticidade e das capilaridades do trabalho, que obriga o trabalhador a migrar através de inúmeras atividades tanto no universo do trabalho formal, como do trabalho formal para o informal e, posteriormente, continua migrando de atividade em atividade dentro do próprio circuito de circulação. Neste circuito, as mercadorias são o combustível, a concorrência levada ao limite é o motor e os trabalhadores são peças importantes, porém não fundamentais para a manutenção e o funcionamento, já que podem ser facilmente descartadas e substituídas.

## 6. Bibliografía

AGUDELO, H. Globalização, mercado de trabalho e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil. In: **O mundo do trabalho e a política**. Maringá: EDUEM, 2000. p. 11 – 32.

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Praxis, 1999.

ALVES, G. **O novo e (precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_, R. De Vargas a Lula: caminhos e descaminhos da Legislação Trabalhista no Brasil. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 83-88, 2007.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVAS. Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, São Paulo, pg. 6, out. 2007.

BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R. **Desafios do Trabalho**: capital e luta de classes. Londrina, Práxis, Maringá, Massoni, v. 1, c. 10, p. 269-291, 2003.

BALSAN R; UEDA, V. O comércio informal de Pelotas: características e contradições no centro histórico da cidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, p. 71 – 81, 1988.

BERNARDO J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2000.

BERTOLUCCI, L.F. Algumas notas sobre camelôs e ambulantes na área central de Uberlândia. **Revista Sociedade & natureza**: revista do departamento de geografia da UFU, Uberlândia, n. 17, p. 179-185, jan-jun, 1997.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO JR. **A Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BRAGA, R. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

BRASIL, Ministério da Justiça. O Brasil contra a Pirataria. Biênio 2005/2006 (junho de 2006), a. 2003, 2004 e 1º semestre de 2005. Disponível em < [www.mj.gov.br/combatepirataria/](http://www.mj.gov.br/combatepirataria/) > Acesso em 12 de fevereiro de 2007.

BRENNER, N. The Urban Question as a Scale Question: Reflections on Henri Lefebvre, Urban Theory and the Politics of Scale. **International journal of Urban and Regional Research**. Joint Editors and Blackwell Publishers, v. 24, jun, 2000.

BRENNER, N. The Limits to Scale? Methodological Reflections on Scalar Structuration. **Progress in Human Geography**, 25,4, pp. 591-614, 2001.

BRUNHOFF, S. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: UNESP, 1991.

CARLOS, A.F. A Cidade e a Organização do Espaço. **Revista do Depto. de Geografia da USP**, São Paulo, n.1, 1982.

CARVALHAL, M. D. O Engendramento da Crise do Capital nas Redefinições do Mundo do Trabalho e na Reconfiguração Territorial. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 2, n. 1, outubro de 2001.

CARVALHAL, M. D. A Geografia Sindical da Formação Profissional: uma contribuição para a interpretação ontológico-geográfica do mundo do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. especial, ago. 2002.

CARVALHAL, T. B. **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente: Centelha, 2004.

CATTANI, A.D. **Trabalho e autonomia**: Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_, C. Emprego, produção e renda no setor informal urbano do nordeste: caso de Salvador. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.1 n. 1, p. 57-82, 1970.

\_\_\_\_\_, C. **Viabilidade do setor informal**. Recife: SUDENE, 1983.

\_\_\_\_\_, C.; DUARTE, R. **À procura de espaço na economia urbana: O setor informal de Fortaleza**. Recife: SUDENE/FUNDAJ, 1980.

\_\_\_\_\_, C.; DUARTE, R. **O setor informal de Salvador: Dimensões, natureza, significado**. Recife: SUDENE/ FUNDAJ, 1980.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). O trabalho informal no Brasil. [www.cut.or.br](http://www.cut.or.br)

CIGNOLLI, A. **Estado e força de trabalho: introdução a política social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COMIM, A.A. Desregulação do mercado de trabalho e ação sindical no Brasil. In: **O Brasil não é mais aquele: mudanças sociais após a redemocratização**, São Paulo, Cortez, 2001.

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

DURÃES, B. J. R. Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI. (Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Estadual de Campinas), Campinas, SP [s/n], 2006.

ERTHAL, R. **O comércio informal em Niterói-RJ**. In: **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos**. São Paulo, L.2, v.1, Julho, 1984. p. 180. p. 180-86.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais, (no prelo) 2005a.

FORBES, D.K. **O emprego e o setor informal**. In: Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 288-296.

GONÇALVES, M. A. **A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente: um estudo dos catadores de papel e dos camelôs em Presidente Prudente – SP**. (Dissertação de Mestrado apresentada na FCT/Unesp) Presidente Prudente, 2000.

\_\_\_\_\_, M. A.; SANTOS, S. C. **Aspectos da economia informal em Presidente Prudente - SP**. Presidente Prudente: FCT, 1995. (Relatório de Estágio apresentado ao Depto. de Planejamento da FCT/UNESP).

GONÇALVES, M. A.; THOMAZ JUNIOR A. A Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição a geografia do trabalho. **Scripta Nova**, Revista Eletrônica de Geografia Y Ciencias sociales, Universidade de Barcelona, v. 6, n. 119, p. 12, ago. 2002. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-31.htm>> Acesso em 18/03/2005.

GUERREIRO, A. de A. D. O comércio ambulante na cidade de São Paulo: uma regulação incompleta **Revista Cultura Vozes**, n. 6, v. 94, p. 114-121, 2000.

HARVEY, D. **Condição Pós Moderna**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2003.

HOWITT, R. Scale and the other: Levinas and Geography. *Geoforum*, 33 pp. 299-313, 2002. [www.elsevier.com/locate/geoforum](http://www.elsevier.com/locate/geoforum) - Acesso em janeiro de 2006.

IKUTA, F. K.; THOMAZ JUNIOR, A. **A questão da moradia para além de quatro paredes e o mundo do trabalho para além do chão da fábrica**. Presidente Prudente/Brasil. Disponível em <[www.ub.es/geocrit/sn/vkeiko.htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/vkeiko.htm)> Acesso em 17/03/2005.

JAKOBSEN, K. MARTINS, R. DOMBROWSKI, O. (orgs). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

LEFEBVRE, H. **Para compreender o pensamento de Karl Marx**. Edições 70, Lisboa, Portugal, 1966.

MACHADO da SILVA, L. Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. **Tempo e presença**, 1993, ano 15, no 269, maio/junho, p. 31-34.

MALAGUTI, L. M. **Crítica á razão informal: a imaterialidade do salário**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital**. São Paulo: Global, 1980.

\_\_\_\_\_, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Martin Claret, São Paulo, 2001.

MASI, De D. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro, José Olyimpio, 1999.

- MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- MATUSHIMA, M. K. **A formação de um eixo de desenvolvimento entre os municípios de São José do Rio Preto e Mirassol-SP**. Dissertação (Mestrado). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001.
- MENDONÇA, F. A.; MOREIRA, S.; NETO, C. L. O Comércio ambulante em Goiânia. In: **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos**. São Paulo, L.2, v.1, p. 167-179, jul.1984.
- MÉZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, (Cadernos Ensaio) 1987.
- MÉZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Editora da UNICAM, Boitempo editorial, 2002.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório. **O Brasil Contra a Pirataria**. Anos de 2003, 2004 e 1º semestre de 2005. Biênio 2005/2006, junho de 2006. Disponível em <[www.mj.gov.br/combatepirataria/](http://www.mj.gov.br/combatepirataria/)> Acesso em 12 de fevereiro de 2007.
- MIRANDA, A. L. **O uso do território pelos homens lentos: a experiência dos camelôs no centro de Ribeirão Preto**. Dissertação de Mestrado. UICAMP, Campinas, SP. 2005. Orientador: Arlêude Bortolozzi.
- MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço e do trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, a. 6 v. 2 n. 16, p. 04-08, mai/ago, 2000.
- \_\_\_\_\_, R. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. Rev. **Ciência Geográfica**, Bauru, a. 7 v. 3, n. 20. p.10-13, set/dez, 2001.
- \_\_\_\_\_, R. Teses para uma Geografia do Trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, n. 8, v. 2 mai/ago. 2002.
- MOURÃO, F. C. M. **A industrialização do Oeste paulista: o caso de Marília**. (Dissertação de Mestrado apresentada na FCT/Unesp) Presidente Prudente, 1994.
- NORONHA, Eduardo G. "**Informal**", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. Rev. bras. Ci. Soc. vol.18 no.53 São Paulo out. 2003. in: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102> – acesso em 03/03/2007.
- PELEGRINI, Mari Ângela. **Trabalhadores sem vínculo: rurais e urbanos, do cais ao campo**. LTr, São Paulo, 2004.
- POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.
- PRADO, N. **Economia informal e direito no Brasil**. São Paulo, Ltr, 1991.
- RABOSSI, F. **Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2004.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática, São Paulo, 1993.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**. Alienação e estranhamento em Marx. São Paulo, Boitempo, 2001

REVISTA DO SINDICISP, v. 1, n. 1, mar., 2004.

REVISTA VEJA, n. 1861, a. 37, n. 27, jul. de 2004.

RODRIGUES, I. D.; THOMAZ JUNIOR, A. **Informalidade e precarização do Trabalho: A camelotagem em Presidente Prudente**. CD-ROOM. VI CBG. Goiânia, 2004.

SADER, E. Trabalhadores no mundo no final do século. **Revista de estudos marxistas**, São Paulo, Boitempo, n. 1, p. 27-44, 1997.

SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SANCHES, S. P. **O comércio de rua e o trabalho informal no bairro do Bráz – SP**. Monografia. Depto de Geografia. Unesp/Rio Claro, 1997.

SANTOS, Ariovaldo. Migração e Força de Trabalho: notas para debate. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 07-25, 2007.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO I. E; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. **Geografia Conceitos e Temas**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, v. 1 c. 1 p. 77-116, 2003.

TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMAZ JUNIOR, A. Território em transe. **Actas del Seminario Internacional sobre perspectivas de desarrollo en Iberoamerica**. Santiago de Compostela: Servicio del Publicaciones e Intercambio Científico, 1999.

\_\_\_\_\_. A. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? **Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. ISSN 1138 – 9788, Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-63.htm>> Acesso em 15/03/2005.

\_\_\_\_\_. A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da "leitrua" geográfica. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 9, n.1, p. 96-103, jan/abr. 2003.

\_\_\_\_\_, A. Por uma Geografia do Trabalho. **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**. 4. Barcelona, 2002b. Disponível em <[www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm](http://www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm)> Acesso em 15/03/2005.

\_\_\_\_\_, A. Se Camponês, se Operário! Limites e Perspectivas para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. **Geografia do Trabalho no Século XXI**. (Orgs.) Antonio Thomaz Júnior, Marcelo Dornelis Carvalhal, Terezinha Brumatti Carvalhal. Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, ed. Viena, v. 2, p. 130-137, 2006.

THOMAZ JUNIOR, A. Trabalho Mutante e Territórios em Disputa. Presidente Prudente, **Pegada**, v. 8, n. 1, 2007.

TOMÉ, G. F. Trabalhadores informais: o caso dos camelôs da cidade de Marília-SP. in: BATISTA, R. L; ARAÚJO R. **Desafios do trabalho**: capital e luta de casses. Londrina, Práxis, Maringá, Massoni, v. 1, c. 10, p. 269-291, 2003.

TOMÉ, G. F. **Os camelôs da cidade de Marília SP**: uma investigação sobre as determinações de suas trajetórias ocupacionais. Dissertação – Unesp – Marília – maio, 2003. – orientador: Giovani Alves.

VILAS BOAS, R. **Quem são os donos das ruas?** Conflitos e negociações com o comércio ambulante na gestão municipal de Luíza Erundina (1989 –1992)). In: Conflitos e negociações na disputa pela cidade. São Paulo: Pólis, 1995. (Publicações Pólis 23)

YÁZIGI , E. A economia Informal das ruas. In: **O mundo das calçadas**. São Paulo: HUMANITAS/FFCH/USP, p. 169- 217, 2000.

YÁZIGI , E. Sobre a territorialidade do trabalho de rua. In: **O mundo das calçadas**. São Paulo: HUMANITAS/FFCH/USP, p. 383-413, 2000.

## 7 - Sites consultados

[www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/pb200399](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/pb200399) – Acesso em 15/03/2007.

[www.verbojuridico.com.br](http://www.verbojuridico.com.br) - Acesso em 14/04/2007.

[www.sopabrasiguaia.blogspot.com](http://www.sopabrasiguaia.blogspot.com) – Acesso em 29/05/2007.

[www.datavenia.net/opinião.htm](http://www.datavenia.net/opinião.htm) – Acesso em 10/10/2006.

[www.napraticaateoriaeoutra.blogspot.com/2007/06/jon-elster.html](http://www.napraticaateoriaeoutra.blogspot.com/2007/06/jon-elster.html) - Acesso em 06/07/2007.

[www.receita.fazenda.gov.br/AutomaticoSRFSinot/](http://www.receita.fazenda.gov.br/AutomaticoSRFSinot/) - Acesso em 07/07/2007.

[www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org) - Acesso em 01/06/2007.

[www.consciencia.net/2003/11/08/sp-corrup.html](http://www.consciencia.net/2003/11/08/sp-corrup.html) - Acesso em 15 de março de 2007.

[www.contabilizesc.com.br/conteudo\\_1.asp?](http://www.contabilizesc.com.br/conteudo_1.asp?)- Acesso em 21/06/2007.

[www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk](http://www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk) - Acesso em 08/03/2007.

[www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/conPorExportacao/.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/conPorExportacao/.pdf) - Acesso em 07/08/2007.

<http://oglobo.globo.com/sp/mat/2007/08/20/297336758.asp> - Acesso em 10 de Julho de 2007.

[www.mj.gov.br/combatepirataria](http://www.mj.gov.br/combatepirataria) - Acesso em 12 de fevereiro de 2007.

[www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br) - Acesso em 20 de junho de 2007.

[http://pt.wikipedia. Org/wikitr%Cw%ADpliceFronteira](http://pt.wikipedia.org/wikitr%Cw%ADpliceFronteira) - Acesso em 08/09/2007.

<http://www.defesa.ufjf.br/arq/Art173.htm> - Acesso em 08/09/2007.

**PRESIDENTE PRUDENTE, 2008**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA CAMELOTAGEM: A TERRITORIALIDADE DO  
TRABALHO PRECARIZADO**